



E S T U D O S
AFRO-ASIÁTICOS

31

■ 'Raça' e cor no Caribe ■ A 'underclass' urbana no imaginário social e científico norte-americano ■ Racismo e restrição de direitos individuais: a discriminação racial 'publicizada' ■ Ideologia nacional, antropologia e a 'questão racial' ■ A promoção da diversidade racial no Brasil: uma visão dos Estados Unidos ■ O fardo de não ser negro: uma análise comparativa do desempenho escolar de alunos afro-brasileiros e afro-norte-americanos ■ Trabalhadoras cariocas: algumas notas sobre a polissemia da boa aparência ■ Espaço, lazer, música e diferença cultural na Bahia ■ O perfil demográfico do escravo fugitivo ■ O papel da tecnologia na industrialização retardatária sul-coreana ■

CONJUNTO UNIVERSITÁRIO CANDIDO MENDES



ISSN 0101-546x

E S T U D O S
AFRO-ASIÁTICOS
31

CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS

Diretor

Candido Mendes

Vice-Diretor Executivo

Beluce Bellucci

Vice-Diretor Técnico-Científico

Livio Sansone

E S T U D O S AFRO-ASIÁTICOS 31

Outubro de 1997 — Publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos — CEEA
Conjunto Universitário Candido Mendes

Diretor

Candido Mendes

Editor

Carlos A. Hasenbalg

José Maria Nunes Pereira

Coordenação Editorial

Marcia Lima

Conselho Editorial

Beluce Bellucci, Caetana Maria Damasceno, Candido Mendes, Carlos A. Hasenbalg, Charles Pessanha, Edson Borges, Fernando Rosa Ribeiro, Giralda Seyferth, José Maria Nunes Pereira, Kabengele Munanga, Livio Sansone, Marcia Lima, Marcelo Bittencourt, Nelson do Valle Silva, Olivia Maria Gomes da Cunha, Peter H. Fry, Ronaldo Vainfas, Roquinaldo Amaral Ferreira e Yvonne Maggie

Excepcionalmente, neste número, agradecemos a Hebe Castro por sua contribuição ao Conselho Editorial

Conselho Consultivo

Beatriz Góes Dantas, Carlos Moreira Henrique Serrano, Climério Joaquim Ferreira, Clóvis Moura, Colin Darch, Eduardo J. Barros, Ermani Teixeira Torres Filho, Fernando A. Albuquerque Mourão, João Baptista Borges Pereira, João José Reis, Joel Rufino dos Santos, Juana Elbein dos Santos, Júlio Braga, Luísa Lobo, Manuela Carneiro da Cunha, Marisa Corrêa, Milton Santos, Octávio Ianni, Roberto Motta, Roberto W. Slenes, Severino Bezerra Cabral Filho e Tereza Cristina Nascimento Araújo

Supervisão Gráfica

Carlos Augusto de Oliveira Lima

Secretaria de Redação

Hamilton Magalhães Neto

Serviços de Tradução

Fernando Rosa Ribeiro, Margareth Buescu, Paulo Pinheiro e Sieni Maria Campos

Produção Gráfica

*Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Luiz Carlos Palhares, Ademilson Coutinho e André Pinheiro (revisão);
Textos & Formas Ltda. (021) 224-1288 (diagramação e editoração eletrônica)*

Capa e Projeto Gráfico

Alba D'Almeida

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de absoluta e exclusiva responsabilidade de seus autores.

We ask for exchange

Price: Single Copies: (in Brazil) R\$ 10,00; (overseas) R\$ 15,00

Annual Subscription (two issues): (in Brazil) R\$ 20,00; (overseas) R\$ 30,00

Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to)

Sociedade Brasileira de Instrução — Centro de Estudos Afro-Asiáticos

Rua da Assembléia, 10, Conj. 501, Centro

20119-900 — Rio de Janeiro — Brasil

Tel. (021) 531-2000, R. 259, e 531-2636; Fax (021) 531-2155; E-mail: afro@ax.apc.org

Apoio da **Fundação Ford**, da **Fundação Andrew W. Mellon** e do

REVISTA FINANCIADA COM RECURSOS DO

Programa de Apoio a Publicações Científicas

MCT

CNPq

FINEP

SUMÁRIO

'Raça' e cor no Caribe 7

H. Hoetink

Afirma que, para compreender os variados padrões de relações raciais do Caribe, é necessário realizar uma pesquisa sobre a gênese dessas variações na história dos países da região, história essa que muda conforme o tipo de colonização que sofreram.

A 'underclass' urbana no imaginário social e científico norte-americano 37

Loïc J.D. Wacquant

Analisa o crescimento, a transformação e o desaparecimento iminente, no debate acadêmico e político sobre raça e pobreza urbana nos Estados Unidos, da *underclass*, uma noção confusa e incipiente que tem funcionado como um instrumento de acusação contra o negro pobre ameaçador.

Racismo e restrição dos direitos individuais: a discriminação racial 'publicizada' 51

Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

Analisa o modo como, no Brasil, o racismo induz a restrição de direitos de pessoas ou grupos de pessoas, com base em matérias sobre queixas de discriminação racial publicadas, entre 1989 e 1994, em 44 jornais diários e duas revistas *semanais*, editados em 20 cidades brasileiras.

Ideologia nacional, antropologia e 'questão racial' 79

Fernando Rosa Ribeiro

Discorre sobre como a ideologia de construção nacional no Brasil se baseou numa reação e resposta a um modelo essencialista euro-norte-americano.

A promoção da diversidade racial no Brasil: uma visão dos Estados Unidos 91

Edward Telles

Este artigo examina como os donatários da Fundação Ford incorporam a diversidade racial em seus programas e analisa fatores que contribuem ou não para a diversidade ser incorporada no Brasil, usando as experiências dos Estados Unidos como ponto de comparação.

O fardo de não ser negro: uma análise comparativa do desempenho escolar de alunos afro-brasileiros e afro-norte-americanos 103

Jonathan W. Warren

Com base em pesquisa de campo com estudantes afro-brasileiros, verifica a tese da importância de eles involuntariamente “darem uma de branco” e em que isso influi no desempenho escolar.

Trabalhadoras cariocas: algumas notas sobre a polissemia da boa aparência 125

Caetana Maria Damasceno

A partir de entrevistas realizadas entre 1992 e 1995 com pessoas pertencentes a diferentes categorias de trabalhadores(as), segundo a *raça* (ou a cor), compara trajetórias ocupacionais no mercado de trabalho urbano do Rio de Janeiro, considerando que se atribui lugares no mercado de trabalho a indivíduos *pretos*, *brancos* e *pardos*.

Espaço, lazer, música e diferença cultural na Bahia 151

Ari Lima

Discute como, na Bahia — a despeito de uma tendência de homogeneização de práticas culturais de segmentos negros diversos —, nos últimos 20 anos, movimentos musicais diferentes foram responsáveis por novas clivagens individuais e coletivas no desenvolvimento de uma negritude baiana.

O perfil demográfico do escravo fugitivo 169

Marcia Sueli Amantino

Busca identificar o perfil dos escravos que procuravam a fuga como alternativa de vida, com base em fontes cujo traço em comum é o fato de que foram mecanismos lançados por proprietários para reaver seus escravos ou foram listagens elaboradas por autoridades no momento de destruição de quilombos.

O papel da tecnologia na industrialização retardatária sul-coreana 189

Marcio Zukin

Analisa o papel que o desenvolvimento tecnológico teve na industrialização retardatária sul-coreana, com ênfase especial na indústria eletroeletrônica, explicando o seu desenvolvimento tecnológico, como as suas empresas se capacitaram tecnologicamente e suas formas de transferência tecnológica.

Aos Colaboradores

- **Estudos Afro-Asiáticos** aceita trabalhos inéditos relacionados ao estudo das relações raciais no Brasil e na diáspora e às realidades nacionais e das relações internacionais dos países da África e Ásia.
- A publicação dos trabalhos será decidida segundo pareceres de membros dos Conselhos Editorial e Consultivo, que avaliarão a qualidade do trabalho e sua adequação às finalidades editoriais da revista.
- Serão aceitos originais com cerca de 30 laudas, datilografadas em espaço duplo e em 1ª via. Os originais, acompanhados de disquete com informação sobre o respectivo editor de texto, deverão conter um resumo de aproximadamente uma lauda e a qualificação acadêmica e a profissional do autor.
- Tabelas e gráficos deverão ser apresentados com as respectivas legendas e indicação de sua localização no texto, além das unidades em que se expressam os valores e das fontes correspondentes.
- As notas devem ser numeradas seqüencialmente e apostas ao final do texto. Deve ser evitada a abertura de notas tão-somente para referenciar uma citação. Em seu lugar, pôr nome do autor, ano da publicação e página, como no exemplo: "...Araújo, 1940, p. 210, afirma...".
- A bibliografia deverá ser apresentada observando-se a seguinte norma:

PARA LIVRO

a) nome do autor; b) data da publicação; c) título da obra (sublinhado); d) número da

edição, se não for a primeira; e) local de publicação; f) nome da editora; g) número de páginas.

Ex.: FERNANDES, Florestan (1972). *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo, Difel. 000p.

PARA ARTIGO OU CAPÍTULO

a) nome do autor; b) data da publicação; c) título do artigo entre aspas; d) nome do periódico (sublinhado); e) volume, número do periódico e número de páginas; f) local da publicação.

Ex.: IANNI, Octávio (1988). "Literatura e consciência". *Estudos Afro-Asiáticos*, 10(15):208-17. Rio de Janeiro.

a) nome do autor; b) data da publicação; c) título do artigo ou capítulo entre aspas; d) nome do editor ou organizador; e) nome da obra (sublinhado); f) número da edição, se não for a primeira; g) local de publicação; h) nome da editora; i) número de páginas.

Ex.: BECKER, Bertha K. (1992). "Amazonia: geopolitics and techno-ecological issues". In: KOSINSKI, Leszek (ed.). *Ecological disorder in Amazonia*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Educam, p. 77-99.

- Com a publicação do artigo, o autor receberá cinco exemplares da revista.

- Os trabalhos devem ser enviados para:

Editoria de Estudos Afro-Asiáticos
Centro de Estudos Afro-Asiáticos
Rua da Assembléia, 10, Conj. 501, Centro
20119-900 — Rio de Janeiro — Brasil

100
100

'Raça' e cor no Caribe*

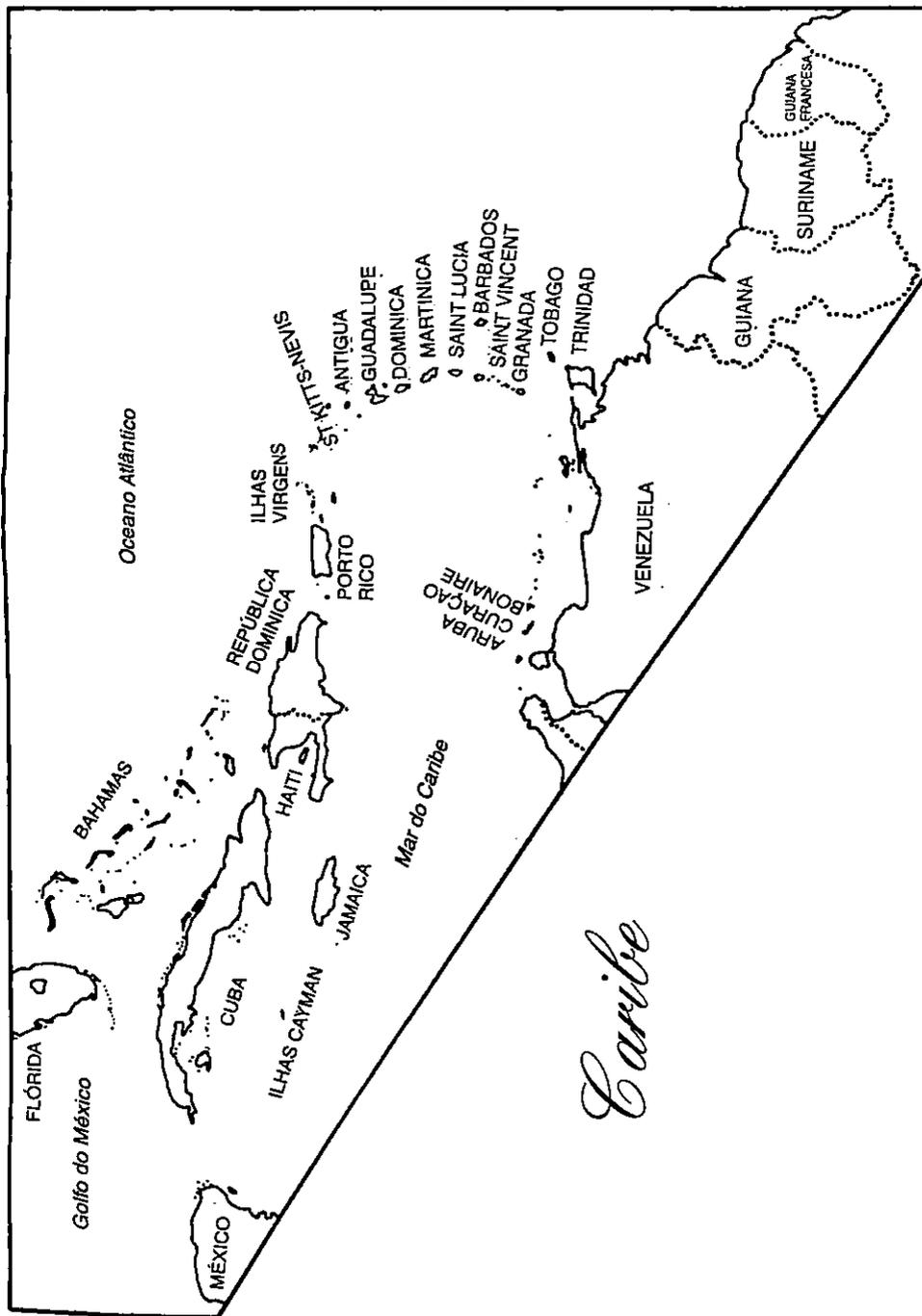
H. Hoetink**

**"'Raça' e cor no Caribe" é um dos 11 ensaios incluídos em Focus: Caribbean, uma série de abalizadas introduções ao passado e presente de uma região complexa e geograficamente fragmentada. Recebido para publicação em dezembro de 1996.*

***Professor aposentado da Universidade de Utrecht.*

A compreensão de como se chegou a ter variados padrões nas relações raciais no Caribe requer uma pesquisa sobre a gênese dessas diferenças na história das (ex)colônias que formam a região. Nela, as relações raciais — seja nas ilhas, seja nos países que foram dominados pela Espanha até se tornarem independentes — divergem bastante daquelas que existem nas terras que pertenceram à Inglaterra. Nas primeiras, ao lado de formas de discriminação racial, há, desde muito tempo, um contínuo de cor resultado da miscigenação; nas segundas, as relações raciais são mais polarizadas e menos sujeitas à manipulação individual. As (ex)colônias da França e da Holanda tomaram uma posição intermediária. O tipo de economia justifica somente em parte essas grandes diferenças. Tipos diferentes de religião (católica versus protestante) e noções de beleza — que podem ou não fazer do mestiço(a) o ideal de beleza — e de vivência política são fatores que explicam, pelo menos, tanto quanto os fatores de ordem econômica.

Palavras-chave: Caribe; relações raciais; discriminação racial; raça; cor.



Considerando que grande parte da população caribenha hoje reside em Nova Iorque e Miami, deveríamos então começar a definir o Caribe a partir dos Estados Unidos? Ou, lançando um olhar retrospectivo sobre a formação histórica da sociedade caribenha, moldada pelas plantações, pelo trabalho escravo negro e pelos fazendeiros brancos, deveríamos também incluir o *Deep South* norte-americano? Ou, por fim, deveríamos adotar uma noção recentemente desenvolvida e falar da bacia do Caribe, o que inclui não só as ilhas situadas entre as Américas do Norte e do Sul, mas também a América Central, com sua história econômica, composição étnica e geografia cultural totalmente diferentes?

Alguns acadêmicos justificam essa última possibilidade observando que todos os países incluídos têm grande número de problemas econômicos e políticos comuns e que a América Central e o arquipélago do Caribe também são semelhantes no que diz respeito à sua variedade interna notável (Pastor, 1982, p. 1.039-49). Contudo, esses argumentos talvez sejam amplos demais para nossa finalidade atual, pois podem ser facilmente estendidos até englobar grande parte do chamado Terceiro Mundo. É claro que o fato de ambas as áreas fazerem parte do *ventre exposto* da anatomia política dos Estados Unidos significa que suscitam um conjunto de problemas comuns para esse país. Quando se trata de definir uma região, porém, um critério político desse tipo só pode atender a propósitos limitados e não é particularmente útil para lidar com as complexidades sociais e culturais tão diferentes que a região engloba.

Assim, neste breve ensaio, que trata da evolução das relações raciais, talvez seja melhor concentrar nossa atenção no arquipélago do Caribe como núcleo histórico e geográfico da Afro-América e fazer excursões apenas ocasionais a outras partes do hemisfério.

Para tentar entender diferentes padrões de relações raciais e étnicas do Caribe contemporâneo, teremos que nos aprofundar em sua história não com a intenção de sufocar o leitor com detalhes, números e datas, mas na esperança de escavar tudo que for necessário para preencher o vazio histórico no qual as estruturas e atitudes atuais mergulhariam sem esses dados.

Regiões hispânicas e não-hispânicas

Durante quase dois séculos subsequentes a sua conquista pelos europeus, *todo* o Caribe pertenceu ao império espanhol e foi governado a partir de Santo Domingo, na Ilha Hispaniola. O Caribe era considerado um mar "interior" espanhol. Foi só no século XVII que intrusos britânicos, franceses e holandeses conseguiram tomar algumas das pequenas ilhas na borda oriental do Caribe e ao largo do litoral da atual Venezuela. Das ilhas maiores, apenas a Jamaica foi entregue aos britânicos naquele período, ao passo que a França reivindicou a soberania sobre a parte ocidental de Hispaniola (Saint-Domingue) em 1697. Trinidad continuou espanhola até o fim do século XVIII.

Assim, todas as ilhas têm uma arqueologia que apresenta pelo menos duas camadas comuns — uma ameríndia e outra hispânica. Boa parte dessa herança histórica foi apagada pelo tempo, mas ainda restam fragmentos. Os nomes locais da flora, da fauna e das características topográficas de muitas ilhas, por exemplo, contêm palavras de origem ameríndia e espanhola, mesmo nos lugares em que o domínio espanhol havia sido há muito suplantado por outras potências coloniais.

É notável que uma Espanha em declínio, cujos domínios no Caribe estavam sendo constantemente ameaçados pelas novas potências coloniais européias emergentes, tenha conseguido manter por tanto tempo em

suas mãos a melhor parte das ilhas maiores. Cuba e Porto Rico permaneceram espanholas até 1898, quase um século a mais que as colônias espanholas no continente sul-americano, e a República Dominicana declarou sua independência em meados do século passado. Nesses três países, a presença espanhola fora suficientemente prolongada e intensa para deixar marcas fortes e duradouras em sua cultura.

A esse respeito, pode-se alegar, falsamente, que o Caribe hispânico de hoje, como herdeiro direto da aventura imperial espanhola, representa o "velho" ou o "real" Caribe, da maneira como foi plasmado sob a tutela de seus primeiros conquistadores europeus. Desse ponto de vista, o resto da região — que, para maior comodidade, chamaremos de Caribe não-hispânico e cuja população total hoje é inferior à metade da de Cuba, mal chegando aos 6 milhões de habitantes da República Dominicana — pode ser visto como mero desvio do caminho espanhol, uma criação de piratas que saqueavam a área e de potências coloniais emergentes.

Embora não seja dessa opinião, devo reconhecer que sua distorção não é maior que a das idéias de muitos autores que ostentam os termos "Caribe" ou "Índias Ocidentais" nos títulos de seus livros e artigos sem sequer mencionar as partes hispânicas da região. Esses autores geralmente tratam do Caribe britânico ou da *Commonwealth* e ensinaram o público de língua inglesa do mundo inteiro a associar o Caribe basicamente a suas áreas anglófonas.

Essa distorção também existe entre os intelectuais, pois muitos *caribbeanistas* sofrem de um enfoque do tipo *idioma único* e alguns são capazes de fazer generalizações para todo o Caribe com base em pesquisa comparativa desenvolvida, por exemplo, na Jamaica e em St. Kitts, deixando o estudo das ilhas hispânicas para outra tribo acadêmica,

a dos latino-americanistas. Estes tendem a ver as Antilhas de língua espanhola apenas como apêndice de um continente mais vasto e, afinal de contas, mais fascinante (exceto quando uma revolução como a de Cuba inspira os melhores e os piores dentre eles). Em termos mais gerais, é justo dizer que os intelectuais, tanto do Caribe como do exterior, com poucas exceções, tendem a sofrer de uma estreiteza de enfoque, como atesta a escassez de trabalhos sobre o conjunto da região. O insularismo, tão característico da área, reflete-se, assim, em boa parte dos textos escritos sobre ela.

Não é apenas a língua que distingue o Caribe hispânico do resto do arquipélago: também há uma diferença no que diz respeito à diversidade de idiomas. Todos os cubanos, dominicanos e porto-riquenhos falam espanhol e se entendem entre si, apesar das distinções regionais e de classe. Já nos territórios colonizados pela Grã-Bretanha, pela França e pela Holanda essa unidade lingüística muitas vezes não existe. As classes superiores geralmente falam algo próximo à língua européia padrão, ao passo que as camadas mais baixas falam uma língua crioula; entre esses dois pólos existe o que foi descrito como um *continuum* lingüístico. Em algumas ilhas holandesas e no Suriname (onde a língua oficial é o holandês), o vernáculo é um crioulo baseado no inglês, enquanto em algumas ilhas da *Commonwealth* fala-se um crioulo baseado no francês. Em Trinidad, na Guiana e no Suriname, descendentes de trabalhadores contratados na Índia britânica e nas Índias Orientais holandesas (no caso do Suriname) falam suas próprias línguas, assim como os ex-quilombolas do Suriname e da Guiana Francesa e as pequenas tribos indígenas do Suriname, da Guiana Francesa e da Guiana. Somente nas pequenas ilhas de Curaçao, Aruba e Bonaire, situadas ao largo do litoral venezuelano, o crioulo local, cha-

mado papiamento, foi aceito como língua de todas as classes sociais e do governo. Não obstante ainda seja o idioma oficial, o holandês está perdendo rapidamente importância nessas ilhas. Linguisticamente, portanto, a diversidade das sociedades não-hispânicas apresenta um contraste acentuado com a homogeneidade do Caribe hispânico.

Pode-se observar uma diferença equivalente no plano religioso. No Caribe hispânico, as seitas evangélicas fizeram algumas incursões e os cultos afro-americanos podem florescer em algumas áreas. Contudo, o quadro geral apresenta uma cultura religiosa nacionalmente unificada. Trata-se de uma variante hispano-americana do catolicismo, abrangendo não apenas crenças, idéias e ritos religiosos, como também um importante sistema de parentesco ritual — uma rede de laços sociais entre padrinhos e afilhados que tem origem no nascimento, na primeira comunhão e no casamento, com direitos e obrigações bem definidos para cada participante.

No Caribe não-hispânico (exceto as Antilhas francesas, predominantemente católicas), tendemos a encontrar uma proliferação de igrejas e seitas protestantes, em cujo contexto as classes altas pertencem tradicionalmente a uma das igrejas metropolitanas de mais prestígio, enquanto as classes mais baixas freqüentam uma série de igrejas menores, freqüentemente menos formais e mais emocionais. Também há casos em que as elites tradicionais são protestantes e a maioria da população, católica. No Haiti, o catolicismo e o vodu sincrético ocupam camadas sociais similares. Nos países com populações asiáticas, como a Guiana, o Suriname e Trinidad, o islamismo e o hinduísmo animam e complicam ainda mais o quadro.

Por fim, há uma diferença entre o Caribe hispânico e o não-hispânico em termos do ritmo da evolução econômica. Em última instância, praticamente todas as sociedades

caribenhas vivenciaram a introdução de modernas plantações de cana-de-açúcar, que produziam em grande escala para o mercado mundial e dependiam da mão-de-obra negra, embora os caminhos seguidos pelas duas áreas nesse sentido tenham sido diferentes. O que fez a diferença não foi o fato de a moderna plantação de cana-de-açúcar ter sido introduzida relativamente tarde no Caribe hispânico. Outras sociedades (Trinidad e o Sul dos Estados Unidos) também chegaram atrasadas. A diferença é decorrente, antes, do fato de o Caribe hispânico ter tido *dois* períodos de rápido desenvolvimento econômico, baseados na plantação, com um longo interregno entre eles.

O primeiro período começou imediatamente depois da conquista e durou cerca de três quartos de século. À época, importaram-se muitos escravos, que, juntamente com os sobreviventes da população aborígine, tiveram de trabalhar nas modernas usinas de açúcar de então. No longo período de declínio econômico que se seguiu, os negros, os ameríndios e os brancos herdaram grandes extensões de terras e, afastados das cidades, se encontravam fora do alcance da vista e do controle do poder metropolitano. Foi nessa economia rural primitiva, em grande medida auto-suficiente, que se desenvolveu um tipo de campesinato conhecido por nomes como *guajiro*, *jíbaro*, *montero* e *campesino*. Culturalmente, imperava o sincretismo, com a adoção de objetos e idéias culturais derivados dos ameríndios e dos africanos, mas mantendo o espanhol como idioma e, como religião, seu próprio tipo de catolicismo, centrado no culto dos santos e em altares particulares. Geneticamente, houve um entrecruzamento de europeus, africanos e ameríndios.

Essas influências múltiplas se refletiam em conceitos locais que estabeleciam que os traços físicos iam de *escuro* a *claro*, diferentes *tipos* que podiam muito bem se manifes-

tar dentro da mesma família. Os tipos *puros* cederam lugar a um *continuum* racial que, no entanto, não fez desaparecer o maior prestígio social da cor *clara*. Quando, em época muito posterior, a economia voltou a se desenvolver em torno das plantações de cana-de-açúcar e a imigração de mão-de-obra estrangeira (predominantemente negra) foi outra vez incentivada, já estavam lançadas as bases de uma cultura nacional e de um tipo particular, fluido, de estrutura sociorracial. Sob o impacto de tantos recém-chegados e de novas instituições, era inevitável que houvesse mudanças superficiais, mas a existência de um *continuum* sociorracial foi preservada.

No Caribe não-hispânico, a economia das plantações não conheceu tal interrupção e suas divisões *raciais* geralmente eram mais nítidas, como veremos adiante. Não admira, então, que a comparação da cultura *crioula*¹ homogênea do Caribe hispânico com a diversidade lingüística e religiosa das outras ilhas e as discussões sobre a estruturação aparentemente mais flexível das relações de raça na área de língua espanhola tenham desempenhado papel central nos estudos sobre a região.

Será que as diferenças podiam ser atribuídas a elementos econômicos e demográficos, ou havia, talvez, variações significativas na política colonial, na cultura da metrópole ou no papel do catolicismo e do protestantismo? Será que a maior incidência de casamentos (não apenas relações sexuais) entre brancos e *pessoas de cor claras*² tem algo a ver com o relacionamento entre espanhóis e mouros em período histórico muito anterior, ou com aspectos correlatos, tais como padrões de beleza física, que talvez fossem ligeiramente diferentes dos adotados pelos oriundos do noroeste da Europa, mais endógamos? E, para mencionar uma questão mais ligada às políticas praticadas, e comparando o conjun-

to do Caribe com os Estados Unidos, será que as escalas de classificação racial que encontramos no Caribe de hoje não são uma desvantagem para os negros, porque o fato de deixar ambígua a linha divisória entre *negro* e *de cor* dificulta a organização dos negros em torno da questão da cor nos moldes dos Estados Unidos?³ Essa e outras questões semelhantes (discutidas em Mintz, 1974, e Hoetink, 1973) podem ser pertinentes não só para ampliar nossa compreensão dos fenômenos caribenhos, como também para destrinchar o problema muito maior de saber por que razão, de todos os colonizadores europeus, só os ibéricos se tornaram uma presença integral e integrada nas sociedades que fundaram no Novo Mundo.

Há uma ilha, a segunda maior do arquipélago, onde uma sociedade hispânica e uma não-hispânica vivem lado a lado. Trata-se de Hispaniola, cujo terço ocidental é o território da República do Haiti e os dois terços orientais, o da República Dominicana. Uma vez que podemos dizer que essas duas sociedades apresentam, de forma extrema, dois dos principais *modelos* caribenhos de relações raciais, examinemos sua formação e seu desenvolvimento de maneira um pouco detalhada.

O primeiro século da conquista espanhola foi de grande atividade na ilha: Hispaniola foi a primeira ilha do Caribe a ser colonizada e a partir daí foi governado o império em expansão. Nela o vice-rei tinha sua sede, foram fundados o primeiro hospital e a primeira universidade do Novo Mundo, assinados os primeiros tratados com os ameríndios e travadas, com estes, as primeiras guerras. Economicamente, a mineração e o cultivo e processamento da cana-de-açúcar (importada pelos espanhóis) deram vigor à ilha. Essas atividades também suscitaram a importação dos primeiros escravos, inicialmente da Espanha (onde a escravidão ainda

existia) e, logo depois, da África. Talvez não seja surpreendente ver que, além de seus outros pioneirismos, Hispaniola também conheceu (em 1522) a primeira rebelião de escravos negros do Novo Mundo.

No final do século XVI, entretanto, a ilha não era mais um centro vital da atividade caribenha. Muitos colonizadores, alguns com seus escravos, haviam ido embora da ilha — que trocaram pelo recém-conquistado continente, mais promissor —, deixando-a com população escassa, defesas fracas e uma burocracia colonial minúscula, dependente de *situados* (subsídios) fornecidos pela coroa espanhola. A agricultura regrediu a formas mais primitivas e a pequena população sobreviveu por meio do gado, das frutas e dos legumes. Não havia nem dinheiro nem necessidade de importar grandes contingentes de novos escravos. A escravidão continuou a existir *de jure*, mas, fora das usinas de açúcar remanescentes, as relações entre cada senhor e seus poucos escravos tendiam a ser de natureza pessoal, paternalista. Os escravos podiam comprar sua alforria e se estabelecer na terra, ou até fugir, sem muitas probabilidades de serem perseguidos, e ainda menos capturados.

Durante várias gerações, os descendentes de ameríndios, escravos negros e colonos espanhóis formaram uma população rural relativamente homogênea. Essa população vivia afastada dos pequenos centros coloniais e eclesiásticos urbanos, cujos habitantes aspiravam manter e cultivar estritas distinções de posição e *status* sociais, este último baseado, em grande medida, no fato de o indivíduo ter nascido na Espanha ou no local (*peninsular* ou *criollo*) e, para os *criollos*, também em traços físicos.

O principal problema dessa população isolada era a falta de comércio por meio do qual pudesse obter as mercadorias (implementos de ferro, têxteis e armas) que não

podia produzir. A política econômica da coroa espanhola proibia o comércio com estrangeiros, mas a própria Espanha não conseguia atender a essas necessidades de maneira minimamente regular.

Assim, já no final do século XVI, o contrabando se desenvolveu fortemente no litoral norte e oeste da ilha, longe da capital, situada no sul. Comerciantes franceses, britânicos e holandeses preencheram o vazio comercial. Além disso, os holandeses propagavam a fé da Reforma, distribuindo grande número de exemplares da *Bíblia*. Em vez de mudar sua política econômica em função desse problema, a coroa espanhola adotou uma estratégia de terra arrasada. Em 1605-1606, ordenou que todas as cidades do litoral noroeste fossem queimadas e seus habitantes, deslocados para a parte central da ilha. Ao desistir, assim, de parte de sua colônia, a Espanha de fato abriu um flanco para seus inimigos, que, operando a partir da ilha vizinha de Tortuga, usaram-na inicialmente como base para o abastecimento de seus navios piratas. Depois de se tornar colônia francesa em 1697 sob o nome de Saint-Domingue, a parte ocidental da ilha se transformou rapidamente em próspera colônia produtora de açúcar, com base na mão-de-obra de dezenas de milhares de escravos africanos, submetidos a forte disciplina e intensa exploração. No século XVIII, a parte oriental (espanhola) de Hispaniola serviu de provedora de gado para a economia escravista de Saint-Domingue. Também foi refúgio para muitos escravos que, fugindo da parte ocidental, fundavam quilombos do outro lado da fronteira.

A sociedade colonial de Saint-Domingue se caracterizava por uma hierarquia de classes cuja formação e limites eram norteados por considerações de natureza tanto econômica quanto racial. Era mais complicado que a mera divisão em duas partes — escravos negros e senhores de escravos brancos — que podemos supor. É verdade que a esma-

gadora maioria da população era escrava e negra. Mas alguns negros foram libertos e um grupo considerável de pessoas de cor (nascidas das relações sexuais entre senhores e escravas) recebia tratamento preferencial em seu trabalho escravo (trabalhavam na casa-grande, não na roça) ou também havia sido alforriado. Uma parte dessas "pessoas de cor libertas" pôde ter acesso à educação européia, à prosperidade material e à propriedade de terras e escravos. Os brancos também foram divididos em várias classes, que iam dos pequenos lojistas e artesãos (*petits blancs*) aos grandes fazendeiros, burocratas coloniais e profissionais liberais.

Havia não só o tipo de tensão e atrito que se pode esperar em qualquer sociedade baseada no trabalho agrícola forçado, na repressão e no tratamento cruel dos trabalhadores, mas também surgiram tensões fatais entre a elite de cor, próspera e educada, por um lado, e, por outro, os brancos franceses, talvez especialmente os *petits blancs*. Na segunda metade do século XVIII, a elite de cor sofria discriminação crescente e foi submetida a uma legislação humilhante.

Assim, no último quartel desse século, dois modelos totalmente diferentes de desenvolvimento econômico e de relações raciais coexistiram dentro de uma única ilha. Na colônia espanhola de Santo Domingo, a economia da época pode ser designada como de auto-suficiência. Com a potência colonial limitando o acesso ao mercado internacional aberto, a economia era predominantemente interna, embora houvesse algum comércio de gado com seu vizinho do oeste.

Sem uma economia baseada em plantações e voltada para a exportação e, portanto, sem a necessidade da importação maciça de escravos ou seu estrito disciplinamento, com uma população rural não pressionada pela escassez de terra e com apenas um minúsculo setor urbano tentando preservar as

belas distinções do oficialismo colonial e das posições hierárquicas do clero, desenvolveu-se uma estrutura sociorracial particular (ajudada, muito provavelmente, por fatores culturais que já sugerimos).

Os brancos (em particular os da metrópole) eram nitidamente favorecidos do ponto de vista social em relação aos negros, é verdade, mas a vasta maioria da população havia-se misturado o suficiente para não deixar margem alguma a uma linha divisória fixa entre as cores. Desenvolveu-se, antes, um *continuum* de cores dentro do qual sutis diferenças na cor da pele, na textura do cabelo e nos traços faciais eram notadas e, essencialmente, catalogadas por meio de um extenso vocabulário, com todas as suas implicações sociais, mas sem que nenhum grupo lutasse por (ou conseguisse) uma manutenção da estrita endogamia, que poderia ter criado uma clara separação *vis-à-vis* todos os outros. Se, em tal estrutura, houvesse alguma área de tensão, esta teria surgido entre os vários matizes de branco e pessoas de cor mais claras, por um lado, e, por outro, os grupos mais escuros.

Já a colônia francesa de Saint-Domingue era uma economia de plantações voltada para a exportação, tinha uma vasta maioria de escravos negros, uma ínfima minoria de brancos com diferentes posições de classe e outras minorias de negros e pessoas de cor livres. (Algumas dessas últimas conquistaram considerável prosperidade e uma educação de alto nível, sem, contudo, serem aceitas em pé de igualdade social pela comunidade branca.) Saint-Domingue se caracterizava por linhas divisórias potencialmente explosivas, não apenas entre os escravos oprimidos e seus senhores, mas também entre brancos e pessoas de cor.

Os dois modelos brevemente descritos aqui ilustram as principais diferenças entre o Caribe hispânico e o não-hispânico durante

o último quartel do século XVIII. Se pudéssemos viajar no tempo e voltar ao Caribe desse período, reconheceríamos o modelo de Santo Domingo em Cuba, Porto Rico e Trinidad (à época ainda espanhola), bem como paralelos entre Saint-Domingue e a maioria das ilhas então britânicas, francesas, holandesas ou (como no caso das Ilhas Virgens norte-americanas) dinamarquesas, que haviam sido perdidas pela Espanha no século anterior.

Antes de analisar acontecimentos mais recentes nas duas sociedades de Hispaniola, gostaria de fazer mais duas observações de caráter geral.

Em primeiro lugar, pode-se pensar que minha descrição dos modelos em termos de seu desenvolvimento econômico e de estrutura sociorracial implica uma conexão causal entre os dois fatores, como se uma economia pastoril ou auto-suficiente sempre resultasse em um *continuum* racial do tipo existente em Santo Domingo, enquanto uma economia baseada nas plantações voltadas para o mercado mundial levasse a divisões nítidas, como as de Saint-Domingue. No entanto, devemos observar que, no Nordeste do Brasil, onde muito precocemente se implantara uma economia açucareira voltada para a exportação, também se desenvolveu um *continuum* como o de Santo Domingo. Além disso, algumas ilhas pequenas do arquipélago, como Curaçao, tinham uma estratificação sociorracial semelhante à de Saint-Domingue, mas mostraram inaptidão para uma agricultura de exportação. Sua economia se baseava no comércio, e não nos produtos agrícolas, e a escravidão, embora existisse, não podia ser considerada o pilar de sua economia. Esses casos podem servir para nos recordar que, apesar de parecer exercer forte influência nas estruturas e relações raciais, o desenvolvimento econômico não é a única força que as molda.

Em segundo lugar, é claro que existe uma correlação estreita entre o tipo predominante de economia e o caráter das relações senhor-escravo (no que têm de distinto das relações raciais). Uma economia de plantação — particularmente a açucareira, com seus períodos concentrados de colheita, quando há uso intensivo de mão-de-obra e centenas de trabalhadores rurais têm de viver e trabalhar juntos — suscita mais coerções, privações e crueldade e dá margem a uma vida mais árdua do que um sistema econômico em que os escravos são boiadeiros que cuidam do gado solto no pasto. Entretanto, não existe uma ligação óbvia entre os tipos de escravidão (tradicionalmente classificada em um *continuum* que ia de *cruel* a *branda*, embora esta última categoria não dê conta da desumanidade inerente à escravidão) e as posições alcançadas por negros ou pessoas de cor *livres* na sociedade em que esses tipos de escravidão existem ou existiram.

Sem entrar aqui em uma discussão detalhada, podemos observar que há casos de sociedades que têm uma história de tratamento extremamente severo dos escravos e, contudo, assistiram à formação precoce de uma classe de pessoas de cor relativamente prósperas e poderosas. Ao contrário, há exemplos de escravidão *branda* acompanhada de tremendos esforços da parte da comunidade branca no sentido de impor limites rígidos à mobilidade ascendente das pessoas de cor (livres) (Hoetink, 1973, p. 5-9).

Resumindo: nem a ligação entre escravidão e relações raciais, nem a relação entre economia e estratificação sociorracial são tão claras ou simples como às vezes se sugere. O que é muito mais difícil de pôr em dúvida, no entanto, é o vínculo que existia entre o tipo predominante de economia e o tratamento geral dado aos escravos.

Interrompo deliberadamente nosso breve estudo das duas colônias de Hispaniola no

ponto em que os caminhos diferentes que seguiriam se definem com toda clareza, mas antes que estoure, na colônia francesa, uma revolução cujas reverberações seriam sentidas por muito tempo, dentro e fora do Caribe. Tanto os negros (escravos e livres) como as pessoas de cor (pobres e elite) participaram ativamente do longo processo revolucionário que culminou com a proclamação da república independente do Haiti em 1804, embora a exata natureza das alianças entre esses grupos tenha mudado diversas vezes, enquanto os brancos foram mortos ou expulsos. Desde então, o país (muitas vezes chamado de "República Negra" pelos que pensam em termos de apenas dois grupos *raciais*) tem experimentado a incômoda coexistência entre uma elite tradicional, de orientação cultural francesa, e uma população predominantemente rural, cujos antepassados em sua maioria eram compostos de escravos africanos do século XVIII e cuja cultura popular contém, por conseguinte, muitos ingredientes de origem africana. Em uma determinada época de seus primeiros tempos, o país se dividia em um reino negro, no norte, e uma república de pessoas de cor, no sul.

Apesar dos esforços iniciais em preservar o sistema colonial de plantações, ele foi gradualmente substituído por outro, no qual pequenos camponeses cultivavam um solo cada vez mais empobrecido. Mas esse fato não modificou a estrutura de tipo casta (Leyburn, 1966), com pessoas de cor privilegiadas e negros pobres, nem a preferência da elite pela cultura (e até as características físicas) dos colonizadores que haviam expulsado. É claro que a estrutura tinha suas anomalias e mudou com o tempo; muitos oficiais importantes do exército no século XIX eram negros, e não de cor, e, no final desse mesmo século, já se ouviam vozes esclarecidas que proclamavam a igualdade de todas as raças e apontavam a beleza intrínseca dos negros.

Além disso, as pessoas de cor e os negros nunca viveram em compartimentos estanques; havia muitos tipos de relações entre eles (econômicas, políticas e sexuais).

Na crise de identidade que a ocupação do país pelos Estados Unidos causou entre 1915 e 1934, um renascimento nacionalista levou alguns membros da elite a elaborarem uma perspectiva ideológica voltada para suas raízes africanas, muito tempo antes que Aimé Césaire e outros das Antilhas francesas atraíssem a atenção internacional ao apresentar um ponto de vista similar. Mas foi somente depois da Segunda Guerra Mundial que esse programa descobriu sua vertente política e recebeu o apoio da crescente classe média negra. Nesse sentido, o duro regime do médico rural François Duvalier foi muito mais significativo para a evolução das relações raciais haitianas do que se costuma reconhecer. A estrutura, outrora rígida e de tipo casta, lentamente foi desenvolvendo uma estratificação mais complexa na qual se tornaram possíveis alianças mutáveis entre diferentes setores das antigas *castas*, sem, contudo, o fator cor perder seu significado social em um país sem cidadãos brancos nativos:

Assim, no contexto haitiano, os termos noir e mulâtre não se referem exclusivamente a tipos étnicos. Também têm conotações políticas e sociais. Sociais porque, enquanto o filho ilegítimo de uma trabalhadora negra e um marinheiro branco de licença pode ser descrito como mulâtre em sua aparência, esse mesmo filho certamente não seria considerado como pertencente à classe mulâtre (ou seja, superior). Ao contrário, um alto funcionário ou empresário bem-sucedido negro garantiria sua inclusão nessa classe casando-se com uma mulher de família mulâtre. E políticas porque as facções políticas

haitianas tradicionalmente se formam em torno de questões de classe e, portanto, de cor. Isso é subentendido, mais que abertamente admitido, e, quando está no poder, o grupo mulâtre faz questão de incluir alguns brancos étnicos no governo, ao passo que, quando chega sua vez, o grupo noir faz o mesmo em relação aos mulatos. (Hoffmann, 1980, p. 31.)

Embora maior em tamanho, a parte oriental da ilha, Santo Domingo, permaneceu mais fraca do que o Haiti, tanto em população como em organização, durante a maior parte do século XIX. Entre 1822 e 1844, Santo Domingo foi ocupado pelo Haiti, anexação descrita de maneira vívida e hostil pela maioria dos historiadores tradicionais do país, bem como por todos os que preferem enfatizar a herança hispânica, não a africana, do país e seus vínculos étnicos com a Europa, e não com o Haiti.

Nas últimas décadas do século XIX (quando a escravidão há muito havia sido abolida), o longo interregno econômico do país terminou com a implantação de modernas plantações de cana-de-açúcar, sobretudo nas planícies meridionais. Incentivou-se a imigração de milhares de cortadores de cana estrangeiros provenientes do Haiti e do Caribe oriental, muitos dos quais permaneceram e foram absorvidos pelas camadas inferiores da sociedade. A *modernização* do país nesse período, o crescimento de suas cidades e o aumento de oportunidades nas áreas do comércio e das profissões liberais também suscitarão a imigração de brancos do Caribe, da Europa e do Oriente Médio.

Apesar de, em termos numéricos, esse afluxo de brancos ter sido muito menor que o de cortadores de cana, parece justo dizer que, na esteira da integração do país no mercado mundial do açúcar, um certo *enegrecimento* das camadas mais pobres ocorreu pa-

ralelamente a um *branqueamento* da incipiente burguesia nacional. Essas mudanças não provocaram uma ruptura no *continuum* sociorracial do país, mas suscitarão uma tensão nesse sentido, gerando maior suscetibilidade nas relações entre seus dois extremos, particularmente — o que não constitui surpresa — na região canavieira do sul (Hoetink, 1982, p. 191). No Vale Cibao, situado na região central, onde havia produção de tabaco, café e cacau, o modelo tradicional de Santo Domingo não foi pressionado pela imigração maciça de mão-de-obra.

Contudo, essa situação pode mudar em breve. Nos últimos anos (muitos anos), o número de haitianos residentes em todo o país aumentou muitíssimo, sendo hoje estimado em 200 mil a 400 mil pessoas. Entram legalmente no país cerca de 15 mil haitianos por ano como residentes temporários e, no passado, muitos dos que entraram não foram mais embora. Incontáveis outros participam do que foi chamado de “invasão pacífica”. Desde o final do século XIX, as relações de poder entre os dois países se inverteram. O Haiti, hoje o país mais pobre do hemisfério, com uma dramática pressão populacional em seu solo enfraquecido, vê o seu povo procurar trabalho (em troca de um pagamento miserável, é claro, mesmo para os padrões dominicanos) no mesmo Estado vizinho que fora invadido e dominado com tanta facilidade há apenas um século e meio.

Nas décadas de vinte e trinta, ocorreu uma *invasão pacífica* similar à que hoje é objeto de discussão cotidiana na imprensa dominicana; houve ocupação de terras, roubo de gado e a *gourde* haitiana se tornou a moeda principal na parte oeste da república. O massacre subsequente de milhares de haitianos em território dominicano, em 1937, durante os primeiros anos do regime de Trujillo, foi apenas o mais recente e odioso de uma série de incidentes trágicos nas relações entre a

República Dominicana e o Haiti, perpetrados por ambos os lados ao longo dos dois últimos séculos. Não é de surpreender que, na sociedade dominicana — onde a presença de burocratas e oficiais superiores negros ao lado de camponeses de cor clara atesta a ausência de uma hierarquia rígida com base na cor, mas onde incidentes de discriminação baseada na aparência física também são comuns —, as tensões raciais tendam a ser projetadas sobre os haitianos. Estes são vistos pelos dominicanos não só como pessoas mais negras (estereótipo que seria difícil refutar), mas também como culturalmente inferiores.

Nesse contexto, talvez seja interessante observar que um dos mais poderosos políticos dominicanos da atualidade não só é inequivocamente negro, como também se acredita que seja de origem haitiana. Poucos dominicanos negariam sua sagacidade e astúcia política, mas muitos (inclusive o próprio líder) duvidariam da oportunidade de lançar sua candidatura à Presidência em um futuro próximo, precisamente por causa do custo político potencial de sua aparência e suposta ascendência, tanto para ele como para seu partido. Recentemente, no entanto, uma carta ao editor de um importante jornal defendia essa candidatura:

Seria um progresso nos livrar de nosso complexo, sabendo que somos negros e mulatos, mesmo quando temos pele clara. Se você não acredita, olhe sua avó, seu avô, seu tio, seu primo ou, em muitos casos, seu próprio irmão. Seria um progresso se em um dia não muito distante o povo dominicano votasse sem o empecilho dos complexos ou do medo da cor de sua própria pele (...). O progresso seria a coragem que esse povo necessita para votar em um puro tipo de sua origem (...). Progresso é seguir o nosso Diamante Negro. (Listín Diario, 6 de junho de 1983.)

No passado, o país teve um número reduzido de presidentes de pele escura, cuja estrela havia subido em épocas de guerra civil e agitação política (situações que geralmente favorecem a mobilidade), e o futuro talvez produza outro, por meios pacíficos. Mas a relutância do povo em reconhecer suas raízes parcialmente africanas é grande em um país que tradicionalmente destaca sua herança hispânica e sua mescla racial (que, como indica a carta citada, faz-se visível dentro de muitas famílias). Será difícil superar a idéia predominante de que a pureza negra (noção indefensável em si, é evidente) aponta mais para os antigos adversários haitianos do que para parte da população dominicana.

No entanto, há ligeiras mudanças — muito lentas, sem dúvida. Cito apenas dois exemplos muito simbólicos. Recentemente, as duas estátuas que se encontram diante de um dos maiores museus de Santo Domingo (uma representa um espanhol, a outra, um ameríndio) receberam a companhia de uma terceira, representando um negro. E a outrora exclusiva procissão da Sexta-Feira Santa na capital também sofreu algumas mudanças:

Uma geração atrás, a procissão recrutava seus guardas romanos entre os melhores alunos das escolas católicas da cidade e os escolhidos tinham de possuir certas características físicas semelhantes às dos romanos antigos (...). Hoje (...) a seleção dos participantes é menos estrita (...) e entre eles há jovens das mais variadas aparências. (Yaryura, 1983, p. 32.)

O Caribe hispânico

Em Cuba, a ilha mais poderosa e populosa do Caribe, a modernização e a rápida expansão do setor açucareiro começaram na segunda metade do século XVIII, cem anos antes da República Dominicana. Continuou

a haver importações maciças de escravos (em parte ilegalmente) até bem avançado o século XIX, o que modificou drasticamente a composição racial da população. A escravidão só foi abolida na década de 1880. Mesmo antes da abolição, o país recorreu a outras formas de trabalho não-livre: foram contratadas dezenas de milhares de trabalhadores chineses e muitos ameríndios da península do Yucatán foram transportados à força para Cuba. Após a abolição, uma área açucareira ainda em expansão — cada vez mais, de propriedade norte-americana — motivou mais imigração de cortadores de cana provenientes das ilhas vizinhas em que a economia de plantações havia sofrido declínio. Nas primeiras décadas de nosso século, chegaram a Cuba dezenas de milhares de pessoas oriundas das Índias Ocidentais britânicas e haitianas.

A exemplo do que ocorreu no Vale Cibao, na República Dominicana, parte da região do Oriente — dominada por propriedades menores, que se dedicavam ao cultivo de outros produtos agrícolas que não a cana — preservou muito da estrutura racial do período anterior. Grande parcela das novas ondas de migração foi inicialmente dirigida para a metade ocidental da ilha, onde predominavam as extensas plantações de cana-de-açúcar. Desenvolveu-se aí uma relação tensa entre os brancos e pessoas de cor claras, por um lado, e, por outro, as “pessoas de cor escuras” e a massa de escravos negros e seus descendentes. (A linha divisória entre brancos e pessoas de cor claras continuou a ser indefinida, de acordo com o modelo dominicano, embora fosse complicada pelo prestígio mais elevado atribuído aos nascidos na Espanha no contexto colonial, que ainda continuava.) Na parte ocidental de Cuba, a faixa intermediária, composta de pessoas de cor, constituía, em última análise, apenas uma proporção ínfima da população total. Essa

polarização, iniciada durante a escravidão, prosseguiu após a abolição e foi agravada por um questionamento ocasional da *cubanidade* não apenas dos escravos e seus descendentes, como também (e de forma mais urgente) de muitos imigrantes negros provenientes de outros pontos do Caribe. A crescente presença norte-americana, levando inclusive sua perspectiva quanto às relações raciais, talvez tenha contribuído para a polarização, embora se possa aduzir que o mero peso dos números, da diversidade cultural e da estrutura econômica desequilibrada já bastaria para explicar o fenômeno.

No final do século XIX, Havana e a região açucareira de Cuba haviam adquirido a reputação de racistas no resto do Caribe hispânico. Em 1912, cerca de três mil afro-cubanos, que exigiam mais poder econômico e político, bem como o direito de organizar um partido político negro, foram impiedosamente mortos por tropas governamentais. Na década de trinta, aprovaram-se, sem dúvida por influência da depressão econômica, leis destinadas a *cubanizar* a mão-de-obra (açucareira) e mandar os trabalhadores rurais estrangeiros de volta a seus países de origem.

O padrão discriminatório, cada vez mais duro e parcialmente público, só foi superado pela Revolução Cubana, cujos esforços bem-sucedidos na área da justiça distributiva (mais que do aumento de produtividade) foram, de maneira geral, benéficos para as camadas mais baixas e de pele mais escura da sociedade, embora uma iniciativa, no início do período pós-revolucionário, destinada a criar um partido comunista negro tenha sido rapidamente suprimida. As convicções marxistas, bem como as hispânicas, convergiam para reduzir a ênfase dada à diversidade e às tensões raciais, fenômeno que decepcionava alguns militantes negros norte-americanos que visitaram a ilha durante os primeiros anos do novo regime.

Parte dos benefícios que os cubanos de classe baixa usufruíram resultou do êxodo de profissionais e burocratas de classe média, que, juntamente com o aumento da oferta de oportunidades educacionais, propiciou o aumento da mobilidade da primeira geração de adultos da revolução. Em contrapartida, e sem minimizar os efeitos positivos da revolução, é preciso observar que, por mais que o governo cubano tente ressaltar as raízes africanas do país quando lida com países da África ou do Caribe não-hispânico, os negros não se destacaram por sua maior presença nos escalões governamentais superiores (em um notável paralelo com o Brasil).

Enquanto Cuba representa uma variante do modelo de Santo Domingo, devido ao aumento dramático das práticas discriminatórias como resultado de uma imigração proporcionalmente muito maior de trabalhadores negros para o setor açucareiro (imigrantes tanto escravos como *livres*), Porto Rico constituiu, durante o século XIX, uma variante na outra direção. Na época em que as modernas plantações de cana-de-açúcar começaram a ser implantadas — início do século XIX —, a densidade e a pobreza generalizada da população das áreas rurais eram tais que a necessidade de cortadores de cana pôde ser amplamente atendida pela mão-de-obra da própria ilha. De par com a importação de novos escravos, foi introduzido um sistema de normas antivadiagem que obrigava todos os homens saudáveis sem emprego regular comprovado a entrar para a mão-de-obra das plantações. Esse *régimen de la libreta* ("regime da carteira de trabalho", onde eram anotadas as contratações do trabalhador) mobilizou milhares de *jibaros* porto-riquenhos, na verdade trabalhadores que não eram livres e tinham de labutar lado a lado com escravos *de jure*. E, pela primeira vez no Caribe desde meados do século XVII — quando trabalhadores rurais brancos

contratados para as ilhas britânicas e francesas haviam trabalhado junto com escravos recém-importados —, criou-se uma situação de trabalho inter-racial.

Em Porto Rico, como em Cuba, a economia açucareira em rápida expansão motivou o duro tratamento dado aos escravos e aos trabalhadores forçados, mas, nos anos subsequentes à abolição, o número relativamente pequeno de ex-escravos foi absorvido com bastante facilidade na massa da população, a grande maioria da qual pertencia a setores intermediários do *continuum* sociorracial formado antes do advento do açúcar. Enquanto em Cuba, como observa Knight, a população de cor livre, intermediária, foi "suplantada pelos imigrantes" e "limitada às cidades e à parte oriental da ilha, onde havia mais oportunidades de trabalho", em Porto Rico a predominância de um "grande grupo intermediário de pessoas de cor livres" possibilitou a mobilidade social "para a maioria das pessoas que não sofriam de nenhuma desigualdade na prática e não eram visual e culturalmente diferentes da elite" (Knight, 1970, p. 191). Entretanto, é preciso ter em mente que essa mobilidade era fácil (no que diz respeito às distinções visuais) para a maioria das pessoas, mas não para todas. Embora a indústria açucareira hoje não seja mais o principal pilar da vida econômica porto-riquenha, é nas áreas tradicionalmente açucareiras das planícies litorâneas, e cada vez mais também nos setores mais pobres das cidades que passam por forte crescimento, que partes da camada mais baixa demonstram fisicamente o impacto da escravidão sobre a população. Eles não escapam dos preconceitos que esse *status* parece suscitar por toda parte.

Faz sentido, como aduzimos, frisar a unidade básica do Caribe hispânico, mas não deveríamos perder de vista as diferenças muito reais no que diz respeito às relações raciais nas três sociedades que o compõem.

Elas têm em comum a circunstância de que uma parte considerável de sua população se desenvolveu social e culturalmente antes do impacto da moderna plantação de cana-de-açúcar (e mais tarde, até certo ponto, de modo independente dela), com suas subseqüentes novas levas de imigrantes negros, escravos ou não, que vieram a ser a principal mão-de-obra desse setor agrícola. Tal impacto foi diferente em cada uma dessas sociedades.

O *continuum* sociorracial e a cultura relativamente homogênea (sobretudo em termos de língua e religião) que se tinham desenvolvido desde o início do século XVI começaram a sofrer pressões cuja intensidade variava conforme o país. No caso da República Dominicana, uma fase pré-açúcar incomumente longa e a presença de uma fronteira relativamente aberta com o Haiti levaram à formação de uma escala contínua de cores na qual as camadas mistas mais escuras parecem predominar. Em Porto Rico, as camadas intermediárias de cor mais clara são em número maior. Em Cuba, por sua vez, o extremo do *continuum* parece ser mais visível e mais numeroso agora do que a população situada no meio. Nessas três sociedades, no entanto, os recém-chegados e sua bagagem cultural foram amplamente absorvidos em uma cultura comum, mas os efeitos da tradicional fluidez entre as numerosas distinções de cores contíguas, embora submetidas a gravíssimas tensões (particularmente em Cuba), parecem não ter desaparecido por completo até agora.

O Caribe não-hispânico

Se já não foi fácil englobar em um breve esboço a unidade e a diversidade do Caribe hispânico no que diz respeito às relações raciais, tentar fazer o mesmo para a parte não-hispânica da região será ainda mais dif-

cil. O grande número de sociedades (muitas das quais são ilhas bem pequenas, cada uma delas com suas próprias peculiaridades, tanto no que se refere ao desenvolvimento histórico como à natureza de sua vida contemporânea) já tende a frustrar todo esforço em elaborar uma síntese compacta. Para simplificar um pouco nossa tarefa, deixemos Trinidad, o Suriname e a Guiana para uma discussão posterior. Embora o início da história desses países apresente paralelos com o de outras sociedades não-hispânicas, a chegada, no século XIX, de grandes grupos de trabalhadores asiáticos contratados mudou drasticamente sua fisionomia étnica.

Pequenas Antilhas e Jamaica

O açúcar chegou cedo às demais ilhas — a maior parte das Pequenas Antilhas e a Jamaica. A partir de Recife, no Brasil — onde técnicas modernas de cultivo e processamento da cana haviam sido introduzidas sob os auspícios dos holandeses, no segundo quartel do século XVII —, o sistema de plantação se estendeu para o norte ainda no mesmo século, primeiro para Barbados, depois para as outras ilhas britânicas, francesas, holandesas e dinamarquesas recém-conquistadas na borda oriental do Caribe, e para a Jamaica. No século seguinte, como vimos, o sistema chegaria também a Saint-Domingue. Em algumas das ilhas britânicas e francesas, as iniciativas agrícolas anteriores — cultivo de tabaco e índigo por trabalhadores rurais não-líves dos países metropolitanos (trabalhadores contratados para as colônias, *engagés*) — foram rapidamente substituídas pela nova e lucrativa lavoura. Essa opção suscitou imediata e duradoura importação de escravos negros, que vieram a constituir a ampla maioria da população de praticamente todas essas sociedades.

Surgiu então um padrão básico no qual uma ínfima minoria de brancos (fazendeiros ou capatazes de plantações, alguns técnicos, burocratas coloniais e clérigos, pequenos e grandes comerciantes e seus empregados e alguns artesãos) ocupava os degraus mais altos da escada social (embora estivessem internamente divididos em classes e facções, de acordo com sua fortuna, educação e ocupação). A massa de escravos e os seus descendentes se encontravam no outro extremo da escala, ao passo que um setor misto, de cor, embora muitas vezes fosse desesperadamente pobre, recebia tratamento preferencial dos brancos, dominantes, sempre que houvesse empregos intermediários que nenhum branco podia ou queria aceitar. Assim, algumas pessoas de cor conseguiram, com o tempo, conquistar cargos de um certo prestígio e remuneração sem, contudo, serem aceitas pelos brancos como socialmente iguais. O último reflexo da distância social durável entre esses dois grupos é a contínua aspiração que tem o grupo branco de preservar sua endogamia racial:

De todos os meios que separam as classes, o mais deliberado e duradouro é a endogamia. Em nenhum lugar do Caribe a miscigenação foi legalmente proibida ou publicamente censurada. No entanto, os créoles [isto é, nativos] brancos têm o costume, se não a obrigação, de se casar dentro de seu próprio grupo; os brancos que se casam com nativos não-brancos das Índias Ocidentais são, em sua maioria, desterrados não tolhidos por laços familiares créoles.

Nas Antilhas francesas, a endogamia é vital para o domínio econômico, e também social, do béké [branco nativo] e exige a exclusão social para que não haja o risco de ligações proibidas. Por mais calorosas e duradouras que sejam, as

amizades entre homens de cores diferentes jamais se estendem à vida familiar. (Lowenthal, 1972, p. 133.)

Essa endogamia certamente não significa que não havia relações sexuais entre homens brancos e mulheres negras ou de cor. Essas relações eram comuns, às vezes chegavam a assumir a forma de uniões duráveis, cujos filhos ajudavam a engrossar as fileiras do próspero e respeitável grupo das pessoas de cor. Mas sempre foram extremamente raros os casamentos desse tipo que reconhecessem os filhos como legítimos herdeiros.

No contexto de relações entre grupos, pois, a posição do grupo intermediário das pessoas de cor é peculiar:

Ao sentar-se, um idoso de cor disse, só para iniciar a conversa: "Muitos desses feller [caras] negros de Tobago são inteligentíssimos, sabe."

Estávamos nas Índias Ocidentais. Negro tem um significado preciso; eu estava entre pessoas que distinguam sutis tonalidades de negro. E o idoso de cor — ou seja, um homem misto de europeu e africano, com feições e cor da pele próximas às européias — estava seguro. (Naipaul, 1962, p. 15.)

O grupo de pessoas de cor é visto pelos brancos, e por si mesmos, como uma categoria sociorracial autônoma que pode aspirar a um status social e a posições econômicas tradicionalmente fechadas aos negros. No entanto, até os brancos que têm nível econômico ou educacional similar ou inferior insistem em manter uma distância social em relação a eles. Existe entre esses grupos uma descontinuidade que contrasta com a continuidade (por vezes, reconhecidamente tênue) dos grupos raciais dos países hispânicos. É claro que o grupo de cor é internamente diferenciado, tanto do ponto de vis-

ta econômico como em termos de aparência física. Os que integram seus escalões inferiores (em termos de empregos, renda etc.) não barram o acesso aos negros que estão em processo de mobilidade ascendente, de forma que a estrutura sociorracial é mais contínua e solidária na base do que no topo. Toda a estrutura de poder racial conspira para incentivar a elite de cor a imitar os grupos brancos, tanto culturalmente como na aparência física (promovendo um desejo de *branqueamento* ou de *melhorar a raça*).

O fechamento do grupo branco crioulo em termos de relações pessoais, como o casamento (e, por muito tempo, também nas relações públicas, tais como recepções oficiais), coloca o grupo intermediário em uma posição socialmente ambígua. As posições intermediárias sofrem de ambigüidade quase por definição, é claro. No entanto, parece plausível supor que a frustração contida tende a ser maior em uma situação em que há poucos mecanismos que sirvam de ponte entre o grupo intermediário e o superior.

Nas sociedades não-hispânicas em que as revoltas de escravos constituíam ameaças ou de fato eclodiram, ou em que houve erupção de violência racial, o grupo intermediário às vezes se encontrava internamente dividido quanto à posição a ser tomada e parecia mudar de alianças com mais freqüência do que o grupo equivalente na área hispânica. Evidentemente, essa maior imprevisibilidade não deveria ser entendida apenas em termos da situação mais frustrante do grupo. Muitas vezes, também era uma questão de fria avaliação do resultado provável de um conflito específico em sociedades nas quais os brancos — e as pessoas de cor — são, de fato, numericamente muito fracos.

A insegurança intrínseca do grupo branco nesses tempos (freqüentes) de crise era, por sua vez, agravada por sua incômoda incerteza a respeito das possíveis posições do grupo

intermediário. Talvez devamos entender assim a insistência dos crioulos brancos em manter uma identificação o mais próximo possível, tanto cultural como politicamente, com seu único aliado seguro (embora distante) — a metrópole. Mesmo após gerações na colônia, preferiam ver a si mesmos como representantes da civilização inglesa, francesa ou holandesa, e suas próprias instituições como extensões ou cópias das da pátria-mãe. Foi apenas o desenvolvimento recente de comunicações mais fáceis e freqüentes que lhes ensinou que não era bem assim e que, ao longo de gerações, eles haviam adquirido diferentes sotaques, jeitos e crenças — em suma, que também eles haviam passado por um processo de *crioulização* (ver Braithwaite, 1971, para uma vívida descrição desse processo na Jamaica).

No entanto, a necessidade de identificação com a pátria-mãe existia e, apesar da *crioulização*, os crioulos brancos se afeiravam a sua língua materna (embora, se necessário, falassem o crioulo local) e a suas igrejas metropolitanas. Esse apego, em meio à variedade religiosa e lingüística das outras classes, só serviu para enfatizar as fronteiras do grupo branco e aumentar sua sensação de isolamento. Enquanto a ambivalência da auto-imagem do grupo intermediário é entre o *status* social alto e baixo, a ambivalência do branco nativo *é* entre *aqui e lá*, entre o anseio de permanecer em seu país natal e a disposição de ir embora, em virtude do declínio de seu poder e influência, às vezes agravado pela clara mensagem de que seu próprio grupo não é mais percebido como nativo pela maioria da população, ou que está sendo isolado por alguma distinção moral. Em Curaçao, todos os nascidos na ilha até pouco tempo atrás eram chamados de *yiú di Korsow* (filhos de Curaçao); ultimamente, às vezes se faz uma distinção entre *yiú di Korsow* e *bon yiú di Korsow* (bons filhos de

Curaçao), expressão que exclui os brancos nativos (Römer, 1974, p. 53).

Sufrágio universal, independência política e uma melhor educação suscitaram tardiamente, na maioria dessas sociedades, notável mobilidade de negros e pessoas de cor escura no funcionalismo público, no sistema educacional e nos mais altos escalões da polícia e do exército. Assim, essas pessoas passavam a ocupar posições antes freqüentemente monopolizadas por brancos nativos ou metropolitanos ou pela antiga elite de cor. (Curiosamente, a transformação das Antilhas francesas e da Guiana Francesa em *départements d'outre-mer* [Departamentos Franceses de Ultramar] gerou um afluxo de funcionários públicos franceses da metrópole.) A importância política e, em alguns lugares, social decrescente dos brancos nativos não significa que a linha (fluida) entre negros e pessoas de cor esteja perdendo todo seu significado anterior. Ao contrário, podemos observar que, em algumas ilhas, um núcleo de famílias de cor bem estabelecidas conseguiu — por meio de um intrincado jogo de poder e alianças, tanto com as camadas inferiores como com as classes médias negra e de cor, executado com toda a autoconfiança de uma classe herdeira — ocupar as posições cruciais (mesmo se nem sempre as mais visíveis) nas redes política e social:

A consciência de cor varia com a classe. A elite encara de maneira natural a sua própria identidade como branca; a cor só se torna uma questão aberta entre eles quando há grandes transgressões do código social. A cor em si também não é uma preocupação constante das comunidades camponesas. Mas, para a classe média caribenha, a cor é o determinante crucial de status e perpassa a maioria das relações (...). A obsessão da classe média com a cor é exemplificada pela lenda

observação de que, na Casa do Governo, as pessoas costumam ter a certeza de não encontrar ninguém mais escuro do que elas mesmas. Agora que os negros não são apenas convidados, mas também governadores, algumas pessoas de pele mais clara preferem ficar em casa. (Lowenthal, 1972, p. 253-4.)

Até agora não fomos específicos; antes, apresentamos um construto, uma imagem composta de alguns dos principais traços de uma típica sociedade em três camadas do Caribe não-hispânico. Esse esboço geral tem numerosas variações e exceções. Há diferentes proporções de brancos, pessoas de cor e negros em distintas sociedades e em épocas diferentes; houve, igualmente, porcentagens diversas de escravos e libertos. As leis abolicionistas também foram aprovadas em momentos bastante variáveis: 1833 pelos britânicos, 1848 pelos franceses e 1863 pelos holandeses. As ilhas diferem quanto ao tamanho e à ecologia; alguns países (Suriname e Jamaica) eram suficientemente grandes e impenetráveis para que os quilombolas ali pudessem se estabelecer de maneira permanente, ao passo que, nas ilhas menores, os escravos só podiam fugir de barco. Algumas economias de plantação eram dirigidas por proprietários ou corporações metropolitanas ausentes; em outros lugares, os fazendeiros viviam em suas fazendas. Algumas ilhas, como Curaçao, St. Eustatius e St. Thomas, eram, em diferentes momentos, mais conhecidas por seu comércio do que por seus produtos agrícolas. A soma de todas as variáveis desse tipo deu a cada sociedade seu caráter distintivo, tanto no que diz respeito à escravidão quanto às relações raciais. O efeito da pequena escala de muitas sociedades foi resumido da seguinte maneira:

O tamanho reduzido das sociedades das Índias Ocidentais promove, também

entre a maioria das pessoas, uma familiaridade que torna difícil sustentar uma hostilidade intransigente. Os nativos das Índias Ocidentais que têm de viver a vida toda na mesma pequena ilha aprendem desde cedo a conviver com aqueles dos quais diferem. (Lowenthal, 1972, p. 141.)

Para traçar um panorama mais organizado da atual variedade existente na região, pode valer a pena seguir a classificação proposta por Lowenthal (1972, p. 76-87). Quatro de suas categorias nos interessam:

1) Há "sociedades homogêneas" sem muita distinção de classe, cor ou cultura. Lowenthal cita o exemplo de ilhas minúsculas como Carriacou, Barbuda (negra) e São Bartolomeu (branca); podemos acrescentar Bonaire (onde as pessoas se referem a si mesmas como *marrons*).

2) Há "sociedades diferenciadas por cor, mas não por classe", tais como Saba e Anguilla. Nesses casos, os diversos grupos raciais ou de cor vivem separadamente e têm pouco contato entre si, embora seu estilo de vida e a posição econômica não apresentem diferenças notáveis.

3) A terceira categoria de Lowenthal, "sociedades estratificadas tanto por classe como por cor", já foi debatida em termos gerais. Lowenthal indica que Barbados e a Martinica têm um número significativo de brancos pobres; os brancos são 4% em Barbados, apenas 1% na Martinica e na Jamaica. Trinidad, St. Kitts, Antigua, St. Vincent, Guadalupe e Curaçao são outras ilhas com pequenas elites brancas.

4) A quarta categoria de Lowenthal são as "sociedades sem elites crioulas brancas". O Haiti e as Ilhas Virgens norte-americanas pertencem a essa categoria, bem como as ilhas de Granada, Santa Lúcia e Dominica, Ilhas de Barlavento, da *Commonwealth*:

Os crioulos de cor, não os brancos, atualmente formam a elite de Barlavento, tal como hoje existe; o provérbio que diz que "a única razão pela qual as pessoas de cor conseguiram Santa Lúcia foi que os brancos não a queriam" expressa uma auto-ironia típica e lamentável. A classe alta, estreitamente inter-relacionada internamente e de pele clara, distingue-se nitidamente de todas as outras, sejam quais forem suas tonalidades de pele. (Lowenthal, 1972, p. 85.)

Voltemos agora brevemente nossa atenção para a Jamaica, uma das maiores ilhas que analisamos.

Em artigo recente, dedicado sobretudo à sociedade jamaicana (e caracteristicamente intitulado "Raça e classe no Caribe pós-emancipação"), o antropólogo social R. T. Smith tenta dissecar cuidadosamente o sistema de classes da ilha. Sua estrutura de classe em três camadas mostra uma classe alta composta sobretudo de brancos nativos (Smith escreve, curiosamente, "de brancos crioulos" e "judeus", como se estes não fossem brancos nem crioulos) e de pequenas quantidades de sírios e chineses; uma classe média de cor composta de comerciantes, burocratas, membros da *intelligentsia* e um grupo de negros em processo de mobilidade ascendente cujo número só aumentou acentuadamente no último meio século; e, por fim, uma classe baixa, esmagadoramente negra. As três classes têm, obviamente, uma composição interna complexa. Assim, embora Smith tivesse o objetivo de "descrever agrupamentos que parecessem surgir como elementos identificáveis tanto no sistema de produção, distribuição e troca como enquanto elementos politicamente conscientes", o resultado concreto de sua análise não é, *grosso modo*, muito diferente da "imagem tripartite de classe (...) (classe alta branca, classe

média de cor, classe baixa negra)" que "os autores que escrevem sobre o Caribe geralmente utilizam" (Smith, 1982, p. 104-5). Ele observa, com razão, que, "mesmo que (...) as barreiras à mobilidade ocupacional tenham sido enfraquecidas ou destruídas, a identificação racial continua a ser transversal às classes e a distorcer incipientes solidariedades de classe" (Smith, 1982, p. 114). O autor também afirma convincentemente que,

nessas circunstâncias, não é de admirar que, após a partida dos britânicos, a ênfase dada pelos Estados independentes [Caribe da Commonwealth] à igualdade de todos os grupos raciais na construção da nova nação logo veio a ser vista como dispositivo destinado a assegurar a continuidade da hegemonia da elite anglófila e a posição econômica privilegiada das classes capitalistas locais, formadas de integrantes das minorias de cor clara ou brancas. (Smith, 1982, p. 119.)

Trinidad, Guiana e Suriname

Há comunidades de indivíduos oriundos das Índias Orientais em muitas das ilhas (Jamaica e Guadalupe, por exemplo), mas só em três sociedades caribenhas eles vieram a constituir cerca de metade da população total. São elas Trinidad (onde as modernas plantações e a importação maciça de escravos negros só começaram no início do século XIX, depois que a Grã-Bretanha tomou essa colônia da Espanha) e as vastas, porém escassamente povoadas, colônias baseadas em plantações, que eram a Guiana Inglesa (Guiana) e a Guiana Holandesa (Suriname). O Suriname também importou trabalhadores contratados em Java, ilha das Índias Orientais holandesas. A idéia geral que estava por trás dessa política de imigração era, obvia-

mente, garantir uma oferta suficiente de mão-de-obra barata depois da abolição.

Hoje, os descendentes desses grupos ainda trabalham predominantemente na agricultura, como cortadores de cana ou pequenos e médios proprietários. No Suriname, por exemplo, o cultivo do arroz nos distritos ocidentais está principalmente nas mãos desses grupos. Enquanto a parcela afro-americana da população migrou cada vez mais das áreas rurais para as urbanas, sendo que aqueles que tinham uma melhor educação abraçavam (como já vimos) o funcionalismo público e as profissões liberais, os oriundos das Índias Orientais permaneceram na terra, preservando sua organização familiar coesa, sua língua e suas religiões. As diferenças culturais, raciais e econômicas eram, portanto, acentuadas pela separação geográfica. Foi só na década de quarenta que teve início um lento processo de urbanização entre os grupos asiáticos. Sua robusta organização familiar, seu estilo de vida austero e um notável tino para os negócios logo transformaram muitos deles em donos de lojas, alguns dos quais conseguiram se tornar prósperos proprietários de empresas atacadistas. Os filhos desses migrantes bem-sucedidos geraram uma nova, e cada vez mais influente, camada de profissionais com formação universitária.

A urbanização e mobilidade crescentes não só proporcionaram a esse grupo maior visibilidade nas camadas urbanas mais altas, que eram principalmente afro-americanas (e brancas), mas também significaram a entrada dos oriundos das Índias Orientais na concorrência pelos cargos no funcionalismo público e nas profissões liberais. Assim, os orientais rurais começaram a ter um número maior de *representantes* e agentes de poder (econômico e, finalmente, também político) nas áreas urbanas. Os orientais urbanos, mais que seus parentes rurais, foram sujeitos à crioulização cultural, embora sua fidelidade

étnica tenha permanecido forte e eles tenham continuado a manter amplamente a endogamia.

A organização política, religiosa e educacional desses três países passou a centrar-se, em grande medida, na adesão a um dos dois principais grupos concorrentes e a ser amplamente determinada por ela. Os dois setores que se enfrentam não estão mais confinados a uma atividade econômica principal ou a uma classe social, como ocorreu no passado, quando os estereótipos pejorativos que os afro-crioulos atribuíam aos oriundos das Índias Orientais denegriam suas humildes origens rurais. Em lugar de um ordenamento hierárquico dos grupos *raciais*, a exemplo do que encontramos em outros países do Caribe, aqui temos uma linha divisória vertical, de ambos os lados da qual as pessoas que têm posições de classe comparáveis ou iguais, mas são de *raças* diferentes, concorrem umas com as outras.

As diferenças internas, sociais e de cor do grupo afro-americano permanecem intactas, mas são obscurecidas pela luta competitiva, mais central. Os programas políticos dos grupos geralmente são universalistas em sua natureza, embora não consigam atrair mais que um punhado de votantes do segmento racial rival. Assim, na Guiana, Cheddi Jagan, de família oriental, foi eleito primeiro-ministro — com uma plataforma marxista — no início da década de sessenta pelo voto de seus partidários étnicos, espalhados por muitas classes econômicas, tornando-se o primeiro — e até agora o único — descendente de oriundos das Índias Orientais a ocupar esse cargo em qualquer um dos três países que estamos discutindo. Durante seu governo, imediatamente anterior à independência, eclodiram conflitos sangrentos entre os dois grupos, o que levou a uma intervenção britânica e, em última análise, à reconquista do poder político pelo segmento afro-guia-

nense, que, por sua vez, adotou uma direção política que não era totalmente diferente da que Jagan defendera.

Em Trinidad (onde, por muitos anos, o governo foi exercido por um partido predominantemente afro-trinitário), no Suriname (onde, antes do golpe militar de 1980, o partido dos oriundos das Índias Orientais participou de diversos governos de coalizão) e na República da Guiana, os orientais, apesar de sua força numérica e de seu significado econômico, ainda tendem a ser vistos pelos afro-americanos como recém-chegados e forasteiros. Assim, como aponta Anthony Maingot em uma resenha da recém-publicada seleção de discursos de Eric Williams — historiador e primeiro-ministro de Trinidad —, “até o fim, ele [Williams] falou dos trinitários indianos como se estes ainda fossem um grupo de imigrantes” (Maingot, 1983, p. 94). E no Suriname (pelo menos até muito recentemente) o termo *surinamer* (surinamês) só se referia a grupos não-asiáticos, excluindo tanto os oriundos das Índias Orientais como os javaneses. De vez em quando, chegavam ao primeiro plano movimentos, muitas vezes liderados por jovens intelectuais educados no exterior, que rejeitavam a fidelidade racial ou étnica com elogiável idealismo e realmente se esforçavam em abranger a massa dos eleitores. Até agora, a desconfiança mútua, os estereótipos negativos e um senso de identidade alimentado pelo que distingue os grupos, e não pelo que têm em comum, mostraram ser de difícil superação:

A situação ainda é prejudicada pela feroz rivalidade de indianos e negros para ver quem despreza mais o outro grupo. Essa rivalidade particular é conduzida pelos que têm mentalidade liberal, que não querem abrir mão do prazer de apelar para seu grupo, pedindo-lhe que mostre mais tolerância em relação ao outro

grupo, e que ficam profundamente aborrecidos quando os liberais do outro partido afirmam que é o seu próprio grupo que tem de ser tolerante. (...) O negro tem um profundo desprezo, alguém já disse, por tudo que não é branco (...). O indiano despreza o negro por este não ser indiano; além disso, assumiu todos os preconceitos dos brancos contra o negro. (Naipaul, 1962, p. 80.)

Migrações

Até agora procurei pintar, talvez com pinceladas excessivamente largas, um tríptico das relações raciais no Caribe composto de um painel hispânico e dois dedicados ao Caribe não-hispânico (dividido entre as sociedades com e sem um grupo grande populacional asiático). Agora deveríamos tentar compensar ao menos algumas das imprecisões desse esquema genérico, chamando a atenção para os muitos movimentos de pessoas dentro da e para a região, hem como para fora dela.⁴ Tais movimentos atestam as conexões entre todas as partes do Caribe, que separamos de modo tão artificial. Eles aumentam a complexidade e, em certo sentido, a unidade do tecido social e étnico da região. Além disso, em alguns casos, têm profunda influência nas relações de poder e, portanto, de raças. Ilhas como as do Caribe nunca foram totalmente isoladas, mas sempre convidaram à migração; os seus Robinson Crusoes sempre tiveram a oportunidade de avistar um navio.

Migrações dentro da região

Quando Colombo chegou, as levas sucessivas de ameríndios que migraram do continente sul-americano ainda estavam em guerra. E, na época em que poucos escravos afri-

canos haviam atingido suas praias, as Antilhas mais ricas e maiores importavam mão-de-obra ameríndia para suas minas das *islas inútiles* (ilhas inúteis), as menores. Mais tarde, quilombolas se mudaram de Curaçao para a Venezuela, das Ilhas Virgens para Porto Rico, de Saint-Domingue para Santo Domingo.

No século XIX, a rápida expansão da atividade açucareira em Cuba levou para lá primeiro indígenas da península do Yucatán e, mais tarde, milhares de migrantes do Haiti e de várias ilhas das Índias Ocidentais britânicas. O *boom* do açúcar na República Dominicana atraiu tanto esses imigrantes quanto muitos de Porto Rico. No começo do século XX, trabalhadores de Curaçao foram empregados em uma ferrovia no Suriname e barbadianos podiam ser encontrados nas plantações de seringueira do Peru. Dezenas de milhares de jamaicanos e outros nativos das Índias Ocidentais britânicas foram trabalhar no Canal do Panamá e nas plantações de banana e outras frutas ao longo do litoral caribenho da América Central. (E "caribes negros", originalmente deportados pelos ingleses a partir de algumas ilhas do Caribe Oriental, há muito tinham se instalado em Honduras Britânica [Belize].) Em épocas mais recentes, muitos dominicanos se mudaram para Porto Rico; centenas de nativos das ilhas britânicas de Barlavento trabalharam nas refinarias de Aruba e Curaçao; há registros de cerca de 40 mil guianenses que hoje trabalham no Suriname; Trinidad absorveu milhares de imigrantes das ilhas caribenhas menores da *Commonwealth*; e os haitianos podem ser encontrados em muitas outras ilhas, como na holandesa St. Maarten, que passa por um *boom* turístico, e também nas Antilhas francesas e na Guiana Francesa. A lista ainda é muito incompleta.

Nem todas as migrações intracaribenhas são de pessoas de classe baixa. As vicis-

situações políticas e econômicas, bem como as oportunidades de progresso econômico, também foram fatores que motivaram migrantes de *status* elevado. Refugiados da Saint-Domingue revolucionária fugiram para a Louisiana e para as colônias espanholas vizinhas; colonialistas crioulos franceses da Martinica se mudaram para Trinidad; da Louisiana anexada e da Venezuela independente saíram monarquistas *criollos*, no início do século XIX, para as colônias espanholas ainda existentes no arquipélago; a dominação haitiana levou algumas famílias da elite dominicana a emigrarem para Cuba e Porto Rico; na década de 1860, empresários do açúcar fugiram de uma Cuba em guerra para Santo Domingo, onde fizeram parte dos iniciadores da moderna indústria açucareira do país; judeus sefarditas de Curaçao se espalharam por Cuba, Santo Domingo, St. Thomas e América Central; fugitivos das contendas que dominavam a Venezuela e a Colômbia foram para Curaçao. Moças de classe alta das repúblicas hispânicas se conheciam nos colégios internos de estilo europeu de Curaçao, de onde algumas voltavam com maridos antilhano-holandeses.

As pequenas ilhas de St. Thomas e Curaçao, orientadas para o comércio, eram, de fato, centros nevrálgicos cosmopolitas no Caribe do século XIX. Lá, particularmente em nome das repúblicas independentes da região, contratavam-se empréstimos estrangeiros, trocavam-se produtos e financiavam-se revoluções; lá também os refugiados políticos se mantinham a par dos acontecimentos de seus países. O maior êxodo caribenho do nosso século — quase 1 milhão de cubanos (sobretudo de classe média) que deixaram a ilha a partir do começo da década de sessenta — dirigiu-se principalmente para os Estados Unidos, mas Porto Rico e (em menor medida) a República Dominicana também receberam seus contingentes.

Migrações para a região

As imigrações do século XIX para o Caribe eram compostas não apenas de pessoas oriundas das Índias Orientais, de Java e da China, mas também de muitos grupos menores, dos *africanos livres* (contratados para trabalhar na Jamaica e no Caribe britânico oriental) e portugueses da Ilha da Madeira (que foram trabalhar em Trinidad e nas Guianas) ao afluxo lento e contínuo de espanhóis e italianos em busca de fortuna nas ilhas hispânicas.

No século XX, somaram-se a esse mosaico muitos grupos pequenos. Para citar apenas alguns exemplos: as ilhas hispânicas se beneficiaram com a chegada de intelectuais e artistas espanhóis fugidos da guerra civil espanhola e, na República Dominicana, judeus alemães refugiados criaram uma moderna indústria de laticínios, uma comunidade de japoneses se dedicou à horticultura e uma recente leva de chineses de Hong Kong está fazendo investimentos pesados no turismo. Durante as décadas de trinta e quarenta, mais de 40 nacionalidades (inclusive um número substancial de madeirenses) podiam ser encontradas nas ilhas de Aruba e Curaçao, dedicadas ao refino de petróleo. Esses migrantes nem sempre permaneciam no primeiro país em que desembarcavam. Pode-se encontrar um motorista de táxi português em Caracas, um comerciante das Índias Orientais em St. Martin ou um homem de negócios chinês em Porto Rico: suas histórias pessoais ou familiares revelam um complicado itinerário, pulando de uma ilha do Caribe para outra.

Cuba, como vimos, tem uma comunidade chinesa substancial, ao passo que grupos menores de descendentes de chineses estão em todas as outras principais sociedades caribenhas. A maioria ainda trabalha em seu tradicional nicho econômico de lavanderias e restaurantes, mas também há alguns grandes empresários e, entre os da geração mais jo-

vem, não são raros os detentores de diploma universitário. Tanto sua fortuna econômica como seu grau de assimilação variam consideravelmente conforme a sociedade em que se encontram (Patterson, 1977, p. 113-46). Mas talvez seja mais do que uma coincidência o fato de que, em sociedades como Trinidad, Guiana e Suriname (onde, como vimos, dois grandes segmentos *raciais* concorrem na vida econômica e política), um membro do pequeno, socialmente discreto e não *partidário* grupo chinês foi, mais de uma vez, convidado a ocupar um cargo oficial importante, pois as duas partes em contenda acharam impossível chegar a um acordo em torno de um de seus próprios candidatos. O primeiro presidente da República Cooperativa da Guiana e o primeiro nativo governador geral de Trinidad e Tobago eram chineses; no Suriname, quando, após o golpe de 1980, autoridades civis e militares ainda tentavam chegar a um certo equilíbrio em suas relações, o médico Henk Chin A Sen foi chamado a assumir o cargo de primeiro-ministro.

Outra corrente migratória notável por sua mobilidade em muitas das ilhas maiores do Caribe (bem como em boa parte do continente sul-americano) é denominada por muitos nomes: turcos, árabes, sírios ou libaneses. Essas pessoas entraram pela primeira vez no Caribe como cidadãos do Império Otomano no final do século XIX. Começando como mascates, muitos deles acabaram se tornando prósperos comerciantes. Enquanto alguns membros de gerações subsequentes permaneceram fiéis à tradição comercial, outros abraçaram profissões liberais ou carreiras públicas, muitos deles com bastante sucesso. Nomes libaneses — como Seaga (na Jamaica), Majluta (na República Dominicana) e Isa (em Curaçao) — foram, em diferentes épocas, reputados políticos.

Em uma comparação entre a assimilação de grupos levantinos no Haiti, em Trinidad e

na República Dominicana, Nicholls observa que a comunidade libanesa da República Dominicana detém tanto o mais ativo dos clubes étnicos como o mais alto índice de casamento exógamo e de aculturação geral (Nicholls, 1981). Pode-se alegar que foi sua rápida absorção nessa sociedade hispânica (cuja maneira de ser e composição étnica mediterrâneas, particularmente de suas classes média e alta, eram, em muitos aspectos, parecidíssimas com as da região de origem desses imigrantes) que fez com que atribuíssem tanta importância à organização em grupos (de maneira quase artificial) para não perderem totalmente sua identidade e coesão étnica. Um isolamento social maior dos levantinos no Haiti e em Trinidad, causado em parte pela estrutura social e *racial* dessas sociedades, tornou menos imperiosa a necessidade de uma organização especial de grupo.

É claro que os imigrantes permanentes devem ser distinguidos dos residentes temporários; o funcionário público francês está em uma posição muito diferente da de um martinicano *béké* (crioulo branco); o trabalhador sazonal haitiano, da do nativo de St. Maarten; e o especialista em paraísos fiscais expatriado, da do ilhéu de Cayman. No entanto, a linha que os divide é tênue — alguns visitantes permanecem mais tempo do que pretendiam e alguns enclaves estrangeiros temporários acabam fornecendo um novo ingrediente crioulo para a colcha de retalhos social.

Dada a diversidade dos casos, seria imprudente tentar formular conclusões gerais a respeito do impacto dessas migrações sobre as relações raciais para o conjunto do Caribe.

Vimos anteriormente como adições relativamente grandes, posteriores ao início de seu rápido desenvolvimento açucareiro, aos pólos negro e branco pesaram fortemente no *continuum* sociorracial de Cuba e da República Dominicana. Também o resultado da migração maciça proveniente das Índias

Orientais para as Guianas e Trinidad foi nada menos que a mudança total do caráter dessas sociedades. E, ainda mais evidente, a chegada de um número reduzido de imigrantes a comunidades pequenas pode ter resultados dramáticos. Quando, por exemplo, a minúscula elite branca das Ilhas de Barlavento holandesas mudou-se para as Ilhas de Sotavento nas décadas de quarenta e cinquenta, toda a estrutura sociorracial dessas localidades foi alterada. Em Curaçao, os tumultos e o incêndio criminoso de maio de 1969 mostraram a ira especial contra as minorias de comerciantes, já prósperas, que haviam chegado mais recentemente, embora cada uma dessas minorias fosse pequena em números absolutos. Pode ser que esses atacadistas migrantes (cujo sucesso comercial os estratos de cor e negros atribuem tanto a seu alegado tratamento preferencial pelos bancos *brancos* e sua crassa exploração dos empregados de classe mais baixa como a seus hábitos de trabalho duro e vida frugal) tendessem a se colocar em uma posição mais precária do ponto de vista social que outros recém-chegados. Contudo, também nesse caso, como indica nosso breve estudo das experiências chinesa e levantina, os efeitos da estrutura e cultura peculiares de cada sociedade de acolhida sobre o papel e o comportamento de seus imigrantes são profundos a ponto de impossibilitar generalizações completas.

Emigrações da região

Por fim, é importante dizer uma palavra a respeito das emigrações do Caribe. Também nesse caso, os atuais movimentos de grande escala tendem a obscurecer, em nossa mente, os antecedentes históricos, tais como a fixação de migrantes cubanos em Tampa e Key West, na Flórida, na década de 1870, ou a emigração de membros das elites de cor do Suriname e das colônicas britânicas para

suas respectivas metrópoles no início do século XX. Na segunda metade do século XIX, a área de Nova Iorque já abrigava, é claro, colônias de expatriados hispânicos, entre os quais havia revolucionários exilados, como o cubano José Martí e o dominicano Gregorio Luperón. Foi só em décadas mais recentes que grande leva de emigrantes caribenhos, com um número crescente de pessoas de *status* social mais baixo, começou a se mudar para os Estados Unidos, o Canadá e a Europa Ocidental à procura de melhores oportunidades para si mesmos e para seus filhos. Às vezes, essas pessoas são movidas pela insegurança decorrente da instabilidade política, quando seus países passam por processos de descolonização ou mudança revolucionária.

Como cidadãos norte-americanos, os porto-riquenhos vão e voltam entre a ilha e o continente em números elevados; o ritmo de sua movimentação é ditado, em grande medida, pelos altos e baixos da economia dos Estados Unidos. Os dominicanos, livres para saírem de seu país após a queda do regime de Trujillo em 1961, agora contam com uma comunidade nos Estados Unidos que é estimada em cerca de 300 mil pessoas. O êxodo cubano data aproximadamente da mesma época e, mais recentemente, o afluxo de *boat-people* haitianos (que procuram chegar ao litoral norte-americano de barco) para a Flórida freqüentou as manchetes dos jornais. Desde a década de cinquenta, tem havido um fluxo contínuo das Índias Ocidentais britânicas para a Grã-Bretanha e para a América do Norte, esta recebendo um número relativamente superior de migrantes depois que a Grã-Bretanha adotou uma legislação restritiva. Às vezes esse fluxo engrossa — como, por exemplo, quando a situação política e econômica da Jamaica se deteriorou, no final da década de setenta, motivando a partida de um número significativo de integrantes de suas elites econômica e profissional.

Os efeitos dessas migrações sobre as relações raciais são difíceis de avaliar e há pouca pesquisa sobre o tema. Em sociedades das quais está saindo um número significativo de pessoas de classe média ou alta, os postos que estas deixam vagos podem ser ocupados por negros em processo de mobilidade ascendente. E em sociedades (como a República Dominicana, por exemplo) em que não é o grupo mais pobre da população rural que emigra, mas os que têm uma pequena propriedade e alguma poupança, pode haver um *escurecimento* da população remanescente. Mudanças muito mais drásticas ocorrem em populações relativamente pequenas, como a do Suriname, um terço da qual (180 mil) hoje vive na Holanda. Os números desproporcionais de afro-surinameses — distintos dos surinameses oriundos das Índias Orientais — entre os emigrantes devem tomar ainda mais precário o tradicional domínio dos primeiros sobre os segundos no Suriname.

Eu aduziria que as emigrações caribenhas para a Europa e os Estados Unidos, embora causadas pelas mesmas forças, são de ordem diferente, tanto como experiência para as pessoas implicadas como em seus efeitos sobre a região do Caribe. Enquanto, em ambos os continentes, os imigrantes tendem, por nostalgia, a idealizar o país que deixaram, desfocar sua imagem antes nítida e alimentar visões menos realistas de seu desenvolvimento potencial, e embora, em ambos os casos, membros da segunda geração possam sofrer de desarraigamento cultural e rejeição social, sua situação é agravada na Europa pela consciência de que o Caribe está mais distante. As viagens entre o Caribe e o continente norte-americano são muito mais frequentes em ambas as direções. Os que partiram e os que ficaram estão muito mais a par do que ocorre nos dois ambientes.

Além disso, os Estados Unidos já eram uma sociedade multirracial muito antes que come-

çassem a chegar pessoas do Caribe. Na Europa, ao contrário, a perspectiva de se tornar uma sociedade multirracial só começou a ser contemplada depois que estas e outras migrações introduziram a idéia. Em outras palavras, na Europa Ocidental (e, até certo ponto, também no Canadá), os imigrantes caribenhos estão participando, juntamente com outras novas minorias, de um lento processo que, em última instância, levará ao surgimento de alguma estrutura sociorracial distintiva. Nos Estados Unidos, contudo, os caribenhos precisam encontrar um nicho em uma estrutura multirracial preexistente cuja divisão é essencialmente dual, entre brancos e negros. Cada grupo apresenta, sem dúvida, uma diferenciação interna complexa, mas não há grupo intermediário socialmente reconhecido de pessoas de cor comparável com o que existe no Caribe.

Para os imigrantes caribenhos, que são classificados inequivocamente como negros ou brancos em seu país de origem, a dicotomia norte-americana não constitui problema: eles se incorporam a uma ou outra das categorias sociorraciais norte-americanas, à medida que se tornam menos estrangeiros em sua fala, maneira de vestir etc., podendo, assim, ser excluídos do grupo dos imigrantes e absorvidos como norte-americanos *negros* ou *brancos*.

Entretanto, os oriundos do Caribe não-hispânico que pertenciam ao agrupamento intermediário das *pessoas de cor* vêem-se subitamente definidos como *negros* em seu novo país, provação pela qual passam todos os da parte hispânica que, em seus países de origem, ocupavam posições intermediárias na fluida gradação sociorracial, ou talvez fossem até definidos como *brancos*, de acordo com critérios sociais não reconhecidos nos Estados Unidos. Não deve ser uma surpresa ver que este último grupo hispânico demonstra um interesse ativo (e às vezes militante) em enfatizar e preservar seu patri-

mônio cultural comum, do qual sua categorização sociorracial é parte integrante. Ao fazê-lo, podem muito bem conseguir criar um novo grupo médio de *latinos* (dentro do qual provavelmente persistiriam algumas categorias internas, conforme a origem nacional e a *cor*), situado entre as antigas categorias de *negro* e *branco*. Essa ênfase dada às origens culturais do grupo, e não às definições raciais, fez do cognome *hispânico* um critério principal de identificação para fins de ação social ou política.

As pessoas de cor não-hispânicas que vivem nos Estados Unidos, em sua maioria de língua inglesa e, por esse mero fato, mais propensas à assimilação cultural, tiveram de se inserir no grupo dos negros norte-americanos. Um bom número delas é proveniente de famílias de classe média das Índias Ocidentais e tem uma boa formação, o que lhes possibilitou um rápido deslocamento para a faixa socioeconômica superior da população negra dos Estados Unidos. Essa combinação de mobilidade econômica ascendente e degradação dentro da estrutura sociorracial pode ter sido uma das dolorosas razões pelas quais um número significativo de militantes negros pelos direitos civis — Malcom X e Stokely Carmichael, por exemplo — tinha laços familiares com o Caribe (britânico). Uma experiência igualmente frustrante, ocorrida muito antes no nosso século, pode ter levado o jamaicano Marcus Garvey, hoje reverenciado como herói nacional em seu país, a dar início a um movimento de “Volta para a África” nos Estados Unidos.

Conclusão

Embora seja tentador fazer afirmações gerais sobre a difícil situação e as lutas dos negros no hemisfério ocidental (além disso, tais afirmações costumam ser tanto verdadeiras como hem fundadas), só é possível

apreender certos acontecimentos e fenômenos tendo em mente as diferenças na evolução das relações e estruturas raciais, tanto nas sociedades caribenhas como nas que acolhem emigrantes do Caribe. Uma consciência dessas diferenças ajuda a explicar, por exemplo, a surpresa de negros norte-americanos que, ao visitar Cuba nos primeiros anos da revolução, ficaram sabendo que uma luta pela emancipação dos negros enquanto entidade sociorracial independente, nos termos norte-americanos, não se ajustava nem aos princípios ideológicos cubanos nem a suas noções, muito mais antigas e enraizadas, de um *continuum* sociorracial fluido. Essa consciência também nos ajuda a entender por que a ideologia inicial do *Black Power* — baseada na divisão dual entre negros e brancos, que é a da América do Norte — enfrentou a resistência dos caribenhos que percebiam a si mesmos como de cor e, em alguns casos, só podiam aceitar o termo redefinindo *negro* como qualquer pessoa, em qualquer lugar, que estivesse sendo explorada por políticas e atitudes metropolitanas ou imperialistas. Nessa versão redefinida, Fidel Castro poderia ser chamado de *negro* e os oriundos das Índias Orientais residentes nas Guianas e em Trinidad podiam, sob a mesma ótica, ser convidados a se unir aos *outros negros* em uma luta por uma sociedade mais justa. Essas *translações* podem ter propósitos legítimos, talvez até louváveis, mas, durante esse processo, perde-se boa parte do significado original do termo e sua validade no contexto em que opera.

Esse talvez seja o maior valor da comparação entre as relações raciais de diferentes sociedades, exercício ao qual a região do Caribe se presta tão bem: assim aprendemos que a mesma palavra pode ter diferentes significados e que *branco*, *de cor* ou *negro* nem sempre significam o que a nossa própria experiência sugere.

NOTAS

1. Uso a palavra *crioulo* como antônimo de *estrangeiro*. Assim, *cultura crioula* se refere aos aspectos da cultura que se desenvolveram ou foram adaptados no hemisfério ocidental e se tomaram parte do patrimônio distintivo de uma sociedade do Novo Mundo. Na América Latina, o termo *criollo*, quando aplicado a pessoas, originalmente se referia apenas aos brancos nascidos no continente. No Caribe hispânico de hoje, essa palavra muitas vezes inclui todos os nascidos e criados em uma determinada sociedade. Em outros lugares, como no Suriname, o termo pode ser usado para denotar grupos populacionais há muito estabelecidos no país, como os afro-americanos, em contraste com os grupos de imigração mais recente.

2. No presente ensaio, a expressão *de cor* se refere a pessoas de ascendência mista africano-européia. Com exceção dos Estados Unidos, essas pessoas tendem a ser percebidas como uma categoria sociorracial algo distinta, situadas numa posição entre os *brancos* e os *negros*.

3. Ver também a conclusão deste ensaio.

4. Este talvez seja o lugar para explicar por que, no presente ensaio, prefiro não distinguir rigidamente grupos *raciais* de *étnicos*. Um único grupo de imigrantes pode funcionar como um agrupamento social coeso e culturalmente distinto dentro de uma sociedade, ao passo que, em outro caso, seus membros podem se definir sobretudo, ou até exclusivamente, em termos de uma das principais categorias sociorraciais. Assim também, em uma sociedade, um grupo racial há muito estabelecido pode partilhar totalmente a cultura nacional, ao passo que em outra talvez tenha tantos traços culturais distintivos que possa ser chamado de grupo étnico. Em outro trabalho, escrevi:

Se definirmos um grupo étnico como aquele em que a coesão interna está baseada em critérios atributivos, vistos intersubjetivamente como essenciais o suficiente para gerar uma cultura com limites relativamente claros (ver Barth, 1969), pode-se argumentar que cada um dos principais grupos sociorraciais dos Estados Unidos e do Caribe não-ibérico merece essa qualificação. A razão pela qual me abstive de usar a expressão "grupo étnico" é que, tal como definido aqui, ela sugere facilmente uma ausência de lealdades atributivas superpostas, o que não ocorre nas unidades políticas estruturalmente complexas que estamos discutindo. Assim, nos Estados Unidos, pode-se dizer que os brancos constituem um grupo étnico em relação à população negra. No entanto, essa expressão também é comumente aplicada aos grupos que mantêm lealdades atributivas baseadas em uma origem e/ou background cultural comum não-norte-americano. De maneira semelhante, todos os grupos étnicos nessas sociedades [no Caribe] partilham, em maior ou menor grau, sentimentos de identidade e lealdade em relação à sua atual nação ou território. De fato, [sob certas condições] as nações também podem ser definidas como grupos étnicos. (...) Assim, seria aconselhável não incluir as múltiplas lealdades atributivas que os indivíduos dessas sociedades podem professar como um número igual de "grupos étnicos". Caberia, antes, analisar essas lealdades em termos de seu conteúdo atributivo e em termos de sua maior ou menor correlação. (Hocink, 1975, p.18-9.)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTH, Fredrik (1969). "Introduction". In: BARTH, Fredrik (ed.). *Ethnic groups and boundaries*, p. 9-38. Oslo, Univ. Forlaget; London, George Allen & Unwin.
- BRATHWAITE, Edward (1971). *The development of Creole society in Jamaica, 1770-1820*. Oxford, Clarendon Press.

- HOETINK, H. (1973). *Slavery and race relations in the Americas: an inquiry into their nature and nexus*. New York, Harper & Row.
- (1975). "Resource competition, monopoly and socioracial diversity." In: DESPRES, Leo A. (ed.). *Ethnicity and resource competition in plural societies*, p. 9-27. Paris, The Hague & Mouton.
- (1982). *The Dominican people, 1850-1900: notes for a historical sociology*. Johns Hopkins Studies in Atlantic History and Culture. Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- HOFFMANN, Léon-François (1980). "Slavery and race in Haitian letters". *Caribbean Review*, 9(2):28-32.
- KNIGHT, Franklin W. (1970). *Slave society in Cuba during the nineteenth-century*. Madison, University of Wisconsin Press.
- LEYBURN, James G. (1966). *The Haitian people*. New Haven, Conn., Yale University Press.
- LOWENTHAL, David (1972). *West Indian societies*. London, Oxford University Press.
- MAINGOT, Anthony P. (1983). *Review of forged from the love of liberty: selected speeches of Dr. Eric Williams*. Compilado e introduzido por Paul K. Sutton (Port of Spain, Trinidad, Longman Caribbean, 1981). *New West Indian Guide* (57):89-97.
- MINTZ, Sidney W. (1974). *Caribbean transformations*. Chicago, Aldine (reeditado em 1984, em Baltimore, pela Johns Hopkins University Press).
- NAIPAUL, V. S. (1962). *The middle passage: the Caribbean revisited*. London, André Deutsch.
- NICHOLLS, David (1981). "No Hawkers and Pedlars: levantines in the Caribbean". *Ethnic and Racial Studies* (4):415-32.
- PASTOR, Robert (1982). "Sinking in the Caribbean basin". *Foreign Affairs* (60):1038-58.
- PATTERSON, Orlando (1977). *Ethnic Chauvinism: the reactionary impulse*. New York, Stein & Day.
- RÖMER, R. A. (1974). "Het 'wij' van de Curacaoenaar". *Kristof* (1/2):49-60.
- SMITH, Raymond T. (1982). "Race and class in postemancipation Caribbean". In: ROSS, Robert (ed.). *Racism and colonialism: essays on ideology and social structure*, p. 93-119. Comparative Studies in Overseas History, Publications of the Leiden Centre for History of European Expansion. The Hague, Martinus Nijhoff.
- YARYURA, Camilo (1983). "El Santo Entierro". *Suplemento Listín Diario*, 4 June.

SUMMARY

Race and color in the Caribbean

To understand how there came to be different patterns of race relations in the Caribbean requires looking into the genesis of these differences in the history of the (former) Caribbean colonies. Race relations in the islands or countries

dominated by Spain until independence differ a good deal from those in areas that belonged to England. In the former, next to forms of race discrimination, there has long been a color continuum, resulting from miscegenation, while in the

latter race relations have been more polarize and less subject to individual manipulation. The (former) colonies of France and Holland take an intermediary position. The type of economy explains only in part such great differences. These

can be explained as much by economic factors as by different kinds of religion (Catholic versus Protestant), notions of beauty (that can make — or not — the mestizo into the beauty ideal) and political experience.

RÉSUMÉ

Race et couleur dans le Caraïbes

La compréhension de la différence des niveaux des relations raciales aux Caraïbes demande une recherche sur l'origine de ces différences dans l'histoire des anciennes colonies qui forment les Caraïbes. Dans cette région les relations raciales des îles et/ou pays qui ont été dominés par l'Espagne jusqu'à leur indépendance sont très différentes du type de relations raciales qui existent dans les pays qui ont appartenus à l'Angleterre. Dans les premiers, à côté des formes de discrimination raciale il y a toujours eu une continuation de la couleur grâce au

croisement de races. Dans le deuxième cas, les relations raciales sont plus polarisées e moins sujettes à la manipulation individuelle. Les anciennes colonies françaises et hollandaises ont une position intermédiaire. Le type de l'économie justifie seulement en partie ces grandes différences. La religion (catholique vs. protestante); les notions de beauté (qui peuvent faire ou non du métis l'idéal de beauté) et la coexistence politique sont des facteurs qui expliquent ces différences tout autant que les facteurs d'ordre économique.

A 'underclass' urbana no imaginário social e científico norte-americano*

Loïc J. D. Wacquant**

**Publicado em Serge Paugam (ed.), L'exclusion: l'état des savoirs, Paris, La Découverte, 1996. Recebido para publicação em outubro de 1996.*

***Professor do Departamento de Sociologia da Universidade da Califórnia, Berkeley.*

Este artigo é uma análise crítica ao crescimento, transformação e desaparecimento iminente da underclass no debate acadêmico e político sobre raça e pobreza urbana nos Estados Unidos. Circulando dentro e fora das ciências sociais, do jornalismo e do campo político, essa noção confusa e incipiente tem funcionado como um instrumento de acusação sobre o negro pobre ameaçador e figura na sociologia da desigualdade urbana não como um instrumento, mas como um objeto de análise. Três faces da underclass são distinguidas: a concepção estrutural, iniciada por Gunnar Myrdal; a visão behaviorista, que atingiu status hegemônico; e as aproximações neo-ecológicas, desenvolvidas por William Julius Wilson para realçar o papel da comunidade como incubadora da marginalidade. Após uma década de extensivas discussões, a underclass permanece uma noção inflexivelmente indeterminada, heterogênea e essencialmente ideológica, impregnada por grande número de incoerências empíricas. Essa (re)invenção expressa primeiramente uma mudança de atitude das classes médias e das elites do Estado em relação aos negros pobres e o desejo de atribuir responsabilidades sobre um grupo proscrito que viola a visão ideológica predominante da sociedade norte-americana como um lugar de oportunidade e sucesso individuais.

Palavras-chave: *underclass*; raça; pobreza urbana; desigualdade; exclusão.

"O que importa não é distinguir as palavras, é conseguir identificar as coisas que estão encobertas por elas"
(Emile Durkheim).

Entre o conceito e o mito: genealogia de uma categoria ambígua

Um novo animal social irrompeu na paisagem urbana norte-americana dos anos 80 e, desde então, aterro-riza a população e provoca uma crescente inquietude nas autoridades. Sua descoberta foi acompanhada por uma febril atividade da mídia: não houve nenhum grande meio de comunicação de massas que não tenha dedicado artigos, editoriais e reportagens ao comportamento nocivo e predatório que o caracterizava. Políticos de todos os horizontes condenam sua sinistra presença no coração da cidade, na qual vêm tanto o sintoma quanto a causa da delinquência nos bairros degradados que afligem as metrópoles do país. Cientistas sociais e especialistas em políticas públicas foram intimados a localizar seu *habitat*, dimensionar seus efetivos e conhecer seus costumes, a fim de elaborar um meio de conter sua proliferação pernicioso (Jencks e Peterson, 1991; Devine e Wright, 1993).

Esse animal é a *underclass* urbana, expressão de contornos mal definidos e com conotações sulfurosas,¹ a qual nos furtaremos de traduzir, na medida em que ela nos remete a uma realidade norte-americana sem equivalência apropriada nos países da Europa, devido às profundas diferenças na maneira como os dois continentes concebem e tratam politicamente a marginalidade (Heisler, 1991; Mingione, 1995). De fato, essa *underclass* não é nem o lúmpen da teoria marxista (nesse caso, o termo é enganador, não se trata de uma classe), nem o quarto mundo da sociologia inspirada no catolicis-

mo social (ela é mais objeto do terror e do desprezo do que da compaixão), nem os *novos pobres* e outros excluídos do recente debate hexagonal sobre as desigualdades urbanas (o primeiro termo esteve rapidamente em voga no início dos anos sessenta, o segundo não existe no vocabulário norte-americano sobre o assunto). É um amálgama indefinido — “um amontoado de fracassos sociais”, conclui Carole Marks (1991, p. 462) após uma revisão exaustiva dos trabalhos recentes sobre o assunto — composto de categorias fundamentalmente díspares, que somente podem ser reunidas devido ao fato de que são vistas como representando uma ameaça indissociavelmente física, moral e fiscal, em relação à integridade da sociedade urbana.

Descrita, cada vez mais, como uma “subcultura feroz”, “um concentrado de desvios”, uma “embrulhada de patologias”, ou ainda “uma nação à parte” em vias de constituir “enclaves permanentes de miséria e de vício” (expressões que encontramos tanto em textos jornalísticos quanto em publicações especializadas), a *underclass* não engloba todos os deserdados, nem mesmo os mais marginais dos marginais urbanos. Ela designa, de acordo com a divisão vitoriana entre pobres “virtuosos” e os “depravados”, herdados da era colonial (Castel, 1978), os “maus pobres” dos bairros segregados, os que, por sua conduta, estilo de vida e seus valores “disfuncionais”, seriam responsáveis pelo seu lastimável destino e pelo declínio da cidade, onde eles despejam um monte de problemas sociais que lhes são inerentes: desemprego quase perpétuo e o recurso crônico aos benefícios sociais, desajuste matrimonial e desregramento sexual, fracassos na escola e prisões, tráfico e consumo de drogas, delinquência de rua e criminalidade violenta.

Periculosidade e imoralidade são, junto com o fato de pertencerem a uma categoria

etnorracial estigmatizada (afro-americanos e, secundariamente, porto-riquenhos e chicanos), os traços diferenciadores que motivam a atribuição de autoridade a esse grupo de pobres cujo surgimento explicaria a deterioração contínua dos guetos e bairros da metrópole norte-americana, mas que se verá que só existe no papel. Artifício estatístico nascido da reunião arbitrária de populações apresentando relações e mecanismos sociais díspares, a *underclass* é um referencial do espaço urbano, referencial esse amaldiçoado, evitado e percebido de longe (e do alto) sobre o qual cada um pode projetar seus fantasmas. Mais que uma categoria sociológica, é um *catagorema*: um instrumento de acusação pública. A *underclass* entra na sociologia não a título de ferramenta analítica, mas de objeto de uma crença pública a ser esclarecida.

De onde exatamente surge essa noção de *underclass*, como é configurado o campo dos significados que lhe são atribuídos e quais são as razões de seu sucesso social na ausência do científico? Saído dos debates das ciências sociais que precederam o lançamento do programa Guerra à Pobreza, do presidente Johnson, o termo adquire sua áurea de nobreza junto às grandes fundações filantrópicas nos anos 70. Estas viam, então, o meio de relegitimar sua ação no contexto da reeleição de Nixon, identificando uma nova população-alvo, supostamente rebelde quanto às medidas convencionais de luta contra a pobreza e, portanto, exigindo um esforço renovado de observação e de intervenção.

Daí, a temática da *underclass* se espalhar pela mídia, sedenta de representações sensacionalistas do gueto, de acordo com os estereótipos racistas seculares servidos ao sabor da virada do país. Essa reconstrução híbrida, semi-administrativa, semijornalística, volta a influenciar a pesquisa científica, assegurando aos que a adotam meios financeiros e

repercussão na mídia, apesar de ultrapassar rapidamente a problemática oriunda da "cultura da pobreza".

As três faces da 'underclass'

Podemos agrupar de maneira sumária os diversos usos da *underclass* em três grandes famílias: segundo a ênfase aplicada à estrutura do mercado de trabalho, à conduta e ao perfil dos indivíduos incriminados, ou sobre as características sociais do bairro e do ambiente humano circunvizinhos. Dessas três acepções, estrutural, comportamental e ecológica, é a segunda, cuja densidade semântica é carregada de associações degradantes, que se apresenta à frente da cena intelectual e política (Kelso, 1994). Ela desfruta hoje de uma hegemonia pouco ameaçada pelos defensores de uma abordagem de tipo ecológico, preocupada em sintetizar fatores estruturais, espaciais e individuais. É por isso que vários pesquisadores, dentre os mais autorizados, acabaram por se distanciar de um termo "irremediavelmente poluído" (Gans, 1991, p. 274) cujo principal resultado foi estigmatizar os habitantes do gueto negro, de maneira a justificar a política de abandono urbano do Estado norte-americano, que é a principal causa de sua miséria (Wacquant, 1992).

As origens: a 'underclass' como posição estrutural

Deve-se ao economista Gunnar Myrdal essa inovação terminológica, inspirada no sueco *underklasse*, que define, na língua literária do século XIX, a classe dita inferior e ressalta a oposição entre a base e o alto da escala societal, classificado como *overklass*. A contracorrente do otimismo reinante no início da década de sessenta (John Galbraith

comemorou, na ocasião, o surgimento da "sociedade da abundância" e Daniel Bell, o "fim das ideologias"), Myrdal desmascara em *Challenge to affluence* (1963, p. 34-5) a ficção de uma sociedade norte-americana "aberta e livre", onde cada um pode ascender socialmente e prosperar, desde que haja simplesmente vontade. Ele se assusta com a emergência de uma camada de "famílias e indivíduos subempregados, sem emprego e pouco a pouco impossibilitados de conseguir uma ocupação, situados no mais baixo patamar da ordem social", que não são "realmente parte ativa da vida nacional, mas que formam um estrato supérfluo e miserável".

Esse inquietante desenvolvimento tem, segundo Myrdal, duas vertentes principais: o progresso contínuo da produtividade e a generalização do acesso ao ensino superior e à formação profissional. Combinando-se, elas destroem os empregos de baixa qualificação e tornam virtualmente obsoleta uma porção crescente da classe operária. Para os mais desprovidos, é uma verdadeira *barreira de casta* que surge, pois à expulsão da esfera produtiva, devido aos avanços tecnológicos, somam-se as reações corporativistas dos sindicatos, sem falar, no caso dos negros, da discriminação racial e da segregação residencial.

Myrdal prediz que a cristalização de um núcleo resistente de desempregados permanentes seria acompanhada não só de um aumento da anomia, do isolamento social e da criminalidade, mas também da desmoralização das famílias, sacrificadas no altar da modernização econômica. Isso porque, numa sociedade preta de uma ética puritana baseada na competição profissional, estar privado de trabalho significa se encontrar privado de todo meio de ascender à dignidade social. A ausência de representação política se encarrega de fechar o *círculo vicioso*

no qual são confinados os novos párias da América.

Myrdal não somente invoca o termo *underclass* com parcimônia e prudência, ele chega a escrevê-lo entre aspas e com um travessão... A seus olhos, tal coletivo é menos uma realidade solidamente estabelecida do que uma "ameaça" que se insinua no horizonte da sociedade pós-industrial (Myrdal, 1963, p. 37-8). Sua presumida configuração não é menos clara: ela se apóia sobre uma situação na estrutura de classe ou à sua margem; ela é tanto rural quanto urbana, tão branca quanto negra; enfim, ela é diretamente impactada pelas políticas públicas quanto a habitação, proteção social e urbanismo. Para Myrdal, é o caráter da sociedade, notadamente da estrutura socioprofissional, que está em causa e não o caráter de indivíduos pegos na rede do novo mercado de trabalho, seu comportamento cotidiano, ou a cultura do grupo ao qual pertence. O elemento decisivo é o relacionamento frouxo ou rompido com o mundo do salário e o verdadeiro remédio contra a "maldição do desemprego" permanente, o pleno emprego.

Raros são os pesquisadores que fazem uso analítico do conceito criado por Myrdal. À exceção de algumas menções descritivas esparsas na sociologia urbana norte-americana, vamos encontrá-lo, uma década mais tarde, nos textos de Anthony Giddens. O sociólogo britânico sugere que estamos diante de uma *underclass* sempre que "as diferenças étnicas funcionam como critério desqualificante no mercado de trabalho, de tal forma que os que estão incluídos na categoria em questão se encontram fortemente concentrados nos empregos mais mal remunerados ou estão periodicamente subempregados" (Giddens, 1973, p. 113). De acordo com essa definição, a *underclass* é a componente mais fragilizada da classe operária, em função do mosaico das clivagens econômi-

cas e étnicas. A presença de uma “vasta *underclass* fortemente estruturada”, cheia de negros urbanos, aparece como um dado central da vida social e política norte-americana. Nos países europeus, o lugar da *underclass* seria mais frágil e mais estreito, em função de seu recrutamento mais recente entre trabalhadores imigrantes originários do Terceiro Mundo (Giddens, 1973, p. 216-8).

É no rastro dessa concepção estrutural que se inserem as análises de Douglas Glasgow (mal conhecidas, pois apareceram antes que o pânico moral da *underclass* assumisse uma amplitude nacional). Apoiando-se no estudo das trajetórias e estratégias dos participantes das revoltas de Watts em 1965, Glasgow defende a opinião de que a *underclass* é um fato social incontornável, uma posição permanente da estrutura da classe urbana ocupada pelos jovens negros confinados nos bairros de exílio do gueto. Três mecanismos interligados alimentam a consolidação (Glasgow, 1980, p. 1.011): em primeiro lugar, a exclusão racial, brutal e aberta, até as revoltas dos anos sessenta, mais sutil e disfarçada depois; em seguida, as práticas de rejeição sistemática das instituições oficiais (inclusive a escola), que mutilam e condenam ao fracasso a juventude dos bairros negros; enfim, a expulsão do assalariado, que cria uma população numerosa cujo controle cabe às forças de polícia e aos serviços sociais e médicos.

Para Glasgow, entretanto, é sua imobilidade social que distingue mais nitidamente, da classe dita inferior, a *underclass*. A denominação, para ele, “não implica conotação alguma de demérito moral” e imputação de alguma incapacidade psicológica ou cultural. Adotem eles as orientações convencionais ou procurem refúgio numa cultura de sobrevida em ruptura com os valores dominantes, os residentes dos bantustões urbanos da América são impiedosamente apartados. E

Glasgow (1980, p. 178-81) denuncia “três mitos” perniciosos segundo os quais os jovens do gueto seriam indiferentes ao sucesso social, desmotivados em relação ao trabalho e ansiosos por ingressarem nas estatísticas dos beneficiários da previdência.

O esquema dominante da ‘underclass’ como um conjunto de comportamentos anti-sociais

Por uma cruel ironia, são exatamente esses três mitos que formam a base da noção de *underclass* tal como ela reaparece nos campos políticos e mediáticos no início dos anos oitenta, ao custo de uma metamorfose que a obriga a se tornar figura-chave do discurso repressivo e moralizador na questão sobre as relações entre a pobreza e a política social, que depois terá seu desdobraimento:

Em um decênio, a underclass se transformará de reserva de mão-de-obra supérflua e abandonada em um grupo seleto de terroristas negros urbanos. (Marks, 1991, p. 454.)

Seus membros não se importam mais com a ausência de renda, de possibilidades de emprego ou de mobilidade socioeconômica, mas sim com os “comportamentos anti-sociais”, que os fazem discrepar do *mainstream* da sociedade norte-americana. Esse rótulo de *underclass*, impingido pelos jornalistas do *Chicago Tribune* (1986, p. 3) num artigo intitulado “Le boulet américain”, é o suficiente para ilustrar a mutação sofrida pelo termo:

Seus membros não partilham dos valores tradicionais, que são o trabalho, o dinheiro, a educação, a família ou, mesmo, a vida. É uma classe de incapazes [misfits] que os norte-americanos mais afortunados conhecem principalmente

como vítimas ou responsáveis pelas estatísticas da criminalidade. Neste último quarto de século, essa subcultura se auto-perpetuou. Ela anulou todos os esforços que visavam resolver seus problemas, resiste às medidas mais simples e complexas, absorve mais do que a parte que lhe cabe das despesas sociais e provoca turbulências sociais e políticas desmedidas em relação a seu peso demográfico.

Quadros semelhantes são esboçados pelos artigos que florescem no *Newsweek*, *Fortune*, *The Atlantic Monthly* e na *Reader's Digest*, à medida que se expande a "guerra ao Estado-previdência", o mesmo estribilho dos governos sucessivos de Reagan e de Bush (Katz, 1989). O que atormenta hoje em dia a América não é a brutal miséria e as chances de vida amputadas dos cidadãos mais vulneráveis, mas a criminalidade violenta, simbolizada pelas gangues negras, a depravação moral atribuída aos pobres, encarnada pela sexualidade incontrolada das adolescentes, jovens mães solteiras do gueto, e o peso fiscal julgado intolerável dos programas sociais implementados sob a pressão dos movimentos reivindicatórios dos anos sessenta (Wacquant, 1992, p. 118-20).

Aliás, a noção de *underclass* perdeu seu embasamento estrutural, já que, em lugar de uma relação com o mercado de trabalho, encontramos uma litania de comportamentos sustentados por contrários à ética norte-americana. Sua localização geográfica se fixou no gueto e sua dimensão racial se endureceu, ao mesmo tempo que se abrandava: o termo coloca no índice os negros pobres, sem ser, necessariamente, impregnado pela questão da cor. As bases institucionais e políticas que ele deveria ressaltar são mascaradas pelo fato de que este último é, agora, definido de maneira extensiva, por simples enumeração, e não por compreensão, pela

enunciação do princípio sociológico que lhe confere sua unidade. E com razão: não há, a não ser a hostilidade, cujos alvos são os marginais e minorias, nesse período de transformação social e de incerteza econômica.

Assim, no *best seller* que introduz a palavra *underclass* na língua corrente, o repórter Ken Auletta (1982) justapõe, sob essa rubrica (que é citada como tomada emprestada de um relatório da Fundação Ford), quatro categorias de "incapazes sociais", que não têm muita coisa em comum, exceto serem crençes, desprezados e desprovidos de poder: os "pobres passivos", que recebem a ajuda da previdência; os criminosos de rua, que aterrorizam a maior parte das cidades; os vagabundos e marginais da economia informal (até quando eles enriquecem e não cometem crimes); enfim, os "bebuns traumatizados", os vadios, os SDFs (sem domicílio fixo) e os "enfermos mentais".

Tal séquito seria motivo de risos se não se encontrasse, algo disfarçadamente, nos trabalhos de pesquisadores preocupados em especificar os parâmetros, as causas e as conseqüências de um fenômeno cuja existência eles atribuem ao senso comum jornalístico e político do momento (Gans, 1991, p. 276-7). Assim, os usos científicos da *underclass*, que se difundiram na década passada, estão invariavelmente contaminados pelas idéias preconcebidas que Auletta registrou. O exame comparado das publicações universitárias e jornalísticas mostra que não há nenhuma definição clara do grupo que recupere qualquer ingrediente *behaviorista* oriundo da percepção normal.² Ter um filho fora dos sacramentos do casamento e usufruir dos benefícios sociais de um parente isolado, dedicar-se a uma atividade informal, ao invés de manter um emprego precário; interromper os estudos em curso; ter como origem uma família sem pai; não trabalhar quando se tem um corpo e mente saudáveis,

são comportamentos considerados típicos da *underclass*, na medida em que são observados no perímetro do purgatório urbano do gueto (Jenks e Peterson, 1991, p. 30, 155-6, 172, 301, 322-3 e 397).

Da mesma forma que existem “comportamentos *underclass*”, haveria “bairros *underclass*”. Eroll Ricketts e Isabel Sawhill (dois economistas do Urban Institute, um *think tank* especializado em consultoria para política social) chamam assim a toda zona na qual esse tipo de comportamento é comum, ou seja, as áreas que encerram uma proporção acima do normal (mais de um desvio padrão em relação à média nacional para cada variável) de adultos sem diplomas, sem trabalho assalariado, de beneficiários da ajuda social e de famílias com apenas um chefe. Baseados em dados científicos, Ricketts e Sawhill (1988, p. 321-4) afirmam que existem 880 zonas de recenseamento agrupando cerca de 2,5 milhões de pessoas (dos quais 70% são negros e latinos), onde violações das normas norte-americanas são “comuns” e onde eles vêm a prova flagrante da “realidade da *underclass*”. Essa prova lhes parece ainda mais sólida quando tal “definição de tipo comportamental” se coaduna, por sua vez, com a literatura científica e com as “acepções comuns” (isto é, jornalísticas) do termo. Como poderia ser diferente se estas se inspiram diretamente naquela?

A concepção neo-ecológica da ‘*underclas*’, ou o bairro como incubadora de marginalidade

Deve-se ao eminente sociólogo afro-norte-americano William Julius Wilson (conhecido pelo seu controvertido trabalho *The declining significance of race*, publicado em 1978) a análise mais defendida contestando as concepções individualistas da *underclass*,

que conduziam, por vias sinuosas, a “culpar a vítima”. Em *The truly disadvantaged*, cujo lançamento deslança a contra-ofensiva dos pesquisadores progressistas nesse terreno minado pela ideologia conservadora, Wilson (1987) esboça uma teoria multifatorial das mudanças sociais dentro do gueto, englobando dados estruturais e de atitudes, restrições sistêmicas e ações individuais.

A caracterização que Wilson oferece da *underclass* não está, com certeza, isenta de critérios morais, já que, como seus rivais behavioristas, evidencia os “comportamentos pouco lisonjeiros” em que os seus membros putativos são contumazes.² Mas, para Wilson, essas condutas perversas e (auto)-destrutivas são adaptações à mudança no ambiente *econômico* e *ecológico* no qual evoluem os habitantes do cinturão negro das metrópoles norte-americanas.

A posição de Wilson evoluiu ao longo dos anos, mas ele permanece ligado a dois pressupostos-chave. O primeiro é que a passagem de uma economia urbana e industrial para uma economia periurbana dominada pelos serviços esgotou a fonte de empregos dos quais os negros urbanos sem qualificação eram tradicionalmente tributários. É a destruição do emprego industrial, e não a generosidade excessiva do Estado-providência (contra o qual vituperam os ideólogos neoconservadores Charles Murray e Lawrence Mead) ou somente a persistência do racismo (como afirmam certos intelectuais radicais), que é o estopim que faz eclodir os males dos quais padecem o gueto.

A segunda proposição-chave de Wilson coloca o *bairro como a mediação socioespacial* decisiva através da qual a desindustrialização exerce seus efeitos destruidores. O legado histórico da discriminação racial, a super-representação das faixas etárias jovens, o êxodo da classe média negra para fora do coração histórico do gueto e a ociosidade

endêmica que aí reina minam as instituições locais e privam seus habitantes de uma proteção capaz de amortecer o choque da reestruturação econômica. A diferença específica da *underclass* em relação aos "grupos economicamente desprestigiados" está no fato de que a posição economicamente frágil ou a tênue ligação com o mercado de trabalho (de seus membros) é acentuada de maneira única pelo seu bairro (Wilson em Jencks e Peterson, 1991, p. 474). Os negros do gueto são, na verdade, os únicos efetivamente pobres que vivem nas zonas urbanas devastadas, onde a quase totalidade dos habitantes está em situação de privação.

A ecologia econômica e social do bairro funciona como um prisma que intensifica a precariedade e acelera a acumulação de "patologias sociais". A dissolução da célula familiar e o recurso massivo à assistência social, por exemplo, são explicados, respectivamente, pela situação de penúria de homens "aptos ao casamento" mas impedidos disso devido às taxas astronômicas de desemprego e de encarceramento destes e pela incapacidade do vizinho, desprovido de seus recursos, de oferecer um apoio econômico informal. O conceito através do qual Wilson (1987, p. 60) pretende associar mudanças estruturais e comportamentos individuais no gueto é o do "isolamento social", definido como "a ausência de contatos ou de interações repetidas com os indivíduos e as instituições que encarnam a sociedade convencional".

A teoria de Wilson possui o mérito de levar ao centro do debate sobre a *underclass* os fatores estruturais inicialmente apontados por Myrdal e de acrescentar a estrutura social, espacial e demográfica do bairro. Assim, ela une solidamente mercado de trabalho e pobreza urbana — o que, nos Estados Unidos, não pode ser atribuído somente à predominância do pensamento individualis-

ta, inclusive nas ciências sociais. Mas Wilson subestima perigosamente o peso causal das políticas públicas e da segregação residencial. De acordo com Massey e Denton (1993), é essa última que exerce o "efeito de concentração da miséria", que o sociólogo de Chicago atribui mais vagamente ao bairro como entidade geográfica. Wilson segue prisioneiro do modelo patriarcal da família nuclear baseada no emprego masculino e exagera a importância da liderança moral da classe média negra, portadora desses "modelos de papéis convencionais" que tanta falta fazem ao gueto (a classe operária branca não precisou de vizinhos burgueses para saber como "se comportar"). E, para evitar cair no pântano conceitual da "cultura da pobreza", ele empurra a cultura para a posição de simples "reação às restrições e às oportunidades estruturais" (Wilson, 1987, p. 61).

Ao final, o poder das análises de Wilson está inutilmente atado pelas incoerências inerentes ao conceito de *underclass*. Isso porque, visto de perto, seu objeto não é um grupo, mas a evolução de um lugar e do mecanismo de controle racial, o gueto, depois que a "revolução dos direitos civis" dos anos sessenta permitiu a uma parte da comunidade negra se distanciar. Ora, a atenção às modificações da estrutura econômica e social desse lugar e de sua posição na economia política da cidade se casa mal com a insistência obsessiva que a problemática da *underclass* leva em conta e correlaciona entre eles traços individuais tomados sem relação com toda determinação histórica, social e cultural. E é em vão que Wilson se esforçou para purgar seus escritos de impurezas morais e ideológicas que o termo carrega. Certos autores — cuja ambição é trazer garantias de aparência científica à política de "contenção punitiva" a novas classes perigosas, iniciada por Reagan — puderam, assim, colocar o trabalho de Wilson numa direção social-

mente regressiva e, em todo caso, se servir para consolidar a validade e a autoridade de sua concepção de *underclass*.

Essas razões levaram Wilson recentemente a abandonar um termo contestado cujo uso no campo intelectual ele próprio contribuiu enormemente para legitimar. Em seu novo livro, *Jobless ghettos*, que examina em detalhe "o déficit de organização social" do bairro como vetor de marginalidade, Wilson (1996) substitui o conceito de *underclass* pela expressão "pobres do gueto", menos ambígua e maleável e, portanto, menos sujeita a manipulações incontroladas. Essa defecção, após outras, sugere que a noção de *underclass* atingiu o crepúsculo de sua glória e que sua carreira científica está, se não próxima de seu fim, pelo menos seriamente comprometida.

A 'underclass' é somente uma palavra, mas uma palavra perigosa

Após uma década de amplas discussões e de dezenas de milhões de dólares despendidos, é obrigatório constatar que uma grande confusão continua a cercar a *underclass* norte-americana. Entretanto, muitos pontos se distanciam agora de um exame da questão, que reconhece essa confusão não como consequência de carência de análise, mas como uma das propriedades constitutivas do fenômeno.

Em primeiro lugar, é claro que a invenção ou, mais exatamente, a reinvenção da *underclass* na América dos anos oitenta é, antes de mais nada, a expressão de uma reviravolta ideológica nacional, ou seja, de uma mudança de atitude das classes médias *vis-à-vis* os marginais (e do Estado-previdência, que deveria mantê-los sob controle) que reavivou o estereótipo malthusiano segundo o qual a miséria é o resultado da incuria pessoal dos miseráveis. Seu conteúdo reflete as preocu-

pações eternas das elites a respeito das camadas deserddadas, que escapam às disciplinas oficiais: traçar uma linha de demarcação entre pobres meritórios e não-meritórios, detectar e prevenir todo efeito perverso dos dispositivos de proteção social, identificar e conter os elementos "incuráveis" da população assistida, enfim, minorar a carga financeira e administrativa que ela impõe ao país. Seu conteúdo trai também a preocupação de diferenciar os *bons* negros — aqueles que se integram à ordem social estabelecida — dos maus, que falham antes mesmo de entrar na corrida rumo ao "sonho norte-americano". É igualmente tácito que o caráter da *underclass* é uma função direta da estreiteza da esfera da cidadania nos Estados Unidos e do estigma que atinge todos os participantes dos programas públicos estatutariamente reservados aos indigentes (Morris, 1994, p. 10-32; Katz, 1993, p. 457-66; Heisler, 1991).

Em segundo lugar, e apesar das tentativas reiteradas de codificação, os critérios de vinculação à *underclass* continuam sendo múltiplos, imprecisos e heterogêneos. Alguns deles se referem ao mercado de trabalho e ao mercado matrimonial e sexual, outros ao Estado, em suas funções de educação, formação e de gestão de populações frágeis ou perigosas, e outros, ainda, às divisões do espaço urbano. Além de definir com base na frequência de certos comportamentos de seus membros, crê resolvida a questão de seus limites e o conceito mistura e confunde variáveis independentes e dependentes, a ponto de tangenciar a tautologia definidora. Aqui, é a existência do coletivo que serve de explicação ao crescimento das "patologias sociais"; ali é a intensificação dos "comportamentos sociais", que produzem a prova da realidade do grupo (Gans, 1991, p. 279). Tal indeterminação semântica traria, na boa lógica, prejuízo à noção de *underclass* ou mesmo a condenaria ao lixo. Verifica-se, ao con-

trário, que ela é uma das fontes mais seguras de sua popularidade, pois permite aos que a invocam redesenhar à vontade as fronteiras do grupo, de acordo com seus interesses ideológicos (e o mesmo se aplica à noção de "exclusão" no recente debate na França).

Em terceiro lugar, a temática da *underclass* peca gravemente por falta de *sensibilidade e profundidade histórica*. Pior ainda: ela tem a pretensão de haver capturado em suas redes uma realidade sem precedentes, nascida na virada dos anos setenta, enquanto numerosas tendências, traços e táticas de sobrevivência que engloba são contemporâneos da industrialização capitalista. Jones (1992, p. 7) revela que a "desorganização das famílias, o consumo de tóxicos e o recurso à economia subterrânea" não são próprios somente aos negros urbanos do fim do século XX, já que se registra sua presença entre os operários das fábricas e os trabalhadores imigrantes de diversas origens, desde o final do século XIX. As *patologias* capazes de diferenciar a *underclass* atual da classe inferior de outrora foram descritas em termos bastante próximos pelo primeiro psicossociólogo afro-norte-americano Kenneth Clark, em sua obra clássica *Dark ghetto*, de 1965, e, bem antes dele, pelo seu eminente predecessor, E. Franklin Frazier, para quem a urbanização era sinônimo de "destruição da família e da organização comunitária" (Hall, 1988, p. 378-82). A focalização (lúdica?) somente sobre a *underclass* do gueto mascara a proliferação de populações em desgraça de todas as cores e origens, provocada pela reestruturação em curso do capitalismo. E a atenção exclusiva dada aos pobres urbanos reforça a idéia errada de que a "pobreza no campo [seja] de uma certa forma mais limpa, mais sadia e menos degradante que sua prima das cidades" (Jones, 1992, p. 270).

De fato, em termos absolutos, a miséria mais achapante e mais tenaz não se escond-

de no coração das metrópoles, mas nas reservas indígenas do Centro-Norte e nas comarcas rurais do delta do Mississipi. Como, nessas condições, justificar a limitação da análise somente aos grandes centros urbanos e dar conta do curioso desaparecimento da *underclass branca* (que aparece, por exemplo, nos trabalhos anteriores de Wilson)? Auletta (1982, p. 200) traz uma resposta a essas duas interrogações, que tem pelo menos o mérito da franqueza: se "as raças se comportam todas da mesma maneira", os "comportamentos anti-sociais de desconfiança" são evidentemente menos "prevalentes" no Sul agrícola, de modo que os fracassados negros das cidades são "claramente mais perigosos e visíveis" que seus homólogos brancos dos campos.

Concluindo, as categorias esparsas e variáveis habitualmente colocadas sob a etiqueta de *underclass* não exibem nem a consistência morfológica, nem a "homogeneidade moral" e a "tendência à unidade" que embasam um coletivo social, segundo Durkheim. Grupo fictício que só é constituído como tal por jornalistas e outros *experts* em gestão de populações dependentes, que comungam a crença em sua existência, a *underclass* é, no máximo, uma classe-imagem que se mostra àqueles e que é o espetáculo horripilante que todo bom norte-americano deve se esforçar para não ser.

"Os conceitos", adverte Wittgenstein, "podem semear a cizânia ou minorá-la, minimizar os desacordos ou agravá-los." As desventuras do verdadeiro-falso conceito de *underclass urbana* chamam a atenção dos pesquisadores, agentes de campo e responsáveis políticos que se dedicam à cidade francesa para dois ensinamentos. O primeiro é o de desconfiar da "síndrome de Cristóvão Colombo", ou seja, de resistir à tentação de (re)descobrir periodicamente novas categorias — infalivelmente mal achadas — nos

recônditos mais baixos e recuados do espaço urbano.

Sustentar que a *underclass* não existe enquanto grupo, real ou potencial, inserido na estrutura social e espacial da metrópole norte-americana, não resulta em negar os choques que essa estrutura sofreu ao longo do último terço de século. É afirmar que não é necessário inventar um novo termo, que além do mais é pejorativo, para elucidar suas causas e seus correlatos, que, no fundo, residem, em geral, fora do gueto (Wacquant, 1994).

Outra lição do périplo tumultuado e inacabado da *underclass* no imaginário social e científico norte-americano é que as noções tomadas emprestadas à percepção espontânea e ao senso comum jornalístico condenam

à enfermidade sociológica, na medida em que elas enclausuram a análise nos limites de um objeto *pré-fabricado segundo os preconceitos sociopolíticos do momento*. Isso quer dizer que a crítica histórica e lógica da realidade é um pré-requisito indispensável a uma sociologia rigorosa da marginalidade urbana.

Quanto a isso, é importante ter cuidado para que a noção de *exclusão*, de tanto ser desmesuradamente aumentada, não se torne também um obstáculo à compreensão das múltiplas dinâmicas sociais que alimentam o retorno da miséria, da violência e do abandono urbano nas sociedades, coisas de que, acreditavam até há pouco, estavam definitivamente curadas.

NOTAS

1. "O sufixo 'class' é o componente menos interessante da palavra. Apesar de ele implicar uma relação entre dois grupos sociais, os termos dessa relação continuam indeterminados enquanto não se acrescenta a eles a palavra mais familiar 'under' (embaixo, debaixo). 'Under' sugere qualquer coisa de baixo, vil, passivo, resignado e, ao mesmo tempo, algo vergonhoso, perigoso, desagregador, sombrio, maléfico e, mesmo, diabólico. E, além de seus atributos pessoais, implica a idéia de submissão, de subordinação e de miséria." (Paul Petersen — professor de politologia em Harvard e diretor do Comité de Recherche sur l'Underclass Urbaine, do Social Research Council, financiado pelas fundações Rockefeller e Ford — resumindo os ensinamentos de um grande colóquio sobre a *underclass* urbana, in Jenks e Peterson, *The urban underclass*, 1991, p. 3.)

2. "Um grupo repulsivo, heteróclito e aterrador. É ele a *underclass*: constituída por aqueles que devastam nossos bairros, que cometem crimes insensatos e odiosos, estupros e agressões, que aparecem constantemente nas notícias; os ladrões que invadem nossas casas, noite após noite; os desempregados há muito tempo; os marginais [*hustlers*] da economia informal — revendedores de mercadoria roubada, proxenetas, prostitutas, *dealers* de droga; os pobres passivos incapazes de se adaptar ao trabalho cotidiano; as mães solteiras que vivem dependuradas na previdência; os viciados pirados e os delinquentes errantes; os vagabundos e os sem-tetos e as pobres velhas na rua sem defesa, são esses os novos milhões de fracassados sociais (...), responsáveis principalmente pela criminalidade violenta, que vivem por longo tempo na dependência da previdência, no desemprego semipermanente e com comportamentos anti-sociais na América de hoje. Nem os programas tradicionais de luta contra a pobreza nem o sistema penitenciário puderam socializar esses membros de nossa sociedade, cada vez mais desesperados e freqüentemente violentos." (Ken Auletta, *The underclass*, 1982.)

"Na sociedade norte-americana de 1980, a norma estabelecida pretende que as crianças devam ser escolarizadas e que elas esperem ter ao menos 18 anos antes de procriar; que os homens adultos (que não sejam deficientes físicos nem aposentados) tenham um emprego estável; que as mulheres adultas ou se casem ou trabalhem; e que cada um respeite a lei. A *underclass*, segundo nossa definição, é

composta de gente cujo comportamento joga para o alto essas normas e que, como consequência, gera custos sociais consideráveis. Um bairro *underclass* é uma área onde a proporção de habitantes que adotam esses comportamentos custosos se afasta claramente da mediana para o conjunto da população norte-americana." (Erol Ricketts e Isabel Sawhill, 1988, p. 319-20.)

"Não se pode negar a existência nos bairros situados nos corações das grandes cidades de um grupo heterogêneo de famílias e de indivíduos cujos comportamentos contrastam bastante com os do norte-americano médio. (...) Fazem parte desse grupo as pessoas sem formação nem qualificação atingidas pelo desemprego de longa duração ou pela inatividade, os indivíduos que se dedicam à criminalidade de rua e outras formas de comportamento transviado e as famílias que sofrem longos períodos de pobreza e/ou dependência em relação à ajuda social. Essas são as populações às quais me refiro quando falo de *underclass*, termo utilizado para descrever uma realidade que não engloba o nome mais comum de classe inferior." (William Julius Wilson, *The truly disadvantaged*, 1987, p. 7-8.)

"Nossa preferência se dirige à definição segundo a qual a *underclass* compreende o conjunto de habitantes vivendo nos bairros ou comunidades dos centros urbanos onde se observam taxas de pobreza, de desespero e de anomia elevadas e em alta, e de fortes frequências de comportamentos tipicamente anti-sociais e disfuncionais." (J. Devine e J. Wright, *The greatest of evils*, 1994, p. 88-9.)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AULETTA, K. (1982). *The underclass*. New York, Vintage.
- CASTEL, R. (1978). "La 'guerre à la pauvreté' et le statut de l'indigence dans une société d'abondance". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (19):47-60.
- CHICAGO TRIBUNE (1986). *The American millstone: an examination of the nation's permanent underclass*. Chicago, Contemporary Books.
- DEVINE, J. A. and WRIGHT, J. D. (1993). *The greatest of evils: urban poverty and the American underclass*. New York, Aldine.
- GANS, H. J. (1991). "Deconstructing the underclasses: the term's danger as a planning concept". *Journal of the American Planning Association* (56):271-7.
- GIDDENS, A. (1973). *The class structure of the advanced societies*. Londres, Hutchinson.
- GLASGOW, D. G. (1980). *The black underclass: poverty, unemployment, and the entrapment of ghetto youth*. New York, Vintage.
- HALL, P. (1988). "The city of the permanent underclass". *Cities of tomorrow*. Oxford, Basil Blackwell, p. 362-400.
- HEISLER, B. S. (1991). "A comparative perspective on the underclass: questions of urban poverty, race, and citizenship". *Theory and Society*, 19(4):455-84.
- JENCKS, C. and PETERSON, P., dir. (1991). *The urban underclass*. Washington, The Brookings Institution.
- JONES, J. (1992). *The dispossessed: America's underclasses from the Civil War to the present*. New York, Basic Books.
- KATZ, M. B. (1989). *The underserving poor*. New York, Random.

- dir. (1993). *The "underclass" debate: views from history*. Princeton, Princeton University Press.
- KELSO, W. A. (1994). *Poverty and the underclass: changing perceptions of the poor in America*. New York, New York University Press.
- MARKS, C. (1991). "The urban underclass". *Annual Review of Sociology* (17):445-66.
- MASSEY, D. and DENTON, N. (1993). *American apartheid: segregation and the making of the underclass*. Cambridge, Harvard University Press.
- MINGIONE, E., dir. (1995). *The underclass and the new poverty*. Oxford, Basil Blackwell.
- MORRIS, L. (1994). *Dangerous classes: the underclass and social citizenship*. Londres, Routledge.
- MYRDAL, Gunnar (1963). *Challenge to affluence*. New York, Random House.
- RICKETTS, E. R. and SAWHILL, I. V. (1988). "Defining and measuring the underclass". *Journal of Policy Analysis and Management* (7):316-25.
- WACQUANT, L. J. D. (1992). "Décivilisation et démonisation: la mutation du ghetto noir américain". In: FAURÉ, C. et BISHOP, T. dir. *L'Amérique des français*. Paris, Editions François Burin, p. 103-25.
- (1994). "the new urban color line: the state and fate of the ghetto in postfordist America". In: CALHOUN, C., dir. *Social theory and the politics of identity*. Oxford, Basil Blackwell, p. 231-76.
- WILSON, W. J. (1987). *The truly disadvantaged: the inner city, the underclass and public policy*. Chicago, University of Chicago Press.
- (1996). *Jobless ghettos: the disappearance of work and its impact on urban life in America*. New York, Knopf.

SUMMARY

The urban underclass in the American social and scientific imaginarieness

This article is a critical dissection of the rise, metamorphoses, and impending demise of the "underclass" in the contemporary scholarly and policy debate on race and urban poverty in America. Circling in and out of the social sciences, journalism, and the political field, this woolly and inchoate notion has functioned as an instrument of accusation of the threatening black poor and figures in the sociology of urban inequality not as a tool but as object of analysis. Three faces of the "underclass" are distinguished: the structural conception initiated by Gunnar Myrdal, the behavioral view which has attained hegemonic

status, and the neo-ecological approach developed by William Julius Wilson to highlight the role of the neighborhood as incubator of marginality. After a decade of extensive discussions, the "underclass" remains a stubbornly indeterminate, heterogeneous, and essentially ideological notion, plagued by a host of logical and empirical incoherencies. Its (re)invention expresses first and foremost a change in the attitude of the middle classes and state elites towards poor blacks and the desire to affix blame on an outcast group that violates the reigning ideological vision of American society as a realm of individual opportunity and success.

RÉSUMÉ

'Underclass' urbaine dans l'imaginaire social et scientifique américain

Cet article est une analyse critique de la croissance, transformation et disparition totale de la *underclass* dans le débat académique et politique sur la race et pauvreté urbaine en Amérique. Circulant au sein et hors des sciences sociales, du journalisme et du domaine politique, cette notion confuse dès le début a fonctionné comme un instrument d'accusation du noir pauvre, menaçant et image de la sociologie de l'inégalité urbaine non pas comme un instrument, mais comme un objet d'analyse. On distingue les trois faces de l'*underclass*: la conception structurelle commencée par Gunnar Myrdal, la vision béhavioriste qui a atteint un niveau hégémonique et les approches

néo-écologiques développées par William Julius Wilson pour rehausser le rôle de la communauté comme couveuse de la marginalité. Après une décennie d'amples discussions, la *underclass* reste une notion totalement indéterminée, hétérogène et essentiellement idéologique, imprégnée par un grand nombre d'incohérences empiriques. Cette réinvention exprime tout d'abord un changement d'attitude des classes moyennes et élites de l'état envers les noirs pauvres et le désir de fixer la responsabilité sur un groupe de proscrits qui viole la vision idéologique prédominante de la société américaine comme le pays de l'opportunité et du succès individuels.

Racismo e restrição de direitos individuais: a discriminação racial 'publicizada'*

Antonio Sérgio Alfredo Guimarães**

*Recebido para publicação em novembro de 1996.

**Professor do Departamento de Sociologia da USP.

Analisando neste artigo o modo como, no Brasil, o racismo induz a restrição de direitos de pessoas ou grupos de pessoas. Os dados que utilizo são 547 matérias publicadas entre 1989 e 1994 sobre queixas de discriminação racial, registradas por 44 jornais diários e duas revistas semanais, editados em 20 cidades brasileiras de 14 estados da Federação.

Minhas conclusões mais gerais são duas. A primeira é que a discriminação racial no Brasil anda de mãos dadas com o abuso da autoridade e com a arbitrariedade dos agentes sociais. A segunda é que a discriminação racial, ou pelo menos a sua publicização, é maior nas regiões onde a renda é maior e menor o analfabetismo, tais como as regiões metropolitanas de Porto Alegre, São Paulo, Curitiba e Brasília.

A minha hipótese é que ali estão sendo desfeitas, empurradas por fatores como aumento da renda e educação, as bases de conformidade aos padrões tradicionais de hierarquia e discriminação sociais.

Palavras-chave: discriminação racial; raça; cor; racismo; discriminação social.

Analiso neste artigo o modo como, no Brasil, o racismo induz a restrição de direitos de pessoas ou grupos de pessoas. Os dados que utilizo são 547 matérias publicadas entre 1989 e 1994 sobre queixas de discriminação racial, registradas por 44 jornais diários e duas revistas semanais, editados em 20 cidades brasileiras de 14 estados da Federação.¹ As 547 matérias coletadas se referem a 201 casos de discriminação racial, que vitimaram 296 negros e representam 62% das 879 matérias coletadas na imprensa sobre racismo no Brasil, no período mencionado.²

Neste artigo, proponho-me três objetivos. Primeiro, apresentar, o mais detalhadamente possível, os achados. Para isso, desenvolvi uma tipologia dos casos publicados, tendo como princípios organizadores o tipo de direito restringido e o âmbito das relações sociais onde ocorreu a discriminação. Segundo, pretendo averiguar e explicar a distribuição geográfica da discriminação racial ou, para ser mais preciso, da *publicização* da discriminação racial. Terceiro, quero, a partir desses dados, contribuir para a atual discussão sobre a particularidade das relações raciais no Brasil, argumentando que, entre nós, a discriminação e o racismo estão estreitamente associados a relações hierarquizadas, típicas de uma sociedade de *status*.

O texto está estruturado em cinco partes. Na primeira parte, apresento detalhadamente os dados, agrupando-os de acordo com a esfera de direitos individuais violados; na segunda, investigo os motivos que levam as pessoas a se queixarem seja aos jornais, seja às autoridades, seja a ambos; na terceira, mais sintética, reagrupa os dados de acordo com as relações de poder e hierarquia envolvidas e que introduz o gênero como dimensão explicativa; na quarta parte, investigo a distribuição geográfica do racismo no Brasil; e, na conclusão, procuro situar o presente

artigo na discussão em curso nos estudos de relações raciais.

Minhas conclusões mais gerais são duas. A primeira é que a discriminação racial no Brasil anda de mãos dadas com o abuso da autoridade e com a arbitrariedade dos agentes sociais. A segunda é que a discriminação racial, ou pelo menos a sua *publicização*, é maior nas regiões onde a renda é maior e menor o analfabetismo, tais como as regiões metropolitanas de Porto Alegre, São Paulo, Curitiba e Brasília. A minha hipótese é que ali estão sendo desfeitas, empurradas por fatores como aumento da renda e educação, as bases de conformidade aos padrões tradicionais de hierarquia e discriminação sociais.

A restrição de direitos individuais

Começo a apresentação dos dados pela tipificação dos casos encontrados.

A noção de direitos individuais é importante como critério de organização dos dados porque, na minha interpretação, tais eventos têm sentido apenas como parte de uma luta para definir um espaço público, ou seja, um espaço formal de igualdade individual, ainda quando esse espaço se concretize em espaços particulares sob a autoridade de um proprietário privado. Nos casos que vamos analisar, esses direitos se resumem à igualdade de tratamento e de oportunidades nos seguintes âmbitos:

a) na livre circulação em lugares públicos (ruas e estradas, seja a pé, seja através de transportes coletivos ou individuais, e em áreas de condomínios residenciais);

b) no consumo de bens e serviços proporcionados por bares, boates, bancos, escolas, clínicas médicas, lojas comerciais, salões de beleza, clubes recreativos, consulados, repartições estatais etc., assim como no de bens e serviços ofertados por indivíduos autônomos; e

c) no emprego e no exercício profissional.

Além dos casos de abuso dos direitos individuais anteriormente tipificados, encontramos também nos jornais queixas de agressões físicas, verbais e simbólicas sofridas por negros nos mais diversos ambientes. Esses casos serão tratados separadamente, pois não estão referidos a nenhum âmbito específico de direitos, mas sim a conflitos de ordem privada nas relações sociais — rompimentos das regras de boa convivência que se cristalizam em ofensas raciais. Eles têm em comum o fato de terem sido perpetuados por indivíduos comuns, e não por algum representante da autoridade legal. Geralmente, não há neles a assimetria de poder que envolve a relação entre um representante da lei ou guardião de propriedade, por um lado, e um usuário/cidadão, por outro.

Os 201 casos de discriminação registrados na imprensa podem, portanto, primeiramente, ser agrupados em quatro grandes categorias:

- 1) os que restringem a livre circulação ou permanência das pessoas em lugares públicos;
- 2) os que ferem direitos de consumo de bens e serviços;

- 3) os que ferem direitos relativos ao emprego e ao exercício profissional; e
- 4) as agressões raciais nas relações sociais.

Os casos contidos no item 2 podem ser subagrupados segundo o tipo de consumo, enquanto os contidos no item 1 podem ser subagrupados em (1.1) nos casos que acontecem em espaços públicos sob autoridade pública e (1.2) nos que ocorrem em condomínios residenciais sob autoridade privada. A Tabela 1 sumaria os casos registrados por tipos e anos de ocorrência.

1) A restrição ao direito de livre circulação e permanência em lugares públicos

No primeiro subgrupo, que designamos como 1.1, em que dividimos esse grupo, encaixam-se os casos de pessoas negras constrangidas ou agredidas física e/ou verbalmente por policiais, sob a suspeita de serem criminosos. São ao todo 29 casos, 25 deles ocorridos em vias públicas, envolvendo 42 pessoas, das quais cinco estavam traba-

Tabela 1
Sumário dos casos de discriminação por tipo e ano de ocorrência

Tipo do caso	Ano							Total	
	1989	1990	1991	1992	1993	1994	Total	%	%
1. Direitos de circulação	9	8	10	8	9	2	46		22,9
1.1. Em vias públicas	5	5	6	7	5	1	29	14,4	
1.2. Em condomínios	4	3	4	1	4	1	17	8,5	
2. Direitos do consumidor	12	8	10	15	20	15	80		39,8
2.1. Bancos, lojas, mercados	2	2	6	5	10	9	34	16,9	
2.2. Bares, clubes e hotéis	8	2	1	8	5	2	26	12,9	
2.3. Escolas e clínicas	1	1	2	2	3	2	11	5,5	
2.4. Outros locais	1	3	1	0	2	2	9	4,5	
3. Direitos do trabalho	4	3	8	3	7	8	33		16,4
4. Em relações interpessoais	9	10	5	4	9	5	42		20,9
Total	34	29	33	30	45	30	201		100,0
	16,9%	14,4%	16,4%	14,9%	22,4%	14,9%	100,0%		

Fonte: Dados coletados pela Agência Lux/CEAA.

lhando no momento, 32 transitavam pelas vias (14 a pé, nove de ônibus, sete em automóveis particulares e duas em táxi) e cinco se encontravam em alguma atividade de lazer (uma na praia e quatro em bares ou restaurantes), quando foram abordados por policiais militares. Tal abordagem resultou em constrangimentos como revista, em agressões verbais e físicas, em prisão e em morte. A truculência e o caráter arbitrário dessas abordagens podem ser avaliados pelo fato de que apenas 31% das ações se restringiram a revista e identificação. As 69% restantes foram completadas com prisão, espancamento, ferimento a bala ou assassinato das pessoas abordadas.

O caráter racista e a naturalidade da truculência policial se encontram explicitados nos jornais, seja em manchetes, seja nas falas dos policiais. Por exemplo, na manchete do *Jornal do Brasil* (Encarte 1 — ver transcrições das matérias no Anexo) “Jogador apanha como ladrão”, subentende-se que “o ladrão” deve realmente apanhar da polícia; ou a justificativa do policial que confundiu um jornalista com um ladrão, “porque ele tinha cara de ladrão” (Encarte 2).

O segundo subgrupo (1.2) aglutina os casos de restrição à livre circulação e à habitação de negros em prédios residenciais de classe média. O Encarte 5 traz uma notícia típica de casos como esses. São 17 casos, envolvendo a discriminação de 22 pessoas. Tais casos revelam três tipos de conflito:

i) aqueles que envolvem moradores negros e brancos e que se expressam no molestar generalizado dos primeiros, os quais se queixam de agressões verbais, ameaças anônimas ou tratamento subprivilegiado seja por parte do síndico, dos zeladores ou de vizinhos;³

ii) aqueles que envolvem visitantes negros, por um lado, e moradores brancos, síndicos ou porteiros, de outro, e que se expres-

sam na proibição de acesso ao prédio, ou de uso do elevador social ou do *hall* do edifício;

iii) os que excluem as empregadas domésticas do uso de certas dependências.

Observe-se que o número de pessoas que se queixam de discriminação nos prédios em que moram (oito) é maior que o dos visitantes (sete) ou das empregadas domésticas (duas) que são discriminados; do mesmo modo, as queixas de molestar racial (seis) são equivalentes às queixas de discriminação no uso do elevador social (seis).

É interessante notar que o impedimento de acesso ou o constrangimento que sofrem os visitantes negros que querem adentrar os prédios residenciais obedecem à mesma lógica de restrição ao direito de circulação que comentei anteriormente. Trata-se de pessoas que são consideradas suspeitas pela sua *cor*. A *cor*, no caso, parece estar dissociada da classe social (não se trata, por exemplo, de estar bem ou mal vestido, pois, afinal, os ladrões podem estar bem vestidos); ela aí é apenas o signo de origem social, ou seja, de *status* atribuído. Daí, todos os negros são, em princípio, suspeitos.

Contrariamente, quando não se trata de casos de restrição ou impedimento de acesso, a discriminação em prédios residenciais não está baseada na suspeição de criminalidade dos negros, mas assume um caráter abertamente discriminatório, quer justificado pela hierarquia social (quando se trata das empregadas domésticas ou visitantes impedidos de usar o *hall* ou o elevador social), quer baseado em crenças confessadamente racistas (quando se trata de moradores).

2) Os que ferem direitos de consumo de bens e serviços

A imprensa noticiou 81 dessas queixas de discriminação racial, envolvendo 153 pessoas negras, que reclamaram de recusa de

atendimento, impedimento de acesso, mal tratamento, agressões verbais e físicas, detenção ou revista em estabelecimentos comerciais, bancários, escolas, táxis e em clubes de lazer. Note-se que 83% dos casos ocorreram em lojas, bancos, escolas, supermercados, bares, hotéis, clubes e boates.

Em seguida, apresentarei tais casos reagrupados por dois critérios: o tipo de consumo que foi recusado ou prestado de modo discriminatório e o motivo alegado para justificar a conduta discriminatória.

Bancos, lojas e supermercados (subgrupo 2.1)

Os casos ocorridos em bancos, lojas, supermercados, assim como a recusa de taxistas a atenderem passageiros negros, são, na maioria das vezes, justificados pela *aparência suspeita* dos consumidores, ou seja, a *cor* é tomada como signo de criminalidade. Tal justificativa, usada em 37% do total de casos, foi registrada em 93% dos casos ocorridos nesses estabelecimentos.

Como era de se esperar, trata-se de estabelecimentos onde ordinariamente ocorrem muitos roubos ou assaltos. O que torna a justificativa plausível são dois pressupostos implicitamente aceitos na sociedade brasileira: a de que a maioria dos assaltantes é negra e de que não existem direitos que protejam os cidadãos.

Assim como no caso das abordagens policiais nas ruas, nesses estabelecimentos a suspeição justifica a violência contra os negros. Trata-se agora da face privada da violência contra os negros. O agressor deixa de ser a força estatal (a polícia) e passa a ser a força privada (os agentes de empresas de segurança). Os agravos mais simples consistem no mal atendimento e na revista dos suspeitos; os mais graves chegam à agressão física, detenção e agressão a bala dos sus-

peitos. A revista é praticada por todos, à exceção óbvia dos taxistas; a recusa de serviço se concentra nas lojas, nos supermercados e nos táxis; a violência física e a detenção são praticadas principalmente por lojas e supermercados, mas é nos bancos onde a violência pode chegar ao paroxismo, com o atentado à vida dos clientes suspeitos. O Encarte 6 traz um caso típico acontecido em Porto Alegre, que provocou grande distúrbio racial no centro da capital gaúcha.

Bares, boates, clubes e hotéis (subgrupo 2.2)

Ao contrário dos anteriores, os casos registrados em bares, boates, clubes e hotéis não são justificados por qualquer razão de segurança, mesmo arbitrária. As pessoas discriminadas são, em geral, barradas à porta do hotel, boate ou clube, ou, no caso de já se encontrarem em seu interior, não são atendidas ou são de lá expulsas, quando se trata de locais sem porteiros (ver o Encarte 7). Estamos tratando aqui, pois, com uma discriminação racial só encoberta por estereótipos sobre os costumes e a moral dos discriminados. São ao todo 26 casos registrados pela imprensa, envolvendo 67 pessoas, sendo que 25 delas formavam um grupo impedido de entrar numa boate no Rio de Janeiro.

O agressor, nesses casos, é geralmente a autoridade responsável por esses estabelecimentos: gerente, diretor ou empregados agindo em seu nome (garçons, seguranças ou porteiros).

Escolas e clínicas (grupo 2.3)

Foram 11 os casos de discriminação, envolvendo 17 pessoas, ocorridos em clínicas (dois casos) e escolas (nove casos). Nas escolas, os discriminados são estudantes e os

agressores, com exceção de um, são diretores de escola ou professores. A agressão é sempre verbal, uma manifestação de preconceito racial que acarreta a humilhação pública da vítima (ver Encarte 8). Em apenas um caso há queixa contra o tratamento dispensado por outro colega e em apenas um outro se registrou a negativa de matrícula. Nas clínicas, as queixas são de recusa ou de mal atendimento. Também nesses estabelecimentos a discriminação não foi justificada pelos agressores em qualquer dos casos.

Outros locais (grupo 2.4)

Restam, finalmente, nove casos, envolvendo 18 pessoas, ocorridos em salões de beleza (três), consulados (dois) e em uma companhia aérea, uma imobiliária, um *shopping center* e numa assembléia legislativa. Em todos esses casos, os proprietários dos estabelecimentos ou seus prepostos negaram serviços, agrediram verbalmente ou atenderam a seus clientes de modo a deixar neles o sentimento de que estavam sendo discriminados por sua cor.

3) A discriminação no emprego ou no exercício profissional

Trinta e três denúncias de discriminação racial em ambientes de trabalho chegaram aos jornais entre 1989 e 1994, envolvendo 37 pessoas. Eles formam o grupo 3 em nossa classificação. Os casos aconteceram, por ordem decrescente de frequência, em órgãos públicos, em escolas públicas ou privadas, em empresas de serviços industriais, em lojas, bares ou mercados e em empresas industriais.

As queixas se referem principalmente a agressões verbais, recusas de emprego (ver Encarte 9), demissões e transferências injus-

tificadas. Como era de se esperar, recusas de emprego se concentram no setor privado, posto que o setor público utiliza, na maioria das vezes, concursos de ingresso; já as transferências se concentram no setor público, demonstrando que as empresas privadas são, no caso, de pequeno porte.

Caracteriza ainda esse tipo o fato de que a discriminação envolve uma relação hierárquica entre vítima e agressor (64% dos casos), em que a vítima ocupa sempre uma posição inferior. Em outros 21% dos casos, as vítimas estavam à procura de um emprego e foram rechaçadas pelos pretendidos empregadores; nos 15% dos casos restantes, a queixa se deveu a atitudes ou palavras de colegas julgadas ofensivas. É importante sublinhar que a discriminação racial aparece quase sempre como um abuso de autoridade que impede o ingresso, a promoção ou a permanência no emprego. Ela quase nunca aparece como uma opressão difusa nas relações sociais, exercida por pessoas situadas na mesma posição hierárquica.

4) A discriminação entre iguais e a discriminação com hierarquia invertida: agressões físicas e verbais

À primeira vista, o que caracteriza esse grupo — com 41 casos de discriminação racial contra 42 pessoas (e duas entidades) — é o fato de concentrar apenas agressões físicas, verbais e simbólicas. A única exceção é o assassinato de uma menina, quando um transeunte atirou contra o carro de seu pai, pensando se tratar de um ladrão. Isso leva à segunda característica desse grupo: ele congrega, em grande parte, os casos de racismo difuso nas relações sociais, que prescindem de uma relação hierárquica para emergir (ver Encarte 3).

Apresento a seguir as principais concentrações de casos segundo a posição da vítima na relação social:

Usuários e políticos

Em dez casos (24% do total), usuários negros de serviços os mais diversos, em vários locais (bar, teatro, delegacia, clube, hotel, ônibus, escola, loja, restaurante, trânsito), foram agredidos verbal (oito casos) ou fisicamente (dois casos) com uma motivação racista por outros usuários. Em três casos, foram políticos agredindo verbalmente outros políticos em assembleias legislativas ou prefeituras. Em todos eles, não havia entre agressor e vítima nenhuma outra hierarquia que não fosse aquela dada pela cor.

Quando o policial e a autoridade são as vítimas

Os policiais estão também envolvidos em outro tipo de discriminação racial, só que dessa vez como vítimas: trata-se de policiais negros que prendem civis, enquadrando-os não por desacato à autoridade, como ocorria antes da Lei Caó, mas por crime de racismo, que, por ser inafiançável, dificulta a liberação dos detidos. Aliás, a diferença de tratamento dispensada às vítimas, segundo sejam civis ou policiais, pode ser avaliada comparando-se os Encartes 3 e 4. No primeiro deles, o agressor, por se tratar provavelmente de "pessoa de bem", é solto depois de pagar fiança; no segundo, existe uma clara manipulação dos policiais para encobertar o arbítrio policial.

Em nove casos (22% do total) tem-se a figura de um policial que se queixa de ter sido vítima de racismo. As situações, todas desenroladas em lugares públicos (ruas ou praias), são as seguintes:

a) o policial negro é agredido verbalmente pelo infrator ou contraventor, que detém uma boa posição social; e

b) o policial negro sente-se agredido quando ouve um insulto racista, dirigido a uma das partes de um incidente no qual ele foi chamado a intervir.

Há, portanto, que distinguir aqueles casos em que fica sugerido, pelo noticiário da imprensa, que o policial foi desrespeitado em sua autoridade e exauriu toda a sua tolerância antes de prender o agressor, daqueles em que fica sugerido que o policial usou de sua autoridade para intervir num conflito em benefício de uma das partes.

São semelhantes, do ponto de vista da relação de poder entre agressor e vítima, outras situações encontradas: a do comerciante negro que é agredido verbalmente por um usuário de seu estabelecimento; a do oficial de polícia e da secretária municipal que são agredidos por jornalistas através de charges ou de insultos racistas na imprensa; a dos quatro funcionários que, ao invés de agentes de discriminação de usuários, são suas vítimas.

Dos casos restantes, chamam a atenção apenas aqueles que envolvem familiares: a filha que se queixa do racismo da mãe ou o pai que não quer a filha namorando com um negro.

O que motiva a notícia e as queixas

Antes de prosseguir, algumas palavras sobre a discriminação enquanto fato jornalístico.

Uma primeira observação sobre o volume de queixas. As 547 matérias coletadas pela Lux representam uma média anual de 33 casos e 91 matérias (ou seja, de quatro em quatro dias um jornal brasileiro noticiava um episódio de discriminação racial), o que é uma média muito baixa, dadas as proporções

geográficas do país e ao caráter provinciano da circulação dos jornais diários. Na verdade, o fato é que poucos casos de discriminação de pessoas físicas reais mereceram ampla cobertura. No período em estudo, apenas o caso Ana Flávio Azeredo, em 1993 (relatado mais adiante), mereceu uma cobertura tão destacada da mídia quanto, por exemplo, aquela dada à discriminação sofrida por um personagem da novela *Pátria minha*, da TV Globo, em 1994. Outra comprovação do que estou dizendo pode ser encontrada no seguinte fato: das 307 vezes em que o termo "racismo" foi usado nas edições da *Folha de S. Paulo* de 1994, apenas em 36 vezes, ou seja, 11,7%, ele está referido a casos de discriminação racial ocorridos no Brasil. Nas demais, o termo é encontrado em artigos de opinião, em notícias de política internacional (o fim do *apartheid* na África do Sul) ou nacional (as reações à declaração do então candidato Fernando Henrique de que tinha "um pé na cozinha"), na discussão de literatura (a resenha de *The Bell curve*, por exemplo) ou na já citada discussão da cena de racismo na novela *Pátria minha*. Ou seja, é como se — sem deixar de ser um tema candente, um tema que mobiliza a imaginação e o sentimento dos brasileiros, justamente porque fala de seu dia-a-dia — o racismo precisasse ainda ser posto a distância, seja no mundo ficcional, seja em outro espaço social, para ser consumido.

Mas, afinal, o que faz com que um caso *real* de discriminação racial vire notícia? Obviamente, a publicação de uma matéria em jornal visa a dois alvos básicos, que correspondem a propósitos complementares. Por um lado, um jornal, enquanto mercadoria, guia-se pelos valores da opinião pública, ou seja, para vender, precisa agradar a seus leitores, oferecendo-lhes o de que eles gostam de ler; por outro, procura manipular valores, seus e de seus leitores, para formar

a opinião pública. Nesse processo, vários grupos e segmentos sociais procurarão transformar seus interesses em notícias, emprestando-lhes universalidade.

Desse modo, uma matéria sobre discriminação racial pode ter vários interessados: o público que consome e que, em última instância, reconhece legitimidade à queixa, à denúncia ou à punição do racismo; ou entidades ou indivíduos que militam contra a discriminação racial e que vêem nos jornais um veículo para propagar suas ideias e seus valores etc. Um caso particular, portanto, terá mais ou menos cobertura jornalística, a depender de seu apelo *midiático*, da posição social do agressor e da pessoa discriminada. Pode se tratar de alguém influente usando o jornal para obter uma reparação moral; pode se tratar de um jornalista tentando criar ou desvelar parâmetros de conduta; pode ser, enfim, um caso que mereça a atenção da opinião pública pelo que contém de exemplar em termos de costumes e de valores.

No período em foco, a maioria dos casos teve uma repercussão apenas local, sendo que sua notícia ficou restrita a apenas uma matéria em um único jornal, o que ocorreu 54,2% das vezes. Oitenta e nove por cento dos casos foram noticiados no máximo em quatro matérias, tendo sido divulgados em até quatro cidades. Calculei, por estado, um índice de visibilidade que nada mais é que a razão entre o número de casos ocorridos num determinado estado e noticiados por jornais de outros estados. Esse índice é interessante porque indica o impacto que certos casos tiveram no Brasil, como os acontecidos no Espírito Santo e no Rio Grande do Sul, sobre os quais me deterei no parágrafo seguinte. Indica também a relativa fraqueza da pauta anti-racista da imprensa de estados como a Bahia, Goiás, Pernambuco e Paraná, que não tomam visíveis *seus* casos com a mesma

intensidade de estados como Minas, Rio ou São Paulo.

Quanto à repercussão dos casos na opinião pública, optei por medi-la de três modos: pelo número de matérias publicadas; pelo número de jornais de outras cidades que noticiaram um mesmo caso; e pelo espaço que as notícias ocuparam em papel impresso. Usando primeiramente os dois primeiros critérios combinados, encontrei tão somente quatro casos de discriminação que tiveram grande repercussão nacional, com mais de 15 matérias publicadas em mais de cinco estados.

Em primeiro lugar, o caso Ana Flávio Azeredo, filha do então governador do Espírito Santo, agredida física e verbalmente, em 1993, por uma moradora de um prédio residencial por estar utilizando o elevador social. Esse caso foi publicado, segundo a coleta da Agência Lux, em nove estados, num total de 61 matérias.

Outro caso de grande repercussão ocorreu em Porto Alegre, em 1989, quando um segurança das Lojas Americanas, da Rua da Praia, deteve e humilhou um senhor de 80 anos, acusando-o de furtar uma pasta de dentes. Esse fato desencadeou grande distúrbio popular no Centro da cidade, com apedrejamento, saques a lojas e confronto entre populares e a polícia. O levantamento da Lux registra 24 matérias publicadas em nove cidades diferentes.

Dois outros casos tiveram repercussão mais modesta: um deles envolveu uma moça negra agredida verbal e fisicamente por um comerciante, sem nenhuma justificativa, quando transitava a pé por uma rua. Esse caso aconteceu em São Paulo, em 1989, e foi noticiado 17 vezes, em seis cidades. O outro ocorreu em 1991, no Rio de Janeiro, e envolveu uma moça negra que, à procura de emprego, foi recusada por uma loja comercial. Esse fato foi noticiado 15 vezes, em sete cidades diferentes.

Usando, no entanto, o índice de exposição dos casos, construído multiplicando o número de matérias pelo número de blocos (8 cm por 5 cm) ocupado, veremos que apenas os três primeiros casos, por ordem de apresentação, tiveram exposição razoável, sendo que o caso Ana Flávio se afasta bastante dos demais.

O que leva a imprensa a dar tanto destaque a certos episódios e não a outros? A resposta parece óbvia nos dois primeiros casos: a filha de um governador, ao ser discriminada e tratada como uma empregada doméstica, foi apresentada ao público como uma Cinderela negra (título de matéria da *Veja*). Já a notoriedade da discriminação sofrida pelo ancião gaúcho se deve ao fato de ter causado uma revolta popular nos moldes dos distúrbios raciais norte-americanos; sua cobertura, portanto, tem menos a ver com a exemplaridade de uma novela popular e mais com o medo causado pelo rompimento da ordem.

E, nos demais casos, o que pode explicar a sua notoriedade, ou melhor, antes de tudo, o que os torna uma notícia? A análise estatística dos dados foi incapaz de detectar qualquer regularidade entre a notoriedade do caso e a posição social, o sexo ou a idade da vítima ou do agressor. A resposta, portanto, não pode ser encontrada em variáveis estruturais, seja de posição ou prestígio sociais.

Do mesmo modo, variáveis de estrutura tampouco respondem satisfatoriamente à questão: o que leva alguns cidadãos a prestar queixa formal da ocorrência e outros não? Ao que parece, prestar ou não queixa é função da maior ou menor possibilidade de tipificar a agressão como um crime. Assim, tudo que podemos dizer, numa primeira hermenêutica, é que a presença de testemunhas, a caracterização de desrespeito a um direito, a existência de uma autoridade que faça respeitar esses direitos parecem ser incentivos à prestação da queixa.

Tabela 2
Sumário dos casos de discriminação por tipo, segundo o estatuto da queixa

Tipo do caso	Registro da queixa em delegacias de polícia				
	Sim	%	Não	%	Total
1. Em condomínios	13	76,47	4	23,53	17
1.1. Em vias públicas	18	62,07	11	37,93	29
3. Direitos do trabalho	27	81,82	6	18,18	33
2.1. Em bancos, lojas, mercados	24	70,59	10	29,41	34
2.2. Em bares, clubes, hotéis	12	46,15	14	53,85	26
2.3. Em escolas e clínicas	6	54,55	5	45,45	11
2.4. Outros locais	5	55,56	4	44,44	9
4. Em relações interpessoais	37	88,10	5	11,90	42
Total	142	70,65	59	29,35	201

Fonte: Dados coletados pela Agência Lux/CEAA.

A Tabela 2 mostra, a esse respeito, que em 70,65% dos casos as vítimas prestaram queixa a uma delegacia policial (segundo a informação dos jornais). Os casos relativamente mais notificados foram aqueles envolvendo pessoas ocupando posições de poder equivalentes (conflitos interpessoais) ou assimétricas mas formalizadas (discriminações no emprego, em condomínios ou a consumidores de grandes organizações). Ao contrário, nos casos em que as relações assimétricas são menos formalizadas, menos respaldadas em direitos e, *pour cause*, difíceis de serem caracterizadas, então os incidentes tendem a não chegar às delegacias, restringindo-se a vítima a denunciar o fato pelos jornais.

A política da discriminação ou o racismo sexuado

Caracterizei até aqui os diversos tipos de casos registrados pela imprensa levando em consideração os direitos do indivíduo. Nesta seção, tratarei brevemente das relações de poder que neles estão envolvidas.

Em primeiro lugar, passo a reagrupar os diversos casos levando em conta o âmbito das relações sociais onde estão inseridos. A Tabela 3 ensina, a esse respeito, que 1/3 das queixas se refere a discriminações ocorridas no âmbito das relações de mercado. A relação de compra e venda de bens, própria de uma economia capitalista, longe de ser impessoal e formal, parece atribuída pela desigualdade social dos grupos raciais. Talvez por isso seja tão maior o número de queixas de racismo nos estados mais desenvolvidos economicamente, como veremos adiante. A relação formal é, como disse anteriormente, desfeita por uma série de pressupostos de conduta e de comportamento que torna suspeitos ou indesejados os consumidores negros em supermercados, lojas, bancos, hotéis, bares, restaurantes, clubes sociais etc. (Tabela 4). É interessante notar, nas relações de mercado, que as mulheres são muito mais discriminadas, tanto em termos absolutos quanto relativos, que os homens — 45% das mulheres discriminadas o são nesse âmbito das relações sociais, contra apenas 25% dos homens. Isso provavelmente ocorre porque os mercados, principalmente de comestíveis e de outros bens de consumo

Tabela 3
Sumário dos casos pelo âmbito das relações sociais onde ocorrem e o sexo das vítimas

Âmbito de relações	Sexo da vítima						
	Ambos	Feminino	Masculino	Total	Total (%)	Feminino (%)	Masculino (%)
Em relações de mercado	2	37	29	68	33,8	45,1	25,4
Nas relações interpessoais	1	19	39	59	29,4	23,2	34,2
Prédios residenciais	0	10	7	17			
Outros ambientes	1	9	32	42			
No serviço público	2	6	33	41	20,4	7,3	28,9
Escolas	2	3	4	9			
Consulado	0	1	2	3			
Polícia	0	2	27	29			
Em relações de trabalho	0	20	13	33	16,4	24,4	11,4
Total	5	82	114	201	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados coletados pela Agência Lux/CEAA.

não-duráveis, são mais freqüentados por mulheres. No entanto, isso se deve também, como se poderá ver adiante, à dissimetria de poder envolvida na relação comercial no Brasil, que acaba por vitimar os mais fracos.

O segundo âmbito mais importante de discriminação se encontra nas relações interpessoais. Aqui, a vitimização feminina é maior quando ocorre em prédios residen-

ciais e a masculina, bem maior quando ocorre em outros ambientes. Isso pode não significar que as mulheres sejam menos agredidas fora do espaço de residência, mas apenas que são os homens que, seguindo a tradição machista, revidam, quando atacados, no espaço da *rua* (extradoméstico).

O terceiro âmbito mais importante de discriminação se localiza na prestação de servi-

Tabela 4
Sumário dos casos por local de ocorrência e o sexo das vítimas

Local da ocorrência	Sexo da vítima						
	Ambos	Feminino	Masculino	Total	Feminino (%)	Masculino (%)	
Em vias públicas	0	7	40	47	14,9	85,1	
No serviço público	0	2	9	11	18,2	81,8	
Bancos	0	3	9	12	25,0	75,0	
Imprensa	0	1	2	3	33,3	66,7	
Bares e assemelhados	3	7	11	21	38,9	61,1	
Outros locais	0	4	5	9	44,4	55,6	
Empresas	0	5	5	10	50,0	50,0	
Prédios residenciais	0	11	9	20	55,0	45,0	
Escolas	2	9	7	18	56,3	43,8	
Clubes recreativos	0	4	3	7	57,1	42,9	
Estabel. de comércio varejista	0	17	11	28	60,7	39,3	
Clínicas de saúde	0	5	2	7	71,4	28,6	
Hotéis	0	7	1	8	87,5	12,5	
Total	5	82	114	201	41,8	58,2	

Fonte: Dados coletados pela Agência Lux/CEAA.

ços públicos, principalmente o que envolve a segurança pública. Aqui, ainda seguindo o comportamento machista, são os homens negros as grandes vítimas e os suspeitos preferenciais. É no âmbito das relações de trabalho que as mulheres voltam a ser mais discriminadas que os homens. Mas esse fato não se compreende fora da dissimetria da relação de poder entre vítima e agressor. Isso parece crucial também para entender toda a política da discriminação no Brasil.

Considere-se o fato de que 59% dos casos de racismo contra pessoas são cometidos seja por um superior hierárquico da vítima, seja por alguém investido de autoridade privada (proprietário, gerente, síndico etc.), seja por um preposto dessa autoridade (um segurança ou porteiro). Ver-se-á então (Tabela 5) que 84% das mulheres foram discriminadas nessa situação. Acrescente-se a discriminação cometida por policiais e ver-se-á que 65% dos homens e 86% das mulheres foram discriminados por um superior hierárquico, uma autoridade ou um preposto desta. Fica claro, pois, que a discriminação racial no Brasil anda de mãos dadas com o abuso de autoridade e com a arbitrariedade. E tanto a autoridade privada quanto a pública se arrogam o direito de julgar e discriminar in-

divíduos sob sua proteção ou no espaço de sua propriedade. Os casos de discriminação em que vítima e agressor estão numa situação de igualdade hierárquica somam tão-somente 17% do total, enquanto aqueles em que a vítima tem posição superior perfazem míseros 7,5%.

A Tabela 4 também informa os âmbitos onde o racismo é acentuadamente sexuado: nos prédios residenciais, em clínicas de saúde, em salões de beleza, clubes recreativos, hotéis e lojas comerciais, as mulheres são mais discriminadas que os homens, seja por estes serem espaços privilegiados da atuação feminina, seja pelo tipo de hierarquia que favorece a discriminação. Já nas vias e repartições públicas, nos bancos, nos bares, boates e restaurantes, os homens são mais discriminados.

Para finalizar, umas poucas palavras sobre a idade das vítimas. Em primeiro lugar, em apenas 50% dos casos foi possível identificar a idade dos agredidos. Essa omissão tem a ver, provavelmente, com o fato de que a idade não é um fator considerado relevante para o argumento que a matéria de jornal desenvolve. Isso talvez explique por que se encontra uma frequência relativamente grande de pessoas com mais de 50 anos (pois,

Tabela 5
Posição de poder do agressor e gênero da vítima

Relação de poder do agressor	Sexo da vítima				%	% Acumulado
	Ambos	Feminino	Masculino	Total		
Superior hierárquico, autoridade	2	39	22	63	31,3	31,3
Um preposto da autoridade	2	30	23	55	27,4	58,7
Policial	0	2	29	31	15,4	74,1
Um outro usuário	0	5	11	16	8,0	82,1
Um igual hierárquico ou familiar	0	4	14	18	9,0	91,0
Um cliente ou sob a autoridade	1	1	13	15	7,5	98,5
Um estranho	0	1	2	3	1,5	100,0
Total	5	82	114	201	100,0	

Fonte: Dados coletados pela Agência Lux/CEAA.

afinal, o desrespeito à velhice é odioso) e relativamente baixa de pessoas de 30 a 34 anos. As faixas de maior concentração são as de 25 a 29 e de 35 a 39 anos. Esse padrão é recorrente mais entre os homens que entre as mulheres, assim como mais entre os que sofrem agressões justificadas por suspeição que nas agressões não justificadas.

A geografia do racismo e do anti-racismo no Brasil

Dos casos de discriminação racial no país, 51% são noticiados por apenas oito jornais de quatro capitais: três diários do Rio de Janeiro (*O Jornal do Brasil*, *O Globo* e *O Dia*), três de São Paulo (*O Diário Popular*, *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo*), um de Brasília (*Correio Braziliense*) e um de Belo Horizonte (*Hoje em Dia*).

Alguns desses jornais têm realmente caráter nacional, isto é, disputam o público brasileiro de vários estados — como é o caso do *Jornal do Brasil* e *O Globo*, no Rio; *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo*, em São Paulo; o *Correio Braziliense*, em Brasília; e o *Hoje em Dia*, em Belo Horizonte —, enquanto os outros dois (*O Dia* e *O Diário Popular*) são jornais populares e locais. Os primeiros noticiam ocorrências de outros estados da Federação em até 50% das matérias, como é o caso do *Correio Braziliense*; os segundos, como *O Dia*, noticiam apenas casos locais. Isso pode ser visto na seguinte estatística sobre a proporção de matérias publicadas em cada um desses jornais referentes a casos ocorridos nos próprios estados (índice de localismo): *Correio Braziliense*, 50%; *O Globo*, 51%; *Jornal do Brasil* 55%; *Estado de S. Paulo*, 57%; *Folha de S. Paulo*, 62%; *Hoje em Dia*, 69%; *O Diário Popular*, 92%; e *O Dia*, 100%.

Tem-se, portanto, nesses oito jornais, que concentraram 51% de todas as matérias publicadas, uma amostra tanto do jornalismo que, visando a um público mais amplo, diversifica suas fontes e aumenta sua cobertura geográfica quanto do jornalismo que, interessado em um público menos letrado e mais provinciano, problematiza e dramatiza mais as condições cotidianas do racismo. Esse dado indica também que, nesses seis anos, parece ter havido grande mobilização, tanto entre as classes médias quanto entre o *povo*, contra o racismo brasileiro.

Mas o que se pode dizer, com base nos dados coletados, sobre a distribuição geográfica das queixas de discriminação racial? Será que o maior número de registros no Rio de Janeiro com relação a São Paulo significa que no Rio existe maior mobilização contra o racismo? O número de casos registrados em Salvador é pequeno ou grande, quando comparado com o de outras capitais?

Para responder a essas questões, é preciso obviamente controlar algumas condições que influem na quantidade total de queixas, supondo-se que a subenumeração de algumas cidades não seja absurdamente alta.

O primeiro fator a controlar é demográfico. Quanto maior a população, maior o número de casos, sendo as demais condições iguais. Um boa maneira de controlar a diferença demográfica é relativizar o número de casos pela população residente. Como estou tratando com um fenômeno eminentemente urbano, até mesmo pelo fato de estar usando jornais diários como fonte dos dados, reagrpei então os casos por regiões metropolitanas, acrescidas de Brasília, e utilizei os dados de população publicados pela PNAD para 1992 para calcular uma razão entre casos registrados por 1 milhão de habitantes. Mas, mesmo essas razões ainda não permitem uma comparação completa entre as regiões,

posto que se trata também de áreas com diferentes composições étnico-raciais.

Se não apenas o número de *pretos e pardos*, mas também o peso da parcela *preta* ou *negra*⁴ na população total, influenciasse tanto na ocorrência quanto na disposição de denunciar a discriminação racial, então regiões (como Salvador) com uma proporção grande de população *preta* e *parda* deveriam ter um número proporcionalmente maior de casos que regiões como Brasília, Curitiba, São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte, por exemplo (ver Tabela 6).

Uma maneira de contornar a diferenciação étnico-racial é justamente relativizar os casos ocorridos pela população-risco. Mas qual é a população-risco: os *negros* ou os *pretos*? Alguns motivos, que passo a enumerar, levaram-me a optar por esta última. Em primeiro lugar, há cidades na amostra, como Belém, onde ser *pardo* não significa necessariamente ser afro-brasileiro e, no estudo presente, tenho apenas queixas de discriminação contra afro-brasileiros. Em segundo lugar, a correlação estatística entre os percentuais de *brancos* e *pardos* se aproxima de um, enquanto a correlação entre percentual de

pretos e pardos ou *brancos* é pequena. Isso conduz a um terceiro argumento: como a covariância entre esses percentuais é também muito alta, apenas um deles poderia ser usado como variável em qualquer modelo explicativo, de modo que considere os *pretos* o segmento da população mais exposto ao risco da discriminação e calculei uma razão de discriminação para cada região metropolitana.

A Tabela 6 mostra que Brasília (11,51), Curitiba (9,87) e São Paulo (6,5) destacam-se pelo elevado número de casos por habitantes *pretos*, sensivelmente maior que o Rio (5,6) ou Salvador (4,2). É desconcertante que Salvador, que tem uma população *preta* proporcionalmente 1/3 maior que a do Rio de Janeiro, tenha 1,3 caso a menos (por 100 mil *pretos*) que o Rio; ou seja, Salvador, que tem 15% de *pretos*, deveria ter um número 1/3 maior de casos por habitantes *pretos* que o Rio, que tem 10% de *pretos*. Em resumo, para exprimir tal diversidade, a Tabela 6 traz o número de casos esperados de queixas por habitantes *pretos* se a proporção de *pretos* na população fosse o fator explicativo.

Em outros termos, se apenas a subenumeração não é o fator decisivo na explicação,

Tabela 6
Casos de discriminação por 100 mil habitantes *pretos* por regiões metropolitanas, casos observados e esperados

Regiões metropolitanas	Observados	% população <i>preta</i>	Esperados	Diferença
Rio de Janeiro	5,55	10,5	8,76	-3,21
São Paulo	6,50	4,6	3,82	2,69
Salvador	4,23	15,6	13,00	-8,78
Belo Horizonte	5,78	8,3	6,94	-1,16
Porto Alegre	5,91	6,0	4,99	0,92
Recife	2,43	5,6	4,68	-2,25
Brasília	11,51	3,7	3,07	8,44
Curitiba	9,87	2,5	2,05	7,82
Belém	4,05	2,6	2,20	1,85
Fortaleza	0,00	2,0	1,69	-1,69

Fontes: Dados coletados pela Agência Lux/CEAA; IBGE, PNAD 1992.

Tabela 7
Matriz de correlação entre variáveis selecionadas

<i>Variáveis</i>	<i>Analfabetismo</i>	<i>Casos</i>	<i>Renda</i>	<i>Educação superior</i>
Analfabetismo	1,0000			
Casos	-0,7147 P= 0,020	1,0000		
Renda	-,5537 P=,097	,8574 P=,002	1,0000	
Educação superior	-,5836 P=,077	,8476 P=,002	,9511 P=,000	1,0000

Fontes: Dados coletados pela Agência Lux/CEAA; IBGE, PNAD 1992; Ipeca, PIB dos estados, 1994.

uma suposição minha, o que explica então essas diferenças? Obviamente, os fatores explicativos que vêm à mente imediatamente já foram sugeridos: ativismo negro, não-conformismo da população negra, público afinado com a campanha anti-racista do período, jornalismo mais militante etc. Não é fácil construir bons indicadores que possam ser usados no teste dessa hipótese. Decidi, por isso mesmo, usar como substitutivos alguns indicadores indiretos muito fortes, como a proporção de analfabetos (sem instrução) na população, a proporção de pessoas de nível superior nas regiões metropolitanas ou a renda *per capita* dos estados onde estão situadas essas regiões.

A Tabela 7 traz a matriz de correlação entre essas variáveis, onde se vê que é forte a correlação entre cada uma delas e o número

de casos registrados. Essas correlações variam de -0,71 (analfabetismo) a 0,85 (renda *per capita*). Isto é, quanto maior a renda, maior a população com educação superior, maior o número de queixas registradas pelos jornais e menor o analfabetismo. Dada a alta correlação entre renda *per capita* e pessoas de educação superior (0,95), empreguei um modelo explicativo simplificado (uma regressão múltipla), com apenas as variáveis renda e analfabetismo. Essas duas variáveis conseguem explicar 90,12% (*R* múltiplo) da variação encontrada entre as regiões, sendo que apenas a variável renda explica 67,88% desta (ver os valores da equação e as estatísticas da regressão na Tabela 8).

Em resumo, os dados indicam que, em regiões de menor renda e de maior taxa de analfabetismo (Fortaleza e Recife, por exem-

Tabela 8
Valores da equação de regressão entre casos observados com renda 'per capita' e proporção de analfabetos na população das regiões metropolitanas

R múltiplo	,90117				
R quadrado	,81210				
R quadrado ajustado	,75842				
Erro padrão	1,63519				
Variáveis na equação					
Variável	B	SE B	Beta T	Sig T	
Renda	1,262171	,358108	,678819	3,525	,0097
Analfabetismo	-,308208	,177198	-,334992	-1,739	,1255
(Constante)	4,584395	2,697007		1,700	,1330

plo), os jornais tendem a registrar menor número de casos de discriminação; ao contrário, onde a renda é maior e menor o analfabetismo, como em Curitiba e Brasília, tende a ser maior o registro dos casos pelos jornais. Esse resultado é bastante coerente com a explicação que vim desenvolvendo até aqui.

A Tabela 9 apresenta os valores observados e ajustados da equação de regressão. Através dele, intui-se visualmente que o número relativamente baixo de casos registrados em Salvador e Rio de Janeiro e o número alto registrado em São Paulo e Belém, por exemplo, podem ser atribuídos à renda estadual e ao índice de analfabetismo de suas populações, e não a uma deficiência na coleta dos dados. Na verdade, quando se introduzem as variáveis renda e analfabetismo no modelo, vê-se que a taxa de *publicização* da discriminação de Belo Horizonte e Porto Alegre pode ser quase integralmente explicada pelo modelo.

Como a pobreza urbana e o analfabetismo determinam um número menor de queixas de discriminação racial, não sei ao certo. A hi-

pótese mais plausível é que esses fatores estejam relacionados ao conformismo a padrões sociais mais hierarquizados e mais discriminatórios. Fato interessante a registrar é a dificuldade de explicar as altas taxas (relativas à proporção de suas populações pretas) de Curitiba em relação às taxas de Porto Alegre por esse modelo de duas variáveis. Será isso devido a um viés da coleta ou se deverá apenas ao fato sabido de que o exercício da cidadania não se deixa apreender inteiramente pelas variáveis renda e educação?

Uma última observação sobre a distribuição geográfica dos casos, algo que tem mais a ver com a relativa força do movimento negro nos diversos estados que com atributos da população: a eficácia do anti-racismo pode ser aferida pela diversidade dos casos registrados. De fato, os sete tipos de discriminação que cataloguei só foram registrados todos simultaneamente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Nos demais, diminui a diversidade da discriminação que é reclamada. Ou seja, ao que tudo indica, certas esferas das relações raciais discriminatórias perma-

Tabela 9
Indicadores demográficos, econômicos, casos publicados de discriminação por 100 mil habitantes pretos e casos ajustados em função da renda e da educação em diferentes regiões metropolitanas

RM	Cas/ pretos	Ajustado	% Analfabetismo	Renda R\$	% Branco	% Pardos	% Preta	Diferença
RJ	5,548471	7,531272	9,08	4.386	59,43	29,90	10,53	-1,9828
SP	6,36628	7,721122	9,15	4.666	67,19	26,25	4,59	-1,35484
SA	4,225503	5,793878	11,60	1.839	19,25	64,90	15,62	-1,56837
BH	5,780838	6,478216	8,74	2.833	48,33	43,21	8,34	-0,69738
POA	5,909086	6,8	6,84	3.670	86,88	6,91	5,99	-0,89091
RE	2,427509	5,620882	15,42	1.603	35,92	58,31	5,62	-3,19337
BRA	11,51486	9,366005	9,12	7.089	46,30	49,65	3,69	2,148858
CUR	9,866019	7,051689	7,97	3.674	84,51	12,53	2,46	2,814331
BEL	4,048911	5,876624	7,37	1.940	32,35	64,74	2,65	-1,82771
FOR	0	5,398199	17,86	1.287	36,49	61,29	2,03	-5,3982

Fonte: PNAD 1992, IBGE.

necem ainda invisíveis à crítica social na maioria dos estados. Os dados que analisei indicam, por exemplo, ser mais comum encontrar nos diversos estados da Federação queixas de agressões verbais ou físicas feitas por pessoas em posição simétrica de poder, isto é, fora de qualquer relação de trabalho ou de mercado, enquanto queixas de discriminação e ofensas sofridas da polícia se concentram num menor número de estados. Mesmo as queixas de discriminação no consumo de bens e serviços, mais abundantes, são concentradas em poucos estados.

Conclusão: racismo, 'status' e hierarquia

No Brasil, até o final dos anos 70, assim como em toda a América Latina, os estudos das relações raciais apontaram para uma clara associação entre *raça* e posição social, por um lado, e entre *raça* e classe social, por outro.⁵ Esses estudos foram unânimes em concluir, a partir dessas evidências, que não havia no Brasil uma identidade social construída em torno da noção de *raça*. A categoria de pertença social era não a *raça*, mas, ao contrário, a *cor*. Esta era pensada e utilizada pelos brasileiros como evidência natural, objetiva e irrefutável, conquanto fosse, na verdade, no dizer de Donald Pierson, "mais que simples cor, isto é, mais do que pigmentação, [indicasse], em primeiro lugar, [a presença] de um certo número de outras características físicas: tipo de cabelo (talvez o mais importante), assim como os traços fisionômicos". Thales de Azevedo, por sua vez, insistiu em ver os grupos de cor como grupos de prestígio, assinalando a estreita correlação e o constante deslizar das classificações populares entre uma categorização de cor (branco e preto) e uma categorização de *status* (ricos e pobres).

Marvin Harris sumariou muito bem as descobertas e interpretações das gerações de sociólogos que o antecederam ao batizar tais categorias de "raças sociais". Aqueles antropólogos e sociólogos haviam visto que tanto variáveis atribuídas (os traços fisionômicos) quanto variáveis adquiridas (como a educação formal, a riqueza e as boas maneiras) eram, no Brasil, parte constituinte do que chamamos *cor* ou, atualmente, *raça*.⁶

No entanto, esses estudiosos estiveram muito presos à problemática que dominou a sociologia desde o seu surgimento, ou seja, a problemática do *desenvolvimento* e da *modernização*, de modo que suas análises foram sempre colocadas numa perspectiva de evolução e transição, seja de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna, nos termos weberianos, seja de uma sociedade pré-capitalista, escravista, para uma sociedade capitalista, nos termos marxistas. Daí porque os traços hierarquizantes da sociedade brasileira foram sempre vistos como vestígios ou "persistências do passado", que desapareceriam com o avanço da industrialização, para uns, ou a tomada de consciência da classe trabalhadora, para outros.

Os trabalhos da geração dos anos oitenta, principalmente os de Carlos Hasenbalg (1979) e Nelson do Valle Silva (1980), de certo modo romperam com essa *tradição*, ao demonstrarem a dissociação fundamental entre grupos de cor e classes sociais, por um lado, e de grupos de cor e posição social, por outro. Suas análises das desigualdades sociais no Brasil como sendo, em grande parte, ancoradas em diferenças raciais, assim como a descoberta de que os grupos de cor podem ser reagrupados, para benefício da análise, em dois (brancos e não-brancos) no estudo da distribuição da renda e do acesso à educação e ao emprego, levaram os estudiosos atuais a reintroduzir a categoria *raça* como variável explicativa.

No entanto, se a literatura atual foi importante para retirar os estudos das relações raciais da perspectiva desenvolvimentista, evolucionista, integracionista (e outros *istas*) em que fora originalmente concebida, tais estudos acabaram por obscurecer a permanente associação entre *raça*, *cor* e posição social no Brasil.

Ora, a importância das diferenças de *status* (posições sociais) no Brasil tem-se reproduzido desde a colonização, através do sistema de castas escravistas e, mais tarde, do clientelismo rural ou urbano, resistindo à espantosa urbanização e industrialização do país nos últimos 50 anos, para não falar de sua resistência às mudanças de sistema e de regime políticos. Tal persistência foi muito bem interpretada por Roberto DaMatta como ideologia organizada em torno do princípio de classificação hierárquica, sustentada em relações sociais baseadas em laços pessoais.⁷

Gostaria, no entanto, para além do nível da ideologia, de trabalhar aqui com a idéia de Brasil como *sociedade de status*, isto é, uma sociedade onde os grupos sociais, inclusive as classes sociais, desenvolveram *direitos* a certos privilégios em relação ao Estado e aos outros grupos sociais. Tais privilégios de posição são resguardados, no plano das relações entre sujeitos, por distâncias e etiquetas, que têm na *aparência* e na *cor*, em seu sentido lato, antropológico, já explicitado, suas principais referências e marcos no espaço social. O jogo complexo de ambigüidades entre *intimidade*, *boa educação* e *patronizing* que marca a relação entre brancos e negros foi fartamente estudado e não insistirei nele.⁸ Quero apenas chamar a atenção para o fato de que existem também privilégios de tratamento, legais ou regulamentares, que permanecem bastante utilizados no Brasil de hoje, tais como o uso de elevadores e as prisões especiais para certos grupos sociais. O direito a que se arrogam as autori-

dades e certas pessoas a tratar diferencialmente outras pessoas de alguns grupos sociais, étnicos e raciais se espalha na vida cotidiana, principalmente em relação aos seus direitos civis. Esse é o principal veículo de expressão do sentimento (racista) segundo o qual as pessoas de cor podem, a princípio, ser tratadas como inferiores.

Ora, a *publicização* e denúncia dessas atitudes como *racistas* pela imprensa se constituem num sinal de que os tempos estão mudando, ainda que lentamente. É isso que significa o volume de queixas que chegam aos jornais diários, numa proporção seis vezes maior que há duas décadas.⁹ De fato, a permanência dessa ordem *estamental* tem sido questionada recentemente pela crescente organização dos grupos excluídos ou parcialmente excluídos em torno da luta por uma ordem mais democrática e inclusiva e do respeito aos direitos universais dos indivíduos. É por isso que categorias como *raça*, *cor*, *etnia*, *gênero*, *excluídos*, *sem-terra* etc. têm ganho no vocabulário sociológico, destituído de pretensões evolucionistas, um estatuto igual ao de categorias tradicionais como classe, *status* e partido.

No que se refere especificamente ao tema deste artigo, a luta dos grupos que se definem como *negros* no Brasil tem sido exemplar em termos de denunciar a presença cotidiana do racismo na sociedade brasileira, um racismo que, como veremos, anda a par com o abuso de autoridade, numa tentativa, que espero fútil, de manter as distâncias sociais da ordem hierárquica.

Visto dessa perspectiva, o período que analiso, de 1989 a 1994, compreendido entre as comemorações dos 100 anos da abolição da escravidão, em 1988, e os 300 anos da morte de Zumbi, em 1995, foi, sem dúvida, muito propício à discussão pública do racismo na sociedade brasileira. Foi um período no qual tanto as lideranças negras quanto a

imprensa estiveram envolvidas na denúncia do racismo, em busca de fatos que tornassem tais datas mais próximas do cotidiano vivido pelos seus públicos.

É possível, entretanto, que, passada a comemoração dos 300 anos de Zumbi, refluem as denúncias e o espaço que a imprensa devotou ao tema nos últimos seis anos. É possível também que a enorme desigualdade social e econômica entre os brasileiros acabe, de novo, por naturalizar o tratamento discriminatório dado aos negros no cotidiano. Afinal, a tarefa de mudar o Brasil é tão gigantesca quanto quixotesca, se não há objetivos precisos, problemas com vítimas e responsá-

veis, soluções exequíveis, ainda que *menores*. E as questões não podem ser tantas que as desqualifiquem todas como irremediáveis.

Ao buscar na hierarquia social e nos *grupos de prestígio* brasileiros a raiz do racismo cotidiano, isto é, do tratamento desigual de pessoas baseado na *cor*, espero colocá-lo sobre bases mais precisas, isto é, o desrespeito aos direitos civis. Do ponto de vista teórico, tal passo não é pequeno. Se eu estiver certo, isso significa que, para combater o racismo e para reduzir as desigualdades econômicas, precisamos, antes de tudo, denunciar as distâncias sociais que as naturalizam, justificam e legitimam.

ANEXOS

Encarte 1

Jogador apanha como ladrão

Há oito anos vivendo em Israel — região marcada por conflitos militares — o jogador de futebol Jorge Luiz Santos, carioca de 28 anos, conhecido como Jorge Quiqui, jamais foi importunado pela polícia israelense, sequer para mostrar documentos. Há uma semana no Rio, onde veio passar o Natal com a família, Quiqui foi protagonista ontem de uma das histórias de violência que viraram rotina na cidade; confundido com um assaltante, ele foi agredido a coronhadas e socos por um policial em trajes civis e só não foi jogado num camburão da Divisão de Repressão a Entorpecentes (DRE) porque resistiu como pôde até ser salvo por populares e por uma equipe de reportagem do *Jornal do Brasil*.

Jorge conseguiu refúgio na casa de câmbio SF Viagens Turismo Ltda., na Avenida Rio Branco 45, onde pouco antes trocara US\$ 300 (Cr\$ 4,2 milhões), o que teria atraído a atenção de um homem que se identificou como policial civil. Este homem, de mais ou menos 30 anos, foi quem atacou o jogador, conseguindo depois ajuda de policiais da Divisão de Repressão a Entorpecentes (DRE), que passavam no camburão da seção de Custódia, placa RJ-3033. Aos gritos de "é covardia", populares cercaram o carro, o que também dificultou a prisão do jogador.

O delegado titular da DRE, Antônio Nonato da Costa, afirmou mais tarde que seu pessoal não participou diretamente da ação, enquanto o corregedor de Polícia Civil, delegado Álvaro Luís Pinto Souza, informou ter aberto sindicância para descobrir o policial que iniciou a confusão. O incidente ocorreu por volta das 11h30. A confusão aumentou com a aglomeração de cerca de 300 pessoas, a maioria curiosos que não sabiam exatamente o que estava

acontecendo. O grupo reagiu à insistência dos policiais em levar o jogador, mesmo depois de ele ter-se identificado e diante do fato de não haver nenhuma vítima de assalto.

Sem saber que falava com um repórter, o homem que provocou a confusão garantia que o jogador assaltara um senhor. "Ele fez uma punção (assalto sem arma), mas a vítima foi embora", dizia o policial, mostrando o documento de Jorge Santos, do Sindicato dos Atletas Profissionais do Rio de Janeiro. Ao jogador ele dissera que o documento de nada iria servir. O agente chegou a chamar o jogador de "negro porco". Jorge contou que, enquanto a mulher ficou na sapataria, ele foi trocar os dólares. Cerca de Cr\$ 4 milhões em espécie, na mão de um rapaz mulato, vestindo bermudas, foi o suficiente para o policial enquadrá-lo como assaltante. Jorge apanhou muito, mas não entregou o dinheiro. (*Jornal do Brasil*, 23 de dezembro de 1992.)

Encarte 2

Jornalista é vítima de racismo

Salvador (AE) — O jornalista Hamilton Vieira, repórter do caderno de domingo do jornal "A Tarde", de Salvador, conhecido pela militância na luta anti-racismo, foi preso no bairro de Brotas, quando comprava jornal em frente a sua casa, por ter cara de ladrão, segundo o sargento-PM Raimundo Alves Fontes, que comandava os soldados que o abordaram. Vieira, que é negro, disse que a prisão foi abertamente discriminatória por causa da sua cor.

Não adiantou exibir os documentos e se identificar. Foi obrigado a se sentar no chão, no meio da rua, debaixo de chuva, e agredido a pontapés depois de jogado no carro da polícia, porque protestou e afirmou que ia denunciar o fato. Na delegacia do bairro, para onde o levaram, foi também destrutado e liberado a seguir. A prisão ocorreu anteontem à noite e ontem foi comunicada ao secretário de Segurança, Sérgio Habib, que prometeu tomar as providências exigindo do Comando da PM a apuração do caso e punição dos policiais. A Associação Baiana de Imprensa (ABI) e o Movimento Negro Unificado de Salvador divulgaram nota de protesto. (*O Liberal*, Belém, 13 de junho de 1991.)

Encarte 3

Vereador é vítima de preconceito racial

Cristiane Barbieri

SÃO PAULO — O vereador petista Geraldo Celestino Filho, do município de Guarulhos, passou ontem por uma situação constrangedora — mas que ele conhece muito bem. Por ser negro, o vereador foi agredido quando saía da casa de shows Palladium. Agressor e agredido foram parar na polícia — e foi aí que a situação se complicou.

No fim do Baile dos Anos 60, festa realizada pela casa todas as quartas-feiras, o comerciante Francisco Nilson Fernandes passou a agredir verbalmente o vereador, afirmando que ele não poderia ser o primeiro da fila de saída porque era "um negro sujo e nojento".

Como o vereador não reagiu, Fernandes continuou a agredi-lo com piadas de mau gosto. Eles discutiram e o comerciante deu um soco na boca do vereador.

Já na delegacia, quando pensava que o caso seria solucionado, o político teve uma má notícia: descobriu o preconceito com que as autoridades policiais tratavam casos como o seu. O delegado Ricardo Maluly, que atendeu ao caso na 15ª Delegacia de Polícia, se recusou a registrar a queixa como crime de racismo.

— Isto é um absurdo. Ouço claramente uma pessoa me xingar de “negro sujo e nojento” e não posso processá-lo por racismo. Vou entrar com uma queixa-crime contra este cidadão e também contra o Delegado — disse o vereador Celestino.

Segundo o delegado, que é sobrinho do deputado federal Maluly Neto (PDS-SP), não foi possível caracterizar a ocorrência como racismo porque a Lei 7.716/89 do Código Penal diz que o crime só acontece quando se impede o acesso de pessoas por preconceito. Ofensas verbais não podem ser consideradas crime — argumentou Maluly. O advogado criminalista Miguel Reale Júnior, ex-secretário de segurança pública de São Paulo, concordou com a postura do delegado Maluly. Ele garante que, de acordo com a interpretação do código, o vereador só poderia prestar queixa por crime de injúria.

Já o advogado Antônio Carlos Arruda, da entidade S.O.S. racismo, da capital, não concorda com o jurista. Ele sustentou que o problema é mais grave, pois o procedimento do delegado Maluly é muito comum.

— O preconceito é evidente. Muitos delegados se recusam a registrar a queixa como racismo contra o negro. Se as ofensas fossem contra os libaneses, a postura do delegado Maluly provavelmente seria outra. (*O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 de agosto de 1991.)

Encarte 4

Preso negro acusado de prática de racismo

Ana Cristina d'Angelo

Especial para a FT

Carlos Alberto Nunes, 34, apontador de produção, casado, foi preso em flagrante anteontem por ter chamado o policial militar Djalma Zacharias, que é negro, de “negão”. O fato aconteceu por volta das 22h, dentro de um bar, na Vila Nova Itaim. O crime de racismo é inafiançável. Nunes também é negro.

De acordo com a 50ª DP, em Itaim Paulista, policiais do comando Leste entraram no bar e começaram a revistar os fregueses. Segundo testemunhas, ao ver o menor C.W.S.N. tomando refrigerante, Zacharias disse que aquela não era hora de criança “estar na rua”.

Foi quando Nunes, pai do menino que não se negou a ser revistado, disse ao policial com o dedo em riste: “Espera aí, negão”. Os policiais o levaram por desacato à autoridade.

Segundo a polícia, Nunes não queria ir à delegacia e acabou “batendo a cabeça numa caixa de curativos que estava na viatura”. O delegado Valter Pereira César o prendeu por prática de racismo. Na 50ª DP, Nunes disse que levou uma pancada de cassetete na cabeça dos policiais. (*Folha da Tarde*, São Paulo, 16 de julho 1991.)

Encarte 5

Cantora de ópera é barrada em prédio no Flamengo por ser negra

A cantora lírica Aída Batista, vítima de discriminação racial na portaria do edifício número 92, da Rua Senador Vergueiro, no Flamengo, registrou queixa-crime ontem, na 9ª DP-Catete, com base no artigo 11 da Lei Caó. No dia 15 de novembro o porteiro Antônio Gonçalves da Silva impediu a cantora de usar o elevador social do prédio onde ela estuda francês com uma professora particular.

"Perguntei ao porteiro se o elevador social estava quebrado. Ele riu, negou que este fosse o motivo e debochou da minha condição de negra. Me senti humilhadíssima. Com esta queixa quero fazer com que o artigo 11 da lei 7.716, que condena a discriminação racial, seja respeitado", disse a cantora, acrescentando que não quer vingança, mas mostrar que os negros são cidadãos e dar sua contribuição na luta contra o preconceito racial no Brasil.

O delegado Flávio Rodrigues recebeu a cantora e seu advogado, Rui Calandrini, em sua sala e assegurou que o inquérito policial será concluído em 10 dias: "Damos o nosso apoio irrestrito a esta questão. A Lei Caó, que prevê pena de 1 a 3 anos de reclusão para a discriminação racial, será cumprida", declarou o delegado. Ele explicou que o porteiro e a síndica Lygia Bastos Ribeiro responderão criminalmente. Uma equipe de televisão alemã que está produzindo um documentário sobre a vida da artista acompanhou o registro na delegacia.

Aída Batista disse que uma viagem profissional a São Paulo foi motivo da demora para o registro policial. Ela contou que não foi a primeira vez que se sentiu discriminada: "Já ouvi vários professores falarem que tenho uma linda voz mas que minha cor me impedirá de ser uma estrela da ópera neste país. Desta vez me senti pisada e me lembrei de todos os negros que passam por isso. Tenho direito de ser cantora de ópera ou samba, se quiser, e de ser respeitada como cidadã."

A cantora lembrou as manchetes de jornais quando recebeu o Prêmio Concertistas em 88, o ano do centenário da abolição da escravatura: "Os jornais disseram que Aída veio para brindar a abolição. Pena que muitos brasileiros não pensem assim e continuem a alimentar o racismo." (*O Dia*, Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1990.)

Encarte 6

Foram 3 os focos do tumulto no RS

Foram três os focos que deram origem ao tumulto no centro de Porto Alegre na tarde de sexta-feira: o protesto dos movimentos negros contra a discriminação praticada pelas Lojas Americanas, um incidente envolvendo um policial e um comerciante e a manifestação de militantes petistas e pedetistas contra a presença de Collor de Melo na capital, para receber a adesão de Nelson Marchesan e outros políticos.

Mesmo sendo conhecidos esses três episódios, o delegado da 1ª Delegacia de Polícia da capital gaúcha, Antônio Goulart, admitiu que será muito difícil responsabilizar uma pessoa isoladamente ou um grupo delas por todos os incidentes, no inquérito policial aberto ontem

mesmo. Ele informou que, durante os tumultos, seis baderneiros foram presos e encaminhados ao presídio central de Porto Alegre.

O clima na capital gaúcha já havia praticamente voltado ao normal ontem de manhã, apesar de uma certa tensão. O comércio funcionou normalmente, em sua maioria, embora algumas casas preferissem manter as grades de proteção. A filial das Lojas Americanas permaneceu fechada e o policiamento na zona central foi reforçado.

Focos

Em meio a vários grupos que se reuniram na Rua da Praia, principalmente em frente às Lojas Americanas, uma equipe da produtora que faz os programas de TV para Collor de Melo entrevistava populares sobre o tumulto. Sem saber de onde era a equipe, muitos populares respondiam atribuindo os incidentes à derrota de Brizola e às provocações de Collor, que visitava a cidade no momento.

Já a polícia porto-alegrense reduz a importância da presença de Collor na cidade como motivadora do tumulto, enfatizando mais os outros focos. Um dos conflitos surgiu de um incidente na Rua Marechal Floriano, envolvendo o comerciante Carlos Henrique Fonseca, 20 anos, funcionário das Lojas Paquetá. Na versão do PM, o comerciante foi preso porque estava perturbando algumas moças; na versão do comerciante, houve arbitrariedade do policial, que mandou ele e alguns colegas deixarem o local em que se encontravam.

Quanto à manifestação anti-racista em frente às Lojas Americanas, seus líderes também insistiram em que ela não foi a causadora do tumulto: "Quando vimos a correria, nos afastamos", dizia o operário Nunes, que integrava o grupo de manifestantes e ontem pela manhã discutia com o supervisor de vendas da empresa paulista Óleos Brasil.

Dos 69 feridos atendidos na sexta-feira, apenas um continuava internado: o tenente Gérson Dias Gomes, com uma hemorragia ocular provocada por uma pedrada. (*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 26 de novembro de 1989.)

Encarte 7

Hotel acusado de racismo

Na última terça-feira, por volta das 8:45 min, Magnólia Chaves (Meg Chaves), modelo, diretora do Sindicato dos Artistas de Espetáculos da Bahia e funcionária pública, sofreu a primeira de uma série de atos de discriminação racial, praticados por funcionários do Hotel Palace, localizado na Rua Chile. Apesar da revolta, Magnólia pretende, nesta segunda-feira, registrar queixa-crime, na 13ª delegacia. "Eu já estive na Polícia Federal e no módulo dos Barris, onde fui informada que a queixa terá que ser registrada na delegacia mais próxima do incidente."

Ela contou que, na terça-feira, deslocou-se até aquele hotel à procura de um amigo, o espanhol Javier Lezana. "Mas fui barrada na própria portaria, onde não me deixaram ligar nem para o meu quarto." Apesar disso, o funcionário ligou e pediu que ficasse aguardando ali mesmo na portaria. "Enquanto eu aguardava a descida de Javier, mais duas amigas dele e minha também, Esther Arteaga e Blanca Murilo, chegaram e não tiveram nenhum problema com o porteiro, tanto que subiram até o quarto de Javier, deixando bem claro que eu estava

sofrendo um ato de discriminação racial." Se não bastasse, Meg diz que Luiz Carlos Carera, intitulado-se de gerente do Hotel Palace, chegou a falar com ela.

"Ele me impediu de permanecer na portaria, argumentando que no hotel não era permitido a presença de qualquer pessoa. Ele chegou a me segurar pelo braço e me empurrou para fora do hotel", denunciou Meg. Para ver até que ponto ia o nível de racismo daquele estabelecimento, Javier resolveu fazer uma reserva para a modelo. "Ao me identificar, na quinta-feira à noite, o clima ainda se manteve tenso. Ao ponto de sexta-feira pela manhã uma funcionária vir me perguntar se eu era hóspede, pois somente estes têm o direito de tomar o café da manhã."

Na sexta-feira, Meg não mais agüentou as provocações raciais. "A gota d'água veio quando, ao sair do hotel com um amigo, alguém perguntou: Qual dos dois é o hóspede? A negrinha, responderam." Cansada de ser discriminada, Meg e o grupo de turistas espanhóis resolveram sair do hotel. "Agora vou tomar as devidas providências, já que a Nova Constituição prevê que qualquer ato de discriminação é um crime inafiançável", garantiu. (*Jornal da Bahia*, 12/13 de fevereiro de 1989.)

Encarte 8

Aluna acusa racismo

Consuelo da Costa Torres denuncia que o professor de matemática Ontonofre, do colégio Caseb, praticou racismo e atitudes agressivas contra ela. Segundo Consuelo, durante uma discussão ocorrida dentro da sala de aula, onde ela reclamava pontos numa questão da prova, o professor começou a se exaltar e a xingá-la, pejorativamente, de "negrinha", ameaçando, em seguida, dar-lhe uma surra. Consuelo da Costa levou o ocorrido à diretoria da escola, mas nenhuma atitude foi tomada. Ela acha um absurdo que o Caseb mantenha em seu quadro um professor racista e despreparado emocionalmente para lidar com estudantes. (*Correio Brasileiro*, Brasília, 6 de abril de 1991.)

Encarte 9

Comerciante acusado de praticar racismo

Com o apoio da União de Negros pela Igualdade, a desempregada Maria Eulália Ferreira protocolou representação criminal no 1º Distrito Policial de Goiânia, contra o comerciante Yen Pin Jen por prática de racismo. Segundo a autora, o comerciante lhe negou emprego de garçom em seu restaurante, Muralha Chinesa, no setor Oeste, pelo fato de a autora ter cabelos crespos. A representação foi protocolada ontem através do advogado Ismar Pires Martins, que acredita que o comerciante por este crime pode ser condenado de dois a cinco anos de reclusão.

Acompanhando Maria Eulália Ferreira na redação de *O Popular*, Irene de Paiva, que é diretora da União de Negros e membro do Centro Popular da Mulher, disse que o próprio anúncio publicado pelo proprietário do restaurante oferecendo emprego de garçom e

exigindo "boa aparência" já é uma forma de racismo. Salientou ainda que a mulher negra é duplamente discriminada. Ela disse ainda que em Goiânia há sempre casos de racismo, mas a maioria das pessoas prefere não tomar nenhuma providência.

Segundo o advogado, o comportamento racista do comerciante ficou evidenciado ao dizer para a autora que ela não servia devido ao seu "cabelinho enroladinho", nem permitindo que ela deixasse seu nome anotado, como ocorreu com as outras candidatas não-aprovadas de imediato. As aprovadas eram todas mulheres de cabelos lisos e olhos claros. (*O Popular*, Goiânia, 23 de março de 1991.)

Encarte 10

RACISMO PUNIDO

Empregada negra ganha indenização na Bahia

Uma sentença lida no juizado de pequenas causas de Salvador, na terça-feira passada, produziu um inesperado desvio na trilha de impunidade que marca os casos de racismo no país. Numa decisão inédita na história da justiça brasileira, a juíza Luíslinda Dias de Valois Santos condenou o supermercado Olhepreço a pagar uma indenização de 184 000 cruzeiros reais à empregada doméstica Aíla Maria de Jesus, uma negra de 41 anos. A quantia é pequena, mas tem alto valor simbólico pelo caráter rotineiro do episódio envolvido no processo. No dia 31 de agosto, Aíla foi acusada de roubo por um segurança do supermercado, o soldado da PM Edson Nascimento Lima. "Volte lá pra dentro, neguinha, e pague o que você acabou de colocar nessa bolsa", disse-lhe o segurança. A empregada, que acabara de pagar as compras no caixa, foi obrigada a abrir sua bolsa em público para provar que era inocente. Antes, porém, ela exigiu que a cena fosse testemunhada por dois policiais civis que trabalham num posto próximo ao local.

Hipocrisia — Ao descobrir que não havia nenhum produto roubado na bolsa de Aíla, os funcionários do Olhepreço se limitaram a pedir desculpas pelo abuso. A empregada achou que era pouco e decidiu procurar a justiça. "Não consegui me conformar e passei quase um mês chorando", conta ela. "As balconistas diziam que eu deveria voltar para o planeta dos macacos." Esse é o nome de uma favela conhecida como reduto de marginais na capital baiana. Casada, mãe de 3 filhos, Aíla trabalha há 23 anos na casa do artista plástico Calasans Neto, um dos melhores amigos do escritor Jorge Amado. "Ela é uma determinação ímpar", elogia o patrão Calasans. Quando chegou em casa naquele dia revoltada e chorando só repetia uma frase: "Eles vão se arrepender." A empregada, que ganha pouco mais de um salário mínimo, é uma cozinheira de mão cheia e já inspirou até personagens nas obras do escritor baiano. Um comensal constante na casa de Calasans Neto.

A sentença da juíza é um libelo contra a hipocrisia das relações sociais no Brasil. "Certamente se a autora (do processo) não fosse negra, estivesse em trajes festivos e portando jóias exuberantes, não teria passado pelo que passou", escreveu a juíza, baseando seu veredicto no artigo 146 do Código Penal, sobre constrangimento ilegal. "Vamos recorrer da sentença até onde for possível", afirma Francisco Reis, advogado do supermercado. "Pagaremos de bom grado a indenização em última instância." Aíla também promete lutar até o

fim. "Nem sei o que vou fazer com o dinheiro", afirma ela. "O que eu queria era apenas uma reparação moral." (Veja, 6 de outubro de 1993.)

NOTAS

*A pesquisa que ancora este texto se encontra ainda em curso e é financiada pela Fundação Ford e pelo CNPq. Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no Annual Meeting da American Sociological Association, em Nova Iorque, a 16 de agosto de 1996, e depois discutida em seminário no Núcleo de Estudos da Violência, USP, onde o autor foi pesquisador-visitante. A versão atual se beneficiou dos comentários feitos nessas ocasiões por Edward Telles, João Pedroso, Nadya Castro, Nancy Cardia, Sérgio Adorno, entre outros.

1. A coleta foi feita pela agência Lux, sob encomenda do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, da Universidade Candido Mendes. Agradeço especialmente a Carlos Hasenbalg pela cessão desses dados.

2. Como não tive condições de fazer uma verificação sistemática da forma de coleta, não posso assegurar a universalidade da cobertura lograda pela Agência Lux, nem muito menos avaliar todos os possíveis vieses introduzidos pela coleta. De qualquer modo, ainda assim, a cobertura parece ter sido suficientemente ampla para garantir a qualidade dos dados, tal como espero ter demonstrado. À primeira vista, os dados parecem sugerir que os jornais de algumas capitais brasileiras foram objeto de uma busca mais intensa que os de outras. Assim, por exemplo, de São Paulo temos registros de nove diários e duas revistas, do Rio de Janeiro sete diários, de Belo Horizonte seis, de Brasília três; enquanto de Salvador temos registros de apenas dois jornais, assim como para Campo Grande, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre; para as restantes cidades — Belém, Blumenau, Goiânia, Manaus, Niterói, Recife, Santo André, Santos e Vitória — temos registros de apenas um jornal para cada uma das cidades. Pois não parece plausível que capitais como Salvador e Recife, onde é tão grande a população e arraigada a cultura afro-brasileira, tenham tão poucos jornais na amostra. Cabe, portanto, a dúvida: foram os outros diários dessas cidades objeto de coleta? A resposta seguramente é negativa. Mas, ainda assim, se supomos que a coleta nos jornais escolhidos foi sistemática e rigorosa, mesmo quando a amostra de jornais seja enviesada, isso não invalida as conclusões que tirei sobre a incidência de queixas de discriminação racial e as circunstâncias em que ocorrem casos de discriminação, uma vez que a unidade de análise empregada serão os casos e não as matérias publicadas. Ademais, se a coleta em jornais das cidades escolhidas foi sistemática, o que é a minha suposição, é possível validar também as outras valiosas indicações que tirei a partir do número de matérias, do número de casos ocorridos por regiões metropolitanas, do tipo de caso etc.

3. Apenas dois moradores têm queixas específicas, seja da proibição do uso de dependências, seja de acesso ao prédio. Trata-se, em ambos os casos, de novos moradores e tais agravos devem ser imputados ao desconhecimento de sua condição de residentes.

4. *Negra* significa, aqui, a soma dos indivíduos que se classificaram como *pardos* e *pretos*.

5. Ver, principalmente, Pierson, 1971; Azevedo, 1955 e 1966; Bastide e Fernandes, 1955; Harris, 1964; Fernandes, 1965.

6. Discuto, com maior detalhe, a concepção brasileira de cor em "Cor, classes e *status* nos estudos de Pierson, Azevedo e Harris na Bahia, 1940-1960", em Maio e Santos, 1996.

7. Ver, entre outros, o ensaio clássico de DaMatta "Você sabe com quem está falando?" em Roberto DaMatta, 1990.
8. Para uma visão clássica, ver Dzidzienyo, 1971.
9. Ver a esse respeito Antonio Sérgio Guimarães, 1995-1996.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Thales de (1955). *As elites de cor; um estudo de ascensão social*. São Paulo, Cia. Editora Nacional (1a. edição em francês, 1953).
- (1966). "Classes e grupos de prestígio". *Cultura e situação racial no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, p. 1-43 (publicado originalmente em 1956 nos *Arquivos da Universidade Federal da Bahia*, n° 5, Faculdade de Filosofia, Salvador; republicado em *Ensaios de antropologia social*. Salvador, Progresso, 1959).
- BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan (1955). *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo, Unesco-Anhembi.
- DAMATTA, Roberto (1990). *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, p. 146-204.
- DZIDZIENYO, Anani (1971). *The position of blacks in Brazilian society*. London.
- FERNANDES, Florestan (1965). *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 2 vols.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo (1995-1996). "O recente anti-racismo brasileiro: o que dizem os jornais diários". *Revista USP* (28):84-95, dez-jan-fev.
- (1996). "Cor, classes e status nos estudos de Pierson, Azevedo e Harris na Bahia, 1940-1960". In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, p. 143-58.
- HARRIS, Marvin (1964). *Patterns of race in the Americas*. New York, Walker and Company (edição brasileira: *Padrões raciais nas Américas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967).
- HASENBALG, Carlos (1979). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal.
- PIERSON, Donald (1971). *Branco e pretos na Bahia (estudo de contato racial)*. São Paulo, Editora Nacional (1a. edição norte-americana: 1942; 1a. edição brasileira: 1945).
- SILVA, Nelson do Valle (1980). "O preço da cor: diferenciais raciais na distribuição de renda no Brasil". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 10(1):21-44.

SUMMARY

Racism and restrictions on individual rights: race discrimination made public

In this article I analyze the way in which, in Brazil, racism leads to restriction of the rights individuals or groups of individuals. The data come from 547 news items published

between 1989 and 1994 related to complaints of race discrimination in 44 dailies and two weeklies published in 20 Brazilian cities in 14 states.

Two general conclusions are: first, that race discrimination in Brazil comes hand in hand with abuse of authority and arbitrariness of social agents; second, that race discrimination, at least

when made public in the media, is higher in regions where income is higher and illiteracy rates lower, such as the metropolitan areas of Porto Alegre, São Paulo Curitiba, and Brasília.

My hypothesis is that in those regions the underlying foundations for conformity to traditional patterns of hierarchy and social discrimination are in disarray.

RÉSUMÉ

Racisme et restriction des droits individuels: la discrimination raciale publique

J'analyse dans cet article comment le racisme au Brésil a provoqué la restriction de droits individuels ou de groupes d'individus. Les données que j'utilise sont 547 matières publiées entre 1989 et 1994 sur des plaintes de discrimination raciale enregistrées par 44 journaux et deux revues hebdomadaires, édités dans 20 municipalités brésiliennes de 14 états de la fédération.

Je suis arrivé à deux conclusions d'une portée plus générale. La première est qu'au Brésil la discrimination raciale va de pair avec l'abus des

autorités et l'arbitraire des agents sociaux. La deuxième est que la discrimination raciale — tout au moins sa publicité — est plus grande dans les régions avec des revenus supérieurs et un taux d'analphabétisme inférieur, telles que les régions métropolitaines de Porto Alegre, São Paulo, Curitiba et Brasília.

Mon hypothèse est que dans ces régions — poussées par l'augmentation de revenus et niveaux d'éducation — les bases conformistes selon les standards traditionnels de hiérarchie et discrimination sociales sont dissolues.

Ideologia nacional, antropologia e a 'questão racial'

Fernando Rosa Ribeiro**

**Recebido para publicação em novembro de 1996.*

***Pesquisador do Centro de Estudos Afro-Asiáticos.*

O artigo discorre sobre como a ideologia de construção nacional no Brasil se baseou numa reação e resposta a um modelo essencialista euro-norte-americano. Essa resposta foi incorporada/criada pela academia, o que fez surgir uma circulação muito grande entre ideologia nacional, a academia e os estudos sobre a "questão racial" no Brasil.

Palavras-chave: questão nacional; questão racial; racismo; democracia racial.

Em inícios de 1995, a convite do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, das Faculdades Candido Mendes, no Rio de Janeiro, passei a dar um seminário semanal sobre "relações raciais" e "estudos afro-brasileiros" para um grupinho seletivo de alunos negros. O objetivo era "treinar" esses alunos para que pudessem um dia entrar para uma pós-graduação em ciências sociais. Na época, eu estava escrevendo ainda minha tese de doutorado sobre a África do Sul e estava relativamente pouco familiarizado com a imensa literatura sobre o Brasil em tais áreas. Ao longo de nossas leituras coletivas no seminário no último ano e meio, defrontamos com uma literatura vasta e variada, datando de mais de meio século, elaborada tanto por brasileiros quanto por estrangeiros eminentes (ver Skidmore, 1993, para uma vista d'olhos sobre o último meio século). O que nos impressionou mais nessa literatura, além de sua enorme riqueza e das credenciais de vários de seus elaboradores (muitos dos quais acadêmicos famosos tanto aqui quanto lá), foi a descoberta de que um fio perpassa as temáticas e interpretações mais variadas: a comparação, explícita ou implícita, mas nunca demasiado longe do horizonte das análises e interpretações, com a sociedade norte-americana. Além do mais, interessante, essa perspectiva comparativa o mais das vezes esteve intimamente ligada a uma questão eminentemente valorativa: a do "valor" respectivo das sociedades brasileira e norte-americana, em termos de seu tratamento diferenciado da chamada questão racial. Esse substrato valorativo — mais claro em uns autores do que em outros, embora ausente em alguns — às vezes se transformou em verdadeiro cabo-de-guerra entre uma concepção à maneira norte-americana e uma concepção à brasileira da "questão racial".

Não se trata de que a questão tenha sido tratada somente de maneira valorativa; con-

tudo, o substrato valorativo vinculado ao fio comparativo salta aos olhos de modo nítido, quando se olha o conjunto dessa literatura e, principalmente, quando se consideram discussões de bastidores e em mesas e seminários de meados dos anos noventa, que parecem repetir posições e perspectivas do passado com uma freqüência impressionante. Olhando a literatura das décadas passadas, e acompanhando as discussões dos últimos dois anos, notam-se desenvolvimentos empíricos e teóricos importantes, mas o que impressiona mais é o fato de que os termos do debate como um todo não mudaram realmente. Há 60 anos (se tomarmos como ponto de partida as obras de Gilberto Freyre dos anos trinta), discute-se, em termos velada ou abertamente comparativos, dentro de um arcabouço cuja premissa é sobretudo valorativa. Esse aspecto valorativo — e sua imbricação com a sociedade norte-americana como pólo de alteridade — é o que nos interessará neste trabalho.

No final de maio de 1994, cheguei ao Rio de Janeiro após mais de um ano de pesquisa de campo na Cidade do Cabo, África do Sul, a convite do programa Raça e Etnicidade, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Após esse período na África do Sul, sentia-me ansioso por sair do país, que me parecia sufocante com suas divisões etnoraciais e seu metaessencialismo arraigado, além de seu ambiente político extremamente polarizado.¹ O Rio de Janeiro, com sua *insouciance*, suas ruas apinhadas, sua gente cálida e aberta, pareceu-me, nos primeiros tempos, um verdadeiro paraíso de contato humano e recusa da separação essencialista vigente na sociedade de *apartheid* que continua sendo a África do Sul, com sua sociabilidade com-

pletamente segregada. Nesse primeiro contato com o Rio (onde nunca havia residido antes), defrontei-me com dois tipos de discurso, aparentemente antagônicos e excludentes: um discurso eminentemente antiessencialista (e antinorte-americano), do qual eu participei com gosto, e outro que me pareceu essencialista. O *locus* do primeiro estava na academia; o do segundo, no movimento negro local.

Uma das mais antigas e venerandas instituições negras me convidou a dar uma palestra, juntamente com uma colega sul-africana negra residente no Rio e um visitante norte-americano. Chegamos a um local no Centro antigo da cidade, numa casa da virada do século, um tanto mal conservada, numa rua movimentada, mas mal iluminada e flanqueada de fachadas em sua maioria decrépitas. Lá ficava a sede da instituição. Fui apresentado ao diretor, que nos recebeu cordialmente e muito informalmente, de camiseta. Após um atraso considerável, chegaram dois negros norte-americanos, altos e bonitos, com corpos (e pinta) de *body-builders*, provenientes de uma universidade dos Estados Unidos de que nunca tivera notícia antes (um *black college* norte-americano, presumi). Eu estava já irritado com o atraso, com o que me pareceu a excessiva informalidade beirando o descaso, e com a aparição daquelas duas figuras, para mim profundamente estranhas, acompanhadas de alguns jovens negros brasileiros. Apesar da presença de um intérprete profissional (o marido de minha colega sul-africana), a tradução foi feita pelos jovens brasileiros, que não conseguiam traduzir direito o que os norte-americanos diziam (a sul-africana falava português). Isso tornava o esforço de comunicação quase cômico. A situação me pareceu um pastiche, principalmente porque o que era dito — por exemplo, sobre a dominação das grandes multinacionais e do capitalismo internacional — era

muito previsível e profundamente *déjà vu*. Contudo, havia na sala um fluxo de comunicação cálido e quase entusiasta entre os norte-americanos, os negros brasileiros e a sul-africana negra ali presentes, do qual eu simplesmente não consegui participar. A coisa me pareceu pouco séria e fiquei muito irritado, prometendo a mim mesmo que jamais me deixaria arrastar de novo a semelhantes circos e ainda por cima à noite, num bairro considerado perigoso.

Fui péssimo etnógrafo naquela noite: o essencial do encontro não era a troca de informações acadêmicas entre *scholars* de vários lugares, apesar de o convite ter sido formalizado nesse sentido. O que era importante ali era o contato entre negros de países diversos e culturas diferentes, um contato do qual me senti excluído por várias razões, entre elas o fato de que, afinal de contas, não sou negro. Meu papel ali só poderia ser o de um assistente e simpático, não de um participante pleno. Isto é, aquilo não era um palco para um acadêmico branco dar suas opiniões (embora eu as tenha dado, e, senti, em vão); aliás, não era um palco para a retórica acadêmica brasileira usual em quaisquer painéis, seminários ou palestras que discutam a "questão racial" no Brasil. Era pura e simplesmente uma oportunidade de contato entre negros de diferentes nacionalidades para descobrir o que tinham em comum. E o que tinham em comum — obviamente, o desejo de se comunicar entre si e falar de suas experiências de discriminação em suas respectivas sociedades — não podia ser nada que tivesse a ver com o discurso acadêmico brasileiro. A questão aqui é complexa, e merece ser detalhada. Ela tem sua raiz no meu incômodo pessoal naquela noite: meu incômodo de que aqueles negros de diversas procedências estivessem falando entre si, num discurso que não me parecia interessante, e me excluindo no processo

(como não poderia deixar de ser, como cheguei a compreender muito depois).

Em outra ocasião, participei como ouvinte de um encontro promovido na Universidade Estadual do Rio de Janeiro por várias entidades negras, entre elas a que me havia convidado antes. Um colega branco falou e, em seguida, falaram vários negros e negras. O colega branco introduziu o discurso acadêmico usual, com toda sua sofisticação teórica e sua mensagem de que o Brasil tem realmente uma ideologia e um modelo de "relações raciais" que lhe é próprio (e que, portanto, como pensamento social arraigado, não pode ser reduzido a mero engodo ideológico). Os negros que falaram (entre eles uma vereadora negra) bateram na tecla de sempre: a denúncia reiterada da democracia racial, a mensagem repetida, com muita emoção e ênfase, da discriminação sofrida cotidianamente.

Essa — por vezes forte — emoção e ênfase sempre me incomodaram. Elas me pareciam dar motivo a todo tipo de declaração exagerada: por exemplo, a de que o Brasil era, em lugar de paraíso, um "inferno racial", de que era pior que os Estados Unidos no tempo da segregação, ou pior do que a África do Sul do *apartheid*. Essa última declaração costuma me incomodar sobremaneira: como estudante do *apartheid* (escrevi minha tese de doutorado a respeito — Ribeiro, 1996), essa equiparação ingênua e emocional entre Brasil e África do Sul do *apartheid* me parecia incrivelmente fora de compasso com qualquer conhecimento genuíno da questão. (Minha mensagem na noite em que falei foi exatamente esta: de que a África do Sul do *apartheid* e o Brasil da "democracia racial" eram muito distintos, apesar da presença do racismo em ambos. A mensagem naturalmente não foi escutada.) Contudo, um olhar para o outro pólo discursivo em questão — o acadêmico — nos

permite entender a fonte dessa emoção, e da ênfase e do exagero que parecem acompanhá-la o mais das vezes.

Não sei, em poucas palavras, descrever a sofisticação intelectual, o esforço e a quantidade imensa de trabalhos dedicados a entender a "questão racial" no Brasil. Gerações inteiras de acadêmicos proeminentes se dedicaram — e se dedicam — a ela. Trata-se de um filão antigo e reconhecido dentro da academia brasileira, com uma linhagem ilustre e ampla. Contudo, esse contínuo e imenso esforço intelectual está sempre balizado pelo diálogo implícito ou explícito com o modelo norte-americano e com a questão valorativa mencionada antes. Ao mesmo tempo, existe um consenso — se não oficial, pelo menos de bastidores — de que o discurso dos movimentos negros não é suficientemente sofisticado para dar conta da questão de maneira satisfatória. Reverenciam-se figuras históricas como Abdias do Nascimento, por exemplo, e respeitam-se os poucos acadêmicos negros existentes no país que se pronunciam sobre a questão. No entanto, fundamentalmente, o discurso da opressão racial e da discriminação não é um discurso favorecido pela academia, mesmo ela reconhecendo (como não poderia deixar de reconhecer) a existência da discriminação (reconhecimento esse que se dá inclusive através do estudo mesmo da discriminação). Os discursos acadêmicos, em sua sofisticação e complexidade, em realidade se norteiam por outras referências. E essas referências estão em antagonismo com o arcabouço de ênfase na discriminação, que é um arcabouço essencialista que enfatiza a diferenciação (há negros e há brancos; os primeiros são discriminados, os segundos não).

Os discursos acadêmicos, principalmente aqueles que se revestem de maior prestígio na academia e cujos porta-vozes e elaboradores são acadêmicos de renome, assentam-

se numa premissa valorativa muito clara: apesar da presença inquestionável do racismo na sociedade brasileira, e de seu efeito deplorável e amplamente documentado, essa mesma sociedade possui um modelo de “relações raciais” superior ao norte-americano ou sul-africano. Essa superioridade — baseada na não-diferenciação, não-essencialização do modelo brasileiro — é aqui axiomática. Ela pode ser continuamente re-elaborada, repensada e recriada (e frequentemente o é), com muita sofisticação e detalhe, mas não pode nunca ser abandonada, por mais sofisticada e crítica que seja a interpretação proposta.

A desqualificação dos Estados Unidos é clara e nítida quando se toma o conjunto da literatura em questão. Nenhum trabalho brasileiro elaborado por acadêmico de renome, do passado ou do presente, de que eu tenha conhecimento, escapa a essa premissa axiomática. O meu próprio trabalho sobre a África do Sul obedece a essa premissa (relendo minha tese de doutorado, pude ver claramente a desqualificação da África do Sul na minha interpretação do país). Essa premissa, naturalmente, entra em rota de colisão frontal com o discurso do movimento negro, que é, basicamente, um discurso de danação do modelo brasileiro. Daí a comunicação genuína entre o movimento e a academia não ser realmente muito profícua, limitando-se a ritualizados seminários conjuntos e encontros coletivos onde discursos díspares são enunciados como se fossem compatíveis. Naturalmente, a inclusão dos movimentos no discurso acadêmico tem uma função importantíssima, que é a de dissolver a crítica danosa à nacionalidade contida no discurso de denúncia.

O grande “pecado” do movimento negro, que faz com que ao mesmo tempo incomode muito e tenha expressão política mínima e penetração limitada na sociedade como um

todo, é sua ênfase na diferenciação — o fato de que existem muitos negros nessa sociedade, que são pensados como diferentes dos brancos, dentro de um arcabouço essencialista — e sua insistência no fato da discriminação. Esse duplo pecado atenta profundamente contra as premissas do pensamento de nacionalidade brasileiro, que, como mostrou DaMatta (1981) em sua famosa análise da fábula das três raças juntando-se e misturando-se, bascia-se na ênfase no contato e na noção da transcendência da diferença, e na noção de que, mesmo havendo discriminação, ela não seria, no final das contas, tão negativa quanto a discriminação em países de pensamento essencialista como os Estados Unidos e a África do Sul.

Em sua forma mais clara, e mais famosa, essa premissa foi elaborada por Gilberto Freyre nos seus inúmeros trabalhos. Contudo, essa fábula de construção da nacionalidade não é freyriana apenas, ela tem suas raízes no século passado (ver Seyferth, 1989, e Ribeiro, 1993), e uma presença ainda muito marcada entre nós. Apesar de rejeitarmos o arcabouço teórico de Freyre (seu luso-tropicalismo e seu elogio obsessivo da miscigenação), a fábula em realidade informa a academia brasileira também, como não poderia deixar de ser, se considerarmos que a academia sempre foi entre nós um *locus* privilegiado de construção e reelaboração da nação no pensamento (e se considerarmos também que nenhuma academia flutua no ar, por assim dizer, mas está intimamente vinculada à sociedade que a criou e ao pensamento desta).

O discurso do movimento negro atinge diretamente a raiz da construção da nacionalidade brasileira: a não-diferenciação. No nosso mito de construção da nação, o grande tabu é manter uma diferença etnoracial de grupo no corpo da nacionalidade, como mostrou também Giralda Seyferth (1982) em seu

trabalho sobre as colônias teuto-brasileiras do Vale do Itajaí, em Santa Catarina. Ela mostra como a construção de uma identidade adjetivada (*teuto-brasileira*) não foi aceita pela sociedade brasileira e eventualmente levou à campanha de nacionalização de Vargas em 1937. Os (lusó-)brasileiros entendiam a construção de uma identidade teuto-brasileira como a tentativa de permanecer estrangeiro (no caso, "alemão") em território nacional. Assim, a residência em comunidades fechadas, de língua alemã, com instituições próprias, foi vista como uma tentativa de criar uma nação estrangeira dentro do território nacional. Seyferth mostra que em nenhum momento essa foi a intenção do grupo teuto-brasileiro, que queria apenas manter sua especificidade *dentro* da nação brasileira. Não houve jeito: a diferenciação não foi permitida, como sabemos. Com a campanha de nacionalização, as escolas e associações alemãs foram suprimidas e o uso da língua alemã proibido (além disso, todos os jovens em idade de serviço militar foram enviados para bem longe para aprender português e "nacionalizarem-se").

Em trabalho recente, Antonio Carlos de Souza Lima (1996) nos mostra como o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) foi montado para criar um "grande cerco de paz" dentro do qual os índios perderiam sua própria cultura e sua autonomia, transformando-se em nacionais.² A lógica aqui, quer se trate de grupos de origem imigrante, quer de índios ou negros, é muito clara: habitar o bojo da nação com um discurso de especificidade e enfatizando a própria diferenciação constitui, de alguma maneira, uma impossibilidade. Daí a necessidade de dissolver o discurso de diferenciação dentro de uma retórica inclusiva cujo axioma é a nacionalidade comum. Nessa tarefa, a antropologia brasileira se encontra em posição particularmente privilegiada, devido à sua profunda vocação

histórica para o estudo detalhado das particularidades e sua localização central no debate da nacionalidade (nesse último sentido, basta pensar nos trabalhos do próprio Dammata, para não mencionar muitos outros nomes).

O axioma da superioridade da "solução" brasileira — e, portanto, de nossa construção de nacionalidade, com relação à norte-americana — está profundamente arraigado, a ponto de nunca ser posto seriamente em dúvida. Pelo contrário, o discurso da área de "relações raciais" no Brasil é um edifício impressionante e muito poderoso construído para responder ao essencialismo norte-americano (contido já na própria sociologia das "relações raciais", que, como sabemos, é uma área de estudos criada nos Estados Unidos) e à crítica norte-americana da sociedade (e nacionalidade) brasileira. Esse convincente edifício reativo (re)constrói a nacionalidade brasileira em oposição à norte-americana. Uma das conseqüências mais palpáveis dessa (re)construção é a necessidade de neutralizar o discurso do movimento negro, que é visto como caudatário direto do discurso essencialista norte-americano. Essa neutralização — na qual academia e sociedade estão, por assim dizer, de mãos dadas no Brasil — dá-se através da desconstrução do discurso norte-americano, por um lado, e da construção da especificidade e diferença do discurso brasileiro, por outro. Essa neutralização tem conseqüências, a mais óbvia das quais é a de que aos negros sequer se lhes dá o espaço para falar abertamente sobre sua discriminação. A meu ver, é isso que explicaria o elemento fortemente emocional dos discursos de movimento negro no Brasil, e sua ênfase e exageração: como não existe nenhum espaço onde a diferenciação possa ser discutida, muito menos aceita, principalmente não na academia, devido à sua retórica de neutralização e desconstrução da diferen-

ça, sofisticadíssima e muito eficiente, as vozes negras ficam reduzidas a declarações enfáticas e reiteradas, que assim o são exatamente porque não são realmente escutadas nem incorporadas. E não o são porque não o poderiam ser dentro do arcabouço de construção nacional vigente.

A “questão racial” ou a “questão do negro” no Brasil, portanto, é no fundo uma falsa questão: a verdadeira questão, que afeta, ainda que muito diferencialmente, negros, teuto-brasileiros, nipo-brasileiros etc., é a questão do imenso tabu ligado à diferenciação dentro da nacionalidade brasileira tal como foi construída. E é por isso que a chamada questão racial é tão espinhosa: se a compararmos com a questão de direitos iguais para as mulheres, por exemplo, veremos que, por mais difícil que seja essa luta, ela não incide diretamente sobre a questão da nacionalidade. Daí, creio eu, o maior êxito relativo do movimento feminista brasileiro em comparação com o movimento negro e a imensa dificuldade com a qual os que se decidem identificar como negros se defrontam no Brasil. Portanto, repensar a nacionalidade seria uma questão fundamental aqui, porque é dentro de seu arcabouço que está a impossibilidade de solução da questão negra. Além do mais, seria importante estudar a questão nacional dentro da retórica da academia, porque é aí que ela encontra um *locus* privilegiado, e é também aí que ela obstrui com eficiência o repensar da “questão racial” no Brasil. E, para estudar a questão da nação no Brasil, o problema da valoração tem que ser exposto com a maior clareza possível.



Que todas as nações se construam reativamente no pensamento, em confronto com uma alteridade, é um truísmo já antigo que mal merece repetição. Esse truísmo encontra, contudo, uma ilustração talvez particu-

larmente gráfica no caso brasileiro. Nele, a reatividade parece ser constitutiva da construção da nação. Esse caráter constitutivo já está implícito na própria difusão e poder do axioma da superioridade última da solução brasileira: para que esse axioma seja tão poderoso e tão difundido, ele tem que se basear em um substrato igualmente poderoso. A meu ver, esse substrato é a premissa oposta — mas relacionada — de que o Brasil é um país inferior em comparação com países da Europa ou com os Estados Unidos. Só uma incorporação profunda desse julgamento negativo poderia ter gerado um axioma de superioridade igualmente profundo. Um exame da obra de Gilberto Freyre — que podemos usar como um exemplo importante de nacionalismo — mostra exatamente isso.

Como sabemos — e como sabemos! —, a obra de Gilberto Freyre está baseada na louvação da miscigenação como a solução luso-brasileira por excelência, que teria dado origem a sociedades tolerantes e “democráticas” nos trópicos, enquanto a colonização norte-européia nos Estados Unidos e na África do Sul (sim, Freyre pontificou sobre a África do Sul e os bôeres) teria criado sociedades baseadas no preconceito e na discriminação (ver capítulo 6 de minha tese).

Em trabalho recente de releitura — e recuperação — das obras de Freyre dos anos trinta, Benzaquen de Araújo (1994, p. 27) nos chama a atenção para uma passagem-chave no início de *Casa-grande & senzala*, onde é feito um comentário sobre marinheiros brasileiros no Brooklyn, Nova Iorque, dizendo que são feios porque são racialmente misturados — e cita uma frase de um viajante de língua inglesa sobre o “caráter vira-lata” da população brasileira. Acho essa passagem vital, porque ela indica com clareza que Gilberto Freyre incorporou o julgamento racista anglo-norte-americano (seus livros mostram que ele era leitor ávido e atento dos relatos

de viajantes ingleses e norte-americanos ao Brasil). E é *porque* ele incorporou esse julgamento racista que construiu sua teoria do luso-tropicalismo e da superioridade da solução luso-brasileira. Ou seja, sua louvação da sociedade local e sua intensa e difundida miscigenação está diretamente vinculada à sua incorporação do julgamento negativo sobre o Brasil. Nisso, Freyre constitui um exemplo paradigmático que nos afeta a todos: a premissa nacionalista na academia (para não dizer na sociedade) é o anverso desse julgamento negativo. Sem a incorporação desse último, ela não faria sentido nem teria sua força. Desse modo, celebramos a mistura, o contato, a sociedade relacional brasileira, os cultos afro-brasileiros, a figura da mulata, a música popular etc., *porque* incorporamos o julgamento racista estrangeiro. Caso não o tivéssemos incorporado, nunca teríamos de celebrar o que é nosso, porque esse "nosso" só fez sentido quando nos foi apontado pelo "outro". Então o incorporamos dentro de uma retórica da nacionalidade que tomou enorme ímpeto a partir do movimento modernista nos anos vinte (ao qual Benzaquen de Araújo vincula Freyre, e com razão).

A retórica da nacionalidade, é importante frisar, nunca é única e a mesma: ela se transforma constantemente (foi Mariza Peirano quem indicou isso em algum lugar, mostrando que a nação no Brasil sempre está em construção). A academia é certamente um dos *loci* privilegiados dessa transformação. Desse modo, não somos "freyrianos", pelo menos não como Freyre o foi. Contudo, o axioma é o mesmo, para Freyre como para nós: o da superioridade brasileira. Hoje em dia, menciona-se pouco o fato, mas esse axioma constituiu um imenso êxito na luta entre as nacionalidades: como Tannenbaum apontou numa introdução a uma nova edição norte-americana de *Sobrados & mucambos*

(Tannenbaum, 1986), de nação desvalorizada por ser miscigenada (é importante lembrar a valoração extremamente negativa dada pelo racismo euro-norte-americano à mistura brasileira no século passado) passamos a modelo sem par de "relações raciais". Esse êxito se deu de maneira bem simples: o que era valorado negativamente — a miscigenação, o sincretismo, o contato —, Freyre e muitos outros valoraram positivamente através de uma retórica muito convincente e bem construída (mesmo que a condenemos hoje sob sua forma freyriana). Contudo, esse êxito representou, em primeiro lugar, a incorporação do julgamento negativo de que este país, por alguma razão (ou por muitas), "não presta" (mesmo que esse julgamento fique mais como um fantasma assombrando os bastidores acadêmicos do que como algo explícito a ser encontrado nos textos propriamente ditos). Essa incorporação significou a vinculação permanente de nosso pensamento a um pensamento racista essencialista, ao qual reagimos, que nos permite (ou melhor: praticamente nos obriga a) celebrar a mistura, a negritude etc. Assim, somos hoje racistas não *apesar de* celebrarmos os cultos afro-brasileiros, o samba, a mulata etc., mas *porque* os celebramos. Isso é algo muito importante e, que eu saiba, insuficientemente comentado: a configuração historicamente muito peculiar de nosso profundo e constitutivo racismo.

A explicitação dessa configuração nacional mostra, portanto, que o racismo é constitutivo nela, e não apenas acessório (isso não é nenhuma novidade: o trabalho de DaMatta, por exemplo, aponta claramente nesse sentido). Todavia, essa explicitação é particularmente importante aqui porque ela mostra que, basicamente, existem apenas dois pólos de discussão possíveis no debate da nacionalidade: a celebração de sua beleza e especificidade, por um lado, e sua danação, pelo

outro. Daí, creio eu, a imensa dificuldade da academia brasileira em aceitar o discurso da discriminação — e da diferenciação que ele implica — e a reiteração emocional e exagerada do discurso de muitos do movimento negro, que tem de ser exagerada exatamente porque o discurso *não é escutado* por condenar o Brasil como sociedade. Esses dois pólos de discussão — a celebração da especificidade brasileira e a condenação dela — têm de ser mediados por alguma posição intermediária. Como está, essa discussão não vai a lugar algum: continua-se a produzir opiniões caricatas da sociedade norte-americana, por um lado, e do Brasil, por outro. Do lado norte-americano propriamente dito, um número expressivo de estudiosos tem opiniões muito etnocêntricas a respeito do Brasil, incapacitando-os de ver sua especificidade (o mais vituperado atualmente parece ser o cientista político negro Michael Hanchard); do lado brasileiro, não se produz nunca nenhuma apreciação dos Estados Unidos como uma sociedade com lógica e história próprias, às quais se ajusta seu sistema de “relações raciais”. O que torna a perspectiva brasileira igualmente culpada de etnocentrismo. Nos seus piores momentos, trata-se de um verdadeiro diálogo de surdos, com o movimento negro imprensado no meio.

A configuração do discurso da nacionalidade tem de ser estudada com mais profundidade, porque é ela que impede a escuta adequada das vozes que se constroem como negras e lhes nega seu direito de expressarem sua diferença e sua mensagem de discriminação, além de ela criar um discurso negro iterativo e quase rancoroso de condenação da nacionalidade. Outro problema é que o discurso da nacionalidade em sua forma atual não permite a apreciação do outro como tal. Isto é, não permite a apreciação de uma alteridade como portadora de valores e uma

história próprios que não são necessariamente comensuráveis aos valores brasileiros. Paradoxalmente ou não, o engajamento profundo com os Estados Unidos, seu pensamento e sua academia produz o mais das vezes um discurso nacionalista em lugar de produzir uma interpretação sofisticada da sociedade norte-americana (quantos brasileiros, a começar por Freyre, foram estudar nos Estados Unidos e voltaram anti-norte-americanos, com tudo que isso implica de, ao mesmo tempo, fascinação com os Estados Unidos e rejeição destes). Esse engajamento profundo (uma espécie de transferência ou variação do engajamento mais antigo com a Europa) tem de ser examinado mais criticamente para que possa dar lugar a uma perspectiva verdadeiramente comparativa (em que as duas sociedades em questão iluminem as especificidades uma da outra, sem a presença de uma necessidade demasiado premente de desvalorização mútua).

O que estou propondo, portanto, é um novo discurso que possa dar conta, minimamente, da diferenciação. Se isso vai nos transformar necessariamente numa nova versão dos Estados Unidos ou da África do Sul me parece uma questão de importância muito secundária (para os que estejam interessados na resposta, para o bem ou para o mal, não creio que isso seja possível. Temos nossa própria história, assim como eles a deles). O importante é notar que o racismo está imbricado na construção da nacionalidade brasileira e esta, por sua vez, faz parte integral da academia brasileira que estuda o racismo, de modo que há aqui uma circularidade perversa da qual não se pode escapar. Essa circularidade pode, contudo, ser descrita e interpretada, principalmente dentro de um arcabouço verdadeiramente comparativo.

NOTAS

1. Um pouco do meu estado de espírito nessa época transparece em meu relato das eleições democráticas de abril de 1994, onde faço uma leitura cautelosa, beirando o pessimismo, da conjuntura sul-africana de então (Ribeiro, 1994).

2. Os índios hoje, contudo, são os únicos grupos no país que podem enfatizar sua especificidade: como Souza Lima mostra, o discurso assimilacionista das primeiras décadas do SPI foi substituído a partir dos anos cinquenta pelo discurso culturalista que predominaria hoje na Funai e no bojo das discussões sobre a questão indígena.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENZAQUEN de Araújo, Ricardo (1994). *Guerra e paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos trinta*. Rio, Editora 34.
- DAMATTA, Roberto (1981). "Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira". *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Petrópolis, Vozes, p. 58-85.
- RIBEIRO, Fernando Rosa (1993). "'Apartheid' e democracia racial: raça e nação no Brasil e África do Sul". *Estudos Afro-Asiáticos*, (24):195-120. Rio de Janeiro, CEEA.
- (1994). "Eleições na África do Sul: uma visão de primeira mão". *Estudos Afro-Asiáticos* (26):159-66 Rio de Janeiro, CEEA.
- (1996). "'Apartheid' e 'democracia racial': South Africa and Brazil in contrast". Dissertação de doutorado. Universiteit Utrecht, Países Baixos.
- SEYFERTH, Giralda, (1982). *Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa companhia do Vale do Itajaí*. Florianópolis, Edições da Fundação Catarinense de Cultura.
- (1989). "As ciências sociais no Brasil e a questão racial". In: *Cativeiro e liberdade*, Seminário do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
- SKIDMORE, Thomas (1993). "EUA birracial x Brasil multirracial: o contraste ainda é válido?". *O Brasil visto de fora*. São Paulo/Rio, Paz e Terra.
- SOUZA Lima, Antonio Carlos (1996). *Um grande cerco de paz*. Petrópolis, Vozes.
- TANNENBAUM, Frank (1986). "Introduction". In: FREYRE, Gilberto. *The mansions and the shanties*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press, p. vii-xii.

SUMMARY

National ideology, antropology, and the 'race issue'

This article indicates how an ideology of nation-building in Brazil has been premised on a response to Euro-American essentialism. This response has been created/ taken on by Brazilian

academia. Here a great measure of circularity has emerged, with Brazilian academia, national ideology and studies on the "race issue" feeding into each other.

RÉSUMÉ

Ideologie nationale, anthropologie et question raciale

L'article tâche de montrer comment l'idéologie de construction nationale au Brésil est basée sur une réaction et réponse à un modèle essentiellement euro-américain. Cette réponse fut incorporée par l'Académie (étant donné qu'elle y fut

— au moins en partie — élaborée par celle-ci). Il y a donc dans le pays une circularité très grande entre l'idéologie nationale, l'Académie et les études sur la "question raciale".

ESCRavidÃO E RELações
RACIAIS NO BRASIL
- CADASTRO DA PRODUÇÃO
INTELECTUAL (1970-1990)

Um importante instrumento
de pesquisa para os estudiosos.



São cerca de 2.500
referências classificadas
tematicamente, com
destaque para teses
de mestrado e doutorado.

À VENDA
NO CEAA (US\$ 15.00)
RUA DA ASSEMBLÉIA, 10/501
TEL.: 531-2000, RAMAL 259
FAX 531-2155

A promoção da diversidade racial no Brasil: uma visão dos Estados Unidos*

Edward Telles**

**Recebido para publicação em dezembro de 1996.*

***Professor do Departamento de Sociologia da Califórnia, Los Angeles.
Assessor de Programas da Fundação Ford no Brasil.*

Este artigo examina como os cessionários da Fundação Ford incorporam a diversidade racial em seus programas e analisa fatores que contribuem ou não para a diversidade ser incorporada no Brasil, usando as experiências dos Estados Unidos como ponto de comparação.

Palavras-chave: diversidade racial; política de ação afirmativa; desigualdade racial; assimilação; raça; categorias raciais.

Esta é uma versão reduzida de uma consultoria, datada de 1995, que escrevi para avaliar os programas da Fundação Ford em relação à promoção e à integração da diversidade étnico-racial no Brasil. Examinarei aqui (a) como os cessionários da Fundação Ford incorporaram a diversidade e (b) os fatores que contribuem ou não para a diversidade ser incorporada no Brasil, usando as experiências dos Estados Unidos como ponto de comparação.

Entrevistei a equipe da Fundação Ford e 17 cessionários no Rio de Janeiro e em São Paulo. Entre estes estavam incluídos aqueles com e sem uma programação especificamente ligada à raça. Neste artigo, enfoco os programas não-específicos de raça, que incluam uma variedade de programas de cada uma das áreas de atuação da Fundação, assim como universidades e ONGs jurídicas e de pesquisa.

Em grande parte, minha análise é mostrada pela experiência norte-americana, visto que ela apresenta o modelo de programas de diversidade com os quais a Fundação Ford tem trabalhado e que é considerada pelo pessoal de trabalho de campo como um possível ponto de partida para a promoção de tal programa no Brasil. Também é verdade que a Fundação Ford tem desempenhado importante papel na criação e na promoção de programas de diversidade nos Estados Unidos e, por essa razão, teria interesse especial em repetir planos de ação semelhantes em países como o Brasil, após as adaptações para se adequar às condições locais. Ao comparar o Brasil com os Estados Unidos, é possível ver como um programa surgido nos Estados Unidos pode ou não ser adaptado ao contexto brasileiro.

Diversidade racial: a política de ação afirmativa da Fundação Ford

A essência da política de diversidade da Fundação Ford se encontra nos cinco pará-

grafos do documento "Uma política da Fundação rerepresentada", da Carta da Fundação Ford (1987, p. 7). O primeiro parágrafo declara:

Através de seu trabalho em todo o mundo, a Fundação Ford busca promover o pluralismo e a igualdade de oportunidades, bem como o fim da discriminação de origem racial, étnica ou sexual. Essa iniciativa tem como base a certeza de que todos os segmentos da sociedade se beneficiam com o pluralismo e a igualdade de oportunidades e que a diversidade é não apenas compatível com a excelência, mas também a promove.

O parágrafo seguinte afirma que essa política deve ser realizada de três maneiras:

1) ao patrocinar atividades que promovem o pluralismo e aumentam as oportunidades oferecidas a grupos tradicionalmente menos privilegiados;

2) ao buscar ampla representação em sua própria diretoria e equipe;

3) ao incentivar a diversidade de organizações cessionárias nas diretorias e equipes.

O terceiro parágrafo declara a importância da diversidade no processo de tomada de decisões relativas a financiamento. Além disso, acrescenta que, "fora dos Estados Unidos, a diversidade de gênero e, quando apropriado, também a origem étnica, racial ou nacional são levadas em consideração". (grifos do autor).

O quarto parágrafo explica por que a diversidade é importante e o parágrafo final apresenta um resumo cuidadoso, embora ambíguo, do compromisso da Fundação Ford com a diversidade em locais fora dos Estados Unidos:

Os esforços para atingir o pluralismo e a igualdade de oportunidades exigem atenção vigorosa e contínua tanto nos

Estados Unidos quanto em outros países. Embora as estratégias mais adequadas variem, forçosamente, segundo os limites e as possibilidades de cada sociedade, a Fundação tem o compromisso de trabalhar com os outros a fim de promover e garantir o sucesso desses esforços.

A diversidade como cotas

A maior parte dos cessionários julgou a Iniciativa de Diversidade da Fundação Ford equivalente a cotas. Por isso, é fácil entender que as reações à diversidade e à ação afirmativa sejam, na melhor das hipóteses, ambivalentes. No caso de uma sociedade que dá valor ao igualitarismo — pelo menos em termos teóricos —, isso não chega a surpreender. Até nos Estados Unidos, as cotas provocam controvérsia tanto entre brancos quanto entre negros. Embora grande parte dos norte-americanos seja a favor da ação compensatória para as minorias, a maioria dos brancos e dos negros nos Estados Unidos sempre se opõe ao tratamento preferencial adotado junto às minorias.

A associação da diversidade à idéia de cotas parece refletir um conceito de diversidade nos Estados Unidos que a mídia brasileira exagera. Ela acredita que os empregadores norte-americanos sejam legalmente obrigados a apresentar uma determinada estatística representativa de diferentes grupos raciais em todos os empregos. Na verdade, nos lugares onde as cotas são vistas desse modo, é comum que elas sejam consideradas ilegais, embora outras práticas para aumentar a diversidade, mas que não utilizem cotas, sejam incentivadas e exigidas. O fato é que, na prática, e com a finalidade de alcançar metas de diversidade, sistemas semelhantes ao de cotas podem ser adotados em alguns locais de trabalho nos Estados Unidos, mas é raro que essas metas sejam alcançadas,

porque os agentes de pessoal brancos têm uma preferência fixa por trabalhadores brancos (Jencks, 1991).

Assim, a posição deles a favor ou contra a diversidade depende da visão particular de cada um do que vem a ser diversidade. Quando visto como um sistema de cotas, eles são reticentes (e provavelmente se opõem a esse sistema, embora não digam isso, por questões óbvias). Contudo, quando explicamos o que a Iniciativa de Diversidade da Fundação Ford julga ser diversidade, os cessionários apoiam o conceito geral. Isto é, quando a diversidade é definida como um programa que seleciona e prepara membros de grupos minoritários para melhores oportunidades de emprego e educação, os cessionários são a favor. Mas, quando a diversidade é definida como um programa de cotas, surge a oposição. Torna-se claro que tanto a diversidade quanto a ação afirmativa poderiam ter uma definição ampla e incluir desde programas de fácil aceitação — de ajuda aos pobres e às minorias para que escrevam melhores trabalhos nas faculdades — até a criação de cotas para a entrada de minorias nas universidades.

Assim como os Estados Unidos, o Brasil é uma sociedade que incentiva a assimilação, em lugar do pluralismo apoiado pelo Estado, e por isso eu esperava que a opinião popular brasileira também fosse contrária às cotas. Entretanto, a posição favorável às cotas parece ser bem mais forte do que eu presumia.¹

Uma pesquisa recente da Datafolha (1995) sugere que a oposição às cotas não é tão grande quanto os cessionários fazem crer. De âmbito nacional, a pesquisa demonstrou que quase metade dos brasileiros (48%) apoiava cotas para negros na universidade e no trabalho. Estavam incluídos 34% que apoiavam as cotas completamente e 14% que as apoiavam em parte. Quarenta por cento discordavam completamente e 9% discorda-

vam em parte do conceito de cotas raciais (4% não sabiam). Assim, as cotas receberam ainda mais apoio no Brasil do que nos Estados Unidos. Isso também indica que há mais apoio ao pluralismo, embora as provas sejam indiretas. Vale lembrar que a idéia de cotas foi explicada aos respondentes e, portanto, é pouco provável que eles não tenham entendido o seu significado.²

Pessoas de renda e escolaridade mais baixas foram as que mais apoiaram as cotas. Como era de se esperar também, os negros (55%) e os pardos (49%) apoiaram mais as cotas, se comparados a 46% de brancos. Contudo, as diferenças de classe a favor das cotas raciais foram ainda mais marcantes do que as diferenças raciais. Pessoas mais pobres e com menos escolaridade de todas as raças apoiaram mais as cotas. Por exemplo, entre as pessoas com apenas o primeiro grau de escolaridade, 55% dos brancos e 62% de negros foram a favor das cotas. No caso de pessoas com formação universitária, apenas 22% de brancos, 12% de negros e 10% de pardos apoiaram as cotas. A resistência entre a pequena fração de não-brancos com formação universitária é surpreendente, mas pode ser atribuída ou devido ao número pequeno demais para que seja possível tirar conclusões definitivas, ou porque tiveram sucesso sem cotas, de modo que eles acreditam que talvez esse sistema não seja necessário.

A oposição por parte de cessionários e de cerca de metade da população brasileira reflete a recente discussão a respeito da ação afirmativa nos Estados Unidos. Seymour M. Lipsett (1991) acredita que, nos Estados Unidos, o conflito entre duas visões de igualdade permeia a atual discussão. Segundo ele, a visão tradicional, estabelecida na Declaração de Independência, destaca a igualdade para indivíduos, definida como igualdade de oportunidades, ao passo que a abordagem mais recente se refere à igualdade para gru-

pos, definida como igualdade de resultados. Lipsett diz que a ação afirmativa "forçou um confronto agudo entre dois valores norte-americanos essenciais: o igualitarismo e o individualismo". A diferença é que, enquanto a ação compensatória ajuda os grupos menos privilegiados a se aproximarem dos padrões de concorrência estabelecidos pela sociedade, o tratamento preferencial tem como consequência a suspensão desses mesmos padrões.

No Brasil, era de se esperar que a crença no princípio da meritocracia recebesse amplo apoio, especialmente por parte da classe média, que pensa que o sistema trabalha para ela. Um apoio maior ao sistema de cotas entre os pobres pode refletir a ausência desse mesmo sistema na prática e a idéia de que ela pode ser um meio de alcançar maior igualdade nos lugares onde falhou o sistema baseado na realização individual, como é o caso da maioria da população brasileira. Num país como o Brasil, os pobres acreditam que tanto eles quanto seus filhos só terão oportunidade de ascensão se houver igualdade de resultados. Em vista das baixas taxas de mobilidade nos últimos anos, é provável que no Brasil o princípio da meritocracia não seja bem aceito pelos pobres. No caso dos pobres brancos que são a favor do sistema de cotas, é possível que esse apoio resulte da crença de que os benefícios dados aos negros, que formam a maioria pobre, também possam se estender a eles.

Pontos específicos da política de diversidade da Fundação Ford

Será que o cessionário concorda ou discorda da política de diversidade da Fundação Ford em relação às relações raciais, à igualdade de raça ou étnica e à diversidade no Brasil? É importante lembrar que, com exce-

ção de um, todos os programas principais abarcados na minha pesquisa foram dirigidos por brancos. Embora o conceito geral de diversidade ditado pela Iniciativa tenha sido aceito, ainda assim houve alguma discordância no que se refere aos pontos específicos da política.

Em primeiro lugar, a alegação de que a diversidade promove a qualidade era um conceito totalmente desconhecido para eles. Eles tampouco tinham pensado na diversidade como um bem comum à qual a sociedade brasileira deveria aspirar. É provável que esse tipo de reação aos benefícios que resultam dos programas de diversidade seja um reflexo da falta de debates ou discussões sobre tais questões.

Em segundo lugar, alguns cessionários discordaram da Fundação Ford, que acredita ser essencial a inclusão das minorias. No Brasil, onde cerca de 70% da população são compostos de excluídos, seria muito difícil, quando não impossível, defender a repentina inclusão de grupos minoritários. Nos Estados Unidos, a idéia de inclusão de minorias significa estar incluindo-as numa sociedade de "classe média", e grande parte da população se julga membro dessa sociedade. Mas, no Brasil, onde a classe média é minoria, a idéia da inclusão baseada num plano de ação é considerada pouco prática, quando não estruturalmente impossível. No Brasil, o aluno estuda uma média de quatro anos e é por essa razão que, ao contrário dos Estados Unidos, são poucas as pessoas com um mínimo de estudo do primeiro e segundo graus. Muitos trabalhadores continuam a ser quase analfabetos, o que os impede de participar de muitos setores da indústria moderna. Na verdade, no Brasil, dá-se mais atenção à marginalização ou à exclusão de pessoas menos favorecidas do que aos grupos minoritários.

Em terceiro lugar, os cessionários (especialmente aqueles que participaram da

pesquisa) alegaram que raramente, ou até mesmo nunca, encontraram negros com as qualificações necessárias para atender ao alto padrão de qualidade no qual se baseavam para contratar e realizar a pesquisa. Segundo eles, não houve nenhuma tentativa de discriminar, mas sim que os negros não foram contratados porque não atendiam aos critérios de capacidade e qualificação.

Em quarto lugar, os cessionários levantam a questão de quem é considerado minoria e quem não o é. A ambigüidade, no caso da identidade e da rotulação raciais no Brasil, não foi levada em conta pela política da Fundação Ford, porque ela supõe que as diferenças raciais são bastante claras num e noutro país. No Brasil, a identidade racial é flexível e muitas vezes pode ser negociada de acordo com as circunstâncias, não existindo a idéia conhecida como *one-drop rule*, bastante comum nos Estados Unidos, segundo a qual é negra qualquer pessoa que tenha sangue negro, mesmo que em pequena quantidade. Ao contrário da dicotomia existente nos Estados Unidos, a raça de uma pessoa no Brasil é decidida segundo seu fenótipo e segue uma escala que vai do branco ao negro, passando por várias mesclas de categorias raciais. Além disso, a raça de uma pessoa pode ser negociada segundo sua classe e, nesse caso, as pessoas de classe mais alta às vezes são consideradas um pouco mais claras do que na verdade aparentam. Contudo, isso não ocorre com a grande maioria dos negros brasileiros, embora uma cessionária diretora tenha me dito que, pelos padrões norte-americanos, 80% de sua equipe são considerados negros. Pelo que conheci de sua equipe, duvido muito de tal afirmação e ela deve ser irrelevante até para a Fundação Ford.

Em quinto lugar, os problemas raciais são freqüentemente encarados como sendo de ordem social. Essa visão é uma tradição nas relações raciais no Brasil. Acredita-se que a

população de origem africana é discriminada, acima de tudo, por motivos de classe e apenas um pouco por questões raciais. Mas, em vista de provas baseadas no censo e de relatos de discriminação racial que receberam ampla cobertura da mídia, essa idéia tem sido cada vez mais combatida, embora continue existindo a crença generalizada de que a classe social de uma pessoa seja fator determinante.

Por último, a visão de que os problemas dos negros são sistêmicos e independentes da sociedade de classe média branca. Essa é uma versão da teoria de exclusão, do mesmo modo que muitos cessionários não sentem nenhuma responsabilidade individual ou culpa em relação ao drama dos negros e dos pobres. Até recentemente, não havia mobilização política alguma por parte dos negros com o intuito de reivindicar sua posição e é por isso que os brancos da classe média não têm sentido necessidade de encarar as questões raciais. A ausência de discussões sobre essas questões entre os líderes comunitários e a população reflete uma democracia incipiente na qual os grupos marginais têm tido pouca voz.

Um dilema brasileiro?

Em 1944, Gunnar Myrdal publicou *An American dilemma*, o estudo mais influente jamais escrito sobre as relações raciais entre brancos e negros nos Estados Unidos. A temática que permeia todo o estudo é a de que os norte-americanos brancos vivem um paradoxo moral de valores conflitantes entre a idolatrada "Crença Americana", segundo a qual pensam, falam e agem sob a influência de preceitos igualitários e cristãos, e a posição subordinada dos afro-norte-americanos. Myrdal acreditava que a persistência do racismo e das desigualdades raciais eram o maior risco não resolvido enfrentado pela

democracia norte-americana, mas ele também previu que com a retórica inflamada da democracia da Segunda Guerra Mundial, juntamente com outras tendências sociais, "mudanças fundamentais nas relações raciais norte-americanas" ocorreriam e o maior escândalo social dos Estados Unidos terminaria. Embora o otimismo de Myrdal não se tenha justificado, a hipótese do dilema elaborada por ele acabou servindo como fundamento intelectual para o Movimento dos Direitos Civis.

No caso do Brasil e sua rápida marcha em direção à democratização nos últimos dez anos, além da posição subordinada dos negros na sociedade brasileira, será que podemos falar de um "dilema brasileiro" semelhante? Acredito que a resposta seja claramente não, porque o racismo é considerado apenas uma dentre muitas "tarefas não resolvidas" da democracia brasileira e a questão racial não é tida como um elemento central na desigualdade brasileira. Na pauta da democratização, a solução para os problemas da pobreza extrema, da corrupção corrente e da negação dos direitos humanos básicos, entre outros, é vista como mais prioritária do que o problema do racismo. É o contrário do que ocorreu nos Estados Unidos na década de quarenta, quando Myrdal e seus seguidores acreditavam que os direitos dos afro-norte-americanos eram a exceção que ofuscava o ideal democrático.

Se o Brasil tivesse todas as condições da democracia norte-americana da década de quarenta, com exceção de seu atual sistema de relações raciais, será que então surgiria um "dilema brasileiro"? É claro que essa é uma pergunta acadêmica, mas pode ser instrutiva. Ao contrário dos Estados Unidos, duvido muito que, mesmo sob essas circunstâncias, o racismo fosse considerado um dilema nacional. Na verdade, os brasileiros às vezes se julgam detentores de uma "demo-

cracia racial", o que sugere que essa pode ser uma das poucas áreas em que alguns acreditam que a democratização tenha sido bem resolvida. Os problemas raciais extremos encontrados nos Estados Unidos em meados do século XX, como as leis de segregação ao estilo de Jim Crow, linchamentos de negros por parte de brancos e distúrbios civis de fundo racial, não ocorreram no Brasil. Ainda assim, a desigualdade racial é flagrante na sociedade brasileira, fato que a parcela branca dessa sociedade começa a aceitar. Contudo, suas manifestações são bem diferentes daquelas nos Estados Unidos. A seguir, irei destacar os aspectos que são importantes para pensarmos na ação afirmativa ao estilo norte-americano no Brasil.

A desigualdade racial no Brasil e nos Estados Unidos: 1960-1980

Em 1976, a renda média de homens pretos era 47% da renda de homens brancos (Silva, 1985) em comparação com 61% nos Estados Unidos em 1979,³ o que tornava a desigualdade racial maior no Brasil do que nos Estados Unidos (Farley e Allen, 1989). É interessante notar que os homens pretos ganhavam 49% da renda dos homens brancos nos Estados Unidos em 1960. Infelizmente, dados sobre a renda no Brasil por volta de 1960 não foram encontrados.

Mas será que as diferenças de classe e renda no Brasil — maiores do que nos Estados Unidos — podem ser responsáveis pela maior desigualdade racial no Brasil? As comparações de renda entre países podem apenas refletir as diferenças na estrutura da desigualdade de renda e não necessariamente a extensão do racismo. A desigualdade racial no Brasil pode ser especialmente alta se medida pela renda, porque a taxa de desigualdade de renda, independentemente de

raça, é a mais alta no mundo entre países que declaram renda individual ou familiar. Durante o *milagre* econômico brasileiro, a desigualdade cresceu e foi um reflexo dos benefícios de renda desproporcionais que favoreceram aqueles no topo da escala e bem menos a maioria dos pobres. O índice Gini para o Brasil, a medição mais tradicional de desigualdade de renda, foi de 497 em 1960 para 590 em 1980 (Andrews, 1992), diferentemente dos Estados Unidos, em que o valor Gini foi de 365 em 1960 e 364 em 1980. A fim de mostrar o efeito da estrutura, uma pessoa no Brasil e nos Estados Unidos com renda entre os 10% mais ricos, comparada com seus compatriotas com renda entre os 10% mais pobres, representa uma desigualdade maior entre as duas pessoas no Brasil do que as duas pessoas nos Estados Unidos.

Uma comparação mais justa da desigualdade racial no Brasil *versus* os Estados Unidos poderia ser baseada na estrutura ocupacional urbana, que é mais parecida que a renda nos dois países. Mesmo assim, uma comparação entre o Brasil e os Estados Unidos no período entre 1960 e 1980 seria uma experiência interessante para se estudar os efeitos da ação afirmativa perante a desigualdade racial. Enquanto nos Estados Unidos a ação afirmativa foi instituída, no Brasil ela esteve ausente.

Na tabela, examino a desigualdade racial usando a posição na estrutura ocupacional. Ao focar a estrutura ocupacional, posso controlar as estruturas de renda, enormemente diferentes entre si, assim como a composição rural-urbano, usando apenas regiões metropolitanas em ambos os países. Mais especificamente, calculei o coeficiente de desigualdade para homens em ocupações profissionais gerenciais em 1980 e para brancos em ocupações burocráticas em 1960 e 1980. Infelizmente, não pude encontrar dados comparáveis para ocupações profissio-

Desigualdade racial no acesso a ocupações profissionais gerenciais e burocráticas: homens nas regiões metropolitanas no Brasil e nos Estados Unidos, 1960 e 1980

	<i>Profissional/ Gerencial 1980</i>		<i>Burocrático 1960</i>		<i>Ocupações 1980</i>	
	<i>Brasil</i>	<i>Estados Unidos</i>	<i>Brasil</i>	<i>Estados Unidos</i>	<i>Brasil</i>	<i>Estados Unidos</i>
Percentual de desigualdade racial	5,3	2,2	2,9	4,5	2,6	2,3
Porcentagem do grupo racial na ocupação						
Total	10,5	29,9	29,9	38,8	38,2	42,1
Branco	14,6	31,4	37,6	42,0	46,5	43,7
Origem africana	3,7	17,4	17,2	13,8	25,2	27,2

Fontes: Para profissional gerente no Brasil: Telles, 1994; para profissional gerente nos Estados Unidos: Farley e Allen, 1989; para burocratas brancos no Brasil em 1960 e 1980: Lovell, 1989; para burocratas nos Estados Unidos em 1960 e 1980: Galle, Fosset e Burr, 1988.

nais gerenciais em 1960. Utilizo coeficientes de desigualdade porque eles não são afetados nem pela distribuição ocupacional, nem pela composição racial (Telles, 1994) e, desse modo, permitem uma comparação entre tempo e países diferentes.

A tabela permite que sejam feitas pelo menos três observações sobre a relativa desigualdade ocupacional:

1) há claramente mais desigualdade racial no Brasil no nível profissional gerencial;

2) houve claramente menos desigualdade racial no acesso a empregos burocráticos no Brasil em 1960, se comparado aos Estados Unidos no mesmo período;

3) houve uma redução pronunciada da desigualdade racial no acesso a empregos burocráticos entre 1960 e 1980 nos Estados Unidos, se comparada a uma pequena mudança no Brasil no mesmo período, tendo como consequência níveis ligeiramente mais baixos de desigualdade entre burocratas nos Estados Unidos que no Brasil.

O traço que mais diferencia a posição socioeconômica de afro-brasileiros dos afro-norte-americanos hoje em dia é sua representatividade em ocupações profissionais gerenciais. Os brancos no Brasil têm mais de cinco vezes (5,3) a probabilidade de ocupar essas posições do que os pretos, enquanto os brancos nos Estados Unidos têm um pouco mais de duas vezes (2,3) a probabilidade do que os pretos de estar no mesmo nível. Da população branca norte-americana, 31,4% ocupam posições profissionais gerenciais, enquanto para a população de origem africana essa porcentagem é de 17,4%. No Brasil, 17,4% da população branca ocupam essas posições, enquanto apenas 3,7% da população de origem africana fazem o mesmo. Como esses correspondem a empregos de classe média no Brasil e, no caso dos Estados Unidos, apenas aos melhores empregos de classe média, esses dados refletem uma diferença fundamental entre o Brasil e os Estados Unidos no que se refere à desigualdade: *nos*

Estados Unidos, a população de origem africana normalmente se encontra (embora sub-representada) na classe média, ao passo que no Brasil ela está quase ausente da classe média. Além disso, como é geralmente necessário ter formação universitária para obter tais empregos, a falta de acesso dos pretos à universidade parece ser a maior barreira contra a sua inclusão na classe média.

Podemos afirmar que esse acesso às ocupações profissionais gerenciais têm sentidos bastante diferentes nos dois países. No Brasil, elas estão mais para ocupações da elite, porque consistem em apenas 10% do total de ocupações, enquanto nos Estados Unidos elas são mais comuns e representam mais de um terço de todas as ocupações. Do mesmo modo, a média da renda desses empregos em 1980 foi cerca de duas vezes maior do que a de ocupações burocráticas de nível mais baixo no Brasil e não mais do que 1,3 vez a de ocupações semelhantes nos Estados Unidos (Telles, 1994). Assim, a porcentagem nas ocupações burocráticas pode representar um conjunto melhor de ocupações com as quais é possível comparar os dois países, já que a distribuição de pessoas nessas ocupações foi semelhante em 1980. O coeficiente de probabilidade de desigualdade racial nesse nível durante o ano de 1980 foi de 2,6 no Brasil e 2,3 nos Estados Unidos. Assim, a desigualdade racial nos Estados Unidos em 1980 foi um pouco mais baixa do que no Brasil nesse nível.

Contudo, há 20 anos, a desigualdade no acesso a empregos burocráticos era muito maior nos Estados Unidos. Em 1960, existia uma probabilidade 4,5 vezes maior de os brancos conseguirem esses empregos do que os pretos, comparada com 2,9 vezes no Brasil. Desse modo, quando a ação afirmativa não existia em nenhum dos dois países, a desigualdade racial era claramente menor no Brasil. Já com a ação afirmativa nos Estados

Unidos, a desigualdade racial nesse nível caiu de cerca de 4,5 para 2,3 num período de 20 anos. Esses números estão abaixo do nível brasileiro. Durante o mesmo período, o coeficiente de desigualdade comparável para a desigualdade racial caiu ligeiramente no Brasil e foi de cerca de 2,9 para 2,6, o que pode ser um reflexo da decrescente seletividade nos empregos burocráticos, cuja representação subiu de cerca de 30% (29,9%) para quase 40% (38,2%) de todos os empregos.

Aqueles que não acreditam nessa análise talvez julguem que a comparação mais justa feita a partir dessa tabela é sobre níveis comparativos de desigualdade na ausência da ação afirmativa nos Estados Unidos em 1960 e no Brasil em 1980, quando (1) ambos os países começaram a se preocupar com os direitos civis das minorias raciais e a ação afirmativa não existia e (2) quando os empregos burocráticos representavam de 38% a 39% de todas as ocupações dos homens urbanos. A tabela mostra que a desigualdade racial era muito maior nos Estados Unidos. Apenas 13,8% de afro-norte-americanos tinham esses empregos em 1960, comparados com 27,2% de afro-brasileiros em 1980. Essa comparação indica que a falta de ação afirmativa em ambos os países sugere que, na falta de uma intervenção do Estado, o Brasil tem menos desigualdade racial *natural*.

Assim, as desigualdades estruturais são responsáveis por grande parte da diferença entre o Brasil e os Estados Unidos em 1980. Entretanto, a desigualdade racial continua sendo um problema em ambos os países e a ação afirmativa provou ser responsável pela redução da desigualdade nos Estados Unidos. Um número incontável de outras estatísticas referentes à desigualdade racial nos Estados Unidos, cobrindo ocupações, indústrias e as principais instituições, apresenta reduções substanciais de desigualdade racial no mesmo período, aproximadamente, em-

bora os níveis de desigualdade racial de brancos em relação a pretos permaneçam constantes desde 1980 até hoje. No Brasil, dado um ponto de partida mais adiantado para os pretos e uma interação maior de brancos com pretos, a ação afirmativa (sem cotas) pode, potencialmente, diminuir a desigualdade racial para bem abaixo até dos níveis norte-americanos. A pergunta é se será possível haver vontade política para lidar com essa questão, quando outras são consideradas mais importantes.

Sem dúvida, a mudança estrutural seria fundamental para melhorar as disparidades raciais. Por isso, qualquer redução da desigualdade no geral seria de grande benefício para a população afro-brasileira. Contudo, as desigualdades raciais persistiriam, especialmente no topo da estrutura ocupacional. Mesmo que os brancos tenham apenas duas vezes, ou um pouco mais, de probabilidade de conseguir empregos burocráticos, em vez de 4,5 vezes mais como era o caso nos Estados Unidos em 1960, a situação precisa ser melhorada. É claro que a desigualdade dos brancos em relação aos pretos nos Estados Unidos continua a ser um dilema norte-americano, apesar das melhorias substanciais. A não ser que alguma coisa seja feita, é provável que os pretos no Brasil irão ficar ainda mais para trás, à medida que cresce o critério de educação como requisito para se conseguir emprego numa economia em processo de modernização.

As diferenças raciais na educação são responsáveis por grande parte da desigualdade racial no que concerne a empregos. Embora a desigualdade na educação seja intensa em toda as áreas, ela cresce à medida que aumenta o nível de escolaridade. Em 74 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, os brancos têm duas vezes mais probabilidade do que os pretos de estudar em

escolas quatro ou mais anos e quase seis vezes (5,9) mais probabilidade de ter essa mesma formação escolar durante 12 anos ou mais (Telles, 1994). Esses dados são ainda mais surpreendentes no sul do Brasil, onde a probabilidade de se ter acesso à formação escolar durante 12 ou mais anos é sete vezes maior para brancos do que para pretos, porque as regiões dessa área foram as mais beneficiadas pela expansão da formação superior que ocorreu na década de 70. O mesmo estudo demonstra que o nível de educação e a desigualdade racial na educação são responsáveis pela maior parte da variação na desigualdade de trabalho nas áreas metropolitanas dessas regiões.

Talvez seja importante enfatizar a ação afirmativa na educação no Brasil. Enquanto nos Estados Unidos as diferenças educacionais são responsáveis pela maior parte da desigualdade racial, o racismo que se revela no momento de contratar e promover também tem sido uma causa primária de desigualdade. Estudos realizados por Silva (1985) mostraram que a desigualdade racial não pode ser justificada pela educação e outras características humanas básicas, de modo que é provável que ocorra discriminação no emprego. É claro que no Brasil existe discriminação em empregos de classe média, embora a discriminação no operariado seja menos aguda ou, pelo menos, seja mais sutil. Uma investigação oficial das práticas de contratação no estado de São Paulo mostrou que os empregadores resistiam mais a contratar afro-brasileiros em níveis burocráticos, porque muitos acreditavam que a presença de pretos trabalhando em cargos altamente visíveis poderia causar danos à reputação de suas empresas. Eles queriam impedir que pretos supervisionassem trabalhadores brancos e minimizar sua própria interação com os pretos também (Andrews, 1991).

NOTAS

1. Assimilação é a melhor maneira de descrever a condição dos brancos em ambas as sociedades. Contudo, as minorias raciais não foram assimiladas de modo igual, embora a ideologia de ambas as sociedades aleguem que a assimilação deva ocorrer. Em relação a grupos raciais, as tradicionais ideologias brasileiras de embranquecimento e democracia racial são obviamente mais assimilativas do que as ideologias norte-americanas, que variam desde a segregação até a assimilação. Em termos de comportamento, o Brasil parece ter-se aproximado mais das metas de assimilação baseadas em taxas mais altas de casamentos inter-raciais do que de identificação racial.

2. A pergunta foi: "Dada a antiga e atual discriminação contra negros, existem pessoas que defendem a idéia de que a única maneira de garantir a igualdade racial é reservando uma parcela das vagas na universidade e no trabalho para a população negra. Você concorda ou discorda dessa reserva de vagas nas universidades e no trabalho para o uso dos negros? Completamente ou em parte?"

3. Embora raça seja útil como uma variável contínua para examinar dimensões como casamentos mistos, ela é menos útil no estudo das desigualdades. Em termos de desigualdade, prefiro usar uma única categoria preta, que consiste de pretos e pardos, no restante deste trabalho. Essa categoria corresponde ao termo que é usado cada vez mais, *negro*, surgido do movimento negro no Brasil como uma forma de identificação positiva e de união de todas as pessoas de ascendência africana. Apesar do uso persistente de categorias contínuas, em vez de dicotomias entre os brasileiros de todas as cores, eu simplifico e divido os termos raciais brasileiros em apenas pretos e brancos, porque as desigualdades estruturais são especialmente grandes entre brancos e não-brancos, em comparação com entre pardos e pretos. Assim, embora a diferenciação entre brancos e pretos seja uma simplificação excessiva dos conceitos raciais brasileiros, ela também representa a desigualdade racial. Por outro lado, as categorias intermediárias são fundamentais para entender outras dimensões das relações raciais brasileiras, como o casamento misto, em que não são raros os casamentos entre branco e pardo e entre pardo e preto, ao contrário do casamento entre branco e preto (Telles, 1992).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREWS, George Reid (1991). *Blacks and whites in São Paulo, Brasil: 1888-1988*. Madison University of Wisconsin Press.

——— (1992). "Racial inequality in Brasil and the United States: a statistical comparison". *Journal of Social History*, 26(2):229-63.

DATAFOLHA (1995). *300 anos de Zumbi: os brasileiros e o preconceito de cor*. São Paulo.

FONTAINE, Pierre-Michel (1985). *Race, class and power in Brasil*. Los Angeles, UCLA Center for Afro-American Studies.

FREYRE, Gilberto (1933). *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro, José Olympio.

GALLE, Omer R., FOSSETT, Mark A., and BURR, Jeffrey A. (1988). "Racial occupational inequality in U.S. metropolitan areas, 1950-1980". Dissertação de doutorado, Population Research Center at University of Texas, Austin.

HOLSTON, James. "Problems of citizenship in Brasil: civil rights, human rights, and judicial reform". Consultoria para a Fundação Ford (manuscrito não-publicado). Departamento de Antropologia da Universidade da Califórnia, San Diego.

- JENCKS, Christopher (1991). *Rethinking social policy*.
- LOVELL, Peggy A. (1989). "Racial inequality and the Brazilian labor market". Dissertação de doutorado, Universidade da Flórida, Gainesville.
- (1993). "Race, gender and development in Brasil". *Latin American Research Review*.
- MARAM, Sheldon (1977). "Labor and the left in Brazil, 1890-1921: a movement aborted". *Hispanic American Historical Review*, 57(2): 254-72.
- MYRDAL, Gunnar (1944). *An American dilemma: the negro problem and modern democracy*. New York, Harper and Row.
- OLIVEIRA, Lucia Elena Garcia de; PORCARO, Rosa Maria; e COSTA, Tereza Cristina N. Araújo (1983). *O lugar do negro na força de trabalho*. Rio de Janeiro.
- SILVA, Nelson do Valle (1985). "Updating the cost of not being white in Brazil". In: FONTAINE, P. M. (ed.). *Race, class and power in Brazil*. Los Angeles, UCLA Center for Afro-American Studies.
- SKIDMORE, T. (1974). *Black into white: race and nationality in Brazilian thought*. New York, Oxford University Press.
- TEILLES, Edward E. (1992). "Racial distance and region in Brazil: the case of marriage among color groups". *Latin American Research Review*, p. 141-62.
- (1994). "Industrialization and racial inequality in employment: the Brazilian example". *American Sociological Review* (59):46-63.
- (1995). "Race, class and space in Brazilian cities". *International Journal of Urban and Regional Research* (19):395-406.

SUMMARY

The promotion of racial diversity in Brazil: a view from the United States

This article looks into how donors from the Ford Foundation take race diversity into their programs. It analyzes factors that may contribute to diversity being taken on in Brazil by using experiences of the United States as a point of comparison.

RÉSUMÉ

La promotion de la diversité raciale au Brésil: une vision des Etats Unis

Cet article examine comment les donataires de la Fondation Ford incorporent la diversité raciale dans leurs programmes et analysent les facteurs qui contribuent ou non à la diversité, ayant en vue son incorporation au Brésil utilisant l'expérience des Etats Unis comme point de comparaison.

O fardo de não ser negro: uma análise comparativa do desempenho escolar de alunos afro-brasileiros e afro-norte-americanos*

Jonathan W. Warren**

*Recebido para publicação em outubro de 1996.

**Professor da Henry M. Jackson School of International Studies, Universidade de Washington.

Signithia Fordham e John Ogbu argumentam que uma razão fundamental para que os afro-brasileiros (e outras minorias parecidas a "castas") tenham um desempenho escolar ruim é que o êxito na educação e os comportamentos exigidos para tanto são considerados como "dar uma de branco". Neste artigo me baseio na minha pesquisa de campo com estudantes afro-brasileiros para testar empiricamente essa tese do fardo de "dar uma de branco". Os afro-brasileiros fornecem um caso de teste ideal exatamente porque são "minorias involuntárias", que não adotam uma identidade racial por oposição. Na realidade, descobri que os estudantes afro-brasileiros estão envolvidos em práticas conhecidas como "embranquecimento" e, conseqüentemente, têm ansiedade quanto a serem associados a mercados simbólicos de negritude. Tendo isso como pressuposto, a tese de Fordham e Ogbu prediz que os afro-brasileiros teriam maior êxito escolar do que os afro-norte-americanos. Os dados, entretanto, não suportam essa predição.

Palavras-chave: raça; racismo; desigualdade racial; negritude; identidade racial; diferença cultural, educação.

No intuito de explicar melhor o fraco desempenho escolar de alunos afro-norte-americanos, Signithia Fordham e John Ogbu (1986) procuraram localizar e detalhar "fatores internos ao grupo", com base nos quais apresentaram a tese do "fardo de 'agir como branco'". Partindo do pressuposto de que "uma razão importante do fraco desempenho escolar dos alunos negros é o fato de vivenciarem desmedida ambivalência e dissonância afetiva em relação ao esforço e sucesso acadêmico" (*ib.*, p. 177), Fordham e Ogbu argumentam que essas ambivalência e dissonância têm duas fontes básicas. Em primeiro lugar, mas não necessariamente mais importante, a história do racismo contra os negros nos Estados Unidos, por meio do qual os norte-americanos brancos definiram os norte-americanos negros como inferiores, tanto biológica como culturalmente. Em outras palavras, "esse problema é, em parte, uma decorrência do fato de que os norte-americanos brancos tradicionalmente se recusam a reconhecer que os norte-americanos negros são capazes de realizações intelectuais" (*ib.*, p. 177).

A segunda suposta fonte é "uma identidade coletiva ou social e um quadro de referência cultural gerados por oposição" (*ib.*, p. 201). Os negros supostamente racializam seu mundo em uma oposição binária que denota a negritude como sagrada e a branquidade como profana. Subseqüentemente, as práticas ou valores que traduzem a branquidade são vivenciados como uma afronta à própria identidade do negro e/ou marcam os que os adotam como traidores da comunidade negra. Assim, Fordham e Ogbu argumentam que, devido à existência de "um tipo de orientação cultural em alguns segmentos da comunidade negra, que define o aprendizado acadêmico na escola como sinônimo de 'agir como branco' e o sucesso escolar como prerrogativa dos norte-americanos brancos",

os alunos negros não apenas enfrentam uma pressão social contra o empenho em obter sucesso escolar, como também vivenciam as barreiras psicológicas de ambivalência e dissonância mencionadas: assim, não fazem esforço nem têm a perseverança necessária em seu trabalho escolar (*ib.*, p. 177).

Baseando-se nessas supostas lições aprendidas durante a pesquisa que desenvolveram junto à comunidade negra, Fordham e Ogbu generalizam sua tese no sentido de que todas as "minorias involuntárias ou do tipo casta", definidas como "pessoas que inicialmente não escolheram se tornar membros de uma sociedade, foram, antes, levadas para essa sociedade por meio da escravidão, da conquista ou da colonização" (Ogbu, 1990, p. 46). Em outras palavras, os autores acreditam que a tese do "fardo de 'agir como branco'" não apenas justifica um importante fator interno ao grupo relativo aos motivos pelos quais "os esforços escolares dos alunos negros são tolhidos", como também ajuda a explicar por que outras minorias involuntárias dos Estados Unidos e de outras nações têm fraco desempenho escolar. Além disso — o que não é uma coincidência —, eles têm uma explicação na ponta da língua para o motivo das grandes disparidades entre o desempenho escolar de minorias do tipo casta e o de "outros tipos de minorias", como a asiático-norte-americana (Fordham & Ogbu, 1986, p. 181). A seu ver, essas chamadas minorias voluntárias não percebem o fato de "ter sucesso na escola e seguir as práticas-padrão da escola como algo prejudicial a seu quadro de referência como minoria e a seu bem-estar coletivo" (*ib.*, p. 183). Não encaram o sucesso escolar como "processo de subtração". Assim, não se "opõem", ou "resistem", ao esforço na escola e, por conseguinte, obtêm melhores resultados acadêmicos.

Desde sua publicação, a tese do "fardo de 'agir como branco'" serviu de base para boa

parte das pesquisas subseqüentes de Fordham e Ogbu (ver Fordham, 1988; e Ogbu, 1995). Além disso, numerosos intelectuais (Gibson, 1988; Maeroff, 1988; Ianni, 1989; Pollard, 1989; Welch *et alii.*, 1989; Irvine, 1990; Sanjek, 1990; Cookson, Peter e Persell, 1991; Suarez-Orozco, 1991; Spencer *et alii.*; Ascher, 1992; Kramer, 1993; Ford, 1992) aceitaram-na como válida para ajudar a explicar a razão do fraco desempenho escolar dos alunos negros (e pertencentes a outras minorias do tipo casta). Vários militantes e setores da imprensa popular também abraçaram essa tese. Em sua análise de por que os norte-americanos negros eram menos bem-sucedidos na escola, Barak Obama (1994), por exemplo, advogado militante dos direitos civis em Chicago, observa, entre numerosos outros fatores, que “muitíssimos alunos negros acham que sair-se bem na escola ‘é coisa de branco’”.

Considerando-se a extensão de seu impacto sobre a maneira como tanto a comunidade acadêmica como a não-acadêmica concebem e explicam a falta de paridade entre brancos, negros e outros grupos raciais, é notável observar como é reduzido o número de intelectuais que realmente tentaram testar empiricamente essa tese.¹ Esse fato é particularmente surpreendente quando se sabe que as provas a partir das quais Fordham e Ogbu inferem suas conclusões se baseiam em dados bastante limitados — apenas 33 entrevistas — e que os trechos das oito entrevistas que os autores usaram no artigo em questão muitas vezes eram menos do que convincentes para apoiar seus argumentos. Eis um ótimo exemplo do que acabo de afirmar:

Antropólogo: *Alguém alguma vez já o chamou de “cd”?*

Sidney: *Cd? Não.*

Antropólogo: *Por que não?*

Sidney: *Bom, não dei motivo. E também, bom, não me destaco em todas as minhas aulas como deveria — essa é outra razão... Eu não poderia culpar o ambiente por isso. Acabei culpando a mim mesmo por participar do ambiente. Mas posso lhe dizer que — voltando ao assunto de que estávamos falando — outra razão por que não me chamam de “cd” é que sou atleta.*

Antropólogo: *Então... se o garoto ou a garota for brilhante, por exemplo, um dos modos de limitar a reação negativa contra ele ou ela, e sua inteligência, é...*

Sidney: *É, fazer alguma atividade extracurricular na escola... [como] ser atleta, ser da turma da torcida, da banda, coisas assim... É, alguma coisa importante [grifos nossos], que tenha a ver com que represente a sua escola.*

Sidney articula o desejo de não ser visto como “cd”. Creio que é um tanto forçado interpretar esse desejo como medo de ser tachado de “branco” ou como uma percepção de seu esforço e sucesso escolar como algo que se oporia a sua identidade de negro. Parece-me mais plausível interpretar o diálogo acima como uma demonstração de que ele simplesmente não quer ser visto como um crânio, o que pode ter pouquíssimo — ou nada — a ver com sua identidade racial.² Observe, por exemplo, o paralelo entre o diálogo acima e a entrevista abaixo, feita com um secundarista, tirada do estudo desenvolvido por David A. Kinney sobre alunos brancos de classe operária e classe D do Meio-Oeste dos Estados Unidos:

Acho que sou bastante inteligente, mas não necessariamente do tipo cd. Acho que minha personalidade tem um equilíbrio entre inteligente e ser humano normal... Posso até dizer que consigo isso por meio do meu interesse pelos esportes, senão poderia parecer muito mais do

tipo cd. Pode ser que alguém ache que sou. Espero que não. Acho que o fato de poder conversar sobre as coisas que as pessoas normais e as pessoas que conheço conversam me ajuda a me encaixar no tipo do secundarista médio... e não me destacar... ou mesmo ser excluído por causa da minha inteligência, o que seria realmente horrível. (Kinney, 1993, p. 32.)

Kinney constatou que, no segundo grau, as atividades extracurriculares eram um meio importante para os adolescentes que haviam sido definidos como *crânio* (ou "cd", na terminologia de Sidney) conseguirem recuperar uma imagem normal na escola. Além disso, o autor descobriu que, ao contrário do que Fordham e Ogbu pressupuseram, "seus esforços sociais não pareciam afetar negativamente seu empenho escolar" (*ib.*, p. 37).

Assim, dado o impacto que a tese do "fardo de 'agir como branco'" teve e continua a ter, tanto nos meios acadêmicos como nos não-acadêmicos, conjugado com os dados limitados e às vezes nada convincentes em que essa tese se baseou, um dos objetivos do presente artigo será testar esse modelo explicativo. Com essa finalidade, apresentarei o caso afro-brasileiro. Depois de esboçar brevemente minha metodologia, explicarei por que os afro-brasileiros constituem um teste ideal para a tese de Fordham e Ogbu. A seguir, analisarei como seu modelo se confronta com o caso das minorias involuntárias do Brasil. Por fim, debatarei as implicações que devem ser tiradas a respeito da tese do "fardo de 'agir como branco'", considerando-se o desempenho educacional dos afro-brasileiros.

Método

Os dados que utilizarei ao examinar o caso do Brasil são tanto quantitativos como

qualitativos. A fonte dos dados quantitativos é secundária: basicamente, análises estatísticas de dados do censo desenvolvidas por outros pesquisadores.³ A maior parte dos dados qualitativos usados foi por mim compilada durante os 18 meses em que fiz pesquisas de campo sobre a formação da identidade racial no Sudeste do Brasil.⁴ Em 1992 e 1994, passei um total de dez meses no interior do estado do Rio de Janeiro. Entre janeiro e novembro de 1995, realizei minha pesquisa nas cidades do Rio de Janeiro e Belo Horizonte, bem como no interior de Minas Gerais.

Além de fazer extensas anotações de campo todos os dias, baseadas em observações e conversas em salas de aula, na rua, na casa das pessoas etc., realizei um total de 121 entrevistas estruturadas e aprofundadas, que foram gravadas em fita e duraram em média duas horas cada uma. Segui o mesmo esquema de entrevista para todas elas. Dessas entrevistas, 48 foram com descendentes de índios auto-identificados, 32 com brancos auto-identificados, 20 com negros auto-identificados e 21 com pardos⁵ auto-identificados. Os argumentos que apresento neste trabalho, em relação ao quadro interpretativo dos afro-brasileiros, provieram principalmente de minhas 41 entrevistas com negros e pardos. Baseio-me sobretudo nas entrevistas com estudantes afro-brasileiros (três pardos e quatro negros), ex-alunos (quatro pardos e cinco negros) e professores (quatro pardos e três negros).

Os afro-brasileiros entrevistados não foram selecionados por meio de amostragem probabilística. Para selecioná-los, usei uma forma comum de amostragem não-probabilística, que é a amostragem por cotas. Conhecendo alguns dos parâmetros da população afro-brasileira, tentei encontrar uma amostra compatível com essas características. Por exemplo: eu sabia que a grande

Figura I
Demografia racial

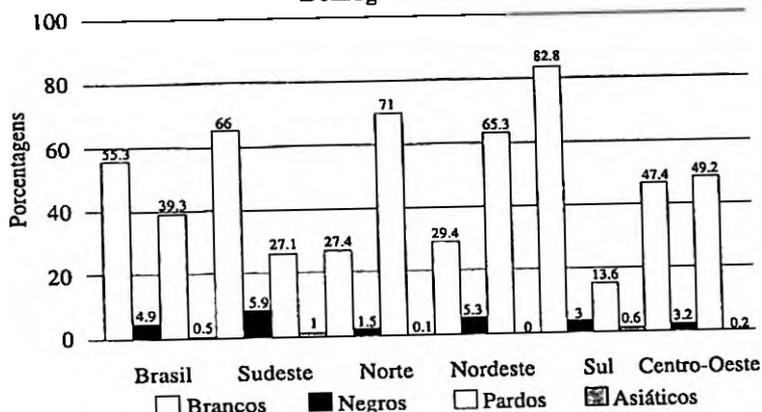
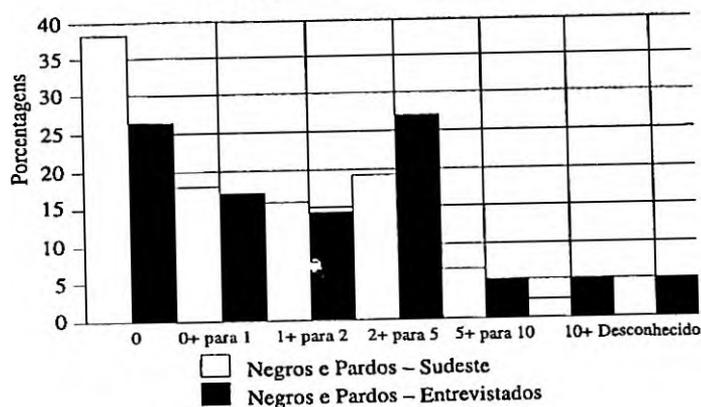


Figura II
Número de salários mínimos por mês



maioria dos afro-brasileiros vive em áreas urbanas e contém uma quantidade bastante similar de homens e mulheres. Assim, quase todos os entrevistados residiam em área urbana e a metade deles era composta de homens. Além disso, eu conhecia, com base em dados do censo, a origem de classe dos afro-brasileiros e, assim, procurei formar um grupo com características as mais próximas dessas que fosse possível (ver Figura 2^a).⁷

Uma desvantagem do uso de uma amostra não-probabilística por cotas é que "não há controle sobre as possíveis distorções (*bias*)

de quem coleta os dados (...) e o que o protocolo da simples amostragem aleatória proporciona é precisamente esse controle, sem o qual o pesquisador tipicamente adotará a rota da menor resistência, entrevistando somente pessoas acessíveis e receptivas, e então deixará de procurar os que não o são" (Goldenberg, 1992, p. 162). Tentei ter sempre em mente esse perigo potencial e procurei entrevistados que não estivessem imediatamente dispostos a responder, que não fossem particularmente agradáveis e que pudessem oferecer um ponto de vista diferente

do das pessoas já entrevistadas. Contudo, como ocorre na maioria dos projetos de pesquisa que utilizam metodologias interpretativas, a amostra não é estatisticamente generalizável à população afro-brasileira mais ampla do Sudeste do Brasil. Assim, afinal de contas, a confiança na *representatividade* de meus resultados dependerá, em grande medida, de seu caráter convincente, de até que ponto os dados estão em ressonância com outros trabalhos acadêmicos sobre raça no Brasil e da afinidade do leitor com a etnografia.

O caso brasileiro: multirracial, mas monocultural

Devido a semelhanças e diferenças entre brasileiros e norte-americanos de origem africana, os afro-brasileiros constituem, sob muitos aspectos, um campo ideal para testar a tese de Fordham e Ogbu. Quanto às semelhanças, os afro-brasileiros correspondem ao critério de serem minorias involuntárias ou de tipo casta. A maioria dos afro-brasileiros descende de escravos — o Brasil e os Estados Unidos foram as duas maiores sociedades escravistas dos tempos modernos. Além disso, o racismo é onipresente e agudo (Hasenbalg, 1979; Nascimento, 1979; Telles, 1992; Hasenbalg e Silva, 1992; Twine, 1994; Hanchard, 1994; Winant, 1994). Como nos Estados Unidos, o poder econômico, político e cultural estava e ainda está concentrado nas mãos de brancos. Ou, como disse Ariana, professora negra da Zona Rural do Rio de Janeiro:

Aqui, as pessoas de pele escura não têm nada. Não têm informação, não têm uma certa posição, nada. A maioria dos negros⁸ aqui não estuda, eles não são professores nem contadores. São domésticas, trabalhadores braçais, agricul-

tores. Não são advogados, médicos ou dentistas, nada.

Suas diferenças se referem à identidade racial e ao quadro de referência cultural respectivos. Como já frisei, Fordham e Ogbu caracterizaram os afro-norte-americanos dizendo que estes conceituam sua identidade e seu mundo social em termos de oposição ao que é característico dos brancos (ver também Ogbu, 1995). Eu diria que essa caracterização é excessivamente simplista. Os afro-norte-americanos não construíram a negritude apenas em oposição à branquidade. Uma caracterização mais precisa, a meu ver, é que os norte-americanos negros desenvolveram quadros de referência cultural, dentro dos quais tendem a operar, que oferecem repertórios discursivos alternativos de negritude, branquidade, norte-americanidade, desigualdade social etc. Alguns desses quadros interpretativos foram gerados por uma oposição, alguns incorporaram componentes dessa oposição, mas muitos outros são simplesmente alternativos.

No entanto, independentemente de caracterizarmos os norte-americanos negros como pessoas que têm identidades raciais e quadros de referência cultural gerados por oposição ou apenas diferentes, a questão é que existe um *ethos* cultural negro distinto do branco, do *majoritário*. Os fatos — como, por exemplo, as reações racialmente divididas diante do veredicto de O. J. Simpson — mostram que a existência de uma esfera ou *ethos* cultural distinto é indiscutível (“*What now? The great racial divide*” — “E agora? A grande divisão racial”, 1955). A respeito de diversas questões, fica claro que os norte-americanos negros vêem o mundo sob uma ótica interpretativa diferente da dos norte-americanos descendentes de europeus.

Não se pode dizer o mesmo do Brasil. Esse tipo de divisão cultural entre afro-bra-

sileiros e brasileiros brancos simplesmente não descreve com precisão a sociedade brasileira. Os comportamentos, percepções e interpretações de comportamento cultural racialmente diferentes que predominam nos Estados Unidos não são a norma no Brasil. Não existe *choque cultural* na sociedade em sentido amplo, nem tampouco nas instituições, como as escolas, porque afro-brasileiros e euro-brasileiros da mesma classe tendem a ver seu mundo social de maneira notavelmente semelhante (ver Figueira, 1990).

Nos Estados Unidos existe, por exemplo, um grande caudal de literatura documentando que alunos negros e brancos da mesma classe têm estruturas gramaticais e fonológicas e conhecimento conceitual diferentes, bem como estilos distintos de ensino e aprendizagem (ver Baratz e Baratz, 1970; Check, 1976; Kochman, 1982; Boykin, 1986; Hale-Benson, 1986; Orr, 1987; Hilliard, 1992; Ogbu, 1995). No Brasil, não descobri em minha própria pesquisa — nem encontrei nenhum trabalho acadêmico que as sugerisse — distinções culturais com base racial que caracterizassem os estudantes negros e brancos. Em outras palavras, não é possível se referir a uma língua portuguesa *negra* distinta de uma *branca*, nem a um estilo de aprendizagem e ensino *negros*, diferentes de um estilo *branco*, como é o caso nos Estados Unidos.

Assim, os afro-brasileiros, ao contrário dos afro-norte-americanos, tipicamente não atuam a partir de quadros culturais de referência alternativos. Isso não significa que não exista um chamado *ethos* ou perspectiva *negra*, mas quer dizer que o grau em que esse paradigma *negro* é vivido e utilizado pelos afro-brasileiros é de fato muito limitado (Pinto, 1993). A proporção em que brancos do Brasil e afro-brasileiros partilham o mesmo mundo cultural é ressaltada pelo que vários militantes negros acreditam constituir um

empecilho ao Movimento Negro. Pinto (1993, p. 33) escreve que

essa questão [de diferenças culturais] é muito pertinente para o atual Movimento Negro, que, até agora, viu seus esforços frustrados.⁹ Uma vez que tenta recriar uma diferença negra, a ser vivida como diferença total, o movimento sempre se vê confrontado com o fato de que os negros, embora sejam alvo de discriminação e racismo, não são realmente "outra" cultura. [Assim, muitos] militantes negros e simpatizantes da causa [discutem os modos como essas diferenças podem ser geradas e] até que ponto se deve estimular o cultivo de diferenças. (Pinto, 1993, p. 36.)

O fato de os militantes afro-brasileiros se preocuparem com a falta de diferenças culturais e com a questão de se devem ou não criar essas diferenças serve para fundamentar a afirmação de que, se existem, as diferenças culturais com base na raça não são nem dramáticas nem dominantes.

As angústias dos alunos afro-brasileiros

Assim, pois, os afro-brasileiros geralmente não atuam a partir de quadros de interpretação alternativos nem ainda menos abraçam identidades raciais ou quadros culturais que possam ser interpretados como estando em oposição ao mundo dos brancos. Na verdade, os afro-brasileiros, em suas tentativas individualizadas de lidar com o racismo, são conhecidos por praticarem ativamente o *branqueamento* (Nascimento, 1979; Hasenbalg, 1979; Maggie, 1988; Andrews, 1991; Pinto, 1993; Twine, 1994; Hanchard, 1994). Uma prática comum de branqueamento é a tendência dos brasileiros a bran-

quearem sua própria classificação racial. Em outras palavras, a autocategorização muitas vezes é mais branca do que a atribuída por outros em situações de privacidade.¹⁰ Encontrei, por exemplo, vários casos de indivíduos considerados negros por outras pessoas de sua comunidade que afirmavam uma posição racial de mulato ou moreno. Esses indivíduos, que costumam ser conscientes da natureza contestada de tal afirmação, tipicamente apoiarão sua autocategorização apontando um antepassado branco ou uma característica física particular, tal como “nariz fino”, que possa servir de *prova* de que não são de *pura* ascendência africana e, portanto, não são *realmente* negros.

Claro que os negros não são os únicos a adotar essa prática. Os brasileiros de todos os matizes tendem a manipular os elementos que significam branquidade para poderem afirmar uma posição racial branca ou mais branca. A onipresença dessa prática no Brasil é subestimada pela maneira como diversas organizações não-governamentais optaram por gastar suas energias e recursos no ano anterior ao censo de 1991. Com financiamento da Fundação Ford, essas ONGs¹¹ lançaram uma campanha com a palavra de ordem “Não deixe sua cor passar em branco. Responda com bom censo”. Foi uma tentativa de se opor a essa prática de branqueamento. Assim, o fato de essas organizações optarem por mobilizar em torno dessa questão particular e gastar preciosos recursos nesse trabalho atesta sua predominância como prática.

Outra manifestação de branqueamento no Brasil é a tentativa de *melhorar* os próprios filhos, gerando uma prole com brancos ou, pelo menos, pessoas mais brancas. O trecho abaixo, tirado de uma entrevista com Gabrielle (mulata/negra,¹² 32 anos, três filhos, empregada doméstica) e seu companheiro Carlos (branco, 28 anos, diarista e cesteiro), deve ajudar a ilustrar essa prática:

Ah, não, não é que eu me ache melhor do que os negros. Mas eu costumava falar assim com a minha mãe: “Mãe, quando eu casar, vai ser com um branco.” Minha mãe me perguntava por quê. Eu costumava responder: “Porque não quero que meus filhos sejam escuros como eu.” Sabe, naquele tempo eu pensava assim, costumava dizer que “se encontrasse um branco para casar, casaria com ele para que meus filhos saíssem... para que não fossem escurinhos”. (...) Isso me lembrou que muitos escurinhos tentavam me chamar para sair, mas eu não ia — de jeito nenhum. (...) Eu só estava pensando mesmo nas crianças. Costumava pensar: “Tudo bem, deixa eu casar com uma pessoa mais clara do que eu, porque, se casar com um escuro como eu, tudo vai ser escuro — os filhos.” Mas eu ainda estava pensando nas crianças, certo? “Então, deixa eu casar com alguém... Se eu encontrasse um mais claro... Se eu encontrasse... não é? Então eu casaria com um mais claro porque assim meus filhos iam sair mais bonitinhos.” (Twine, 1994.)

O que essas práticas sugerem é que a branquidade não é um referente negativo para as identidades sociais dos afro-brasileiros. As pesquisas sustentam essa inferência. Os acadêmicos constataram que, em vez de ter conotações negativas, a branquidade muitas vezes tem conotações positivas para os afro-brasileiros (Maggie, 1988; Figueira, 1990; Twine, 1994). Um exemplo disso é tirado de minha pesquisa. *Todos* os afro-brasileiros que entrevistei, como Consuela (mulata/negra, de 17 anos, estudante secundarista, moradora de um morro negro na Zona Sul do Rio de Janeiro), associam branquidade e beleza:

Consuela: Se eu sair com um bebê branco no colo, todo mundo vai olhar e dizer

"que gracinha" ou "que criança linda". Se for um bebê escuro, não vai chamar tanta atenção, entende? Acho que uma criança negra tem uma aparência mais feia que uma criança branca! Os brancos são bonitos. A aparência dos brancos é mais bonita que a dos negros.

JW: Você acha?

Consuela: Acho. Acho. Tenho certeza. [Risos.] É mais fácil encontrar um branco bonito do que um negro bonito.

JW: É mesmo?

Consuela: É mais fácil encontrar um branco bonito do que um negro bonito, entende? Para cada negro bonito, têm dez brancos, dez brancos bonitos.

Na verdade, para os afro-brasileiros, a desonra tende a ser associada à negritude, não à branquidade (ver Twine, 1994). É a negritude, não a branquidade, que muitas vezes serve de referente negativo. Por exemplo: Figueira (1990, p. 64) descobriu em entrevistas com 204 afro-brasileiros do Rio de Janeiro que

as qualidades positivas são atribuídas aos brancos com alta frequência (75% dos casos). E as qualidades negativas são amplamente atribuídas aos negros, também com alta frequência. Essas tendências indicam que existe uma opinião geral (tanto entre brancos como entre afro-brasileiros) quanto à "inferioridade" dos negros e a "superioridade" dos brancos...

Para a maioria dos afro-brasileiros entrevistados, branco significa "amigo", "estudioso", "inteligência", "beleza" e "riqueza", ao passo que os negros estão associados com "burro", "feio", "porco" e "ladrão" (ib., p. 64).

Tendo em vista tanto a valorização da branquidade como a estigmatização da negritude, não é de admirar que uma fonte

importante de angústia, expressa por muitos dos estudantes afro-brasileiros que entrevistei, era que se chamasse a atenção para sua negritude. A cruz que sofridamente carregam era a marca de sua origem africana. As observações a seguir, formuladas por Moema (branca, professora de 2º grau em uma cidade pequena do estado do Rio de Janeiro) e Helena (negra, aluna de 2º grau em uma cidade do interior de Minas Gerais), descrevem bem essa apreensão e suas bases:

Na sala de aula, a maioria dos negros tem vergonha de ser negro. Por exemplo, no começo do ano, pergunto aos alunos a sua cor. Eles não dizem que são negros. Dizem moreno.¹³ Então pergunto sobre sua origem. Dizem que são mineiros.¹⁴ E, quando um menino branco chama um dos outros garotos de negro, este poderia dizer: "Está certo, sou negro! E daí?" Em vez disso, diz: "Não, não sou negro. Sou branco." A maioria dos estudantes negros sente vergonha de sua cor. A maioria não quer ser chamada de negro porque acha que ser negro é algo feio. É triste, mas é a verdade. (Moema.)

É verdade que a maioria dos negros tem vergonha de ser negro. Não gostam de ser escuros. Lembro uma vez, no dia 13 de maio, dia em que a princesa Isabel libertou os escravos, a professora decidiu tirar o dia para falar do racismo. Chamou um menino de pele escura e lhe perguntou como era ser negro. O garoto, que era muito escuro, ficou bastante constrangido por ter sido chamado a falar "como negro", por a professora ter chamado a atenção para a cor de sua pele. Ficou tão perturbado que não conseguiu responder. Começou a chorar e saiu correndo da sala. (Helena.)

Assim, o que vimos nas entrevistas, como as mencionadas anteriormente, é que uma

fonte essencial de apreensão e ambivalência para os alunos afro-brasileiros era sua negritude. Ao contrário dos estudantes afro-norte-americanos descritos por Fordham e Ogbu, os afro-brasileiros não se preocupariam absolutamente se fossem chamados de *brancos*, mas se fossem racializados como *negros*.

A outra fonte principal de angústia e constrangimento expressa por alunos afro-brasileiros foi o racismo dos colegas brancos. Por exemplo: uma de minhas perguntas nas entrevistas era se achavam que havia racismo em suas escolas. Nem um único afro-brasileiro achava que a instituição era racista,¹⁵ embora a esmagadora maioria dos professores fosse branca e o currículo, as salas de aula e os livros didáticos fossem, sem exceção, extremamente centrados nos euro-brasileiros.¹⁶ No entanto, o que os estudantes muitas vezes apontaram foi o racismo de seus colegas brancos. Disseram que estes costumavam chamá-los de "macaco" e de outros nomes racialmente depreciativos. Monisha (estudante mulata, 17 anos, zona rural do estado do Rio de Janeiro), por exemplo, disse que "na escola tem um garoto que muitas vezes brinca com minha irmã menor (que é negra) e chama ela de macaca, de macaquinha. Chama assim quando está zangado com ela." Carlucci (negro, 23 anos, funcionário da prefeitura de uma cidade do interior do Rio de Janeiro) sentiu-se psicologicamente agredido, em particular quando lhe ensinavam certas questões:

Sempre que se debatia a escravidão na escola, os alunos me provocavam, jogavam coisas em mim. Muitos dos meus colegas eram filhos de fazendeiros. Assim, diziam que a escravidão ia voltar e que eu ia trabalhar para eles, que iam me chicotear. Provocavam-me assim. Eu era sempre preso de emoção quando saía o

assunto. Ficava um pouco deprimido e triste. Meu coração sempre se acelerava. Eu me sentia um tanto rejeitado. Nunca tinha coragem de dizer nada. Calava a boca e não olhava para cima nem em volta. Tinha medo de olhar ao meu redor.

Além de descrever a agressão verbal que sofriam, vários afro-brasileiros disseram ser socialmente segregados de seus colegas brancos. Outros também mencionaram muitas vezes o fato de seus colegas brancos não fazerem amizade com eles como exemplo de racismo, assim como esta professora negra de 21 anos que mora em Belo Horizonte:

J: *Você acha que havia racismo na sua escola?*

H: *Havia uma parte de burguesia... a burguesia sentava atrás e os das classes mais baixas, na frente. Como a maioria era negra... pelo menos na minha sala havia muitos negros...*

J: *A maioria da burguesia era negra?*

H: *Não. Na burguesia não havia negros. Nenhum. Todos eram louros — louros de verdade. Não sei se agiam daquela maneira porque eram ricos e mimados, mas nossa sala era completamente separada. Os brancos sempre sentavam atrás. E os negros... não quero dizer negros escuros como eu, mas os morenos¹⁷ também sentavam junto com a gente. Todo mundo na frente e a burguesia atrás. Nós todos pensávamos como era absurdo: "Por que eles se separam de nós? Por que não querem fazer trabalhos conosco? Por que são tão arrogantes conosco?" Assim, nos reunimos e fizemos uma declaração escrita. Como eu era uma das melhores alunas, levei a declaração ao supervisor, excelente pessoa. Ele nos deu autorização para fazer um debate sobre racismo na escola.*

J: *O que foi dito durante o debate?*

H: *Foi sobre racismo. Aconteceu durante o último tempo de aula. Então não houve muito debate. Mas foi bom. Foi ótimo. Só a diretora falou. Ela disse que "no Brasil é impossível que exista racismo porque todo mundo tem sangue azul,¹⁸ houve miscigenação". O que ela estava tentando dizer é que houve mistura de raças e, assim, ninguém pode querer estar por cima. Foi a única coisa, a única parte que me interessou, todo o resto foi xerox de racismo.*

J: O debate foi um sucesso?

H: Foi. Esse tipo [de racismo] *parou na escola toda. Depois melhorou. Por exemplo, o novo ano estava chegando e todo mundo começou a estudar junto. Conversávamos uns com os outros. Acabou completamente.*

J: *Havia outras formas de racismo na sua escola, ou só aquela dos seus colegas brancos, burgueses? Por exemplo, seus professores, ou o currículo, eram racistas?*

H: Não! Não. Só os garotos. Só os colegas de sala. Mas os professores, o supervisor, o currículo... Não. Não eram não.¹⁹

Essa passagem nos faz vislumbrar o que surgiu como diferença-chave entre os alunos norte-americanos negros e os afro-brasileiros. Supondo que os resultados empíricos de Fordham e Ogbu (1986) sejam corretos, a tensão e mágoa básicas dos afro-norte-americanos têm como fonte os seus colegas negros (ver também Ogbu, 1995). Sua preocupação não é serem aceitos pelos colegas brancos (que, sem dúvida, também fazem observações racistas e excluem os negros de seu mundo social), mas pelos colegas negros. Não são descritos como pessoas que lutam para entrar nas subculturas brancas mas, ao contrário, para manter as fronteiras físicas e simbólicas entre eles mesmos e os brancos (Ogbu, 1995, p. 279). Transmitem a impressão de que o que os colegas brancos dizem ou fazem é, em

sua maior parte, irrelevante para eles. O que isso sugere é que a comunidade de colegas negros é sua comunidade de referência.

Vimos que, por sua vez, os estudantes afro-brasileiros, como os que descrevemos anteriormente, estão profundamente preocupados em saber se seus colegas brancos os aceitam ou não. Expressaram uma profunda angústia com o racismo espalhafatoso de seus colegas brancos e suas práticas segregacionistas e jamais mencionaram qualquer preocupação em serem aceitos por seus colegas negros. É de fato muito significativo que os alunos afro-brasileiros tenham relatado sua mobilização *não* contra um currículo abertamente racista ou um corpo docente composto apenas de brancos, mas destinada a forçar a administração da escola a lhes assegurar algum acesso às redes informais de seus colegas brancos. Assim se ilustra que os estudantes afro-brasileiros, ao menos os que entrevistei, têm grupo de referência e fonte de angústia concomitante muito diferentes das dos estudantes afro-norte-americanos.

Uma comparação entre o desempenho escolar de minorias do tipo casta no Brasil e nos Estados Unidos

A esta altura, já deve ser óbvio que o "fardo de 'agir como branco'" não pesa sobre os ombros dos alunos afro-brasileiros. Não há indícios empíricos que sugiram que os alunos afro-brasileiros estejam ligados a identidades raciais e quadros culturais que posicionam os brancos como referente opicional negativo, que se preocupem por serem associados com a branquidade, nem que estejam preocupados em ser estigmatizados como brancos por um grupo de colegas negros. Além disso, constatei que a consternação dos alunos afro-brasileiros provi-

na principalmente de sua associação com a *negritude* e com a falta de aceitação desta por seus colegas brancos. Em outras palavras, as angústias pessoais dos alunos afro-brasileiros não eram decorrentes de uma associação por demais próxima com brancos — quer fosse ela simbólica ou física. Ao contrário, essas angústias provinham, em grande parte, do fato de não estarem ligados de maneira suficientemente estreita com os marcadores simbólicos de branquidade nem com os grupos de iguais formados por seus colegas de turma brancos.

Apesar da inexistência do “fardo de ‘agir como branco’”, a tese de Fordham e Ogbu não nos levaria a esperar uma paridade entre afro-brasileiros e brasileiros brancos no que diz respeito ao desempenho escolar, pois Fordham e Ogbu também identificam outros fatores ligados ao fraco desempenho das minorias do tipo casta, como o racismo, tal como expresso através da escolaridade inferior, do tratamento diferente por parte de professores e administradores e de um teto em termos de emprego devido ao qual os alunos negros não são recompensados da mesma maneira que os brancos por seu sucesso escolar. Entretanto, supondo que sua tese seja correta, poderíamos prever um desempenho significativamente melhor dos afro-brasileiros em relação às minorias do tipo casta nos Estados Unidos, pois os afro-brasileiros não consideram o bom desempenho escolar como um processo subtrativo e, subseqüentemente, não vivenciam um dilema afetivo entre “ser bom aluno” e “permanecer negro”, como Fordham e Ogbu acreditam que é o caso dos afro-norte-americanos nos Estados Unidos.

A pesquisa contemporânea sobre raça e educação no Brasil é escassa, particularmente quando comparada com o trabalho desenvolvido nessa área nos Estados Unidos. Felizmente, há dados suficientes para que se

possa começar a examinar o papel da raça no desempenho escolar e comparar seu impacto no Brasil e nos Estados Unidos. Ao comparar as duas nações, é importante ter em mente as grandes diferenças entre a educação pública dos dois países. O governo brasileiro só assumiu a responsabilidade pela educação de seus cidadãos depois da Segunda Guerra Mundial (Andrews, 1992, p. 62). Uma consequência disso, combinada com um nível de desenvolvimento econômico muito inferior ao dos Estados Unidos,²⁰ é que os brasileiros de todas as raças passam muito menos tempo nas escolas e recebem uma educação de qualidade inferior. Por exemplo: a maioria dos norte-americanos, tanto brancos como negros, tem o segundo grau completo, ao passo que, no Brasil, a maioria dos brancos não termina a quarta série e a maioria dos não-brancos não termina a segunda série.

Dentro desse contexto de sistema educacional ruim, as disparidades raciais são grandes. Considerando-se diversos indicadores, tais como o número de horas passadas em sala de aula, os índices de evasão, o nível do desempenho escolar etc., os não-brancos claramente têm resultados muito inferiores aos dos brancos da mesma faixa socioeconômica (Hasenbalg e Silva, 1990; Rosemberg, 1990). O que preocupa, no entanto, não é qual o melhor sistema educacional ou se há ou não desigualdades raciais no desempenho escolar no Brasil, mas como as disparidades raciais do Brasil podem ser comparadas com as dos Estados Unidos.

Recorrendo a dados da PNAD no Brasil e do censo federal nos Estados Unidos, os pesquisadores aduziram que, no que diz respeito ao desempenho escolar, o nível de desigualdade racial é muito superior no Brasil (Andrews, 1992; Hasenbalg e Silva, 1992). Constatou-se, por exemplo, que, em 1987, no Brasil os brancos com idade igual ou superior a 25 anos tinham 75% a mais de chances

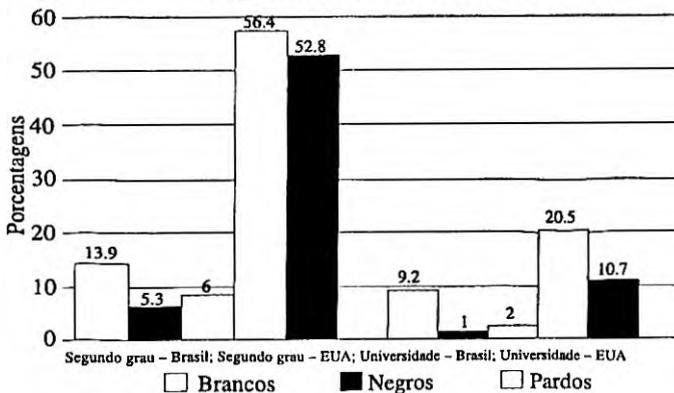
de concluir o segundo grau do que os pardos e 2,5 vezes mais chances do que os pretos (Andrews, 1992; Hasenbalg e Silva, 1992). Também tinham 4,5 vezes mais chances do que os pardos e nove vezes mais do que os pretos de se formar em uma universidade (Andrews, 1992; Hasenbalg e Silva, 1992). Nos Estados Unidos, em 1987, as diferenças entre o número de negros e brancos que concluíam o segundo grau eram mínimas e, no que diz respeito à universidade, os brancos tinham o dobro de chances de se formarem (Andrews, 1992, p. 65). Andrews também observa que, no Brasil, essas disparidades parecem estar aumentando, ao passo que, nos Estados Unidos, estão em declínio (*ib.*, p. 65). Constata-se que, nos Estados Unidos em 1990, 35,2% dos negros e 46,9% dos brancos haviam freqüentado a universidade (US Bureau of the Census, 1993). No Brasil, em 1987, das pessoas com menos de 25 anos de idade, os brancos tinham 88% mais chances de se matricular no segundo grau e 4,8 vezes mais probabilidades de freqüentar a universidade do que os pardos (Andrews, 1992, p. 65).

Foram dados como esses que levaram Andrews a concluir "que não há dúvida de

que os Estados Unidos proporcionam a seus cidadãos, tanto negros como brancos, níveis superiores de educação em relação ao Brasil e, em termos da oferta de educação, os Estados Unidos são menos racistas que o Brasil" (*ib.*, p. 65). No que diz respeito à educação superior, Hasenbalg e Silva foram ainda mais severos em seu julgamento do Brasil. Escreveram que, pelo menos na educação superior, o "Brasil é muito mais parecido com a África do Sul do que com os Estados Unidos" (1992, p. 76). Essas conclusões veementemente podem ser um tanto exageradas, pois nem Andrews nem Hasenbalg e Silva controlaram seus dados em relação a classe ou região antes de fazerem suas comparações estatísticas. Se, digamos, houver mais superposição de raça e classe no Brasil, as disparidades raciais muito superiores do Brasil podem ser ao menos parcialmente explicadas. No entanto, parece razoavelmente seguro concluir que os afro-brasileiros não são mais bem-sucedidos que os afro-norte-americanos em termos de desempenho escolar.

Minha pesquisa etnográfica no Brasil apóia tal conclusão. Constatei, por exemplo, que os estudantes brancos estão desproporcionalmente representados em todas as esco-

Figura III
Segundo grau – Brasil e EUA



las que visitei, mas especialmente nos cursos de nível avançado e nas melhores escolas. Como diz Moema (professora branca do interior do Rio de Janeiro), por exemplo, dos 50 alunos da escola particular de 1º grau em que ela trabalha, poucos são negros:

Em nossa escola não temos muitos negros. Em minha sala, por exemplo, só tenho um ou dois alunos negros. Não há muitos. Não há negros escuros e só alguns negros mulatos.

E no segundo grau, como atesta a experiência de Carlucci (23 anos, negro, funcionário da prefeitura de uma cidade pequena do estado do Rio de Janeiro), os afro-brasileiros são claramente a exceção:

Aqui nas escolas, 30% a 40% dos alunos são negros. Os demais são brancos. No entanto, eles [os negros] nunca conseguem terminar o 1º grau. A maioria dos negros pára de estudar. Eu era o único negro da minha turma [no 2º grau]. Todos os outros eram brancos.

Dada a escassez de alunos afro-brasileiros no 2º grau, não admira que poucos afro-brasileiros concluam essa graduação e continuem seus estudos na universidade. De todos os professores que entrevistei, nenhum lembrou de algum afro-brasileiro que tivesse frequentado a universidade. E as entrevistas com alunos e ex-alunos, como a que figura a seguir, com Pedro (21 anos, branco, estudante universitário de uma pequena cidade do estado do Rio de Janeiro), corroboram as recordações dos professores:

JW: *Você tem muitos amigos aqui?*

Pedro: *Muitos... muitos negros.*²¹

JW: *E quantos dos seus amigos foram para a universidade?*

Pedro: *Cerca de 15.*

JW: *E quantos deles eram de cor?*

Pedro: *Bem... nenhum. (...) Mas na universidade*²² *há muitas pessoas de cor.*

JW: *Qual você acha que é essa porcentagem?*

Pedro: *Na minha faculdade... bem, não é muito, muito. Cerca de 5%.*

JW: *Cinco por cento?*

Pedro: *Bom, para mim isso já é alguma coisa.*

JW: *E os seus professores?*

Pedro: *Tenho professores de cor.*

JW: *Quantos?*

Pedro: *Dois ou três.*

JW: *De um total de quantos?*

Pedro: *São cerca de 5% na faculdade também. Mas, em geral, na universidade não há nem 5% de professores de cor. Na faculdade... talvez 5%.*²³

Em suma, os dados qualitativos e quantitativos não são o que se esperaria encontrar com base na tese de Fordham e Ogbu. Dada a ausência de identidade baseada em uma oposição — essas minorias involuntárias não interpretam as práticas culturais da escola como ameaça ou traição a suas identidades e comunidades raciais —, a tese do “fardo de ‘agir como branco’” prevê um desempenho escolar superior entre os afro-brasileiros em relação aos norte-americanos negros. As provas empíricas, no entanto, sugerem algo diferente.

Conclusão

Embora não sejam conclusivos, esses resultados questionam a tese do “fardo de ‘agir como branco’” como modelo explicativo plausível para o fraco desempenho escolar das minorias do tipo casta. Um modo como Fordham e Ogbu poderiam explicar o motivo pelo qual os afro-brasileiros não têm um desempenho significativamente melhor que o dos afro-norte-americanos seria alegar que o racismo é muito mais intenso no Bra-

sil. Lembrem-se: os autores sugeriram que há duas fontes de ambivalência e dissonância: o racismo e o "fardo de 'agir como branco'". Uma vez que essa última variável não é um fator no Brasil, seria possível explicar o desempenho escolar igualmente fraco dos afro-brasileiros argumentando que a primeira variável, o racismo contra os negros, é muito mais forte no Brasil e que, portanto, solapa qualquer benefício que possa derivar da ausência da segunda variável. Entretanto, o problema desse argumento é que, como é de meu conhecimento, nenhum trabalho acadêmico até agora demonstrou que o Brasil é um país mais racista do que os Estados Unidos.

Seria um erro interpretar que esses resultados implicam que os acadêmicos não deveriam procurar fatores internos ao grupo para ajudar a explicar o fraco desempenho escolar das chamadas minorias do tipo casta. Isso iria de encontro a mais de 20 anos de críticas dos teóricos do reproduçãoismo, que, com seus pressupostos estruturalistas, não deram chances aos marginalizados e privados dos direitos civis. No entanto, o que os dados empíricos do Brasil sugerem, isto sim, é que o fator interno ao grupo que Fordham e Ogbu destacaram como variável explicativa deveria ser reexaminado. Evidentemente, a ausência de uma identidade racial gerada por oposição não conduziu à obtenção de um desempenho escolar melhor pelas minorias de tipo casta no Brasil.

Por fim, deve-se desincentivar qualquer tentativa de implementar recomendações po-

líticas baseadas no pressuposto de que sua tese é correta. Fordham e Ogbu (1986) sugerem, por exemplo, que, no intuito de melhorar o desempenho escolar das crianças negras, os educadores e pais devem encorajar os afro-norte-americanos a pensarem em si mesmos como indivíduos não-racializados. Deve-se ensinar as crianças a se distanciarem da comunidade negra. Os autores escrevem que, "enquanto os seus professores insistirem em tratá-la como um indivíduo, Kaela verá a si mesma, em primeiro e mais importante lugar, como uma pessoa negra, e foi sua crescente consciência de identidade como pessoa negra que afetou seu desempenho escolar" (*ib.*, p. 192). Acrescentam ainda que "sua [de Kaela] recusa em fazer o esforço necessário para se sair bem na escola também deriva de sua crescente identificação com os problemas e preocupações das pessoas negras" (*ib.*, p. 192). No entanto, se o Brasil nos dá alguma lição, é mostrar-nos o quanto tal orientação está errada. Em uma nação em que a maioria dos alunos afro-brasileiros não se identifica como negra, não se sente ligada aos problemas e preocupações de uma comunidade negra, o desempenho escolar dessas crianças não parece ser melhor. Assim, até o momento em que dispusermos de mais pesquisas, capazes de explicar o caso brasileiro e de apresentar uma argumentação mais forte a favor da validade da tese do "fardo de 'agir como branco'", deve-se opor resistência à implementação de políticas derivadas dessa tese.

NOTAS

1. Que eu saiba, Foley (1991) e King (1994) foram os únicos acadêmicos que tentaram elaborar uma crítica a essa tese. Foley considera a tese do "fardo de 'agir como branco'" simplesmente um argumento do tipo cultura da pobreza (p. 77) e King aduz que se trata de uma interpretação errada dos dados (p. 40). Contudo, os dados empíricos que esses autores usam para sustentar suas posições são ainda mais limitados que os de Fordham e Ogbu (ver Foley, 1991, p. 80-1; King, 1994, p. 40).

2. King (1994, p. 40) acredita que, mesmo nos casos em que os estudantes negros usam o termo "branco", em lugar de "cd", argumentar que eles não têm um bom desempenho escolar porque sentem que este prejudicaria sua identidade racial seria "[uma] interpretação por demais literal dos medos que o aluno exprime". A autora diz que "agir como branco" pode ter um sentido mais metafórico, pode ser um modo de "denotar um tipo de arrogância que os negros também chamam de ser 'convencido'".
3. Os dados do censo sobre raça, em que eu e outros acadêmicos nos baseamos, *não* incluem o censo nacional de 1991, pois os dados sobre raça desse ano ainda não estão disponíveis.
4. A região Sudeste do Brasil é composta de quatro estados: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo. O Sudeste é a região mais industrializada do país, considerada seu núcleo econômico. Também é a região mais populosa: 42,7% da população brasileira residem no Sudeste; 6,8% no Norte; 28,9% no Nordeste; 15,1% no Sul; e 6,4% no Centro-Oeste (*Brasil em números* 1994, p. 4). O Sudeste tem a segunda maior porcentagem de pessoas que se auto-identificam como brancas (66%), a segunda menor porcentagem de pardos (27,1%) e é a região com a maior porcentagem de pessoas que se auto-identificam como negros (5,9%) (ver Figura 1).
5. *Pardo* é uma categoria racial oficial raramente usada na vida cotidiana. Em lugar do termo pardo, os brasileiros tendem a usar uma longa série de termos raciais, aplicados quando a pessoa não pode reivindicar uma identidade branca e nem é de "pura" linhagem africana. Assim, os indivíduos que se auto-identificam como *morenos*, *mulatos*, *caboclos*, *índios* etc. são oficialmente identificados como pardos.
6. Os dados usados nas Figuras 1 e 2 foram compilados pela PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) em 1990 e publicados em *Cor da população: sínteses de indicadores, 1982-1990* (1995). Referências às páginas 29 (Figura 1) e 101 (Figura 2).
7. A "posição de classe" de cada um não é apenas uma questão de sua renda. No entanto, esse é um indicador importante. Em dezembro de 1995, o salário mínimo era de aproximadamente US\$100 por mês.
8. A maioria dos acadêmicos traduziria *negro* por *black* para o público norte-americano. Prefiro traduzir essa palavra por *negro*, pois *preto* (*black*) geralmente é um termo pejorativo, como era nos Estados Unidos antes da época dos Direitos Cívicos. A meu ver, quando usamos o termo *negro* em inglês, estamos transmitindo com mais precisão o fato de que a consciência dos afro-brasileiros não foi radicalmente transformada por um movimento de libertação como a dos afro-norte-americanos. E o perigo de traduzir *negro* por *black* é que isso permite que o público norte-americano contemporâneo deixe de perceber plenamente que o termo *preto* tem conotações negativas para a maioria dos afro-brasileiros — tipicamente, é usado apenas como equivalente dos termos norte-americanos *darky*, *colored* ou *nigger* (aproximadamente, em português: *escurinho*, *de cor* ou *crioulo*). Reconheço, contudo, que minhas preferências em matéria de tradução não são a norma; não traduzirei para o inglês os termos referentes a raça.
9. O Movimento Negro tem sido muito pouco eficaz em conseguir apoio de base (Cunha, 1987, p. 52; Hasenbalg, 1994; Winant, 1994).
10. Enfatizo as "situações de privacidade", como uma entrevista, porque no Brasil há um código de conduta pública segundo o qual se deve minimizar as distinções raciais, no intuito de não chamar a atenção para as diferenças raciais. Assim, mesmo encarando outra pessoa como negra, os brasileiros raramente se referem a ela dessa forma, a não ser que queiram ofender a pessoa em questão. Em vez disso, se o assunto não puder ser completamente evitado (estratégia preferida), dirão, por cortesia, que a pessoa é "morena" ou "branca".

11. As organizações em questão foram: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), Agentes de Pastoral Negros (APN), Instituto de Estudos da Religião (Iser), Núcleo da Cor (IFCS/UFRJ), jornal *Maioria Falante*, Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (Ceap), Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), Instituto Palmares de Direitos Humanos (IPDH) e Centro de Referência Negro-Mestiça (Cerne).

12. Como já apontei, a auto-identificação racial muitas vezes é diferente da maneira como a comunidade vê a pessoa. Assim, nos casos em que a auto-identificação é diferente da classificação social, colocarei a autocategorização primeiro e a classificação social a seguir.

13. *Moreno* muitas vezes é usado como termo atenuante para minimizar lingüisticamente as diferenças raciais e o poder baseado na raça (Twine, 1994). A eficácia do termo como atenuante é decorrente do fato de que pode se referir a um branco que seja *moreno* e a uma pessoa negra de pele muito escura. Assim, essencialmente, 99% dos brasileiros podem ser chamados de *morenos*.

14. *Mineiro* significa literalmente nascido em Minas Gerais. Na zona rural do Rio de Janeiro, o termo era usado como eufemismo para se referir a uma pessoa de ascendência obviamente africana. Em Minas Gerais, usava-se o termo *baiano* ou *nordestino* para indicar, educadamente, a mesma coisa.

15. É interessante justapor essa constatação aos dados de Ogbu (1995, p. 278), segundo os quais mais de 33% dos 1.309 estudantes negros que o autor entrevistou criticaram abertamente o currículo, dizendo que era racista. Uma vez mais, nem um único afro-brasileiro que encontrei fez a mesma crítica, nem em resposta à pergunta direta de se os livros didáticos e o ensino concreto da escola eram racistas.

16. Em seu estudo sobre os livros didáticos usados no Rio de Janeiro, Figueira (1990, p. 69) constatou o seguinte:

1) Os negros raramente aparecem em ilustrações ou no texto; quando o fazem, são sempre representados como socialmente inferiores aos brancos, de maneira fisicamente estereotipada (por exemplo: como sambistas ou empregadas), ou como animais.

2) Os negros nunca são representados em família — é como se os negros não tivessem famílias.

3) Os textos induzem as crianças a pensar que a raça branca é a mais bonita e a mais inteligente.

4) Nos textos relativos à formação étnica do Brasil, os índios e os negros são excessivamente enfatizados, enquanto os brancos não são mencionados: seu papel é tacitamente admitido.

5) Os índios e os negros são mencionados no passado, o que implica que não existem mais.

6) Quando se referem às contribuições dos negros, os textos de história e ciências sociais falam apenas dos costumes "tradicionais" dos africanos.

Em sua análise quantitativa e qualitativa dos livros didáticos usados em Salvador, Bahia, da 1ª à 5ª série, Silva (1988, p. 92) constatou o mesmo. O que predominava nos livros era "o representante da humanidade e do cidadão brasileiro" (isto é, da brasilidade) como branco, e os negros, quando apareciam, eram "distorcidos" e "caricaturais". Eram sempre retratados no "papel de escravos, mendigos e marginalizados". Os livros didáticos que vi no Rio de Janeiro e em Minas Gerais não eram diferentes dos encontrados por Figueira e Silva.

17. A entrevistada deu um exemplo de uma pessoa que esclarece o que quer dizer com *moreno*. Indica o que nos Estados Unidos seria uma pessoa negra de pele clara.

18. *Sangue azul* não é uma referência à elite cultural/racial, como nos Estados Unidos. Significa, ao contrário, *sangue misturado*. Ter *sangue azul* é ser racialmente misturado, mesmo se a aparência da pessoa sugerir outra coisa.

19. Vale a pena observar que a entrevistada afirmou *nunca* ter tido um professor negro. Além disso, uma rápida análise de seus livros didáticos mostrou que *todas* as imagens, exceto a de uma empregada doméstica, um escravo e um jogador de futebol, eram de brancos (ver nota 16).
20. Em 1988, o PNB do Brasil era equivalente a 1/8 (12,4%) do dos Estados Unidos. Além disso, a desigualdade na distribuição da riqueza da nação é muito maior no Brasil do que nos Estados Unidos (Andrews, 1992, p. 49).
21. Dado que a entrevista se concentrava, em grande medida, em questões de raça e racismo, ele mencionou ter muitos amigos negros para me mostrar que não é racista.
22. Pedro estava estudando na Universidade de São Paulo (USP), cuja proporção de alunos afro-brasileiros no total é de 1% (*Democracia*, outubro/novembro de 1994, p. 18). É preciso ter em mente que se trata de um contexto demográfico no qual pelo menos metade da população nacional é afro-brasileira, não 12% como nos Estados Unidos.
23. Em uma favela do Rio de Janeiro, Rúbio (32 anos, branco/moreno, homem de negócios) era um dos que compunham o pequeno grupo de brancos moradores da favela e disse que ele mesmo era a única pessoa que conhecia no bairro que havia freqüentado a universidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDREWS, George Reid (1991). *Blacks and whites in São Paulo, Brazil: 1888-1988*. Madison, The University of Wisconsin Press.
- (1992). "Desigualdade racial no Brasil e nos Estados Unidos: uma comparação estatística", *Estudos Afro-Asiáticos* (22):47-83.
- ASCHER, Carol (1992). "School programs for African-American males... and females". *Phi Delta Kappa*, p. 777-82, June.
- BARATZ, J. and BARATZ, S. (1970). "Early childhood intervention: the social science base of institutional racism". *Harvard Educational Review* (40):29-50.
- BARCELOS, Luiz Claudio (1993). "Educação e desigualdades raciais no Brasil". *Cadernos de Pesquisas* (86):15-24.
- BECKNELL, C. E. (1987). *Blacks in the workforce: a black manager's perspective*. Albuquerque, NM, Horizon Communications.
- BOYKIN, W. A. (1986). "The triple quandary and the schooling of Afro-American children". In: *The school achievement of minority children: new perspectives*. Hillsdale, NJ, Erlbaum, p. 57-92.
- BRASIL EM NÚMEROS (1994). Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro, IBGE, vol. 3.
- CALABRESE, Raymond L. (1990). "The public school: a source of alienation for minority parents". *Journal of Negro Education*, 59(2):148-54.
- CHECK, D. K. (1976). *Assertive black... puzzled white*. San Luis Obispo, Impact.
- COOKSON, Jr., PETER W. and PERSELL, Caroline Hodges (1991). "Race and class in America's elite preparatory boarding schools: African-Americans as the 'outsiders within'". *Journal of Negro Education*, 60(2):219-28.

- COR DA POPULAÇÃO: Síntese de Indicadores 1982-1990* (1994). Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de Emprego e Rendimento. Rio de Janeiro, IBGE.
- CROSS, William E. "Black identity: rediscovering the distinction between personal identity and reference group orientation". In: SPENCER, Margaret Beale; BROOKINS, Geraldine Kears; and ALLEN, Walter Rechard (eds.). *Beginnings: the social and affective development of black children*. Hillsdale, NJ, Lawrence Erlbaum Associates.
- CUNHA, Jr., Henrique (1987). "A indecisão dos pais face à percepção da discriminação racial na escola pela criança". *Cadernos de Pesquisas* (63):51-53, Novembro.
- DEMOCRACIA (1994). "Negro briga por mais vagas na universidade", 107(18) Outubro/Novembro.
- FIGUEIRA, Vera Moreira (1990). "O preconceito racial na escola". *Estudos Afro-Asiáticos* (18):63-72.
- FOLB, E. A. (1980). *Runnin' down some lines: the language and culture of black teenagers*. Cambridge, Harvard University Press.
- FOLEY, Douglas E. (1991). "Reconsidering anthropology explanations of ethnic school failure". *Anthropology & Education Quarterly* (22):60-86.
- FORD, Donna Y. (1992). "The American achievement ideology and achievement differentials among preadolescent gifted and nongifted African-American males and females". *Journal of Negro Education*, 61(1):45-64.
- FORDHAM, Signithia (1988). "Racelessness as a factor in black student's success: pragmatic strategy or Pyrrhic Victory?". *Harvard Educational Review*, 58(1):54-84.
- (1993). "'Those loud black girls': (black) women, silence, and gender 'passing' in the academy". *Anthropology and Education Quarterly*, 24(1):3-32.
- FORDHAM, Signithia and OGBU, John U. (1986). "Black students' school success: coping with the burden of 'acting white'". *The Urban Review*, 18(3):176-206.
- FRANKENBERG, Ruth (1993). *The social construction of whiteness: white women, race matters*. Minneapolis, MN, University of Minnesota Press.
- GRANFIELD, Robert and KOENIG, Thomas (1992). "The fate of elite idealism: accommodation and ideological work at Harvard Law School". *Social Problems*, 39(4):315-31.
- GIBBS, Jewelle Taylor (1985). "City girls: psychological adjustment of urban black adolescent females". *Sage*, 2(2):28-36.
- GIBSON, Margaret A. (1988). *Accommodation without assimilation: sikh immigrants in an American High School*. Ithaca, NY, Cornell University Press.
- GIBSON, Margaret A. and OGBU, John U. (eds.) (1991). *Minority status and schooling: a comparative study of immigrant and involuntary minorities*. NY, Garland Publishers.
- GOLDENBERG, Sheldon (1992). *Thinking methodologically*. New York, Harper Collins Publishers, Inc.
- GWALTNEY, John Langston (1980). *Drylongso: a self-portrait of black America*, New York, Vintage Books.

- HALE-BENSON, J. E. (1986). *Black children: their roots, culture and learning styles* (rev. ed.). Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- HANCHARD, Michael George (1994). *Orpheus and power: the movimento negro of Rio de Janeiro and São Paulo, Brazil, 1945-1988*. Princeton, NJ, Princeton University Press.
- HASENBALG, Carlos A. (1979). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Edições Graal Ltda.
- HASENBALG, Carlos A. e SILVA, Nelson do Valle (1990). "Raça e oportunidades educacionais no Brasil". *Estudos Afro-Asiáticos* (18):73-92.
- _____ (1992). *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Rio Fundo Ed./Iuperj.
- HILLIARD A. G. (1992). "Why we must pluralize the curriculum". *Educational Leadership*, 12-16. December-January.
- IANNI, Francis A. J. (1989). "Providing a structure for adolescent development". *Phi Kappa Delta*, p. 673:82, May.
- IRVINE, Jacqueline Jordan (1990). *Black students and school failure: policies, practices and prescriptions*. New York, Greenwood Press.
- JONES, Delmos J. (1993). "The culture of achievement among the poor: the case of mothers and children in a Head Start Program". *Sage*. London, Newbury Park and New Delhi, 13(3):247-266.
- KING, Joyce E. (1994). "The purpose of schooling for African-American children: including cultural knowledge". In: HOLLINS, Etta R., et alii (eds.). *Teaching diverse populations: formulating a knowledge base*, p. 25-56.
- KINNEY, David A. (1993). "From nerds to normals: the recovery of identity among adolescents from middle school to high school". *Sociology of Education* (66):21-40, January.
- KOCHMAN, T. (1982). *Black and white styles in conflict*. Chicago, University of Chicago Press.
- MAEROFF, Gene J. (1988). "Withered hopes, stillborn dreams: the dismal panorama of urban schools". *Phi Delta Kappa*, p. 633-38, May.
- MAGGIE, Yvonne (1988). "O que se cala quando se fala do negro no Brasil". *Mimeo*. Junho.
- MARTINEZ, Ruben, and DUKES, Richard L. (1991). "Ethnic and gender differences in self-esteem". *Youth & Society*, 22(3):318-38.
- MCCARTHY, Cameron (1988). "Rethinking liberall and radical perspectives on racial inequality in schooling: making the case for nonsynchrony". *Harvard Educational Review*, 58(3):265-79, august.
- MICKELSON, Roslyn Arlin (1989). "Why does Jane read and write so well the anomaly of women's achievement". *Sociology of Education* (62):47-63, January.
- _____ (1993). "Minorities and education in plural societies". *Anthropology and Education Quarterly*, 24(3):269-76.
- MONTERO-SIEBURTH, Martha (1989). "Restructuring teachers' knowledge for urban settings". *Journal of Negro Education*, 58(3):332-44.

- NASCIMENTO, Abdias do (1979). *Brazil: racial mixture or massacre? Essays in the genocide of a black people*. Dover, MA, The Majority Press.
- OBAMA, Barak (1994). *All things considered*. National Public Radio, October, 31.
- OGBU, John U. (1990). "Minority education in comparative perspective". *Journal of Negro Education*, 59(1):45-57.
- _____ (1995). "Cultural problems of minority education: their interpretations and consequences — part two: case studies". *The Urban Review*, 27(4):271-97.
- PINTO, Regina Pahim (1987). "A representação do negro em livros didáticos de leitura". *Cadernos de Pesquisas* (63):88-92, Novembro.
- _____ (1992). "Raça e educação: uma articulação incipiente". *Cadernos de Pesquisas*, (80):41-50, Fevereiro.
- _____ (1993). "Movimento negro e educação do negro: a ênfase na identidade". *Cadernos de Pesquisas*, (86):25-38, Agosto.
- POLLARD, Diane S. (1989). "Against the odds: a profile of academic achievers from the urban underclass". *Journal of Negro Education* 58(3):297-308.
- ROSEMBERG, Fulvia (1990). "Segregação espacial na escola paulista". *Estudos Afro-Asiáticos* (19):97-108.
- SANJEK, Roger (1990). "Urban anthropology in the 1980s: a world view". *Annual Review of Anthropology* (19):151-86.
- SILVA, Ana Celia da (1988). "A discriminação racial nos livros didáticos: estereótipos e preconceitos em relação ao negro no livro de comunicação e expressão de 1ª grau, nível 1 (1ª à 4ª série)". In: MELO, Regina Lucia Couto de e COELHO, Rita de Cassia Freitas (orgs.). *Educação e Discriminação dos Negros*. Belo Horizonte, Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro, p. 91-6.
- SPENCER, Margaret Beale *et alii* (1991). "Ethnicity, ethnic identity, and competence formation: adolescent transition and cultural transformation". *Journal of Negro Education*, 60(3):366-87.
- SUAREZ-OROZCO, Marcelo M. (1991). "Migration, minority status, and education: European dilemmas and responses in the 1990s". *Anthropology and Education Quarterly* (22):99-120.
- TELLES, Edward E. (1992). "Racial distance and region in Brazil: the case of marriage among color groups". *Latin American Research Review*.
- TREUBA, Henry T. (1991). "Comments on foley's 'reconsidering anthropological explanations'". *Anthropology & Education Quarterly* (22):87-94.
- TWINE, Francine Winddance (1994). "Racism in a racial democracy: the cultural politics of everyday racism in rural Brazil". Ph.D. University of California at Berkeley.
- TWINE, Francine Winddance, WARREN, Jonathan W. & FERRANDIZ, Francisco (1991). *Just black? Multiracial identity in the United States*. New York, Filmmaker's Library.
- U.S. BUREAU OF THE CENSUS (1993). *1990 census of population: social and economic characteristics: United States*. Washington D.C., Government Printing Office.

VALLE SILVA, Nelson do (1985). "The high cost of not being white in Brazil". In: FONTAINE, Pierre-Michel (ed.). *Races, class and power in Brazil*. Los Angeles, Center for Afro-American Studies, p. 42-55.

WELCH, Olga M. *et alii* (1989). "Developing the scholar's ethos in minority high school students: the vital link to academic Achievement". *Urban Education*, 24(1):59-76.

WINANT, Howard (1994). *Racial conditions: politics, theory, comparisons*. Minneapolis, MN, University of Minnesota Press.

"WHAT NOW? The great racial divide". *U.S. News and World Report*. Oct. 16, 1995.

SUMMARY

The burden of not being black: a comparative analysis of the educational performance of Afro-Brazilian & African American students

Signithia Fordham and John Ogbu argue that one primary reason African Americans (and other "caste-like" minorities) perform poorly academically is because they view educational success and the behaviors required for such success as "acting white." In this article I draw upon my field research with Afro-Brazilian students to empirically test this "Burden of 'Acting White'" thesis. Afro-Brazilians offer an ideal test case precisely because they are "involuntary minorities" who do

not embrace an oppositional racial identity. In fact, I found that Afro-Brazilian students are engaged in the practices known as "whitening" and subsequently experience anxieties about being associated with the symbolic markers of blackness. Given this Fordham and Ogbu's thesis would predict Afro-Brazilians to be more academically successful than African Americans. The data, however, does not support this prediction.

RÉSUMÉ

Le destin de ne pas être noir: une analyse de la performance scolaire des élèves afro-brésiliens et afro-américains

Signithia Fordham et John Ogbu soutiennent qu'une des raisons fondamentales pour les afro-brésiliens (et autres minorités semblables à des "castes") d'avoir une performance scolaire mauvaise est que le succès en éducation et les comportements exigés pour autant sont considérés comme l'imitation d'un élève blanc — c'est "faire le coup du blanc".

Dans cet article je prends comme base mes recherches sur le terrain avec des élèves afro-brésiliens pour mettre à l'épreuve empiriquement cette thèse de "faire le coup du blanc". Les afro-

brésiliens fournissent un cas d'essai idéal justement parce qu'ils constituent des "minorités involontaires" qui n'adoptent pas une identité raciale par opposition. En réalité j'ai découvert que les élèves afro-brésiliens sont entraînés dans des pratiques connues comme "blanchissement" et par conséquent d'angoisse d'être associés à des marchés symboliques de négritude. Prenant ceci comme hypothèse, la thèse de Fordham/Ogbu annonce un meilleur succès scolaire afro-brésilien en comparaison aux afro-américains. Toutefois, les données ne supportent pas cette proposition.

Trabalhadoras cariocas: algumas notas sobre a polissemia da boa aparência*

Caetana Maria Damasceno**

**Este ensaio faz parte de uma pesquisa mais ampla cuja primeira fase foi realizada no Centro de Estudos Afro-Asiáticos e contou com o apoio da Fundação Ford. Recebido para publicação em janeiro de 1997.*

***Doutora em antropologia social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora assistente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.*

Algumas trajetórias ocupacionais no mercado de trabalho urbano no Rio de Janeiro são objeto de análise deste texto, como parte de uma investigação mais ampla que tem como tema central a construção social das desigualdades raciais e de gênero no mundo do trabalho. Essas trajetórias foram escolhidas a partir de um amplo universo de entrevistas, realizadas entre 1992 e 1995, com pessoas pertencentes a diferentes categorias de trabalhadores(as), desde empregados(as) domésticos(as) até profissionais liberais, segundo a raça (ou a cor).

A démarche antropológica consistiu na comparação das trajetórias a partir da desconstrução dos lugares do mercado de trabalho naturalmente atribuídos a indivíduos pretos, brancos e pardos. As entrevistas, com suas peculiaridades narrativas, são, por outro lado, como bússolas que me orientam num território cujas fronteiras quase nunca estão rigidamente demarcadas. Por isso mesmo, o texto tem o formato de um ensaio-piloto destinado a produzir hipóteses interpretativas, construindo um objeto através de sua exploração.

Palavras-chave: mercado de trabalho urbano; raça; gênero; cor; desigualdades raciais; boa aparência.

Algumas trajetórias ocupacionais no mercado de trabalho urbano no Rio de Janeiro são objeto de análise deste *paper*, como parte de uma investigação mais ampla que tem como tema central a construção social das desigualdades raciais e de gênero no mundo do trabalho. Essas trajetórias foram escolhidas a partir de um amplo universo de entrevistas realizadas, entre agosto de 1992 e janeiro de 1995, com pessoas pertencentes a diferentes categorias de trabalhadores(as), desde empregados(as) domésticos(as) até profissionais liberais, segundo a *raça* (ou a cor).¹

A *démarche* antropológica consiste na comparação de percursos ocupacionais a partir da desconstrução dos lugares do mercado de trabalho *naturalmente* atribuídos a indivíduos *brancos* e *não-brancos*. As entrevistas, com suas peculiaridades narrativas, são, por outro lado, como bússolas que me orientam num território cujas fronteiras quase nunca estão rigidamente demarcadas. Por isso mesmo, o texto tem o formato de um ensaio-piloto destinado a produzir hipóteses interpretativas, construindo um objeto através de sua exploração.

Algumas indagações orientam a comparação dos percursos ocupacionais. Em primeiro lugar, dentro de um universo ocupacional profundamente segmentado e hierarquizado, no qual *brancos* se concentram nas posições de cima, enquanto *pretos* e *pardos* estão majoritariamente embaixo, onde e como localizar os fatores de sucesso e compreender o seu sentido nas trajetórias e nos estilos narrativos de algumas mulheres *negras*? E, inversamente, onde e como localizar os fatores de fracasso e o seu sentido nas carreiras de mulheres *brancas*? Onde, através de quem, e, principalmente, como a *cor* opera como um princípio seletivo?

Reverendo alguns paradigmas

Nos estudos culturalistas dos anos trinta — de que a antropologia de Gilberto Freyre é exemplar —, a percepção da *democracia racial brasileira* está fortemente referida ao tema da *boa aparência* — expressão, hoje como ontem, entranhada de cotidiano (porque dada ou naturalizada). A passagem de uma sociedade estamental, basicamente rural, para a sociedade de classes, produzida pela urbanização e pela industrialização, foi durante muito tempo o paradigma central dos estudos sobre relações raciais no Brasil. Como corolário dessa perspectiva evolucionista, a mestiçagem e a *boa aparência* cumpririam um papel importante na superação das contradições e conflitos de caráter racial durante a travessia de um tipo de organização social para o outro. Gilberto Freyre, em *Sobrados e mucambos* (1951[1936]), traduziu esse paradigma, expressando-o em termos de mudanças de valores, pela transferência da casa-grande e da senzala rurais para o sobrado e o mocambo urbanos, durante o século XIX. A “ascensão do bacharel e do mulato” teria sido exemplar desse processo de transferência.

Essa perspectiva teórica unilateral, por um longo tempo dominante na sociologia brasileira, dificultou a produção de novos paradigmas que estimulassem a realização de pesquisas sobre as condições — nem sempre tão homogêneas e universais — de ascensão social de *negros* e *mestiços* e da construção de novas identidades sociorraciais (Pierson, 1971[1942]; Azevedo, 1955; Fernandes, 1968). Michel Agier (1992) chama a atenção para os resultados, pasteurizados e psicologizantes, forjados por esse paradigma:

Logo, uma identidade negra não caberia na teoria das relações sociais modernas. Nela só entrariam dramas, dilemas

e desajustes psicológicos, sempre transitórios, geralmente observados entre negros fora de seu lugar, isto é, em situação de ascensão social. (Agier, 1992, p. 99.)

Por seu turno, as pesquisas patrocinadas pela Unesco durante os anos 50, apesar de realizadas com a intenção de mostrar ao mundo pós-Holocausto como o Brasil havia desenvolvido “relações raciais harmônicas”, acabaram por desvelar aspectos contraditórios das relações raciais no Brasil. Os resultados de parte dessas pesquisas — especialmente as que foram desenvolvidas por Florestan Fernandes — pela primeira vez colocaram a *democracia racial brasileira* sob forte suspeição. Nessa mesma direção, outras investigações se desenvolveram, principalmente a partir da chamada “escola sociológica paulista” dos anos sessenta e setenta (Bastide e Fernandes, 1959[1953]; Fernandes 1974[1965], 1968 e 1972).² Embora rompendo com o mito da democracia racial, os primeiros estudos levados a cabo por essa *escola* subordinaram teoricamente *raça* à classe, considerando que, para o novo modelo urbano-industrial de relações sociais competitivas, os princípios de hierarquização racial *típicos* da sociedade escravocrata e herdados na nova ordem eram anomalias anacrônicas. O caso de São Paulo é, sob essa ótica, considerado exemplar para pensar todo o Brasil. Um dos resultados mais importantes dessa perspectiva teórica diz respeito à expectativa de redução do preconceito racial na mesma proporção do desenvolvimento ou crescimento industrial.³

Vale ressaltar, ainda que de forma breve e simplificada, que foram Guerreiro Ramos (1954) e Oracy Nogueira (1985[1954]) os primeiros intelectuais acadêmicos a apontarem para uma questão que somente nos anos setenta seria retomada em toda a sua complexidade dentro da teoria sociológica brasi-

leira: a autonomia relativa da condição racial em relação à classe.

Essa mudança de paradigma que se produziu nos anos setenta está relacionada, em parte, com a obtenção de dados estatísticos em que as variáveis *raça* ou *cor* foram tomadas em consideração de modo mais sistemático pelo IBGE,⁴ bem como com o ressurgimento de instituições do movimento social de *negros* em diversos estados brasileiros. Em oposição aos estudos dos anos anteriores, esse novo modelo teórico aponta para a reprodução e até para a expansão dos níveis de desigualdade racial no Brasil na mesma proporção do crescimento industrial e urbano.

Grosso modo, a análise dos dados quantitativos produzida pela sociologia empírica dos anos setenta em diante indica que a população *não-branca*⁵ não desfruta de oportunidades que favoreçam a mudança de “lugar” na “estrutura social brasileira”, sendo que as maiores desvantagens recairiam sobre as mulheres. Sem dúvida, esse modo de abordar e delimitar a temática está fortemente marcado pela negatividade social em que a “identidade negra” surge como elemento de constante depreciação individual. O racismo vem à baila não mais como “mero legado do passado” (escravista), mas — do ponto de vista da lógica da razão prática (Sahlins, 1979) — como instrumento singular de manipulação, “servindo aos complexos e diversificados interesses do grupo racialmente supra-ordenado no presente” (Hasenbalg, 1979, p. 118), ávido por reproduzir, de modo homogeneizador, a subordinação da massa de trabalhadores *não-branca*, excluindo-a das situações de modernização industrial e mobilidade social ascendente. Por esse ângulo, a instituição do racismo permanece sendo um “problema social e moral” dos *negros* e *mestiços*, e não uma problemática que a sociedade brasileira se coloca a propósito de si mesma. Assim, considerando-se a estrutura

hierarquizada do mercado de trabalho e do sistema escolar — argumenta a nova geração de sociólogos —, nota-se que *brancos e não-brancos* têm desempenho diferencial, com resultados muito negativos para os últimos. Por outro lado, mesmo quando parcelas desse segmento racial fazem os mesmos investimentos em educação e têm, em relação à população *branca*, a mesma experiência no mercado de trabalho, os retornos — principalmente em termos de renda — lhes são desfavoráveis. Esse padrão de desigualdade não apresentou melhoras nos anos setenta — durante o chamado “milagre econômico brasileiro” — e, obviamente, a crise econômica dos anos oitenta acentuou esse quadro (Aguiar e Valle e Silva, 1992; Hasenbalg, 1991; Lovell, 1989 e 1992; Oliveira *et alii*, 1981; Telles, 1994). No que diz respeito às mulheres *pretas* e *pardas*, essa hierarquia é ainda mais marcante (Berquó, 1991; Castro, 1991; Aguiar, 1994).

Uma recente discussão de Edward E. Telles (1994) relativiza essa visão normatizadora. De um lado, coloca em questão as perspectivas polarizadas da “escola sociológica de São Paulo” e, de outro, os estudos quantitativos desenvolvidos a partir do final da década de setenta. Telles, apoiando-se igualmente em complexas análises de dados estatísticos, sustenta que “a industrialização reduz, mantém e até aumenta a desigualdade racial no Brasil, dependendo do nível da estrutura ocupacional analisada” (Telles, 1994, p. 42, grifos meus). Ora, a novidade dessa abordagem está no grau de refinamento da relação entre *raça* e classe. Com efeito, o que Telles está sugerindo é que a relevância da *raça* tende a ser tanto maior quanto mais especializadas são as atividades remuneradas. Por outros termos, no Brasil, o racismo tende a aumentar na mesma proporção em que a renda aumenta. Essa é, a meu ver, uma interessante pista para as pesquisas qualitati-

vas de caráter etnográfico que estejam dispostas a enfrentar os complexos e contraditórios símbolos e valores de classe, de distinção e de alteridade em situações sociais diversas.

Razão prática e razão simbólica

Do ponto de vista de um *problema social* instituído pela lógica da razão prática, todos esses argumentos são convincentes. Mas é preciso notar que, a par dessa lógica, ou melhor, para além dela, há que se considerar valores que têm dado um sentido moral às nossas relações raciais.⁶ O “encontro das três raças” que se complementam, o “branqueamento” como corolário desse “encontro” e a “integração das diferenças pela miscigenação” parecem assumir ainda um caráter de ideologia dominante (DaMatta, 1988). No nosso imaginário social, essa moralidade peculiar, cujos conteúdos foram plenamente desenvolvidos nos anos trinta, deságua num controvertido paradoxo. Apesar de racialmente hierarquizada, a miscigenação tem servido como indicador da ausência de discriminação e de desigualdades raciais. Essa interpretação — ainda que enviesada — aponta para o fato de que o racismo brasileiro se desenvolveu num terreno cultural diferente. Ao invés da exclusão guiada pela pureza simbólica, temos uma intensa manipulação da mistura racial (Nogueira, 1985[1954]; Ramos, 1954). No lugar da segregação legal, criamos uma integração discriminadora: brancos no topo, negros na base da hierarquia social e uma sutil gradação de cores — contabilizada nos censos oficiais pela categoria *pardo* — favorecendo um branqueamento ideológico (DaMatta, 1987 e 1991[1987]).

Ora, dessa moralidade peculiar fazem parte a preguiça e a malandragem, termos associados ora aos brasileiros em geral, ora

aos pretos, aos índios ou aos descendentes *miscigenados* com o branco. Por outro lado, se ser negro continua associado a escravidão, sujeira e perigo, o paradoxo se acentua quando mesmo os que se dizem *brancos puros* provam dessas qualidades ao participarem de rituais considerados de origem negro-mestiça: hábitos alimentares, música, brincadeiras e jogos, espaços de festa e religião. Todos esses rituais, transformados em símbolos da nacionalidade (Fry, 1975), desenvolvem-se em espaços múltiplos e complexos, proporcionando ocasiões para o jogo de manipulação da identidade racial, porque tendem a escamotear a condição da cor como um forte critério de seleção social e, portanto, de construção de diferenças, positivas e negativas.

São numerosas as pesquisas qualitativas de abordagem etnográfica sobre esses rituais. Porém, são ainda raras as que tratam das experiências de participação da população negro-mestiça no mundo do trabalho. Recentemente, alguns estudos vêm sendo desenvolvidos nessa direção, como, por exemplo, no Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia.⁷ Esses estudos têm, entre outros, o mérito de enfrentar diretamente, no terreno, as sutilezas geracionais de classe e de gênero associadas à etiqueta das relações raciais na Bahia. Com relação ao Rio de Janeiro, na melhor das hipóteses, essa temática aparece, de forma muito mais implícita do que explícita, em pesquisas que lidam com o emprego doméstico ou com certas atividades profissionais ligadas às artes e aos esportes. Desse modo, a dimensão relacional dos diferentes percursos ocupacionais permanece atrelada a parâmetros de subordinação social anacrônicos. Quando muito, referem-se a tempos míticos que, como sugere Patrícia Birman (1990), tendem a construir homologias entre a senzala e o quarto de empregada, entre a mulher negra e

a escrava, entre o patrão e o senhor escravocrata. Essas generalizações se transformam em discurso que universaliza modelos de subordinação que terminam por reforçar percepções ainda mais estereotipadas sobre os “dramas individuais” e as “identidades fragmentadas” (Hasenbalg, 1979) da população negra e mestiça. Assim, a ausência de curiosidade acadêmica sobre os sentidos da condição racial nas trajetórias ocupacionais femininas e masculinas contemporâneas — ascendentes ou não — funciona como uma barreira invisível à construção renovada do objeto mesmo das investigações. Essa revisão parcial do estado das artes é o mote para que se possa verificar com que instrumentos tento realizar a *démarche* antropológica que me propus.

Trajetórias e narrativas

Quando iniciei a investigação sobre carreiras ocupacionais segundo raça e gênero, em 1992, meu propósito era comparar as narrativas — obtidas através de longas entrevistas — de todas as pessoas (cerca de 78) que ocupavam, no momento da pesquisa de campo, os 13 lugares (agregados) do mercado de trabalho urbano carioca considerados relevantes de acordo com o mapa estatístico de classificação ocupacional construído e analisado por Neuma Aguiar e Nelson do Valle e Silva (1992) e que foi meu ponto de orientação inicial (cf. Tabelas 1 e 2, em apêndice). No entanto, para levar a cabo uma *démarche* antropológica, foi necessário desconstruir esse mesmo arranjo estatístico e transformar o racismo à brasileira, de “problema social” (Lenoir, 1990) — com todas as suas implicações morais —, em objeto de estudo, através de algumas indagações gerais assim resumidas:

a) Como estudar as diferenças de valores e representações, pelo viés racial, a partir das

interpretações que os entrevistados(as) — posicionados(as) em vários lugares da hierarquia ocupacional — têm sobre essas diferenças?

b) Onde é que a *cor*, enquanto princípio de seleção social (Martinez-Alier, 1973), está operando e através de quem e como?

Para realizar essa desconstrução, selecionei as narrativas de pessoas que se autclasificaram através de categorias raciais *não-brancas*, alojadas nas posições superiores da hierarquia ocupacional e, complementarmente, trajetórias de pessoas que se autodesignaram *brancas*, porém situadas na base dessa hierarquia ou nos lugares intermediários.⁸ Note-se, portanto, que, dessa perspectiva, as variáveis sexo e idade passaram a desempenhar um papel dependente, mas não irrelevante. Por outros termos, as perspectivas de gênero e de classificação etária passaram a depender do modo como os indivíduos se auto-identificaram em termos raciais. A partir de então, para tornar as comparações plausíveis, procurei considerar as equivalências nas condições dessas variáveis, combinando-as com a escolaridade e os arranjos familiares. Resumindo: ao invés de comparar trajetórias a partir dos lugares *naturalmente* atribuídos a pessoas *não-brancas* e *brancas*, preoquei-me em subverter a *ordem natural das coisas* e escolher justamente algumas pessoas a partir de cujas narrativas eu poderia discutir as questões formuladas no início deste texto, examinando não apenas as direções, mas os sentidos dos deslocamentos dentro da hierarquia ocupacional.⁹

Antes de prosseguir devo esclarecer, entretanto, porque me fio na narrativa e qual o seu sentido para este trabalho. Antes de ser uma ferramenta capaz de produzir a Verdade (com letra maiúscula) sobre o passado, a narrativa, como sugere Renato Rosaldo (1989) é “uma forma de análise social” e “um instrumento cognitivo”. Retomando a pers-

pectiva do filósofo da história Louis Mink, Rosaldo lembra que “a análise narrativa coloca fatores essencialmente discretos em amplos conjuntos de relações, ao invés de isolá-los como variáveis separadas”. Desse modo, a preocupação central não é “revelar leis históricas, mas entender o que aconteceu num lugar específico, num tempo particular e sob certas circunstâncias” (Rosaldo, 1989, p. 130-1; tradução minha).¹⁰ É também nesse sentido que as manobras gestuais foram detalhadamente descritas no caderno de campo — sobretudo as empregadas nos momentos de auto-identificação racial (Goffman, 1970).¹¹ Houve, por outro lado, um grande empenho da minha parte para que as entrevistas fossem cuidadosamente transcritas, de modo que os momentos inaudíveis e os risos fossem registrados, bem como fossem mantidas as peculiaridades no emprego do vernáculo, porque o modo como as pessoas se expressam — o estilo narrativo — pode fornecer inúmeras pistas sobre como elas reconstroem sua própria imagem e suas múltiplas faces identitárias (Essed, 1993; Etter-Lewis, 1991).

Comparando trajetórias

Através da comparação das trajetórias escolhidas, é possível observar o estado de concorrência entre diferentes grupos (Lenoir, 1990) pela ocupação de posições socialmente valorizadas ou percebidas como privilegiadas. Isso não significa apenas renda alta ou alto salário, mas remete, sobretudo, à rentabilidade simbólica da ocupação de uma determinada posição ou posto na hierarquia das profissões e ao modo como as designações raciais são empregadas e operam com maior ou menor intensidade para essa rentabilidade em termos de “condição de classe e posição de classe” Bourdieu, 1974[1966].¹² A partir dessa perspectiva teórica e conside-

rando ainda o momento das trajetórias capturado nas entrevistas, associado aos efeitos dessas mesmas trajetórias ao longo do tempo, escolhi para este ensaio as narrativas de Jacirema, Severiana, Amélia e Marta.

As entrevistadas: um breve perfil

Jacirema¹³ tinha 37 anos quando concedeu uma longa entrevista, realizada em dezembro de 1994, no seu escritório de contabilidade, amplo e bem decorado, localizado num prédio comercial do bairro de Copacabana. No dia da entrevista, Jacirema — que se classificou como *negra* e comentou em tom de sarcasmo: “branca é que eu não sou!” — trajava um conjunto de linho clássico (saia e *blazer*) e uma camisa de seda. Ela era “técnica em contabilidade” quando surgiu a oportunidade de “montar o escritório”, em 1982. Contratou imediatamente uma secretária e um *boy* (*office-boy*) e, no mesmo ano, decidiu ingressar na faculdade de ciências contábeis, tornando-se “doutora” em 1986. Casou-se em 1991, “sem papel” (não-oficialmente), com um “rapaz negro” pai de duas meninas. Até aquele momento ela não tinha filhos, de modo que a “enteada de 14 anos” foi considerada por Jacirema como uma “espécie de adoção”.

Severiana é “técnica em contabilidade”, tendo portanto o 2º grau completo. Ela foi entrevistada em agosto de 1993, no local de trabalho: uma organização não-governamental de grande porte (Centro de Assistência Social e Econômica — Case), situada no bairro do Catete,¹⁴ onde desempenhava as funções de “auxiliar de departamento de pessoal”. Embora nascida em 1954, Severiana, num lapso de memória, disse que tinha 31 anos, em vez de 39. A entrevista foi realizada no seu horário de almoço, numa sala, “mais reservada”, de uma funcionária de outro setor. Severiana foi casada por dez anos. Sepa-

rou-se depois do nascimento da filha, que, na época da entrevista, já tinha dois anos completos, enquanto o mais velho tinha oito. Severiana, que se declarou *branca*, agradeceu muito — depois de concluída a entrevista — “por ter sido escolhida”. Vale ressaltar que não foram raros os momentos da interlocução nos quais Severiana, sentindo-se legitimada, expressou o seu desconforto pela situação de insegurança financeira aliada à sobrecarga da dupla jornada de trabalho.

Amélia tinha, no momento da entrevista (fevereiro de 1994), 39 anos e era “gerente sênior” de uma das agências de uma instituição bancária de grande porte em nível nacional, situada no centro político-administrativo da cidade do Rio de Janeiro. Depois de alguns contatos telefônicos e muita dificuldade para “conseguir um tempo”, a entrevista foi finalmente realizada na própria agência, ao final da tarde, depois de 40 minutos de espera, pois Amélia ainda estava muito atarefada. Extremamente receptiva, ela aceitou ser entrevistada graças à intermediação de um amigo comum que — classificando-a como “mais para mulata” — fez o contato inicial.¹⁵ Contudo, Amélia, descrevendo o seu relacionamento com os colegas de trabalho, declarou-se *negra*. Foi “oficialmente” casada durante três anos com um homem “negro”, “gerente” de importante instituição bancária multinacional, pai de sua única filha, que, à época da entrevista, acabara de completar 15 anos de idade. Tendo iniciado o curso superior em administração de empresas em 1990, Amélia foi “obrigada” a parar “a faculdade por falta de tempo”, em função das atividades de gerência e também “para estar mais perto da filha de 15 anos”.

Marta, com 49 anos, *branca*, desempenhava no momento da entrevista (julho de 1993) as funções de “diretora” de uma escola da rede pública de ensino (primeiro segmento do 1º grau, correspondendo ao antigo pri-

mário), localizada no bairro de Ipanema. Ela fez questão de conceder, na sala da direção da própria escola, uma entrevista muito concisa, de pouco mais de uma hora e na qual prevaleceu um estilo pausado e unificado cronologicamente, obedecendo sempre ao desenvolvimento de uma idéia central. Formada em pedagogia, com mestrado na mesma área e fazendo pós-graduação em psicologia, Marta retornou ao magistério em 1988, depois de ter-se afastado por mais de dez anos, período em que se dedicou a atividades empresariais. Ela estava separada desde 1987 e sua filha e seu filho tinham, à época da entrevista, 17 e 15 anos, respectivamente.

Sincronias e diacronias

Numa perspectiva sincrônica (isto é, considerando o momento das trajetórias capturado nas entrevistas), as posições de Jacirema, Severiana, Amélia e Marta, no espaço da hierarquia ocupacional, são muito diferentes. Jacirema estava vivendo uma experiência de ascensão que ela mesma explicita com convicção, pois, a partir dos anos oitenta, houve "uma mudança radical, né?, de secretária passei a dona de escritório! Tinha que melhorar e *não cair*". Severiana se encontrava numa etapa de estagnação ou mesmo de declínio, interpretado como resultado da separação: "de oitenta até noventa estava mais ou menos equilibrado, porque até então eu morava com o marido e, hoje, nós estamos separados e ele está desempregado..." Nessas circunstâncias, apesar da baixa remuneração, ela se diz "satisfeita": "O Case" — ela explica — "foi um dos *melhores empregos que eu consegui até hoje*, tá? Porque ele me dá assistência médica, né? Me dá... é... auxílio-creche, tá?" Amélia, como gerente sênior, estava experimentando uma fase de ascensão na hierarquia ocupacional, marcada, porém, por uma avaliação negativa de sua

atividade profissional na hierarquia dos postos do mercado de trabalho: "O bancário hoje, ele é um vendedor de luxo, né? Um diferencial de mim para um camelô é que eu estou melhor — ele está na rua e eu estou aqui no ar condicionado. Mas, como ele, eu tenho que vender..." De qualquer modo, ao examinar cautelosamente o processo de trabalho "num grande banco", Amélia enfatiza a sua mobilidade ascendente, registrada através de avaliação positiva do seu percurso na mesma instituição: "eu cresci profissionalmente... Fiquei mais independente, mais segura".

Como veremos em seguida, de um ponto de vista diacrônico, as três primeiras trajetórias são, até certo ponto, homólogas. Já Marta surge nesse contexto comparativo mais pelas diferenças do que pelas homologias de percurso entre essa entrevistada "branca" e as entrevistadas "negras".

Jacirema: de empregada doméstica a pequena empresária

Jacirema — a "doutora negra" — ingressou no mercado de trabalho em 1967, com 12 anos de idade, como empregada doméstica para fazer "todo o serviço". Nesse momento, já tendo concluído o curso primário, parou de estudar. Dos 12 aos 15 anos — ela relembra — "rodei cinco casas". Sua mãe, há muitos anos separada, também trabalhava em "casa de família". Ela explica a sua rotatividade de três anos em função de uma decisão estratégica: "Tava procurando uma casa que eu pudesse estudar. Quando eu cheguei na casa de S., eu parei e ali eu fiz datilografia, voltei a estudar de noite." Ela permaneceu trabalhando para a família de S. durante cinco anos, ao fim dos quais concluiu o primeiro grau e o curso técnico de contabilidade. A reprodução da trajetória materna foi rompida graças à estratégia adotada para ad-

quirir capital escolar. Porém, foi justamente a experiência de ter sido criada no trabalho da mãe — “ela me criou no trabalho dela” — que forneceu os instrumentos e os meios para a elaboração de um cálculo cultural das relações de troca possíveis com os patrões, que lhe “deram regalia” para estudar: relações de patronagem sem dúvida, assimétricas, cujas regras do sentido Jacirema dominou na prática. Afinal, se ela trabalhava como “um burro de carga”, dessa relação de troca “nada foi jogado fora”, porque uma amiga íntima de sua patroa contratou-a para trabalhar no escritório de contabilidade que viria a ser da própria Jacirema.

Severiana: de empregada doméstica a auxiliar de departamento de pessoal

Severiana começou a trabalhar em “casa de família” como “babá”, entre “12 e 13 anos”, por sugestão do próprio pai (que “era jardineiro” e “ganhava muito pouco”). Ela tinha uma irmã mais velha (também empregada doméstica) e dois irmãos menores. Sua mãe não tinha nenhuma atividade remunerada. Severiana trabalhou “outras vezes em casa de família”: “a vontade era estudar, né?, não era de trabalhar mesmo, tá?, mas não tinha opção...” Apesar disso, com 13 anos, ela iniciou o curso primário à noite e, como Jacirema, concluiu o curso técnico de contabilidade. Em 1975, saiu da “casa de família” e trabalhou em várias empresas, passando por algumas fases de desemprego.

Foi operária numa “fábrica de *silk-screen*”, depois recepcionista, secretária e auxiliar de escritório, até chegar ao Case, onde exerce as funções de auxiliar de departamento de pessoal. Durante o trabalho de reconstrução de sua trajetória, Severiana — ao contrário de Jacirema — deixou transparecer o valor negativo que ela mesma atribui à sua experiência como empregada do-

méstica. Referindo-se ao seu primeiro emprego, de modo ambíguo, ela diz:

É... porque eu me lembro assim das firmas que eu trabalhei, tá? Primeiro, quando eu saí de casa de família — em 75 foi esse meu primeiro emprego... (eu tô assim... fazendo confusão)... O meu primeiro emprego, né?, em 75, eu trabalhei numa fábrica, né?, de silk-screen. (Sabe o que é, né?)

A expressão-chave na narrativa de Severiana é a falta de oportunidade. Com efeito, no Case, por exemplo, ela considera que “merecia” estar numa “situação melhor”, porém atribui a sua permanência no “mesmo cargo” à “falta de oportunidade” porque — diz ela — “eles não te valorizam”.

Amélia: dos serviços domésticos a gerente sênior

Amélia teve seu primeiro emprego remunerado aos 14 anos, como “empacotadora numa fábrica de macarrão”. Depois de duas horas de entrevista, ela lembrou que já havia trabalhado antes, aos 11 anos (1966), executando pequenos serviços domésticos na casa da diretora da mesma escola onde estudava, em troca do pagamento dos estudos secundários. Amélia lembra ainda que até essa idade, antes e depois de ir à escola, ela permanecia na tinturaria onde a mãe “trabalhava passando roupa” e onde “comia na marmitta junto”. Foi exatamente aos 11 anos que ela passou a ficar em casa sozinha com o irmão de 14, recém-chegado do colégio interno, em Conceição do Macabu, e que “foi trabalhar numa obra” como “servente”. Nessa conjuntura, a mãe de Amélia, sem condições de continuar pagando a escola da filha, “negociou” com a diretora para que a menina não interrompesse os estudos. Desse modo, tal como Jacirema e Severiana, Amélia experimentou o emprego doméstico. Foram cerca

de quatro anos, período em que concluiu o curso ginásial. Diferentemente das duas primeiras, foi graças à estratégia materna de trocar o trabalho doméstico por capital escolar que Amélia concluiu o 1º grau. Durante o 2º grau, ela se empregou numa “casa de decoração” (para executar serviços de escritório) e, aos 22 anos, através de exame de “seleção”, ingressou numa empresa de crédito imobiliário cuja carta-patente foi comprada pela rede bancária onde hoje trabalha e vem fazendo carreira. Amélia foi recepcionista, caixa, auxiliar de tesouraria, tesoureira, gerente administrativa, gerente adjunta de vendas e gerente sênior, temporariamente “substituindo o gerente executivo da agência”. Há ainda uma peculiaridade nesse percurso. É que a mãe de Amélia fez o ginásio junto com a filha — “minha mãe saía da tinturaria e encarava o colégio junto comigo...” — e, em seguida, “fez o curso de enfermagem”, aposentando-se como enfermeira.

Marta: de empresária a diretora de uma escola primária da rede pública de ensino

Há uma evidente posição de declínio relativo na trajetória ocupacional de Marta, capturada no momento da entrevista e identificada pelo seu retorno ao magistério. Esse retorno aconteceu depois de algumas experiências como empresária e dirigente. Na primeira experiência, ela relata: “Eu tinha uma firma enorme, uns 30 empregados, um pátio enorme, tudo que foi construído ao longo de dez anos de confecção (...), que acabou em 85.” Em 1986, ela teve “uma pequena empresa, quer dizer, trabalhava por conta própria, mas não era uma firma registrada, nem nada... um ateliê de costura, tá?, e que não deu certo”. Finalmente, em 1987, ela trabalhou como “gerente de produção de uma fábrica de móveis”. “Em 88” — conti-

nua Marta — “eu voltei ao magistério... Eu fiz concurso e aí pedi minha *readmissão* numa matrícula que eu já havia abandonado no município e voltei a ser professora, tendo duas matrículas.” Pouco tempo depois, Marta deixou a função de professora para ocupar o cargo de direção, “eleita pelo grupo” (de pais e professores). O impacto dessas mudanças significou, além de uma diminuição na renda com os conseqüentes cortes de orçamento, uma “queda” no seu “padrão de vida” e no de seus filhos, que ela transferiu de uma escola privada, de excelente nível, para uma escola pública, “a melhor que foi possível encontrar”. Vale ainda ressaltar que o pai de Marta era “industrial” e a mãe “funcionária pública” do segundo escalão do Ministério da Agricultura.

O processo de deslocamento de Marta na hierarquia de postos foi percebido por ela mais como uma perda de *status* do que como uma mudança radical na sua condição de classe, na medida em que o capital adquirido — não apenas o financeiro, mas sobretudo o de saberes especializados nos ramos industrial e comercial da moda feminina — não pôde ser reconvertido para outra área de produção (predominantemente masculina), como ficou evidenciado pela sua experiência negativa como gerente de produção de uma indústria de confecção de móveis estofados. Finalmente, a falta de “autonomia” como diretora dentro do sistema público de ensino e as “deficiências” do próprio magistério foram interpretadas como sinais negativos de distinção que levaram Marta (pós-graduada em pedagogia) de volta à universidade (curso de psicologia) com o objetivo de ter sua “própria clínica”:

(...) eu estudo, eu estou fazendo uma formação, me dedicando à parte clínica. Então, o que eu gostaria de fazer é começar um atendimento clínico com crianças

com dificuldade de aprendizagem e, quem sabe, ter minha própria clínica.

Aparência e 'boa' aparência

A comparação das trajetórias permite re-discutir alguns temas recorrentes na literatura sociológica brasileira, como a patronagem, o *branqueamento*, a construção de identidade étnica ou racial e o papel — nesse concerto nem sempre muito afinado — desempenhado pela noção de *boa* aparência.

Voltarei, portanto, às indagações iniciais sobre fatores de sucesso ou declínio nos percursos ocupacionais. Em primeiro lugar, nas trajetórias sob análise, é possível observar a ruptura recente do padrão geracional de entrada e permanência no mercado de trabalho (antiguidade nos postos) das mulheres com escolaridade universitária que se declararam *negras*. Para esse processo de disputa de posições, a aquisição de qualificação escolar tem uma função relevante se associada ao papel desempenhado pelos tipos de relação com os agentes sociais direta ou indiretamente envolvidos. Assim é que as mães, os tios, os avós maternos e/ou paternos, o marido ou o ex-marido e o círculo de relações pessoais do tipo compadrio e patronagem surgem, com maior ou menor força, nas narrativas de Jacirema e Amélia — do mesmo modo que estão ausentes nas reconstruções de Severiana e Marta.

No caso de Jacirema e, de modo menos explícito, no de Amélia, os fatores de sucesso parecem estar localizados em três planos: em primeiro lugar, numa relação de patronagem, operando no registro doméstico ou privado (ajuda dos patrões ou de uma amiga dos patrões, ou da diretora da escola, o que tende a escamotear o racismo). Em segundo lugar, surgem as estratégias montadas por Jacirema (somente trabalhar “em casa de família” onde os patrões a deixassem completar os estudos e, uma vez alcançado esse objetivo,

não ter filhos) e por Amélia (inicialmente negociada pela sua mãe, de trocar estudos por serviços domésticos), como decorrência do aprendizado das regras das relações de patronagem.¹⁶ Finalmente, parece ser relevante a própria aliança entre o mercado de títulos escolares e os postos de trabalho (Bourdieu e Boltanski, 1975) disputados por Jacirema e Amélia. De um lado, temos o lugar que as ciências contábeis ocupam (hoje mais aberto a mulheres *não-brancas*) e, de outro, temos o posto de gerente sênior de uma agência bancária, que independe do título de administradora de empresas.¹⁷

Jacirema se tornou pequena empresária em meados de 1980 graças à ajuda de uma amiga de seus patrões. A partir desse momento, não tendo patrão ou chefe, sua visibilidade profissional depende de um certo tipo de rede: os clientes a quem dá assessoria contábil. A identidade racial de Jacirema foi reconstruída sobretudo quando ela relembra os conflitos ideológicos com a mãe, que aspirava para a filha, “no máximo, que fosse enfermeira” e que não se casasse — “muito menos com um negão bonito como meu companheiro, né? [Risos]”. No percurso ocupacional, o racismo foi experimentado de maneira mais explícita quando ela mudou seu *status* profissional e sua posição de classe. Nessas circunstâncias, a discriminação não opera através de seus clientes no escritório de contabilidade (na maioria, mulheres “brancas e velhinhas”), mas sim através de pequenos funcionários subalternos, principalmente em lugares que prestam serviços ao público (instituição bancária, por exemplo) ou quando ela mesma abre a porta do seu escritório para atender a um vendedor:

(...) é sempre: “Por favor, o responsável está? A dona está?” Negro num é dono nunca de nada! Quando eu digo: “Eu sou...!” “Ah! Ah... tá...” Então fica tão

desconcertado, até pegar o tino eu já mandei ele embora: "Obrigado, mas não tô interessada." [Risos.]

Com Amélia ocorre algo equivalente: a discriminação opera menos pelo lado dos clientes da agência bancária sob sua gerência e mais pela relação com os funcionários que ela comanda. Os conflitos explicitados nas duas narrativas levam-me a levantar a hipótese de que para o grupo social de origem (especialmente o familiar) e para os grupos subalternos (no local de trabalho ou a ele diretamente relacionado) as duas mulheres *embranquecem* ao mesmo tempo que *escurecem* graças às oposições criadas no movimento ascensional, como discutirei mais adiante.

Alguns dos fatores explicativos para a perda de *status* profissional de Marta ou da estagnação na posição de Severiana parecem se deslocar para outras direções. No caso de Marta, a ênfase recai na combinação entre trabalho e família e nas diferentes representações das relações de gênero: "a idéia é de que o homem é que é o arrimo de família, então ele precisa mais [salário maior] porque atrás desse homem trabalhador tem uma família que ele precisa sustentar. A mulher, supõe-se que ela é sustentada por uma família..." A situação de separação assume nas duas narrativas um papel de suma importância, o que não acontece nas reconstruções de Jacirema e de Amélia — a primeira, solteira e sem filhos, vivendo com o "companheiro" separado e com uma de suas duas filhas; a segunda, separada, recebendo pensão alimentícia do ex-marido ("negro", gerente da maior agência, no Rio de Janeiro, de um banco com sede nos Estados Unidos) e morando com a mãe e a filha.

A relação entre os recursos amealhados (especialmente os escolares) e as qualidades culturais esperadas das novas candidatas *negras* a postos de trabalho valorizados — bem

como a manutenção desses lugares, uma vez ultrapassadas as barreiras iniciais — mais parecem gerar múltiplas identidades, estrategicamente acionadas, do que comportamentos considerados pela literatura de viés assimilacionista como ambivalentes, dramáticos, ou mesmo exóticos, porém sempre individuais e *embranquecidos*. De acordo com as narrativas das mulheres *negras* entrevistadas, se durante a formação escolar básica (especialmente no ensino público), suas capacidades são subestimadas pelos professores, nas rotinas de direção e supervisão do trabalho (uma vez furados os bloqueios escolares iniciais), seus "chefes" exigem que elas sejam mais articuladas, agressivas e mesmo melhor qualificadas (como Amélia enfatizou mais de uma vez). Tudo isso sem, no entanto, se mostrarem ameaçadoras, especialmente quando desempenham funções de direção, gerência ou supervisão. Por isso, mais do que linear e hegemônico, o *branqueamento* no linguajar, na postura, nos gestos, no vestir-se, no cultivo de certos gostos — como meio de apagar os traços da origem — pode ser igualmente traduzido como um modo de erguer barreiras, colocando-se, pelo "comportamento irretorquível", limites às redobradas exigências observadas em relação a elas. Além disso, há que se colocar limites na relação com os funcionários subalternos. Nesse sentido, por exemplo, foi possível observar, *in loco*, o comportamento de um funcionário de Amélia, *branco*, de nacionalidade portuguesa, que depois de interrompê-la mais de uma vez para fazer a mesma pergunta e obter a mesma resposta, jogou o papel rispidamente sobre a mesa da gerente. O comentário dela não tardou:

Não tem nada, não adianta. Tem que se acostumar! Sou eu que mando, né? Olha: o relacionamento com os funcioná-

rios em cargo de chefia, ele é uma coisa muito complicada, né? É difícil porque você lidera 15 pessoas e, de repente, você lidera... 56 pessoas — que é o total que tem aqui nessa agência. Fica muito difícil você agradar às pessoas, né?, porque você tem que tratar de uma maneira diferente... e, às vezes, tem um cochicho, tem invejas — você sabe disso — até porque eu tenho essa função, né? E eu, por ser negra, ter chegado onde cheguei, por méritos meus — não tenho envolvimento com ninguém no banco — tipo assim... me deram a ponta do dedo e eu fui à luta... é complicado... muitas pessoas não me aceitam como chefe... Exatamente por eu ser uma mulher e por ser negra...

No meu universo de pesquisa, esse não é o único caso em que o branqueamento no estilo de comportamento público vem acompanhado da afirmação de múltiplas identidades, entre elas, a de *negra*. Por outros termos, a ascensão social tanto branqueia quanto *escurece*, dependendo do campo de atividade profissional, da posição ocupada nesse campo, dos gêneros de capital (econômico, cultural, político etc.) herdados, adquiridos e reconvertidos e da combinação desses aspectos com as qualidades morais — positivas e negativas — atribuídas à *aparência*, ou melhor, aos traços fenotípicos ajustados aos padrões dominantes da moda. É por isso que as trajetórias de Jacirema e de Amélia, ou melhor, o modo como elas narram e reconstroem suas experiências de trabalho, remetem a um conjunto de crenças, expectativas e conhecimento a respeito de normas e regras de comportamento que orientam decisões estratégicas sobre como operar com o racismo no cotidiano, especialmente quando o acesso aos postos de trabalho mais valorizados é o núcleo central desse cálculo. E é também por isso que a problemática racial

instituída, baseada em julgamentos morais ligados à aparência (à *boa aparência*) — problemática quase sempre difusa e difícil de descrever, embora profundamente enraizada —, contribui para criar as condições para certa espécie de análise de si que, embora em registros diferentes, corresponde à de Jacirema e à de Amélia.¹⁸ Bem-sucedidas, elas elaboram um sentido de *eu* que irrompe pelo espaço simbólico da estética racialmente legítima ligada à importância da aparência e, nesse sentido, o discurso de Jacirema é exemplar:

— *Então agora eu vou te fazer outra pergunta. E você já viveu alguma experiência com este tipo de discriminação dentro do trabalho? Ou mesmo para conseguir trabalho?*

— *Ah, já tive!*

— *Você pode descrever pra gente?*

— *Posso. Primeiro eu vou descrever a... uma discriminação social. Eu era empregada doméstica, você sabe. Lavar é essencial dentro de uma casa e é totalmente discriminado socialmente, né? A minha experiência, nos meses procurando emprego em diversos lugares... eu vivia procurando em jornais — no tempo que eu podia ler — o que precisava: datilografia, primeiro grau completo, boa aparência, não sei que, não sei que, não sei que. Tudo bem, primeira coisa que eu fiz quando ia procurar emprego: boa aparência, o diplominha de datilografia, meu primeiro grau completo e ia eu, com minha carteirinha [Carteira de Trabalho]. Porque minha mãe achava aquilo lindo, você provar pras pessoas que começou debaixo. Então, ia eu toda radiante procurar emprego nas agências, mandava currículo e tal. Aí pegava: “Ah, muito prazer, tem experiência de quantos anos? Você já trabalhou?” Eu digo: “Já.” “Mas você fazia o quê?” “Eu fui empre-*

gada doméstica." "Ah...! empregada doméstica? Faz o seguinte, a senhora deixa aqui o número que depois nós vamos..." E nunca mais. Já teve coisa ao contrário já. Procurava também e... sabe? Laboratório e tal, chegava lá, a moça: "Ah! mas a senhora é muito inteligente, tem boa aparência, tem datilografia, primeiro grau completo; isso aqui não é serviço pra senhora." Quer dizer, de uma parte como da outra... Saía procurando emprego, muito bem arrumada e saía de lá arrasada. Então um dia eu cheguei em casa e eu resolvi: "É melhor não ter experiência não, nunca ter trabalhado em casa de família." E tirei uma... guardei minha carteira assinada como empregada doméstica, tirei uma outra carteira e fui procurar emprego: "Você trabalhou?" "Não senhora!" "Então me dá seus dados aqui e deixa o telefone." Eu nunca tinha trabalhado... mas como doméstica eu não ia arrumar nunca!

— Agora, assim, em relação à cor?

— A cor... a cor... sou muito alta, apareço muito, não tem como... O que mais me marcou foi quando eu abri esse escritório. Eu... eu faço muito a parte de pessoa física, ou seja, eu trabalho, o meu... escritório trabalha como... departamento pessoal dos consultórios, então eu, eu que faço os pagamentos, então chega no final do mês, eu tenho 50 guias de INPS pra pagar, 50 carnês e tal. Cheguei no banco, eu comecei... fiquei na fila e tal e digo: "Por favor, eu tô com muitos pagamentos" — perguntei à caixa — eu estou com muitos pagamentos e... eu queria saber se eu posso deixar com você aqui ou se você avisa à pessoa, porque não vai ser justo pra quem tá atrás de mim, um monte de pagamento pra fazer, né?" "A senhora, por favor, espera aí, que isso não é assim não, não posso fechar!" Eu fui

muito educada com você, que eu falando o que eu tô fazendo é bom pro banco, você, por favor, me chama o gerente." "Ah...! é aquele lá!..." Não me agradou, o gerente chamou a atenção dela, mas ela fez pouco de mim, não se fiou na minha aparência, sem dúvida. Eu fiquei esperando na mesa do gerente, tomando cafezinho, e ela fechando o caixa pra passar meus pagamentos. Depois daí, todos os serviços que entram: "Doutora Jacirema, como vai? Bom dia Dra. Jacirema!" Todos já sabiam quem era Doutora Jacirema, né? [Risos.]

Não é uma mera curiosidade observar como Severiana e Marta se expressam a propósito da combinação entre aparência e condição racial, verbalizando explicitamente o que, para Jacirema e Amélia, está tão enraizado quanto difícil de descrever. Severiana considera que, embora a discriminação contra pretos e pardos

hoje esteja bem quebrada, (...) as pessoas se ligam muito assim na aparência, no visual também, né? Conta muito, né? Então fica... né?

— Você percebeu alguma vez este tipo de discriminação com outras pessoas?

— Não, eu nunca vivi assim... Eu já ouvi pessoas, tá? uma amiga minha até, ela trabalhava no banco, né?, mas nunca... sempre interno, né? Nunca assim que tivesse acesso a público, tá? Ela não falava, mas tinha certeza que era porque ela era escurinha, tá?

— Na sua opinião o que se deveria fazer para ampliar as chances de pretos e pardos no mercado de trabalho?

— Eu acredito assim... uma... as pessoas tinham que se conscientizar de que o que vale realmente é o que a pessoa sabe, né?, o que ela consegue desempenhar, e não a cor. A cor em si, né?, e acho

que a aparência também, né?, porque, embora eu ache que independe, que está nisso [no desempenho], mas eu não consigo mudar a aparência. Ela é muito importante para todo mundo que fala de uma coisa de aparência, de aparência, de aparência... tá? Agora, o que venha a mudar, eu acho que pra mim, nada, tá? Eu não vejo assim nenhuma diferença, tá? se a pessoa é clara ou escura...

Por sua vez, Marta, para quem a discriminação racial no mercado de trabalho “é um fato”, reconstrói uma equação em que o resultado da equivalência moral entre ser belo e ser da “raça branca” é ocupar os “cargos melhores”:

— É porque a gente olha, vamos dizer, nas empresas, nos trabalhos melhores, né?, e só vê realmente é... os indivíduos bonitos ou da raça branca ocupando, não é?, os cargos melhores, não é?

— E o que deveria fazer para ampliar as chances de pretos e pardos no mercado de trabalho?

— Eu acho que é uma mudança de mentalidade, né? As pessoas serem realmente avaliadas pela sua capacidade, pela sua profissão, o que ela produz, né?, e não pela sua aparência. Eu acho que interessa ao trabalho o que ela produz!

A polissemia: do moderno “mercado da boa aparência” aos “sobrados e mocambos”

Se, de um lado, o branqueamento é, ainda hoje, percebido como síntese e atenuante das tensões político-raciais, por outro, a aparência — a produção da boa aparência entre mulheres negro-mestiças — como caução para obter trabalho e, em seguida, procurar e manter posições mais valorizadas pode con-

tradizer a síntese e apontar para uma polissemia. É preciso não esquecer que Jacirema se veste de seda e linho, os cabelos são cuidadosamente arranjados num discreto permanente estilo afro, isto é, ela procura produzir uma imagem que combine com as atividades de “assessoria a pessoas físicas e jurídicas”, o que envolve uma clientela, na maioria, branca. Também Amélia, na gerência de uma grande agência bancária, veste-se com discrição e usa um estilo de cabelo naturalmente encaracolado. Ambas acionaram a identidade de negras em diferentes situações, durante a reconstrução de suas trajetórias.

Ângela Figueiredo (1994), numa das únicas pesquisas contemporâneas em andamento sobre “o mercado da boa aparência”, examina alguns de seus aspectos em relação ao cabelo. Ela chama a atenção para a histórica percepção do “cabelo crespo” ou “duro” como sinônimo de “feio” e como marca “que mais incomoda a alguns brancos no aspecto físico dos negros” (p. 35). Os sentidos da inculcação desse padrão por parte dos próprios negros — que, insisto, não é apenas estético mas, sobretudo, moral — são abordados quando a autora aponta duas questões importantes para a análise da polissemia da boa aparência:

No sentido privado está mais relacionada à autonomia, ao gosto pessoal. Esse campo é mais sensível ao discurso da negritude e da beleza negra proferido pelos movimentos negros. No sentido público, relaciona-se mais com o trabalho e, principalmente, com a procura de trabalho, no primeiro contato com a empresa, onde ser negro significa mais uma barreira nos mecanismos de seleção. (Figueiredo, 1994, p. 35.)

Ora, os sentidos público e privado da boa aparência, se associados ao que chamei de efeitos de trajetória, nos leva a ver com ou-

tros olhos a relação entre *branqueamento* e ascensão social. Por outras palavras, a idéia tão disseminada de que “o dinheiro embranquece” pode vir acompanhada de um escurecimento lentamente produzido pelas oposições e paradoxos criados durante o movimento ascensional, como o demonstram as narrativas de Amélia e Jacirema.

Se recuarmos no tempo para *Sobrados e mucambos* (1951[1936]), por exemplo, veremos como a reificação sobre a produção da *boa* aparência ligada à ascensão social e ao *branqueamento* é um tema inscrito na história das idéias e da cultura brasileiras e que Gilberto Freyre se encarregou de traduzir para a linguagem acadêmica.¹⁹

Na avaliação de Freyre, a *boa* aparência se produziria, através de inúmeras “adaptações” de vários itens do vestuário pelos “mulatos” em “ascensão”, principalmente em fins do século XIX — do chapéu ao calçado, passando pelos adornos, tecidos, modelos de roupas, feitiços de corte de cabelo e barba. Essas “adaptações” — enfatizadas pelo uso de adjetivos como “zangado” por oposição a “dócil”, de evidente conotação moral — visavam superar as “desproporções” do “corpo” de “negros” e seus descendentes mestiços, favorecendo a “ascensão social” desses últimos. Vejamos um excerto exemplar:

Também as alfaiatarias modificaram estilos e medidas europeus de corte de fraque, de calças e de croisés burgueses para bacharéis e doutores mulatos e até negros. Para alguns, pelo menos — certo que entre nossos mestiços e fulos aristocratizados pelo ambiente fino se notavam, além de exuberâncias de nádegas, desproporções de comprimento e de grossura de braços ou pernas com relação ao corpo, que os anúncios de escravos fugidos acusam para numerosos mulatos, tal-

vez inferiorizados pela situação social de escravos. Dessas desproporções, como efeito inevitável da hibridização, (...) ainda não se fez entre nós nenhum cuidadoso estudo antropométrico. (...) Os cabeleiros e barbeiros foram outros que conseguiram dar à barba e ao penteado dos bacharéis mulatos, à cabeleira crespa ou mesmo um tanto zangada das sinhá-donas quadradonas — às vezes noras de viscondes — as mesmas flexões e as mesmas formas que à barba loura, que ao cabelo ruivo, que ao bigode castanho ou preto, mas dócil ao pente, dos brancos e dos quase-brancos. (Freyre, 1951[1936], p. 94-5; grifos meus.)

Discutindo também as convenções estéticas de santeiros, pintores e escultores, passando pela culinária até chegar à poesia e à música popular, Freyre salienta o sentido “*extra-europeu*” ou “*extra-greco-romano*” dessas convenções, sem que, contudo, elas cheguem a ser propriamente “*africanas*”. Aleijadinho — “*uma espécie de El Greco mulato*” — é para Freyre o caso-limite no uso dessas convenções “*extra-européias*”. A “*deformação*” quase “*caricatural*”, principalmente do nariz dos “*dominadores brancos da colônia*”, segundo Freyre, é “o maior ponto de contraste *somático* ou *plástico* entre *oprimidos* e *opressores*, no Brasil do tempo de Aleijadinho” (Freyre, 1951[1936], p. 979; grifos meus). Porém, o sentido dessa “*deformação*”, embora “*extra-europeu*”, não seria marcadamente “*africano*”, mas “*marginalmente africano, apenas. Caracteristicamente brasileiro, isto é, mestiço; ou culturalmente plural*” (*idem*, p. 980; grifos meus). Na mesma direção, insiste o autor, o “*tipo loura ou alvo de mulher*” sofreria o impacto da miscigenação e, já no século XIX, o “*quindim da mulata ou o dengue da moreninha*” seria mais freqüente tanto no

cancioneiro popular quanto nos versos e romances dos “bacharéis” (*idem*, p. 981).

Como se vê, a produção de discursos e comportamentos em torno das qualidades morais e estéticas da aparência não é nova. O que talvez seja uma novidade é a produção da *boa* aparência, combinada com a produção de identidade *negra*, não apenas em contextos de politização de identidade como o do movimento negro, mas, como lembra Ângela Figueiredo, em situações de trabalho associadas ao “progresso e à modernidade”. Nesses contextos, os “dengues” e “quindins” da “mulata” ou da “moreninha” tendem a

surtir menos efeito. Submetendo-se a novos modos de disputa por espaços sociais e simbólicos, mulheres *negro-mestiças* detentoras de capital escolar aprenderam que aqueles atributos, embora valorizados para certos fins, não são suficientes para a obtenção e a manutenção de posições um pouco mais vantajosas em certos segmentos do mercado de trabalho.²⁰ Pelo contrário, seguindo as pistas deixadas por Edward Telles (1994), é justamente no desempenho de atividades mais especializadas que essas mulheres experimentam explicitamente a força da lógica da exclusão baseada no racismo.

NOTAS

1. Optei por manter as designações de cor em itálico como um modo de enfatizar a complexidade semântica das relações raciais no Brasil. Farei, sempre que necessário, a contextualização das classificações empregadas. Por exemplo, branco, preto e pardo são as categorias empregadas nos censos oficiais. Entre os muitos termos não-estatísticos, *negro* — considerado pejorativo entre pessoas das classes populares — foi uma categoria repolitizada na década de setenta pelos militantes do movimento negro, que passaram a empregá-la como auto-identificação positiva. Esse termo foi, aliás, universalizado pela mídia, no ano de 1988, quando a abolição da escravidão completou 100 anos. Existe, por outro lado, uma miríade de designações — de mulato a moreno — cuja força simbólica pode ter uma grande variação em função de diferentes situações sociais. De qualquer modo, o centro da questão é que o cientista social, ao usar as categorias de classificação racial nativas, compreende que elas não são essências naturais, mas categorias de percepção morais, éticas e estéticas, socialmente construídas, remetendo, em diferentes instâncias e contextos históricos, às lutas simbólicas, aos agentes sociais nelas envolvidos e às relações de força em jogo.

2. Thales de Azevedo lembra que foi Charles Wagley quem designou de escola sociológica paulista esse conjunto de pesquisas de que Florestan Fernandes foi, sem dúvida, um dos autores mais profícuos. Azevedo considera filiados à *escola*, além de R. Bastide, Donald Pierson, Oracy Nogueira, Otávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso. Nos estudos patrocinados pela Unesco contemporâneos aos da *escola* — realizados no Rio de Janeiro, Bahia e Amazônia — estavam engajados, além do próprio Thales de Azevedo e Charles Wagley, L. A. Costa Pinto, Marvin Harris, W. H. Hutchinson e Ben Zimmerman. Essa divisão do trabalho social acadêmico indicado por T. de Azevedo, no prefácio do livro de Oracy Nogueira, *Tanto preto quanto branco* (1985), parece apontar sobretudo para perspectivas teóricas diversas que merecem ser matizadas e tratadas com cautela. Nesse sentido, é significativo que o sociólogo Guerreiro Ramos apareça no mesmo prefácio quase como um *outsider* da sociologia brasileira do período.

3. A propósito dos limites impostos à “ascensão social verdadeira” do “negro e do mulato”, Florestan Fernandes insistiria em 1968: “a expansão urbana, a revolução industrial e a modernização *ainda* não produziram efeitos bastante profundos para modificar a extrema desigualdade racial que herdamos do passado” (cf. Fernandes, 1968, p. 48; grifo meu).

4. Entre 1890 e 1940, a variável *raça* (ou *cor*) não foi incluída nos censos demográficos. Essa variável voltou aos censos de 1940 e 1950, sendo novamente excluída em 1970 e reintroduzida em 1980. Em 1976, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) trouxe uma novidade: incluiu um quesito em aberto, de modo que coube ao entrevistado escolher os termos pelos quais se auto-identificava em termos raciais. Foram registradas mais de uma centena de termos, que, embora fugindo à classificação oficial, expressam a idéia de alteração somática gradativa — do *mais escuro* ao *mais claro* — que as categorias oficiais *preto*, *pardo* e *branco* terminam por recobrir. A partir de então, reacende-se o debate sobre as discrepâncias entre a autodeclaração de *cor* e aquela, supostamente *objetiva*, atribuída pelo entrevistador, em pesquisas com diferentes perspectivas disciplinares (cf. Sansone, 1992; Valle e Silva, 1994). Esse debate, em alguma medida, aparece sumariado em “Uma nota sobre ‘raça social’ no Brasil”, de Nelson do Valle e Silva, para quem as discrepâncias classificatórias entre entrevistadores e entrevistados estão vinculadas a “características socioeconômicas”, e não “à fluidez entre as categorias de cor utilizadas” (1994, p. 67). Em resumo, após um exercício de avaliação quantitativa daquilo que o autor chamou de “efeito embranquecimento” (baseado nos dados de um *survey* realizado em São Paulo, em 1986), ele conclui que, se o dinheiro “embranquece”, em contrapartida, a falta dele “escurece” (p. 78)). Contudo, vale registrar minha observação (ainda que telegráfica) de que a manipulação da cor pelo entrevistado e pelo entrevistador é um indício relevante do estado das relações de força entre diferentes grupos raciais e entre classes sociais que depende dos diferentes tipos de capital acumulados (além do socioeconômico) e acionados, como os efeitos de trajetória social, no momento mesmo da entrevista, o que implica uma redefinição cotidiana de poderes. Em resumo, considerando o universo e o contexto da minha própria pesquisa, o mesmo indivíduo pode *embranquecer* para o seu grupo de origem (familiares ou amigos de infância etc.) e *escurecer* pelas oposições e paradoxos criados no movimento ascensional, conforme procuro explorar mais adiante.

5. A expressão *não-brancos*, agregando os termos oficiais *preto* e *pardo*, passou a ser utilizada nas análises empíricas sobre relações raciais justamente a partir dos anos setenta, quando estava em curso a mudança de perspectiva teórica. Embora, em princípio, o grupo *amarelo* estivesse também agregado sob a mesma rubrica, a sua importância em termos de magnitude da população era pouco significativa. Desse modo, *não-brancos* passou a integrar o dicionário da sociologia empírica como sinônimo englobador de *preto* e *pardo*.

6. Nelson do Valle e Silva e Déborah Roditi (1988[1986]), utilizando novos modelos de tratamento estatístico de dados qualitativos relativos à “*mobilidade ocupacional*” e à “*estratificação social*” chegam à conclusão de que “não existe um claro benefício na esfera da distribuição das oportunidades relativas de vida para os diversos estratos sociais que decorra *automaticamente* do crescimento econômico” (p. 114). Ao contrário, essas oportunidades parecem guardar grande autonomia em relação às instâncias econômicas. Assim, “o desenvolvimento, embora facilite a ascensão social pela criação de oportunidades através das mudanças estruturais a ele associadas, definitivamente não constitui o ‘melhor’ ou sequer ‘um remédio’ para a construção de uma genuína sociedade democrática” (*ibidem*).

7. Ver Agier, 1990 e 1990a; Guimarães e Agier, 1990; Guimarães, 1993; Sansone, 1992; Silva, 1993; Figueiredo, 1994.

8. Para que o leitor tenha um idéia mais precisa dessa desconstrução, anexe em apêndice a grade ocupacional, com as respectivas frequências estatísticas por sexo e *cor*, elaborada por Nelson do Valle e Silva e Neuma Aguiar, com base nos dados da PNAD de 1988 (Tabela 1). Na Tabela 2, repete-se o mesmo procedimento, usando os dados da PNAD de 1990, dessa vez organizados por Nelson do Valle e Silva e Marcia Lima, a quem agradeço pelo acesso a esse material.

9. Qualifico essas trajetórias como bem-sucedidas não apenas porque correspondem a uma inversão na composição racial da estrutura ocupacional, mas igualmente porque, como lembra Edward Telles (1994), no Brasil — diferentemente dos Estados Unidos —, a importância das ocupações do tipo gerente/profissional liberal é muito grande. Essas categorias, no conjunto, ocupam um espaço muito reduzido em relação à base muito ampla sobre a qual se apóiam. Ainda, o contraste em termos raciais tende a se acentuar, se consideramos que *brancos* e *não-brancos* têm maior probabilidade de partilhar as ocupações manuais não-especializadas (Telles, 1994, p. 31). Finalmente, não é escusado lembrar que aquelas posições superiores são majoritariamente ocupadas por homens *brancos* (ver Tabelas 1 e 2, em anexo)

10. “(...) narrative analysis places potentially discrete factors within larger sets of relationships, rather than isolating them as separate variables. (...) to reveal not historical laws but an understanding of what happened in a specific place, at a particular time, and under certain circumstances.”

11. Uma vez escolhidas as trajetórias a serem comparadas, retornei a algumas entrevistadas, dessa vez, *desarmada*, isto é, sem gravador e sem questionário. Esse procedimento nada tem de ingênuo ou de positivista se compreendermos, como lembra Bourdieu (1993), os seus limites. Atenuar a “violência simbólica” da comunicação em situações de entrevista — quase sempre arbitrárias — exige um conhecimento das relações de força objetivadas através do montante de capital lingüístico e social que entra em jogo na relação entrevistado-entrevistador. Por isso, Bourdieu aborda essa relação como parte e parcela da construção do próprio objeto de pesquisa. Embora num plano diferente, essa perspectiva é, a meu ver, complementar àquela adotada por Renato Rosaldo (1989), para quem a própria narrativa é o objeto dessa construção, desde que compreendida e explicada como análise social. Se praticados sem economizar esforços, “compreender e explicar são a mesma coisa” (Bourdieu, 1993, p. 910).

12. Classe não é aqui entendida, à maneira da sociologia empírica, como o resultado da combinação entre renda e ocupação. Portanto, não se trata apenas de uma questão de “estrutura social”, mas, sobretudo, das propriedades de classe, para as quais concorrem sistemas simbólicos e mecanismos de distinção que variam diacronicamente e sincronicamente, envolvendo estilos de vida (consumo como meio de comunicação), além da combinação de diferentes gêneros de capital (escolar, lingüístico, social e cultural) e do uso estratégico das possibilidades de reconversão de um capital para outro (Bourdieu, 1974[1966]).

13. Os nomes das entrevistadas são fictícios.

14. Os nomes das instituições e dos bairros são fictícios.

15. Procurei controlar o acesso a todas as pessoas entrevistadas através da intermediação de amigos(as) comuns, a quem solicitei para contatar com pessoas que não tivessem um viés militante (do movimento negro e/ou feminista), pois esse campo de atuação não era o objeto central da investigação. Além disso, eu pedia indicações quanto à categoria ocupacional (a principal atividade remunerada), à posição na ocupação (se empregada, por conta própria ou não, se empregadora etc.) e, finalmente, quanto à *cor* ou *raça*. A discrepância entre a designação de quem intermediou a entrevista e a autodeclaração racial do indivíduo entrevistado faz parte do território dos valores morais, éticos e estéticos atribuídos à aparência, que serão discutidos mais adiante.

16. Os dados estatísticos apontam para uma expressiva maioria de mulheres *pretas* e *pardas* ocupando posições subalternas no mercado de trabalho urbano, sobretudo no emprego doméstico. No lado oposto da hierarquia ocupacional, as mulheres desse segmento racial estão absolutamente sub-representadas (cf. Tabelas 1 e 2). No meu universo de pesquisa, mesmo quando descrevem as relações

com suas patroas, as empregadas domésticas *negro-mestiças* nada dizem sobre o lugar que ocupam na hierarquia do trabalho e a sua condição racial. Antes, elas interpretam essas relações em termos de maior ou menor proximidade hierárquica mediada (e medida) por valores morais tais como amizade, compreensão e honestidade. Essa mesma questão aparece na pesquisa de Claudia B. Rezende (1995) e, a meu ver, o silêncio sobre a condição racial se relaciona com a naturalização do emprego doméstico, sempre feminino e reificado através da homologia entre a mulher negra e a escrava, entre o quarto de empregada e a senzala (cf. Birman, 1990). Por outro lado, ao reconstruírem suas próprias trajetórias no mercado de trabalho, as ex-empregadas domésticas Jacirema e Amélia desvelaram essa naturalização. Como analiso em outro lugar, essa ruptura com o pacto de silêncio acontece também com Carolina Maria de Jesus — empregada doméstica *negra* que se fez escritora nos anos setenta. Exemplo de *desvio* de enunciação, no *Diário de Bitita* (memórias da infância e da meninice de Carolina, publicadas no Brasil em 1986, nove anos depois de sua morte), a desnaturalização se dá através de uma narrativa não-linear e dialógica, na qual é a escritora e não a *doméstica* quem desconstrói esse lugar social reificado, descrevendo, como numa minuciosa etnografia, aspectos do racismo à brasileira..

17. Nos contextos iniciais em que se desenrolam os percursos ocupacionais dessas duas mulheres, prevalecem as relações de patronagem (cf. DaMatta, 1986 e 1991[1987]). Em outro lugar, considero a importância relativa de outras redes de indicação e do valor atribuído à condição racial para a ocupação de determinadas funções, cargos e posições na hierarquia de postos de trabalho (cf. Granovetter, 1974).

18. As diferenças de registro dizem respeito aos estilos narrativos das entrevistadas. O registro de Jacirema é predominantemente segmentado e dialógico, em que prevalece um tom brincalhão, quase sempre beirando a ironia, sobretudo nos momentos em que ela conta as “historinhas” de racismo nas quais foi envolvida. Amélia tem um estilo predominantemente unificado, cronologicamente ordenado. O estilo dialógico aparece justamente nos momentos em que, para reconstruir sua identidade racial, reporta-se a situações envolvendo o ex-marido, *negro*, gerente de *marketing* de uma instituição bancária multinacional. Para uma classificação dos estilos narrativos, fiz uso do ensaio de G. Etter-Lewis “Black women’s life stories: reclaiming self in narrative texts” (1991).

19. O historiador Carlo Ginzburg (1993[1976]) é o esteio dessa minha postura teórica de olhar para lugares recuados no tempo para ver como certas idéias foram gestadas e disseminadas, circulando através de classes sociais. Lembro, nesse sentido, que G. Freyre escreve os seus *Sobrados e mucambos* num período da história brasileira no qual as classes sociais começavam a se tornar culturalmente tão mais distintas quanto economicamente distantes, inclusive em termos geográficos. Não por acaso, é um momento em que se intensifica o processo de urbanização e industrialização (os anos trinta), sobretudo no sul da nação que estava sendo construída como tal e depois de apenas 42 anos da abolição da escravidão.

20. O Carnaval (e as inúmeras atividades remuneradas a ele vinculadas) é um dos campos em que a imagem arquetípica da *mulata brasileira* é mais valorizada. Constituindo-se quase como um setor étnico, feminino e sazonal do mercado de trabalho, principalmente em cidades como Rio de Janeiro e Salvador, o Carnaval, aliado à miscigenação, é um dos focos de difusão interna e externa de aspectos que caracterizariam mais marcadamente a identidade nacional. Como enfatiza Lilia M. Schwarcz, é essa idéia de Brasil racialmente democrático e harmônico, “cunhada por Freyre, que aparece desenhada no Zé Carioca de Disney, no carnaval exportado pelas grandes agências de turismo, na imagem do malandro que cada vez mais se distancia da realidade. É essa representação mestiça que de negativa se transforma em exótica, de científica se modifica em espetáculo” (Schwarcz, 1993, p. 249).

Tabela 1
Categorias ocupacionais selecionadas por sexo e cor
no Rio de Janeiro metropolitano (em %)*

Categoria ocupacional	Homens				Mulheres			
	Branco	Pretos	Pardos	Total	Branca	Pretas	Pardas	Total
7. Empregados domésticos moradores e diaristas	0,9	2,2	2,1	1,4	16,3	45,4	36,5	26,1
8. Manual p/conta própria (biscateiro)	9,4	13,4	10,7	10,2	9,6	8,9	7,3	8,8
9. Vendedores ambulantes	2,6	1,7	2,3	2,4	3,5	4,2	2,9	3,4
10. Trabalhadores no formal Competitivo/tradicional	32,0	51,0	46,2	38,2	16,2	23,5	25,1	19,8
11. Trabalhadores no formal Oligopólico/moderno	5,9	9,4	7,3	6,7	0,9	0,5	0,6	0,7
12. Não manual p/conta própria Pequena burguesia	4,6	2,2	2,1	3,6	5,1	1,7	3,1	4,1
13. Função de escritório	4,9	2,4	4,2	4,5	15,7	4,4	9,0	12,3
14. Administração e supervisão	10,5	4,6	7,7	9,1	7,9	2,5	4,2	6,1
15. Técnicos e artistas	9,2	5,0	7,1	8,1	17,2	7,9	8,2	13,3
16. Dirigentes	9,8	2,1	2,9	7,0	4,3	0,5	0,9	2,8
17. Profissionais liberais	4,9	0,7	1,0	3,3	2,2	0,0	0,7	1,5

Fonte: PNAD de 1988.

(*) Por Nelson do Valle Silva e Neuma Aguiar.

Obs.: As categorias ocupacionais rurais (numeradas de 1 a 6) não foram consideradas porque a pesquisa focalizou apenas os trabalhadores(as) urbanos(as).

Tabela 2
Categorias ocupacionais por sexo e cor no Rio de Janeiro metropolitano (em %)*

Categoria ocupacional	Homens				Mulheres			
	Branco	Pretos	Pardos	Total	Branca	Pretas	Pardas	Total
7. Empregados domésticos moradores e diaristas	6,2	13,9	10,8	8,4	13,9	57,4	36,6	25,8
8. Manual p/conta própria (biscateiro)	8,2	11,3	10,7	9,3	8,2	7,0	8,3	8,1
9. Vendedores ambulantes	2,6	4,1	3,3	3,0	5,6	2,6	4,4	4,9
10. Trabalhadores no formal Competitivo/tradicional	23,2	36,5	33,4	27,8	16,2	13,0	23,2	18,1
11. Trabalhadores no formal Oligopólico/moderno	5,8	11,2	12,0	8,3	0,6	1,1	0,6	0,6
12. Não manual p/conta própria Pequena burguesia	4,7	2,5	1,4	3,4	2,6	2,2	2,9	2,7
13. Função de escritório	8,9	4,9	8,8	8,5	16,8	5,9	11,4	13,9
14. Administração e supervisão	5,6	1,1	2,2	4,0	6,4	1,1	1,0	4,1
15. Técnicos e artistas	9,7	9,0	9,5	9,6	13,1	6,7	6,9	10,4
16. Dirigentes	15,2	3,0	4,8	10,6	7,1	1,4	2,6	5,0
17. Profissionais liberais	8,4	1,1	1,4	5,5	9,3	1,1	2,1	6,1

Fonte: PNAD de 1990.

(*) Por Nelson do Valle Silva e Marcia Lima.

Tabela 3
Composição das ocupações urbanas desagregadas*

7. Empregados domésticos (moradores e diaristas)
8. Manual por conta própria (biscateiros)
Pedreiros, alfaiates/costureiras, trabalhador braçal, motoristas, manicures/pedicures, pintores/caiadores, serventes, mecânico de veículos, marceneiros, bordadeiras/cerzadeiras, cabeleireiros, doceiros/confeiteiros, mecânicos em geral, pintores a pistola, ferreiro/serralheiro, ladrilheiro, reparador de rádio e TV, barbeiro, reparador de equipamentos.
9. Vendedores ambulantes
Feirantes, doceiros, vendedores de jornais e revistas, quitandeiros, tripeiros.
10. Trabalhadores no *formal* (competitivo/tradicional)
Vendedores, outras ocup. na indústria tradicional, motoristas, servente pedreiro, cozinheiros, trabalhador braçal, vigia, pedreiro, atendente de bar, alfaiates/costureiras, porteiros, contínuos, mecânicos de veículos, guarda-vigilante particular, operador de caixa, carpinteiros, garçons, trocadores, embalador de mercadorias, encanadores, pintores e caiadores, mecânicos em geral, pintores a pistola.
11. Trabalhadores no *formal* (oligopólico/moderno)
Soldadores, reparadores de equipamento, electricista/instalador, mecânicos em geral, ajustador/montador, ferreiros/serralheiros, rebitadores, torneiro mecânico, mecânico de veículos, caldeiros, impressores, instaladores/reparadores de linhas elétricas, polidores/esmerilador, trabalhadores em extração de gás/petróleo, torneiro metalúrgico, reparador de rádio e TV, tipógrafos, carteiros, fresador/furador, montador de equipamento eletrônico, laminadores, modeladores/machetadores, encadernador, bombeiros (Corpo de Bombeiros).
12. Não-manual por conta própria (pequena burguesia)
Comerciante por conta-própria, professor de 1ª à 4ª série, artesão, proprietários, atendente de bar, representante comercial, contadores, fotógrafos, corretor de imóveis, escultor/pintor, músicos/compositores, enfermeiros não-diplomados, vendedores de jornais/revistas, psicólogos, produtores/diretores de espetáculos, massagistas, decorador/cenógrafo, operador de caixa.
13. Função de escritório
Auxiliares de escritório, secretárias, recepcionistas, operadores de máquinas automáticas, datilógrafos, telefonistas.
14. Administração e supervisão
Assistente administrativo, encarregado administrativo, praticistas/viajantes, auxiliar administrativo, caixas, auxiliar de contabilidade, almoxarifes, expedidores, técnico em energia elétrica, técnico em contabilidade, inspetor de qualidade, mestres de construção civil, inspetor de departamento de transportes, fiscais de tributos, outros mestres, técnico em administração, técnico de transformação, corretor de imóveis, outros agentes corretores, telégrafos/rádio/telefone.
15. Técnicos e artistas
Praças das forças armadas, professor de 1ª à 4ª série, enfermeiros não-diplomados, professor de 2º grau, professor de 5ª à 8ª série, contadores, desenhistas, analistas de sistema, programador de computador, professor de pré-escolar, técnico de esportes, oficiais/praças/bombeiros, enfermeiros diplomados, orientador de ensino, técnicos químicos, operador de equipamentos médicos, assistentes sociais, comissário de bordo, investigador de polícia, técnicos em edificação, químicos, psicólogos, inspetor de alunos.
16. Dirigentes
Administradores e gerentes no comércio, empresário na indústria de transformação, outros administradores, oficiais das forças armadas, empresário da construção civil, administrador de transportes, hotelheiro/dono de pensão.
17. Profissionais liberais
Advogados, engenheiros, médicos, professor superior, religiosos, dentistas, arquitetos, procuradores etc.

(*) Por Nelson do Valle Silva e Neuma Aguiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGIER, Michel (1990). "Espaço urbano, família e *status* social. O novo operariado baiano nos seus bairros". *Cadernos CRH* (13):39-62.
- (1990a). "Lógica da diferenciação social. Notas sobre as trajetórias profissionais do novo operariado baiano". *Cadernos CRH* (12):97-109.
- (1992). "Etnopolítica — a dinâmica do espaço afro-baiano". *Estudos Afro-Asiáticos* (22):99-115, set.
- AGUIAR, Neuma (1994). *Rio de Janeiro plural: um guia para políticas sociais por gênero e raça*. Rio de Janeiro, Ed. Rosa dos Ventos/luperj. (Neste livro, o texto anterior está reproduzido com modificações.)
- AGUIAR, Neuma e VALLE E SILVA, Nelson do (1992). "Categorias ocupacionais por sexo e cor no Rio de Janeiro: 1988". Mimeo.
- AZEVEDO, Thales de (1955). *As elites de cor, um estudo de ascensão social*. São Paulo, Ed. Nacional.
- BASTIDE, R. e FERNANDES, F. (1959[1953]). *Branços e negros em São Paulo. Ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. São Paulo, Ed. Nacional (Coleção Brasileira, vol. 305).
- BERQUÓ, Elza (1991). "Como se casam negros e brancos no Brasil". In: LOVELL, Peggy (org.). *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte, Cedeplar/Face/UFMG, p. 115-20.
- BIRMAN, Patrícia (1990). "Beleza negra". *Estudos Afro-Asiáticos* (18):5-12.
- BOURDIEU, Pierre (1963). *Travail et travailleurs en Algérie*. Paris, La Haye, Mouton & Co, The Hague, and Maison des Sciences de l'Homme.
- (1974[1966]). "Condição de classe e posição de classe". In: AGUIAR, Neuma (org.). *Hierarquias em classes*. Rio de Janeiro, Zahar, p. 51-76.
- (1985). "L'illusion biographique". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (62-63):69-72, Juin.
- (1993). *La misère du monde*. Paris, Ed. Seuil.
- BOURDIEU, P. e BOLTANSKI, Luc (1975). "Le titre et le poste: rapports entre le système de production et de reproduction". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (2):95-106.
- CASTRO, Mary G. (1991). "Mulheres chefes de famílias, racismo, códigos de idade e pobreza no Brasil (Bahia e São Paulo)". In: LOVELL, Peggy (org.). *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte, Cedeplar/Face/UFMG, p. 121-59.
- DaMATTA, Roberto (1986). *O que faz do Brasil, Brasil?*. Rio de Janeiro, Ed. Rocco.
- (1987). *A casa & a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara.
- (1988). "Introdução. Brasil & EUA; ou, as lições do número três". In: SACHS, Viola et alii. *Brasil & EUA. Religião e identidade nacional*. Rio de Janeiro, Ed. Graal, p. 11-27.

- _____ (1991[1987]). "Digressão: a fábula das três raças ou o problema do racismo à brasileira". In: DaMATTA, Roberto. *Relativizando. Uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro, Ed. Rocco, p. 58-85.
- ESSED, Philomena (1993). *Understanding everyday racism. An interdisciplinary theory*. Newbury, Park, London, New Delhi, Sage Publications.
- ETTER-LEWIS, Gwendolyn (1991). "Black women's life stories: reclaiming self in narrative texts". In: GLUCK, Sherna & PATAI, Daphne (eds.). *Women's words. The feminist practice of oral history*. New York, Chapman & Hall, p. 13-41.
- FERNANDES, Florestan (1974[1965]). *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Ed. Ática (2 vols.).
- _____ (1968). "Mobilidade social e relações raciais. O drama do negro e do mulato numa sociedade em mudança". *Cadernos Brasileiros*, X(47):51-67. Rio de Janeiro. (Este mesmo artigo foi editado em 1972 — *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo, Ed. Difusão Européia do Livro.)
- FIGUEIREDO, Ângela (1994). "O mercado da boa aparência: as cabeleireiras negras". *Análise & Dados*, 3(4):33-36, mar.
- FREYRE, Gilberto (1951[1936]). *Sobrados e mucambos. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro, José Olympio (3 vols.).
- FRY, Peter (1975). "Soul, food e feijoada". *Ensaio de Opinião* (4):45-7.
- GINZBURG, Carlo (1993[1976]). *O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo, Ed. Schwarcz.
- GOFFMAN, Erving (1970[1967]). *Ritual de la interacción*. Buenos Aires, Tiempo Contemporaneo.
- GRANOVETTER, Mark S. (1974). *Getting a job. A study of contacts and careers*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.
- GUIMARÃES, A. S. (1993). "Operários e mobilidade social na Bahia; análise de uma trajetória individual". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 22(8):81-97. Anpocs.
- GUIMARÃES, A. S. e AGIER, M. (1990). "Identidades em conflito. Técnicos e peões na petroquímica da Bahia". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (13):51-68. Anpocs.
- HASENBALG, Carlos (1979). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Edições Graal.
- _____ (1991). "Notas sobre a pesquisa das desigualdades raciais e bibliografia selecionada". In: LOVELL, Peggy (org.). *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte, Cedeplar /Face/UFMG, p. 263-79.
- HASENBALG, Carlos; LIMA, Marcia; e VALLE E SILVA, Nelson do (1995). "Os números da cor". *Boletim Estatístico sobre a Situação Econômica dos Grupos de Cor no Brasil e em suas Regiões*. Rio de Janeiro, Centro de Estudos Afro-Asiáticos.
- LENOIR, Remi (1990). "Objet sociologique et problème social. Initiation à la pratique sociologique". In: CHAMPAGNE et alii. *Initiation à la pratique sociologique*. Paris, Dunod, p. 55-99.
- LOVELL, Peggy A. (1989). "Racial inequality and the Brazilian market". Tese de doutorado em filosofia, University of Florida.

- _____ (1992). "Raça, classe, gênero e discriminação salarial no Brasil". *Estudos Afro-Asiáticos* (22):85-98, set.
- MARTINEZ-ALIER, Verena (1973). "Cor como símbolo de classificação social". *Revista de História* (96):453-72. São Paulo, USP, out.-dez.
- NOGUEIRA, Oracy (1985[1954]). "Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem (sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil)". In: NOGUEIRA, Oracy. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo, T. A. Queiroz Editor Ltda.
- OLIVEIRA, Lucia Helena G. de et alii (1981). *O lugar do negro na força de trabalho*. Rio de Janeiro, FIBGE.
- PIERSON, Donald (1971[1942]). *Branco e pretos na Bahia. Estudo de contato racial*. São Paulo, Ed. Nacional (1ª ed., Estados Unidos, 1942).
- RAMOS, Guerreiro (1954). "O problema do negro na sociedade brasileira". *Cadernos do Nosso Tempo* (2):207-15.
- REZENDE, Cláudia B. (1995).
- ROSALDO, Renato (1989). *Culture & truth. The remaking of social analysis*. Boston, Beacon Press.
- SAHLINS, Marshall (1979). *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro, Zahar Ed.
- SCHWARCZ, Lilia M. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo. Cia. das Letras.
- SANSONE, Livio (1992). "Cor, classe e modernidade em duas áreas da Bahia (algumas primeiras impressões)". *Estudos Afro-Asiáticos* (23):143-73, dez.
- SILVA, P. C. da (1993). "Negros à luz dos fornos: representações de trabalho e da cor entre metalúrgicos da moderna indústria baiana". Tese de mestrado em ciências sociais, Universidade Federal da Bahia, mimeo.
- TELLES, Edward E. (1994). "Industrialização e desigualdade racial no emprego: o exemplo brasileiro". *Estudos Afro-Asiáticos* (26):21-51, set.
- VALLE E SILVA, Nelson do (1994). "Uma nota sobre 'raça social' no Brasil". *Estudos Afro-Asiáticos* (26):67-80, set.
- VALLE E SILVA, Nelson do e RODITI, Déborah (1988[1986]). "Et plus ça change... Tendências históricas da fluidez social no Brasil". In: HASENBALG, Carlos e VALLE E SILVA, Nelson do. *Estrutura social, mobilidade e raça*. Rio de Janeiro, Ed. Vértice/Iuperj, p. 95-114.

SUMMARY

Carioca women workers: laborious interpretations of racial condition

Some work histories in the urban labor market of Rio de Janeiro are analyzed in this text. This last is part of wider research centered on the social constitution of race and gender inequality in the

labor domain. Those histories have been chosen from many interviews carried out between 1992 and 1995 with people belonging to different categories of both male and female workers, from

domestic to white collar workers, according to "race" (or color).

The anthropological *démarche* has consisted in the comparison of personal histories based on the deconstruction of the labor market loci "naturally" associated with "black", "white" and "brown" individuals. The interviews, with

their narrative specificities, are like compasses providing orientation in a territory whose borders are never rigidly demarcated. In this way, the text has the form of a guiding essay meant to produce interpretative hypothesis and construct an object through its exploration.

RÉSUMÉ

Ouvrières 'cariocas' * : interprétations laborieuses de la condition raciale

Quelques trajectoires occupationnelles du marché de travail urbain à Rio de Janeiro font l'objet d'analyse de ce texte, comme partie d'une recherche plus ample qui a comme thème central la construction sociale des inégalités raciales et de genre dans le monde ouvrier. Ces trajectoires ont été choisies à partir d'un vaste univers d'entrevues réalisées entre 1992 et 1995 avec des gens appartenant à des différentes catégories d'ouvriers et ouvrières, depuis les employés domestiques aux professionnels libéraux, selon la "race" (ou la couleur).

La démarche anthropologique a consisté dans la comparaison des trajectoires à partir de la destruction des lieux de marché de travail "naturellement" attribués aux individus: 'noirs', 'blancs' ou 'métis'. Les entrevues, avec leurs particularités narratives sont, d'autre part, comme des boussoles qui orientent dans un territoire dont les frontières ne sont presque jamais strictement délimitées. En raison de ceci le texte a un format d'essai-pilote destiné à produire des hypothèses interprétatives, en construisant l'objet à travers sa propre exploration.

* Carioca: habitant de Rio de Janeiro.

Espaço, lazer, música e diferença cultural na Bahia*

Ari Lima**

**Extraído da dissertação de mestrado "A estética da pobreza. Música, política e estilo", apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da UFRJ.*

Recebido para publicação em dezembro de 1996.

***Pesquisador do projeto S.A.M.B.A (Sócio-Antropologia da Bahia), Programa A Cor da Bahia.*

Neste artigo, propõe-se discutir como, nos últimos 20 anos, na Bahia, a despeito de uma tendência de homogeneização de práticas culturais de segmentos negros diversos, movimentos musicais diferentes foram responsáveis por novas clivagens, individuais e coletivas, no desenvolvimento de uma negritude baiana e, portanto, de um outro cultural. Acontecimentos importantes apontam para isso, destacando-se a aceitação, pelo senso comum, inclusive, de que "negro é lindo"; uma visibilidade maior alcançada pelos instrumentos percussivos nos trios elétricos e nos palcos, quase sempre tocados por negros; a proliferação de bandas musicais, grupos de pagode ou de samba direcionados para a mídia; a profissionalização de músicos; e o surgimento de ídolos negros com perfis diferenciados. O Ilê Aiyê, primeiro bloco afro-carnavalesco da Bahia, surgido em 1974, e o Olodum, criado em 1979, são os dois referenciais que orientam o tratamento dessa questão, desenvolvida através da reflexão sobre alguns aspectos fundamentais que condicionaram o perfil da banda Timbalada, surgida no Candeal Pequeno, em 1992.

Palavras-chave: negritude baiana; tradição e modernidade baianas; identidade étnica; democracia racial.

Nos últimos 20 anos, tomando-se o bloco afro-carnavalesco Ilê Aiyê como referência, pode-se dizer que o recrudescimento da disputa pela demarcação étnico-racial de espaços na cidade de Salvador, durante o Carnaval, proporcionou a importantes segmentos da juventude negra baiana¹ uma consciência, ainda que razoavelmente difusa, de sua importância na definição de um *status* e de um *ethos* para a cidade (Risério, 1981; Moura, 1987; Bacelar, 1989; Uzel, 1991; Godi, 1991; Moraes, 1991; Alves, 1995). No universo estético, poderíamos citar pelo menos duas significativas alterações. A primeira delas seria a aceitação pelo senso comum, inclusive, de que "negro é lindo". Isso resultou no desenvolvimento de técnicas de manipulação e valorização de traços fenotípicos que marcam sobremaneira os negros. Os novos usos do cabelo é a ilustração definitiva disso (Figueiredo, 1994).

Outra significativa alteração seria a visibilidade alcançada pela percussão tanto em ritmos elétricos quanto nos canais de informação baianos. Isso significou uma nova perspectiva para percussionistas baianos autodidatas, na grande maioria negro-mestiços, muitas vezes restritos a tocar em terreiros de candomblé, em sambões ou batucadas de finais de semana. Daí que a forma musical local se alterou, assim como até mesmo os músicos negros — aos quais os instrumentos tendem a ser naturalmente associados — ampliaram o interesse pela percussão. Foi dado também impulso muito importante ao mercado de música na Bahia, com o surgimento de vários estúdios de gravação e empresas produtoras de eventos musicais e de artistas. Tomaram a cena musical muitas bandas — Aiyê, Olodum, Araketu, Reflexu's, Timbalada, Marreta, Bragadã, entre outras — e em seguida grupos de samba ou de pagode — Gerasamba, Companhia do

Pagode, Terra Samba, Legião do Samba, entre outros —, bastante dedicados à execução e à produção de música através de instrumentos percussivos, embora o teclado tenha se tornado instrumento importante na definição de uma nova sonoridade.

Tudo isso influenciou o desenvolvimento de novas clivagens, tanto individuais quanto coletivas, no quadro dos movimentos de negritude baianos. A propósito, Agier (1992) já analisava os movimentos afro-baianos nos anos noventa sob três dimensões. Na primeira delas, o autor considera que esses movimentos são produto de relações sociais racializadas. Na segunda, afirma que eles remetem a um espaço social urbano que, embora não seja fechado, pode ser identificado. Na terceira, reconhece que eles também se constituem como um processo de busca de um ser diferente (*o ser negro*), redefinidor de sua cultura. Essa última dimensão interessa, de fato, aos efeitos deste artigo.

Agier rememora que o primeiro *status* do negro no Brasil foi o de escravo, ser invisível politicamente, sem privilégios de cidadão. Os escravos elaboravam então sua identidade social na relação com o senhor. Desse modo, maiores ou menores regalias individuais ou coletivas dos escravos eram correspondentes a sua obediência ao seu devido lugar. Assim, ainda que a política de embranquecimento do início do século favorecesse a miscigenação racial, a causa dessa política é a idéia de que o negro nunca deixou de ser desonesto, irresponsável, preguiçoso, feio, incapaz de raciocinar e, de forma prejudicial, devotado à festa.

Além disso, e sobretudo, o negro escravo era também considerado perigoso pelo senhor branco. De fato, estava invisível na lei que previa direitos sociais, não possuía formalmente garantidas as liberdades de opinião e de deslocamento, mas era bem visível no que dissesse respeito a deveres e atri-

buições, além de ser um elemento fundamental para a manutenção do sistema político-econômico vigente. A propósito, João Reis (1987) prova como o Levante dos Malês, em 1835, uma das últimas revoltas de negros escravos na Bahia, ameaçou a hegemonia dos senhores brancos e o sistema escravocrata. Contra a revolta dos pretos africanos que lideraram o levante, em meio a uma crise econômica, ricos e pobres se uniram no interesse de manter a escravidão.

Status de escravo/negro significava então muitos deveres, limitações e regalias negociadas. Os termos da negociação tanto se aprendiam no contato com o senhor, identidade polar, no eito ou na vida doméstica, quanto nas formas de sociabilidade desenvolvidas entre os próprios negros. Nesse sentido, a reelaboração da ancestralidade numa sociedade em que as linhagens (Bastide, 1985) se perderam assim como a potencialização de uma sensibilidade voltada para a música foram estratégias de socialização sob medida. Aliás, essas estratégias acabavam por dividir os negros, embora possibilitassem o fortalecimento de uma identidade étnica contra aquela do senhor branco. Dessa maneira, a invisibilidade enfatizada por Agier, termo da lei, de fato, era bastante relativa. Certamente, desde então, já estava em jogo a reelaboração, em várias perspectivas, do ser diferente, o *ser negro*, redefinidor de sua cultura.

O movimento negro baiano, desse modo, permanecendo em um universo de relações sociais racializadas, operou a inversão da auto-imagem do próprio negro. Com isso, o termo *negro* se tornou uma bandeira de pretos e mestiços envolvidos no movimento de aceitação de seus traços fenotípicos. Reinvertiu-se também o significado da palavra *raça*, que passou a ser elogio às qualidades físicas, mentais e artísticas da *raça negra*.

A dificuldade, nesse caso, vista por Agier é que a reinversão ou a invenção do negro *para si* sofre uma dificuldade de adesão num quadro em que identidades e fronteiras já foram delimitadas pelo sistema de dominação racial e em que exclusão e segregação se combinam de maneira difusa e não-confessa com integração e dominação. Desse modo, a identidade negra, "identidade pseudo-racial", vergonhosa no interior da ordem social e política, precisou se referir a outras dimensões, tais como a religiosa e a estética, para poder construir um espaço etnopolítico próprio.

Apesar das divergências, reconhecidas pelos sujeitos negros, inclusive, Agier observa a existência de homologias formais necessárias à elaboração de identidades contrastivas, seja no campo político, seja no do trabalho, da religião ou da cultura. Essas homologias dizem respeito a três princípios estruturadores e autonomizadores desse espaço, quais sejam, a segmentação, a genealogia e a pureza. A segmentação diz respeito à unidade da representação social, à institucionalização de um caráter étnico. A genealogia é o quadro lógico que permite a operação da segmentação e a definição de uma linha de pureza. Por fim, a pureza é a noção que opera tanto em trajetórias individuais, psicológicas e filosóficas quanto na constituição e funcionamento político do espaço afro-baiano, aí se constituindo a pureza à medida do poder, presente nas relações internas e externas desse universo.

Esse movimento constrói, então, uma referência social e política para o negro reconhecida e identificada na sociedade global. Aquele que era até então objeto de racismo e discriminação social se torna um novo sujeito etnopolítico. O grande problema observado por Agier, para todo esse movimento, é saber se o negro, discriminado social e racialmente, é de fato um *outro* cultural.

Nesse sentido, acredito que uma questão relevante, colocada em segundo plano ou até esquecida, deflagadora ou atenuadora de divergências ideológicas entre os diversos movimentos culturais afro-baianos, é que, para uma grande massa de jovens e adolescentes negro-mestiços, tão apelativos quanto os discursos de fomentação de consciência étnico-racial podem ser também a imediata e inequívoca possibilidade de entretenimento e lazer oferecida por esses movimentos e a perspectiva de ascensão e anulação da condição prevista quando se tomam mais ou menos sensíveis ao discurso, mas sobretudo ao estetismo espetacularizado produzido no interior desses movimentos.

Movimentos negros e novas identidades

Sansone (1991, 1993 e 1994) bem observou como jovens negros instrumentalizam o discurso étnico reconhecido socialmente na Bahia. Ele se refere a uma nova identidade negra, tanto quanto qualquer outra relacional, que transcende os laços emocionais, os limites sociopolíticos a que estavam submetidas as gerações anteriores, assim como as formas tradicionais de socialização baseadas em "homologias formais". Essa nova identidade negra é transnacional, espetacularizada, marginal e integrada na cidade, de consumo rápido, propagada através de meios técnicos, uma vez que se comunica com a simbologia da moderna indústria cultural e tem um apelo musical no *rap*, no *funk* ou na música baiana afro-carnavalesca.

Para os movimentos negros, é um desafio ainda maior constituir um *outro* cultural homogêneo, mesmo que esse *ser diferente*, negro, passível de reconhecimento social, seja corroborado em um contexto de relações sociais racializadas. Em que pese o fato de

os mais importantes movimentos musicais baianos dos últimos 20 anos (Ilê Aiyê, Olodum e Timbalada)² terem, por exemplo, surgido e estarem intimamente vinculados a comunidades de negros da cidade de Salvador — e, portanto, terem sustentação numa construção simbólica tanto quanto estrutural, em que relações sociais são repositórios de significados para seus membros e não mecânicas ligações (Conzen, 1990) —, cada uma delas é rearranjada de modo que sustente determinados aspectos de um *outro* cultural e social, negro, na cidade de Salvador.

Entre o Ilê Aiyê, o Olodum e a Timbalada acontece claramente a coincidência de homologias formais. A música enfaticamente percussiva, o trabalho de desenvolvimento de auto-estima com os músicos das bandas, a eleição de valores simbólicos e míticos, o vínculo comunitário são alguns exemplos. Há, contudo, alguns desvios de concepção e de atuação. No Ilê Aiyê e no Olodum, as *performances* individuais dos músicos são menos valorizadas. Há maior preocupação com a proteção do nome ou com a imagem da banda. Na Timbalada, os vocalistas, em primeiro lugar, e depois os músicos que tocam timbaus³ têm maior visibilidade que os outros músicos da banda, visto que ela incorporou mais ampla variedade de instrumentos de percussão.

O método de composição que caracterizou o Ilê Aiyê e o Olodum foi a tradução musical de apostilas com dados históricos sobre culturas negras na África e nas diásporas, formando nos dois grupos a ala dos compositores. Na Timbalada, qualquer músico pode compor e ter sua música executada e gravada em disco pela banda. Não existe um fórum aberto e institucionalizado para a seleção de canções. Acontece de Carlinhos Brown, o criador da banda, ouvir e coletar composições daqueles que o abordam.

Além disso, se existe na Timbalada um lugar valorizado como origem mítica, esse lugar não é um espaço sagrado ou racialmente marcado, como no Ilê Aiyê, que se apropria do terreiro de Mãe Hilda, no bairro do Curuzu, e dos africanismos. Não é também um lugar de afirmação da história baiana ou nicho outrora amplamente estigmatizado como *habitat* de marginais, prostitutas e travestis e que foi revalorizado com a explosão do Olodum, como é o caso do Maciel-Pelourinho, no centro histórico de Salvador. A Timbalada é do Candeal Pequeno.⁴ Uma comunidade por excelência onde estão em evidência o local, a experiência mais concreta e direta com a realidade cotidiana, seus humores e dissabores, os laços fraternos consangüíneos e de simpatia.

Por fim, a Timbalada se desvia dos outros dois grupos na compreensão e definição de estratégias políticas contra a marginalização e a segregação racial. Tanto o Ilê Aiyê quanto o Olodum têm um discurso confrontativo e claro contra a discriminação racial. O Ilê enfatizou a *marca* do negro, criou um *mundo negro* que já foi restrito inclusive a mestiços, utilizando a tradição afro-baiana como ideologia e mito (Cunha, 1986). O Olodum, com seu discurso multirracial, explorou o valor simbólico e econômico da cultura afro-baiana e, numa postura mais ecumênica, disseminou sua luta anti-racista para um público mais amplo, em circuitos mais amplos, correndo o risco de perder o controle e fragilizar o conteúdo dessa luta. Diferentemente do Ilê, enfatizou a *origem* negra baiana. Nesse caso, é negro quem se reconhece, é reconhecido ou quer ser reconhecido como tal (Cunha, 1986).

A Timbalada, por outro lado, enfatiza a *pessoa do indivíduo*. Aquele ao mesmo tempo preso à totalidade social, submetido ao poder hierárquico, comprometido com a coletividade, mas com poder de decisão e esco-

lha, portador de emoções e sentimentos individualizáveis, capaz de reescrever ou interferir em seu destino (DaMatta, 1978). Assim, na Timbalada os músicos se submetem à autoridade do *mestre* Carlinhos Brown, cérebro da banda, e dos instrutores; são induzidos a respeitar as figuras ilustres do Candeal Pequeno, *mestres* de Carlinhos Brown; prezam tal lugar, mas também são educados de modo a buscar a sofisticação da produção musical, da pessoa do músico, do exercício e da autoconcepção artística. Ao invés de se pesquisarem culturas africanas, pesquisam-se ritmos musicais difundidos na Bahia. A música da banda é para consumo de brancos, pretos, mestiços, pobres e ricos.

Assim, se com o Ilê Aiyê a comunidade do Curuzu nos restitui a África, com o Olodum a comunidade do Maciel-Pelourinho nos apresenta os elementos para um projeto de cidadania do negro, enquanto com a Timbalada a comunidade do Candeal Pequeno, numa ação refluxa, restitui-se a si mesma através do evidenciamento do cotidiano do local na mídia, da importância simbólica de laços consangüíneos locais — a genealogia e a pureza —, mas também de laços de simpatia e de um estado político difuso. Isso porque os discursos de negritude do Ilê Aiyê, do Olodum ou de outros movimentos negros atingem a Timbalada tangencialmente e tal não é colocado como questão propulsora na banda.

Candeal Pequeno, um território afro-baiano

No Candeal Pequeno, além das aventuras e aquisições dos timbaleiros, da “figura do Brau” — como o músico Carlinhos Brown, às vezes, é referido no local —, existe uma convicção nem sempre explicitada, porém tácita: qualquer um se sente autorizado a

falar sobre e afirmar que o Candeal Pequeno é o melhor lugar do mundo. Outro tema mais restrito e intrigante é a informação de que o Candeal foi propriedade de uma família de negros africanos livres que teriam vindo para a Bahia em busca de parentes expatriados. Além de posses, esses africanos teriam trazido consigo uma pedra de Ogum,⁵ velada até hoje, discretamente, por alguns moradores locais, que são apontados e se reconhecem descendentes diretos desses negros peregrinos.

Muniz Sodré (1988), em um esforço para compreender a forma social do negro no Brasil, desenvolve as noções de “patrimônio” e “territorialidade”, as quais, acredito, são bastante úteis no caso em questão. É importante notar, entretanto, que Muniz Sodré faz uma articulação tomando como referência fundamental a comunidade de terreiro de candomblé, desenvolvida na Bahia já no século XIX, Casa Branca, Axé Ilê Iya Nassô Oká, geradora de duas importantes dissidências, o Ilê Oxossi, mais conhecido como candomblé do Gantois, e o Axé Opô Afonjá.

Etimologicamente, patrimônio diz respeito ao conjunto de bens que se herda do pai (*pater, patri*),

mas é também uma metáfora para o legado de uma memória coletiva, de algo culturalmente comum a um grupo (...). O termo tem sido utilizado, entretanto, como categoria sociológica que incorpora um conjunto de particularidades atuantes na aquisição e transmissão da riqueza e do poder. A noção de patrimônio abrangente, assim, tanto bens físicos (uma loja, uma fazenda, dinheiro etc.) quanto a competência técnica ou o “lugar social” que conquistam determinadas famílias ou grupos. Não se pode compreender a lógica patrimonialista por critérios econômicos, uma vez que aí se entrecruzam

determinantes étnicos, políticos, simbólicos. (Sodré, 1988, p. 50.)

Sodré concebe então patrimônio, qualquer patrimônio, como

um território, pois delimita, na sociedade, um grupo distinto. É a lei desse grupo, e não qualquer critério de caráter universal, que determina a transmissão de bens econômicos ou de recursos (técnicos, simbólicos) no interior de uma comunidade específica, com traços autônomos. (1988, p. 50.)

Expatriados os negros, em grande medida destituídos do direito de posse da terra, território físico, sua memória coletiva se afirmou no Brasil como recurso político-mítico-religioso de preservação e permanente reterritorialização.

Assim, o Candeal Pequeno é um lugar que pode então ser definido como um território afro-baiano, “lugar marcado por um jogo, com sistemas de regras e movimentação humana do grupo, horizonte de relacionamento com o real”, suporte não só para dados e códigos de ancestrais africanos, mas também da ordem social vigente. Entretanto, a segmentação, a genealogia e a pureza ganham representatividade no Candeal, na medida em que “os de fora” reconhecem a importância desses dados como instituidores da unidade afro-baiana desse lugar e essa unidade é elemento constitutivo de uma personalidade de prestígio, gerada localmente, o músico Carlinhos Brown. Desse modo, o que era outro dentro do Candeal se transforma em mesmo, sobrecarrega-se de sentido. Tradição vira, novamente, ideologia e mito (Cunha, 1986).

Até ser amplamente referido na imprensa, reiteradamente cantado por Carlinhos Brown e timbaleiros, o Candeal Pequeno era estigmatizado por moradores de outras re-

giões de Brotas como “Ilha do Sapo”. Ou seja, local de brejo, de gente feia, repugnante e/ou temível. Entretanto, para os moradores mais antigos, até mesmo os prováveis descendentes dos africanos peregrinos, é recorrente no discurso a remissão a um passado mais remoto de infância pobre, alegre, em que se brincava no mato, matava-se a fome com a abundância das espécies frutíferas do Candeal, e a referência cronológica era o calendário das festas populares de Salvador. Eram nessas circunstâncias que se faziam os maiores deslocamentos, quando então, acompanhados dos pais, os mais jovens se confrontavam com a cidade propriamente dita. Nessas ocasiões, a festa era um momento solene. Seu aspecto religioso, bastante enfatizado, era motivo de mobilização e congregação de todos. Para as gerações mais novas, essas festas, assim como a sincrética celebração de Ogum⁶ no Candeal, no seu aspecto religioso, têm bem menos importância, são lembranças imponentes, porém sem afeto. Alguns jovens afirmam, inclusive, terem estreado na festa do Bonfim, uma das mais importantes e famosas festas populares de Salvador, que ocorre em janeiro, como músicos, tocando na Timbalada na companhia não dos pais, mas do *mestre* Carlinhos Brown.

Acontece, então, que a comunidade organizou uma história sobre o Candeal para ser contada à mídia e aos pesquisadores. Uma história fragmentada no tempo, vaga, não documentada, que permite aos moradores contarem, enfim, as suas próprias histórias, normalmente ausentes dos anais historiográficos. Essas histórias contadas são seletivas, reinventadas:

Imersas em um universo de tradições ou em um conjunto de práticas e regras tácita ou abertamente aceitas de natureza ritual ou simbólica, inculcadoras de cer-

tos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. (Hobsbawn, 1984.)

No Candeal, essa continuidade é elaborada através da festa, melhor, da música.

Quem, afinal, já viu a pedra de Ogum? Quem, afinal, tem assegurada sua procedência da costa da África? Uma pequena minoria realmente confirma ser descendente direto dos fundadores do Candeal Pequeno. Mas, de fato, a veracidade da história disseminada sobre o local pouco importa para os moradores. Importa que a missa de Ogum seja mantida, que seja resgatada a alegria e a comoção coletiva que tanto a comemoração das datas do santo ou do Orixá quanto as serestas dos músicos locais, à luz da lua, proporcionavam.

No Candeal, reivindica-se uma história, uma tradição local, a partir de uma incursão no religioso. Essa incursão exige um remanejamento dos laços de parentesco. Carlinhos Brown, por exemplo, ao assumir, no ano de 1995, o patrocínio e o resgate da tradicional festa de Ogum, mobilizou sua própria família e os timbaleiros para uma tarefa que era originalmente atribuição de parentes consanguíneos dos fundadores do Candeal Pequeno. Desse modo, a tradição religiosa é motivo de reaglutinação, mas produto de uma atitude reflexiva engendrada pela música a partir do resgate do timbau não como instrumento religioso, mas sobretudo como célula-máter para a criação musical.

A modernização que se deu no país, movida por uma razão instrumental, desde a abolição da escravatura e da instauração e consolidação da República, restringiu, a uma maioria de negros, direitos de cidadania e a posse material da terra. Descontados, então, o saudosismo, a idealização de uma era pré-moderna e a ênfase no aspecto negativo da

razão (Rüdiger, 1991), pode-se recorrer a Michel Maffesoli (1984) para se afirmar que a comunidade de excluídos do Candeal gera uma forma social autônoma, uma "sociabilidade". Essa sociabilidade, vivenciada em um tempo e espaço locais, traduz o desejo de estar junto, o desejo de seguir coletivamente o caminho abrupto do destino.

Assim, o tempo e o espaço dos quais os moradores do Candeal se apropriaram são um território mítico, na medida em que está cristalizado na memória oral e/ou em um território do corpo "*relacionado com o espaço pessoal, com o próprio corpo e o espaço adjacente — essa é uma delimitação invisível do espaço que acompanha o indivíduo, sendo capaz de se expandir ou contrair-se de acordo com a situação e caracterizando-se, portanto, pela flexibilidade*" (Sodré, 1988, p. 37).

Modernidade e o alter-Carlinhos Brown

Gostaria, agora, de explorar melhor a idéia de um *outro* cultural não necessariamente contemplado pelos discursos mais gerais de constituição da diferença do negro na Bahia. Nesse sentido, elegi como signo de uma determinada alteridade o cantor, compositor e percussionista Carlinhos Brown.

Michel Foucault (1990) identificou, do século XVI até o século XVIII, a coexistência de dois universos de saber e depois a substituição de um pelo outro no mundo ocidental sob o domínio branco europeu. Primeiro, ele afirma que até o século XVI a semelhança se constituía, ou melhor, desempenhava um papel fundamental no saber da cultura ocidental. Toda linguagem era teatro da vida, espelho do mundo.

A semelhança era assinalada através das marcas de similitudes diversas, tais como a

conveniência, quando então os corpos se aproximavam e se distinguiam porque eram vizinhos. A emulação era uma espécie de conveniência a distância, como se a conveniência espacial tivesse sido rompida e os elos da cadeia, a distância, reproduzissem seus círculos. A analogia, por sua vez, era o resultado da superposição de conveniência e de emulação. A quarta similitude é a simpatia. Ela não resulta de qualquer contato predeterminado, nenhuma distância é suposta, nenhum caminho é encadeado. Ela é a assimilação da instância do mesmo, da mistura que tem o poder de acabar com as individualidades. No século XVI, a linguagem devia ser estudada como algo da natureza. Ela não era um conjunto de coisas independentes, uniforme e liso onde as coisas se refletiam num espelho para se enunciar e se imbricava com as figuras do mundo.

Foucault considera *D. Quixote*, de Cervantes, a primeira obra moderna. Ali, ele reconheceu um negativo do Renascimento. Desde então, a obra não é mais a prova do mundo, cessou a aliança entre a semelhança e os signos:

As similitudes decepcionam, conduzem à visão e ao delírio; as coisas permanecem obstinadamente na sua identidade irônica: não são mais do que o que são; as palavras erram ao acaso, sem conteúdo, sem semelhança para preenchê-las. (Foucault, 1990, p. 63.)

Daf que a semelhança entra na idade da desrazão e da imaginação. Nessa idade, a representação tem um poder obscuro de tornar novamente presente uma impressão passada, pela qual uma coisa pode aparecer como semelhante ou dessemelhante de uma precedente:

Esse poder de lembrar implica ao menos a possibilidade de fazer aparecer co-

mo quase semelhantes (como vizinhos e contemporâneos, como existindo quase da mesma forma) duas impressões, das quais uma, porém, está presente, enquanto a outra, desde muito talvez, deixou de existir. Sem imaginação, não haveria semelhança entre as coisas. (Foucault, 1990, p. 84.)

Essa descontinuidade funda, para Foucault, a modernidade. Featherstone (1991) diz que, do ponto de vista da teoria sociológica alemã do século XIX e do início do século XX, a modernidade é o contraste de uma ordem tradicional, o que implicou uma progressiva racionalização administrativa e política; a industrialização da economia; a formação de um mercado capitalista global; a urbanização; uma estética autoconsciente e reflexiva; a rejeição de uma estrutura narrativa em favor da simultaneidade e da montagem; uma exploração do paradoxal e do ambíguo, da incerteza da realidade e da noção de personalidade integrada.

No entorno disso, contemporaneamente, alguns autores têm lançado a proposta de que a modernidade está sendo substituída pela pós-modernidade. Essa idéia tem se disseminado tanto em setores acadêmicos quanto artísticos, na mídia e no interior de uma audiência de classe média. Vários dos traços que serviriam para distinguir o moderno reaparecem distinguindo o pós-moderno. E o curioso é que o pós-moderno aparece como conceito negativo com relação à modernidade.

De acordo com Featherstone, alguns autores, como Jameson (1984), relutam em conceber a pós-modernidade como uma nova época. Ao contrário, Jameson argumenta que o pós-moderno ainda é a repercussão da cultura dominante do terceiro grande estágio do capitalismo, o qual se originou após a Segunda Guerra Mundial. Já Lyotard (1984),

ainda segundo Featherstone, fala de uma sociedade ou de uma idade pós-moderna. Seu interesse específico é em torno dos efeitos da “computadorização da sociedade” sobre o conhecimento. Assim, o autor diagnostica uma perda de valor das grandes narrativas, substituídas por uma pluralidade de jogos de linguagem, assim como a substituição do universal pelo local.

Giddens (1991) prefere colocar essa discussão nos termos do que ele chama de “alta modernidade”:

Existem, obviamente, continuidades entre o tradicional e o moderno, e nem um nem outro formam um todo à parte; é bem sabido o quão equívoco pode ser contrastar a ambos de maneira grosseira. Mas as mudanças ocorridas durante os últimos três ou quatro séculos — um diminuto período de tempo histórico — foram tão dramáticas e tão abrangentes em seu impacto que dispomos apenas de ajuda limitada de nosso conhecimento de períodos precedentes de transição na tentativa de interpretá-las. (Giddens, 1991, p. 14.)

Canclini (1990) reconhece também a desordem ou diluição por que passam as concepções modernas. Entretanto, concebe factualmente um universo pós-moderno como uma problematização dos vínculos equivocados que o moderno formou com as tradições que quis excluir ou superar para se constituir. Para esse autor, a relativização pós-moderna de todo fundamentalismo ou evolucionismo facilita a revisão da separação entre o culto, o popular e o massivo, base sobre a qual o moderno ainda parece assentado, assim como permite a elaboração de um pensamento mais aberto que abarque as interações e integrações entre os níveis, gêneros e formas da sensibilidade coletiva.

Featherstone (1994) chama a atenção para o fato de que o mundo ocidental, pós-mo-

dermo ou altamente moderno, tem convivido com a intensificação de um fenômeno importante, como a globalização cultural. Ele fala em processos globais transnacionais que sustentam a permuta e o fluxo de mercadoria, de pessoas, de informações, de conhecimentos e imagens, dando origem a processos de comunicação que adquirem relativa autonomia em nível global.

Voltando às questões mais restritas desse artigo, Sansone (1994) e Banck (1994) têm alertado para a globalização de experiências culturais dos negros no Ocidente. A música se constituiu em um canal privilegiado disso. O *jazz*, o *funk*, o *rap*, o *reggae*, e o *samba-reggae* são produzidos e tocados em Nova Iorque ou Salvador. O que se pode notar é que os negros na América do Norte ou no Brasil, se estão inseridos na música de maneira tão enfática, têm restrita mobilidade no mercado de trabalho (no caso da Bahia, ver Bairros, 1988; Agier, 1994; Castro e Guimarães, 1994) e, excetuando a música, quase não são produtores artísticos e intelectuais. *Amar-gam*, em comparação com outros grupos raciais, maiores índices de evasão escolar, criminalidade, indigência e desemprego.

A música se torna realmente um caso de significativa relevância. Ela pode ser usada por um grupo para criar ou representar sua identidade. Pode ser também o que se faz na igreja, ouve-se num bar, canta-se em casa ou acompanha uma turma de jovens. A música pode também ser usada para se dizer o que se é, interpretar o que as pessoas são ou aquilo que uma comunidade aspira a ser. A dificuldade é determinar em que circunstâncias isso acontece e o que acontece com a música quando esses processos são desenca-deados (Seeger, 1992).

De fato, aí surgem aspectos que não são reduzidos pelo cognitivo e pelo ético. Uma boa tentativa de compreensão desse fenômeno é a produção do cineasta negro norte-ame-

ricano Spike Lee. Na produção de Lee, o gesto, a dança, o corpo, os limites de ação, a definição contrastiva de identidade no interior da cultura negra norte-americana, inclusive, são mostrados em consonância com a música produzida por negros dos Estados Unidos. A música possibilita a Lee uma especulação sobre elementos da vida dos afro-norte-americanos. Em seus filmes, a música chega a ter uma intensidade maior do que a dos próprios negros representados. Quer dizer, se os negros fracassam, resta a música.

De acordo com Paul Gilroy (1993b), a música afro-atlântica é uma experiência tanto ocidental quanto moderna. E mais: está ao mesmo tempo dentro e fora das convenções, pressuposições e regras estéticas que distinguem a modernidade. Esse, aliás, pode ser seu poder. Um elemento fundamental, tanto para a vinculação dos negros numa terra estranha quanto para a manutenção da existência. É através da música que os negros podem revelar uma autocompreensão.

Produto do deslocamento, do confronto, da troca e assimilação cultural, de "simplificações" e "enrijecimentos étnicos", Paul Gilroy vê a música nas diásporas como uma espécie de contracultura à sociedade moderna, que conferiu ao texto ou à estética da textualidade um caráter totalitário, declarando-o como um modelo de cognição para todas as formas de comunicação e interação social. Ao contrário, a música afro-atlântica seria um discurso filosófico que recusa, no Ocidente, a separação entre ética, estética, política e cultura.

Ainda que consideremos os recortes intrínsecos da música afro-atlântica-baiana, vamos encontrar, em vários momentos históricos, a unificação na expressão musical de ética, estética, política e cultura. Comparativamente, pode-se afirmar também que, enquanto a música clássica ocidental se tornou, no senso comum, inclusive, uma repre-

sentação da alta cultura, a música afro-atlântica passou a ser uma representação do popular na Bahia e no Brasil. Um aspecto importante na distinção entre as duas tendências musicais é que, ao passo que a primeira privilegia a interpretação mais fiel possível de signos escritos e decodificáveis, a segunda privilegia a improvisação ou a recomposição de dados formais e informais.

Se, para o músico clássico, está em jogo sua capacidade privada de revelar uma verdade, o controle do sentido elaborado pelo compositor, empenho tipicamente moderno, para o músico afro-atlântico o sentido existe, mas é potencializado pelo improvisado, pela repetição rítmica, que enseja, ao invés da contemplação, a dança individual e coletiva, a consciência do corpo (Sodré, 1983 e 1988).

Carlinhos Brown, portanto, é um daqueles músicos baianos, mas também espalhados pelo Brasil, que mal passou pela escola, autodidata, que aprendeu a tocar e compor observando outros e tentando reproduzir sons ouvidos e gravados na memória. Hoje, ele usufrui uma condição econômica confortável, tendo lançado, no primeiro semestre de 1996, seu primeiro disco solo, *Alfagamabetizado*, em todo o mundo, num grande esquema publicitário, através das multinacionais EMI Music e Virgin France. Se a música não aparecesse em sua biografia, se tivesse fracassado como artista, provavelmente Carlinhos Brown seria mais um negro pobre, semi-alfabetizado, deslocado dos privilégios modernos da sociedade brasileira.

O músico Carlinhos Brown é herdeiro e porta-voz de uma tradição musical oral que sobreviveu pela possibilidade de deslocamentos, de fluxos e refluxos. Entre o final do século passado e início deste, quando a elite intelectual e socioeconômica do país investiu na possibilidade de modernização e civilização do país, o limite para tal empreitada era banir ou permitir sob concessões a expressão

das tradições negras, notadamente a música negra "primitiva" e "retardatária do processo civilizatório" (Pereira, 1994). Nos interstícios, essa música pôde permanecer fazendo uso de seu poder descontínuo de lembrar e evocar sentidos através do corpo, que executa e dança. Isso pode ser tanto moderno quanto altamente moderno, mas é sobretudo constitutivo.

Quando Antonio Carlos Santos Freitas se inventa como o artista Carlinhos Brown, reconhecemos de imediato a inclusão de exterioridades em seu novo nome. Entre os anos sessenta e setenta, nos Estados Unidos, em outros países do mundo ocidental e em alguns periféricos também, como o Brasil, jovens brancos de cultura universitária expressaram uma contestação muito vigorosa à ordem política e econômica e à racionalização proposta pela modernidade. Foi o tempo do chamado movimento contracultural, que produziu *hippes*, *roqueiros*, *exilados políticos*, *mulheres liberadas* e *gueis* politizados (Pereira, 1986).

De outro lado, foi também o momento de eclosão do *Black Power* norte-americano, quando a canção "Soul power", de James Brown, o "*brother number one*", tornou-se um hino e a frase "*I am somebody*" um *slogan* da juventude negra rebelde. São reconhecidas as influências recíprocas que os dois níveis de contestação sofreram. A contracultura foi simpática a todo movimento que tivesse um caráter contestatório ao sistema vigente e especialmente ao *Black Power* na sua luta por direitos civis para os negros, primeiro nos Estados Unidos e em seguida em outros países, como o Brasil. O jovem branco de classe média norte-americano criou um estilo de expressão claramente influenciado pelo estilo dos negros dos Estados Unidos expostos à violência, sem perspectiva de futuro predeterminado, cuja experiência sensorial era significativamente de-

envolvida na rua. Os negros, por sua vez, encontraram um momento propício para a elaboração de um movimento estético, mas com perspectiva política, esperançoso de um futuro sem desigualdades raciais, com emprego, comida, moradia e escola.

Acredito que tivemos, já naqueles anos, uma revisão da separação entre culto, popular e massivo; uma revisão, ainda que em sentido restrito, de formas de sensibilidade e de conhecimentos coletivos. Carlinhos Brown é um ícone contemporâneo de tais clivagens. Sua música revela interesse fundamental por um possível sentido para os sons e imprime um ritmo revitalizador, mas também deslegitimizador do nexos das palavras vulgarizadas em seu *habitat* original, o Candeal Pequeno, tanto quanto daquelas eruditas de alta cultura.

Sobre James Brown, Carlinhos Brown diz "que não entendia nada do que ele cantava, mas entendia sua dança, arrastando-se, como se fosse um dribble social, usando o corpo como movimento". Isso nos remete novamente a Muniz Sodré, quando se refere ao território do corpo na cultura afro-brasileira de terreiro. Várias vezes, em entrevistas, descrevendo o passado bucólico do Candeal, o acesso limitado à escola, afirmando ter aprendido a entrar e sair dos espaços — que um negro pobre não costuma frequentar —, ainda que subliminarmente, Carlinhos Brown acentua a sua origem de classe e um *ethos* da pobreza que conheceu. A música, o "Soul Power", que carrega no nome que ele mesmo adotou para si, permite-nos interpretar que ocorre, nesse caso, a elaboração de uma identidade, mas sobretudo de negro pobre, enquanto submetido à pobreza material. Em oposição à identidade de "negro *soul*", ele elaborou a identidade de pobre *soul*. Carlinhos Brown e sua música é a pobreza negra baiana desenvolvida "a facão". Sua crítica social não se articula através de um

argumento de base racial, não reproduz uma ideologia diacrítica.

O Carlinhos Brown, pobre *soul*, é aquele que, através de um estilo *mix*, deslumbra a mídia, deglute o *funk*, o *rap*, o rastafári, o afro, o brega, o *rock*, o político e o estético vulgar e culto. É aquele capaz de recuperar informações através de sua memória musical, de reciclá-las em fluxos *midiáticos*. É aquele veloz que transforma suas aparições em fenômenos adequados à lógica dos meios de comunicação, garantindo sua permanência ao devolver, toda remota e espetacularizada, a informação que lhe atinge através daquilo que parece ser, para a mídia e se torna para o público, *primitivo*, *tribal*, *étnico*: o som percussivo, a dança de negros.

Conclusão

Procurei neste artigo frisar como as homologias formais desveladas por Agier podem ser reutilizadas para elaborar uma nova identidade étnica (Sansone, 1991) contrastiva no interior dos próprios movimentos afro-baianos. A música, nesse caso, reproduz territórios afro-baianos, formas dinâmicas de uso do corpo e de referenciais étnicos e possibilita a emergência de um *ser negro*. Carlinhos Brown não é uma liderança política propriamente dita. Nem se coloca como tal. Como uma "exterioridade tutelar" (Pereira, 1994), emite, porém, opiniões sobre a política e não se constringe em estar publicamente ao lado de políticos que a esquerda negra renega ou a direita branca despreza. Ele é um *ser negro diferente*, baiano na medida da precariedade de seu discurso político, em sua irônica, arrogante e confusa verbosidade. Ao rejeitar a polaridade negro *versus* branco, reifica sua condição de mestiço, coloca-se no interminável debate sobre as raízes do Brasil, atualiza o mito da democracia racial no país que ele imagina "verde anil amarelo cor-de-rosa

e *carvão*”, como escreveu em uma das canções do seu disco *Alfagamabetizado*.

Carlinhos Brown registra também uma nova descontinuidade da música produzida na Bahia, tipicamente moderna ou altamente moderna. Quando então o improvisado, a incerteza da realidade, a auto-reflexividade, a simultaneidade de narrativas, a citação e a racionalidade convivem em uma mesma ordem, em um mesmo homem como similitudes simpáticas.

Através da música, o artista, o autor Carlinhos Brown se inclui definitivamente na modernidade, realizando uma *imaginação* da tradição afro-baiana. Em entrevistas, Carlinhos Brown afirmou que transformava o seu

ódio, a sua vingança, em música. Como “poeta do concreto”, propõe a si mesmo sustentar o papel alegórico de restaurador de semelhanças subterrâneas — a história do Candeal Pequeno, do Carnaval baiano, da música baiana, sua história pessoal sem palavra e sem discurso. Galvanizador de idéias, sons, ritmos, palavras, é interessante como ele retorce as palavras, de modo quase infantil, na tentativa de representar impressões, informações ou conhecimentos fincados basicamente em sua memória afetiva. Isso significa potencializar a música em toda a sua capacidade expressiva, transformá-la em argumento daquele que, a rigor, “não sabe falar” ou não consegue “ler legal”.

NOTAS

• Agradeço a Milton Moura, amigo e colega no Projeto S.A.M.B.A., os comentários e sugestões à primeira versão deste artigo.

1. No que diz respeito à grande massa de jovens negros da cidade de Salvador, acredito que é bastante difícil e simplificador falar em termos homogêneos. De modo geral, concordo que a música de tendência afro alcança uma gama enorme de jovens, inclusive brancos. Entretanto, entre os jovens produtores negros existem pequenos desvios que motivam essa produção (Risério, 1981; Godi, 1991; Alves, 1995), assim como, entre os jovens consumidores negros, o consumo provoca resultados os mais diversos. Existem, na realidade, juventudes negras ou negro-mestiças na cidade de Salvador envolvidas pelo universo musical.

2. O Ilê Aiyê, surgido em 1974, foi o mais importante bloco afro-carnavalesco, responsável por um movimento de “reafricanização do Carnaval” (Risério, 1981). Em reação ao Carnaval dos brancos de Salvador, esse bloco criou, simetricamente, um Carnaval para os negros, sem perspectiva de retorno financeiro. Mais tarde, em 1979, o bloco afro-carnavalesco Olodum significou um segundo momento desse movimento, qual seja, a realização também de um Carnaval de protesto, porém mais ecumênico, voltado para o mercado da música. Em 1992, a Timbalada apareceu como banda musical. No início de 1993, tornou-se a novidade, o coringa do verão. O grupo que organizou essa banda, liderado pelo músico Carlinhos Brown, capitalizou o sucesso. No mesmo ano de 1993, a banda assinou um contrato com a gravadora Polygram para a gravação de três discos e fez muitos *shows* pelo Brasil e no exterior. Em 1995, a Timbalada se tornou um bloco de carnaval da moda.

3. Até o surgimento da Timbalada, em 1992, nenhuma outra banda musical de Salvador tinha dado tamanho destaque ao timbau. Esse é um instrumento percussivo de forma cônica, industrializado, muito semelhante aos três atabaques rituais tocados nos terreiros de Candomblé. Nas festas de terreiro, os atabaques, instrumentos sagrados, tocam para os deuses em um espaço reservado e destacado do barracão. Na Timbalada, o timbau é tratado como se fosse uma representação ou síntese profana dos atabaques. No Carnaval baiano de 1995, esse instrumento foi a vedete de um trio elétrico,

onde ao redor dos timbaus, num elevado, estavam os instrumentos harmônicos e elétricos, que sempre tiveram mais destaque nos palcos.

4. O Candeal Pequeno é um núcleo habitacional situado em uma das transversais que cortam a Av. D. João VI, quase no final do perímetro de Brotas, bairro de classe média na cidade de Salvador. Ao contrário das regiões principais desse bairro, o Candeal Pequeno é precariamente urbanizado. Pobreza, baixo nível de escolaridade, deficitário sistema de transporte, predominância de economia informal e uma população em sua maioria negra configuram o lugar. Carlinhos Brown e a banda Timbalada nasceram no Candeal Pequeno.

5. Bastide (1985) afirma que, originalmente, em diversas regiões do continente africano das quais teriam sido traficados negros para o Brasil o culto dos deuses era determinado por laços de descendência e casamento. Desse modo, cada aldeia, cada cidade, cada grupo étnico conhecia e cultuava um número restrito de deuses africanos, havendo muitas variações geográficas nos mitos, nos ritos e culto aos mesmos. Segundo Bastide, na África, Ogum é deus do ferro; assim, preside a agricultura, a caça e a guerra, todas elas atividades que usam esse elemento. No Brasil, prevaleceu a imagem do Ogum guerreiro, cortador de cabeças, brutal, briguento e altaneiro. Ogum é aquele que segue na frente e inventa as armas para a luta. Essa imagem, afirma Bastide, foi muito útil na revolta contra o trabalho servil e contra o senhor branco. No Candeal Pequeno, o culto a Ogum está associado à descendência dos prováveis desbravadores dessa área. Sincretizado com Santo Antônio, era indiretamente festejado pelos moradores no mês de junho, mês que a Igreja Católica dedica a Santo Antônio, tanto quanto em 1º de janeiro, quando então os descendentes dos desbravadores do Candeal organizavam a festa pública do Orixá. Esses descendentes são, hoje, portadores da história e do sentido nativamente legítimos do Candeal Pequeno.

6. Segundo depoimentos de moradores, todo final de ano, a família dos negros desbravadores do Candeal Pequeno organizava a festa de Ogum, padroeiro do lugar. A festa começava na semana de Natal e se encerrava com a missa do 1º de janeiro. O Candeal era enfeitado, oferecia-se café e mesa de doces para os participantes. Hoje em dia, a celebração perdeu o entusiasmo antigo, embora tenha se mantido a celebração da missa para Ogum. Em 1995, Carlinhos Brown assumiu parte da organização da festa e, além da missa, houve distribuição de "queimados" (balas de açúcar), pipoca e acarajé. A Timbalada também tocou na celebração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGIER, Michel (1992). "Etnopolítica — A dinâmica do espaço afro-baiano". *Estudos Afro-Asiáticos* 9(22):99-115. Rio de Janeiro, CEEA

————— (1994). "Classe ou raça? Socialização, trabalho e identidade opcionais". *Análise e Dados, Centro de Estatísticas e Informações*, 3(4). Salvador.

ALVES, Arivaldo de Lima (1995). "A estética da pobreza. Música, política e estilo". Rio de Janeiro, Faculdade de Comunicação, UFRJ, dissertação de mestrado.

BACELAR, Jeferson (1989). *Etnicidade. Ser negro em Salvador*. Salvador, Yanamá.

BAIROS, Luiza (1988). "Pecados no 'paraíso racial': O negro na força de trabalho da Bahia. 1950-1980". In: REIS, João José (org.). *Escravidão e invenção da liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, p. 289-318.

- BANCK, A. Geert (1994). "Mass consumption and urban contest in Brazil: Some reflections on lifestyle and class". *Bulletin of Latin American Research*, 13(1):45-60.
- BASTIDE, Roger (1985). *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora.
- CANCLINI, Néstor García (1990). *Culturas híbridas. Estratégias para entrar y salir de la modernidad*. México, Grijalbo.
- CASTRO, Nadya Araujo e GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo (1994). "Desigualdades raciais no mercado e nos locais de trabalho". *Estudos Afro-Asiáticos* (24):23-60. Rio de Janeiro, CEEA.
- COHEN, Anthony P. (1988). "The symbolic construction of community". *The symbolic construction of community*. London, Tavistock, p. 97-118.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (1986). "Etnicidade: da cultura residual mas irredutível". *Antropologia do Brasil*. São Paulo, Brasiliense/Edusp, p. 97-108.
- FEATHERSTONE, Mike (1991). "Modern and postmodern: definitions and interpretations". *Consumer culture and postmodernism*. London, Sage Publications, p. 1-12.
- _____, org. (1994). "Introdução". *Cultura global, nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis, Vozes, p. 7-21.
- FIGUEIREDO, Angela (1994). "Beleza pura: símbolos e economia ao redor do cabelo do negro". Salvador, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, monografia de graduação em antropologia.
- FOUCAULT, Michel (1990). *As palavras e as coisas*. São Paulo, Martins Fontes.
- FREYRE, Gilberto (1990). *Casa-grande & senzala*. 27ª ed. Rio de Janeiro, Record.
- GIDDENS, Anthony (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo, Unesp.
- GILROY, Paul (1993a). "The black Atlantic as a counterculture of modernity". *The black Atlantic. Modernity and double consciousness*. New York, London, Verso, p. 1-40.
- _____, (1993b). "'Jewels brought from bondage': Black music and the politics of authenticity". *The black Atlantic. Modernity and double consciousness*. NY, London, Verso, p. 72-109.
- GODI, Antonio Jorge Victor dos Santos (1991). "De índio a negro ou o reverso". *Caderno CRH. Cantos e Toques. Etnografias do Espaço Negro na Bahia*, Suplemento, p. 50-71. Salvador.
- HOBBSBAWN, Eric (1984). "Introdução: a invenção das tradições". In: HOBBSBAWN, Eric & RANGER, T. (eds.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MAFFESOLI, Michel (1984). *A conquista do presente*. Rio de Janeiro, Rocco.
- MORALES, Ana Maria (1991). "Blocos negros em Salvador. Reelaboração cultural e símbolos de baianidade". *Caderno CRH. Cantos e Toques. Etnografias do Espaço Negro na Bahia*, Suplemento, p. 73-93. Salvador.
- MOURA, Milton (1987). "Faraó, um poder musical". *Caderno do CEAS* (112):10-29. Salvador.
- PEREIRA, Affonso de Miranda (1994). *O carnaval das letras*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração.

- PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (1986). *O que é contracultura*. São Paulo, Nova Cultural/Brasiliense.
- REIS, João José (1987). *Rebelião escrava no Brasil. A história do Levante dos Malês (1835)*. São Paulo, Brasiliense.
- RISÉRIO, Antonio (1981). *Carnaval Ijexá*. Salvador, Corrupio.
- RÜDIGER, Francisco Ricardo (1991). "Massa e civilização". *Veritas*, 36(141):47-61.
- SANSONE, Livio (1991). "A produção de uma cultura negra (Da cultura 'creole' à subcultura negra. A nova etnicidade negra dos jovens 'creoles' surinameses de classe baixa em Amsterdã)". *Estudos Afro-Asiáticos* 20:121-34. Rio de Janeiro, CEEA.
- (1993). "Paí preto, filho negro. Trabalho, cor e diferença de geração". *Estudos Afro-Asiáticos* (25):73-97. Rio de Janeiro, CEEA.
- (1994). "The local and the global in today's Afro-Bahia". Trabalho apresentado no Cedla/Ceres workshop "Popular culture: beyond historical legacy and political innocence". Amsterdam.
- SEEGER, Anthony (1992). "Whoever we are today, we can sing you a song about it". In: BÉHAGUE, Gerard H. (org.). *Music and black ethnicity. The Caribbean and South America*. Miami, University of Miami, North-South Center.
- SODRÉ, Muniz (1983). *A verdade seduzida. Por um conceito de cultura no Brasil*. Rio de Janeiro, Codecri.
- (1988). *O terreiro e a cidade*. Petrópolis, Vozes,.
- TINHORÃO, José Ramos (1991). *Pequena história da música popular. Da modinha à lambada*. São Paulo, Art Editora.
- UZEL, Marcos (1991). "Expressão negra Olodum e um olhar". Faculdade de Comunicação, UFBA, monografia de graduação em comunicação social. Salvador.
- (4-10-94). "Carlinhos Brown, a mais de mil por hora". *Bahia Hoje*. Cidades da Bahia, A3. Salvador.
- VIRGÍNIA, Rita (16-9-93). "O problema não é o negro. O problema é negro". *Jornal da Bahia*. Salvador.

SUMMARY

Space, leisure, music, and cultural difference in Bahia

This article tackles how, in spite of a tendency towards homogeneization of cultural practices among different black segments in Bahia in the last twenty years, different musical movements are responsible for new cleavages on the individual and collective level in the development of a Baian blackness. These movements are also

responsible for the development of a cultural Other, as is shown by some important events. Among these stand out the common sense acceptance that "black is beautiful", the greater visibility attained by percussion instruments in "sound systems" atop of trucks (*trios elétricos*) and on stage (almost always played by blacks), the pro-

liferation of music bands, media-shaped *pagode* or samba groups, professionalization of musicians and the appearance of black idols with diverse backgrounds. All these issues are tackled with *Ilê Aiyê* (the first carnival *bloco afro* that

came up in 1974) and *Oloдум* (as from 1979) in mind. Those issues will also be tackled through reflecting on basic aspects of the history of the band *Timbalada* that came up in *Candeal Pequeno* in 1992.

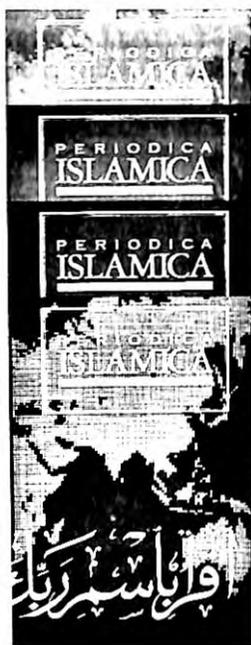
RÉSUMÉ

Espace, loisir, musique et différence culturelle a Bahia

Dans cet article on se propose de discuter comment à Bahia pendant les dernières vingt années, en dépit d'une tendance d'homogénéisation des pratiques culturelles des divers segments de la population noire, des mouvements musicaux divers furent responsables pour de nouveaux clivages à l'état individuel et collectif dans le développement de la négritude de Bahia. Donc le développement d'un "Autre" culturel. Des événements importants montrent cette tendance. Entre autres on doit souligner l'acceptation par le bon sens que le "noir est beau", une visibilité plus évidente atteinte par les instruments de percus-

sion dans les systèmes de son montés sur des camions (trios électriques) dans les rues et sur la scène — presque toujours joués par des noirs — la proliférations des ensembles de musique, groupes de "pagode" ou de samba arrangés par les média, la professionnalisation des musiciens et l'émergence des idoles noirs selon des profils différenciés. Le "Ilê Aiyê" — premier bloc carnavalesque de Bahia surgi en 1974, et le "Oloдум" surgi en 1979, sont les deux points de référence sur les aspects fondamentaux qui ont conditionné le profil de la bande musicale "Timbalada" apparue dans le "Candeal Pequeno" en 1992.

Discover the wide world of Islamic literature



The journal is produced to a very high standard, and should be a very useful source for all libraries and information users concerned with Islamic issues. *Information Development* (London), Volume 7, Number 4, pages 241-242

This journal is doing a singular service to the cause of the publicity of periodical literature on Islamic culture and civilization in all its diverse aspects. Every scholar of Islamic Studies should feel indebted to you for this service.

PROFESSOR S.M. RAZAULLAH ANSARI
President, International Union of History and Philosophy of Science (IUHPS)
Commission for Science and Technology in Islamic Civilization, New Delhi, India

(Periodica Islamica is) an invaluable guide...

PROFESSOR BILL KATZ
Library Journal (New York), Volume 118, Number 21, page 184

Periodica Islamica is a most valuable addition to our reference collection.
PROFESSOR WOLFGANG BEHN
Union Catalogue of Islamic Publications, Staatsbibliothek Preussischer Kulturbesitz
Berlin, Germany

It is recommended for all research libraries and scholars of the Islamic viewpoint.

DR. RICHARD R. CENTING
MultiCultural Review (Westport, Connecticut), Volume 2, Number 1, page 40

You should be congratulated on Periodica Islamica which should prove to be a valuable journal to persons interested in Islam and the entire Muslim World.

AMBASSADOR (RTD.) CHRISTOPHER VAN HOLLEN
The Middle East Institute, Washington DC, USA

Periodica Islamica is an international contents journal. In its quarterly issues it reproduces tables of contents from a wide variety of serials, periodicals and other recurring publications worldwide. These primary publications are selected for indexing by *Periodica Islamica* on the basis of their significance for religious, cultural, socioeconomic and political affairs of the Muslim world.

Periodica Islamica is the premiere source of reference for all multi-disciplinary discourses on the world of Islam. Browsing through an issue of *Periodica Islamica* is like visiting your library 100 times over. Four times a year, in a highly compact format, it delivers indispensable information on a broad spectrum of disciplines explicitly or implicitly related to Islamic issues.

If you want to know the Muslim world better, you need to know *Periodica Islamica* better.

Founding Editor-in-Chief □ Dr. Munawar A. Anees
Consulting Editor □ Zafar Abbas Malik
Periodica Islamica, 31 Jalan Riong
Kuala Lumpur-59100, Malaysia

America Online • dranees
CompuServe • dranees
Delphi • dranees
InterNet • dranees@kleyher.pe.my
URL • <http://www.ummah.org.uk/dranees/periodical/>

**PERIODICA
ISLAMICA**
AN INTERNATIONAL JOURNAL OF ISLAMIC STUDIES

Subscription Order Form

Annual Subscription Rates

Individual US\$40.00 Institution US\$249.00

Name _____

Address _____

City, State, Code _____ Country _____

Bank draft

Coupons

Money order

□□□□-□□□□-□□□□-□□□□

Expiration date _____

Signature _____

BY To place your order
PHONE immediately
telephone
+60-31 282 5286

BY To fax your order
FAX complete this order
form and send to
+60-31 282-8489

BY Mail this completed
MAIL order form to
Periodica Islamica

SUBSCRIBERS IN MALAYSIA MAY PAY AN EQUIVALENT AMOUNT IN RINGGIT (RM) AT THE PREVAILING EXCHANGE RATE

Subscribe Now! Subscribe Now! Subscribe Now! Subscribe Now!

O perfil demográfico do escravo fugitivo*

Marcia Sueli Amantino**

*Recebido para publicação em maio de 1996.

**Doutoranda em história do Brasil pela UFRJ.

Ainda que as fugas sejam inerentes ao sistema escravista, nem todos os escravos fugiam. Logo, deveria haver um tipo específico que procurava a fuga como solução. O objetivo principal deste artigo é identificar o perfil desse escravo que procurava a fuga como alternativa de vida.

Para tanto, foram utilizados cinco tipos de fontes, cujo traço em comum é o fato de que foram mecanismos lançados por proprietários a fim de reaver seus escravos ou foram listagens elaboradas por autoridades no momento de destruição de quilombos. Nesses documentos, encontram-se, em geral, dados pessoais dos escravos como, por exemplo, nome, idade, sexo, etnia, profissão, estado de saúde, ligações parentais e outras informações.

Após a análise desse material, evidenciou-se que alguns itens da vida cotidiana do escravo poderiam ser analisados em maiores detalhes, como o parentesco mantido durante a fuga, a questão da especialização profissional, o predomínio da população africana ou crioula durante a fuga, dependendo do período analisado, e outros.

Palavras-chave: sistema escravista; fuga de escravos; parentesco.

Do ser passivo, passando pelo rebelde, até chegar ao negociador de sua condição de vida, os escravos têm sido mostrados de várias maneiras segundo diferentes metodologias e teorias. A historiografia tem mostrado que, da mesma forma que os caminhos traçados pelos pesquisadores, são várias as respostas obtidas.

A historiografia tradicional (Gilberto Freyre, Oliveira Vianna e outros) apresentou a escravidão brasileira como paternalista e menos violenta do que a norte-americana. Dessa maneira, o senhor era visto como o ser que protegia e organizava a vida de todos que estavam sob sua guarda, fossem eles elementos da sua família ou não. E, do outro lado da sociedade, os escravos eram vistos como seres passivos, que aceitavam suas condições de cativos e recebiam em troca a proteção do grande senhor e um bom tratamento. Para essa historiografia, as fugas poderiam ser consequência de maus-tratos (eram provocadas pelas extrapolações dos direitos pelos senhores) e da exacerbação da violência.

Como os escravos eram encarados como totalmente submissos ao grande senhor patriarcal, os fugitivos e os quilombolas eram vistos como elementos que fugiam do sistema em consequência direta das más ações de seus senhores. Assim, deslocava-se a ação social e política do escravo para o outro segmento da sociedade. Os escravos não assumiam nessa corrente a capacidade de executar por conta própria sua alternativa de vida, ou seja, só tomariam a decisão de fugir se os senhores ou seus administradores os forçassem a tal com maus-tratos.

A historiografia dos anos sessenta e setenta (Clóvis Moura, Luiz Luna e outros) negava totalmente a tão apregoada benevolência do escravo e mostrava o quão violenta havia sido a escravidão brasileira. O escravo agora assumia o papel de ser eminentemente re-

belde, que nunca se sujeitara passivamente a seu cativo e que estava pronto para acabar com ele (seja pelos meios pessoais, seja pelos coletivos). E era apresentado como um elemento possuidor de consciência de classe e capaz de mudar a sua existência através da rebeldia.

Logo, o fugitivo e, principalmente, o quilombola eram apresentados como heróis ou como mártires da sociedade, aqueles que lutavam pelos seus direitos e pelos de seus irmãos, negando a escravidão e o direito de alguém possuí-los. Eram definidos como sujeitos conscientes de sua posição social e todas as suas atitudes tinham como objetivo romper com a estrutura econômico-social da qual faziam parte. O quilombo era, portanto, não um refúgio, mas sim um local estratégico para os que queriam fugir do sistema opressivo e violento:

(...) O negro, ao contrário do que se costuma dizer, nunca se submeteu pacificamente à escravidão. (...) A maioria dos escravos, em tempo algum, conformou-se com o regime de cativo. A própria fuga não deixava de ser uma forma de protesto e isso foi freqüente no comportamento do negro escravo, desde que as primeiras levas aqui chegaram. Fugiam, em grupos ou individualmente, homens, mulheres e crianças e internavam-se nos matos para formar quilombos. (...) (Luna, 1976, p. 95.)

Flávio dos Santos Gomes nos chama a atenção para o fato de que,

(...) nessas análises, verificou-se a total ausência de abordagens que tivessem como objetivo perceber os cativos enquanto sujeitos das transformações históricas do período da escravidão. Ou seja, amparada por modelos teóricos cristalizados, nos quais a escravidão foi tão-somente

explicada pela violência e pelo controle social das camadas dominantes, essas análises relegaram os escravos ao papel de figurantes no processo histórico. As ações de resistência escrava foram reduzidas a um mero processo de "reação" à crueldade do regime escravista. (...) (Gomes, 1992, p. 7.)

A historiografia atual (Eduardo Silva, J. J. Reis, Schwartz e outros) questiona essas idéias e para quase todas as áreas brasileiras conseguiu provar que elas não são totalmente condizentes com a realidade. Utilizando a antropologia e seus conceitos, os historiadores começaram a relativizar esses pontos de vista e as pesquisas têm demonstrado que a realidade nem era tão pacífica quanto a apresentada por Gilberto Freyre e seus seguidores, nem propriamente o campo de batalha proposto pela outra corrente. Haveria um estágio intermediário entre essas duas posições: o escravo possuiria condições de negociar uma existência aceitável com seu senhor e, sempre que possível, as utilizou. Contudo, quando, por algum motivo, essa negociação se rompia, o escravo também possuía mecanismos de quebrar com o seu o cativo, que se mostrava inegociável e, portanto, inaceitável:

(...) Quando a negociação falhava, ou nem chegava a se realizar por intransigência senhorial ou impaciência escrava, abriam-se os caminhos da ruptura. A fuga era um deles. (...) (Silva e Reis, 1989, p. 9.)

Essa análise se tornou possível porque esse grupo procurou "recuperar os cativos enquanto agentes sociais transformadores da escravidão, percebendo nos seus comportamentos históricos ações em busca de autonomia e a constituição de uma comunidade

escrava independente com cultura e lógicas próprias" (Gomes, 1992, p. 25).

Cada uma dessas três vertentes assume como elemento central a questão da violência. Para a primeira, não existiriam atitudes violentas por parte dos senhores, posto que a sociedade escravista não era baseada na violência. Para a segunda vertente, a escravidão era calcada na extrema violência exercida sobre os escravos. E, finalizando, a terceira vertente sustenta que a violência era inerente ao sistema escravista, mas que os escravos conseguiam, quase sempre, negociar sua existência, diminuindo, assim, os atos mais extremos. A violência, para esse grupo, ocorreria em momentos de ruptura nas negociações entre escravos e senhores e, de modo geral, gerava problemas de maior envergadura para estes.

A posição que atualmente tem rendido os melhores resultados é, sem dúvida, a que sustenta que a violência provocava um rompimento nas negociações efetuadas entre escravos e senhores e que não se trata de saber se a escravidão brasileira foi mais ou menos violenta que a norte-americana, pois o sistema escravista, como um todo, para se manter e se reproduzir, necessitava da violência, que lhe era inerente. O cativo, para produzir em níveis satisfatórios para a grande empresa comercial, precisava estar sob coerção física ou mesmo psicológica. Contudo, segundo Lara (1988), a violência contra o escravo não era algo arbitrário, e sim obedecia a um código estabelecido e socialmente aceito.

Portanto, a fuga era para o escravo uma possibilidade que se delineava quando todos os mecanismos de negociação entre eles e seus senhores falhavam. Todavia, nem todos os escravos possuíam condições de fugir. Logo, um determinado tipo de "padrão de fugitivo" pode ser depreendido a partir da análise das fontes que, de uma forma ou de outra, envolvam escravos fugidos. Contudo,

neste artigo, é necessário salientar que apenas um tipo específico de fuga será analisado: a *grand marronage*.

Debien (1979, p. 107) faz duas distinções para as fugas: a *grand marronage* e a *petit marronage*. A *grand marronage* seria aquela com que temos maior contato, ou seja, o escravo foge de seu senhor com o objetivo premeditado de não mais voltar ao cativeiro (ou, pelo menos, a um tipo determinado de cativeiro). A grande maioria dos documentos de época, quer sejam oficiais ou não, trata claramente desse tipo de fuga, porque, entre outros motivos, era mais perigosa para o sistema e destituía o senhor de seu capital. Como os documentos são generosos em informações sobre esse tipo de fuga, há uma tendência para que historiadores, antropólogos e sociólogos mantenham suas análises centradas nesse tema. No entanto, mesmo sendo minoria, há alguns relatos de escravos que fugiam de seus senhores apenas por algum tempo, voltando depois pacificamente ao cativeiro.

Com relação a esse tipo de fuga (*petit marronage*), há poucos trabalhos desenvolvidos, mas certamente o de Debien é um excelente ponto de partida, na medida em que analisa as suas características e causas possíveis, chamando a atenção, inclusive, para o fato de que não seria conveniente tratar tal tipo de atitude como *marronage*, pois não seria caracterizado na realidade como fuga, e sim como uma pequena ausência do escravo, que voltava logo à fazenda depois de ter cumprido o objetivo de sua saída.

Por concordar inteiramente com essa análise, não se consideraram aqui os casos de *petit marronage* encontrados no decorrer das pesquisas, pois não foram encarados como fugas, mas como curtas ausências.

Buscando estabelecer o padrão do escravo que via a fuga como a solução para seus problemas no interior do cativeiro, foram

utilizados cinco tipos de fontes diferentes, que possuem em comum o fato de que foram mecanismos empregados tanto por proprietários para tentar reaver seus cativos, quer por meio das autoridades, quer por meio da imprensa, quanto pelas autoridades após o desbaratamento de quilombos. As fontes fornecem ainda dados do tipo nome, idade, sexo, profissão, etnias, características físicas e outras, permitindo a elaboração de um perfil demográfico do escravo que buscava a fuga como opção de vida. As cinco fontes são as seguintes:

a) os anúncios publicados no *Jornal do Commercio* durante os meses de março a outubro do ano de 1850;¹

b) lista nominal dos escravos fugidos da Fazenda Santo Antônio, em Macaé, datada de 1876;²

c) lista nominal dos escravos fugidos da Fazenda Paranaguá, São Paulo, em 1882;³

d) carta precatória feita pelo comendador J. L. Campos do Amaral, curador da herança de Antônio J. de Vasconcelos, às autoridades de Parati no ano de 1852;⁴

e) relação dos quilombolas capturados no Quilombo do Limoeiro, no Maranhão, em 1878.⁵

As informações obtidas através das listagens, assim como os anúncios publicados pelo *Jornal do Commercio*, são bastante interessantes para a elaboração de um quadro demográfico de uma população de fugitivos, pois oferecem dados sobre os escravos que dificilmente encontraríamos em outro tipo de fonte.

Os anúncios do jornal possuem uma estrutura interna de organização que acaba por se tornar quase um padrão. Neles aparecem, em geral, o nome do escravo, seus dados característicos (idade, aparência física, profissão, costumes etc.), seu endereço e, em alguns casos, o nome de seu proprietário. Em muitos anúncios, oferecia-se gratificação a

quem encontrasse o fugitivo e o levasse ao endereço citado. Uma frase que aparece em quase todos os anúncios nos chamou a atenção: "Protesta-se, com todo o rigor da lei, a quem o tiver acoitado." Essa frase, registrada tantas e tantas vezes, pode ser o resultado de uma prática que já estava se disseminando pela cidade no ano levantado: a proteção dada aos escravos fugitivos por moradores dos centros urbanos, que acenava para uma possível ruptura no paradigma ideológico colonial.⁶ É possível ainda a existência de pessoas que se aproveitavam dessas fugas para conseguir mão-de-obra mais barata, aceitando empregar fugidos como se fossem livres. Esse é o caso (fictício, é certo) de João Romão, que não só aceitou ficar com Bertoleza, uma escrava que pertencia a outro, como também forjou uma carta de alforria para ela (Azevedo, 1980).

A importância desses anúncios para a manutenção da ordem escravista já havia sido percebida por Machado de Assis:

Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação. Quando não vinha a quantia, vinha a promessa: "gratificar-se-á generosamente" — ou "receberá uma boa gratificação". (...) Protestava-se com todo o rigor da lei contra quem o acoitasse. (Assis, 1985.)

A utilização desses anúncios deve ser relacionada sempre a uma tentativa de conhecer um pouco mais o escravo que fugia. Contudo, é uma amostragem e, como tal, seus resultados não devem ser vistos como absolutos. São números indicativos de uma parcela da realidade escravista. Sua importância reside no fato de que, através dela, pode-se ter uma visão desse universo.

As outras quatro fontes se caracterizam por apresentar uma estrutura quase idêntica. Nelas aparecem o nome do escravo que andava fugido, sua idade, suas características físicas e, algumas vezes, psicológicas, suas relações parentais etc.

O que dizem as fontes sobre os escravos fugidos

Dos 1.047 anúncios do *Jornal do Comercio* em 1850, 859 eram relativos a homens, perfazendo um total de 82,04%, enquanto apenas 188 (17,96%) eram sobre mulheres. O cartaz da baronesa de São Paulo sobre os escravos fugidos do Engenho Paranaguá em 1882 nos dá um total de 24 homens (55,82%), 14 mulheres (32,55%) e cinco crias cujos sexos não foram determinados (11,63%). A carta precatória de Parati, de 1852, nos informa que, de um total de 32 escravos, 23 eram homens (71,88%) e nove eram mulheres (28,12%). A listagem do delegado de Macaé (1876) nos mostra que os homens eram em número de 20 (58,82%) e as mulheres, 14 (41,18%). E a relação dos quilombolas do Limoeiro nos dá, para o ano de 1878, um total de 96 quilombolas, sendo 52 homens (54,17%) e 44 mulheres (45,83%).

Em nenhuma das fontes o percentual de homens foi inferior a 50%. Até 1850, o baixo número de mulheres, tanto na população escrava em geral quanto na de fugitivos, pode ser explicado em função do desequilíbrio sexual derivado do tráfico atlântico. Como a *plantation* exigia braços fortes e aptos ao trabalho, os homens se apresentavam como a melhor opção na hora da compra, aumentando em muito a produtividade.

Objetivando perceber qual a estrutura demográfica da população escrava no Rio de Janeiro, foram analisados os dados levanta-

dos para o ano de 1838 por Karasch (1987), que constatou que a população escrava estava distribuída em termos de 60% de homens e 40% de mulheres.

Contudo, em 1870 a estrutura já começava a mudar. De acordo com dados levantados por Lobo (s/d, vol 1, p. 227-8), a distribuição étnico-sexual dos escravos da corte em 1870 era de 50,9% de homens e 49,1% de mulheres. Percebe-se que as diferenças entre os sexos diminuíram. Ou seja, 20 anos após o fim do tráfico, a situação já era de quase equilíbrio entre os sexos, provocado pelo fim da reposição de braços via tráfico externo, que privilegiava a mão-de-obra masculina. Além disso, pouco antes do fim do tráfico, as mulheres passaram a ser mais compradas porque eram garantia de reprodução de mão-de-obra.

No entanto, a esmagadora maioria de homens entre os fugitivos não deve ser explicada somente pelo fato de que eram predominante nos plantéis. Na verdade, antes e depois de 1850, a presença pouco marcante de mulheres, sejam crioulas ou africanas, no contingente de fugitivos deve ser questionada a partir de suas relações familiares. O motivo principal para tão baixo resultado, se comparado com os homens, era provavelmente a existência de laços familiares fortes o bastante para evitar as fugas e, principalmente, a existência de crianças que dependeriam dela.

Isso não significa que não ocorressem fugas entre mulheres e seus filhos. São ricos os casos em que as mulheres fugiam com seus familiares. Exemplificando essa análise, pode-se ver o quadro feminino de fugitivas de Parati, em que, das nove mulheres que fugiram, três eram crianças com menos de seis anos, que acompanhavam os pais em fuga; das seis restantes, cinco fugiram na companhia de seus parceiros, enquanto apenas uma fugiu sozinha. Das cinco que fugiram com seus maridos, apenas duas não tinham filhos e as três restantes juntas possuíam nove filhos.⁷ Por esse exemplo, pode-se perceber que apenas uma escrava fugiu sem uma companhia (pelo menos, aparentemente). Tais números podem indicar que a mulher, quando fugia, fazia-o preferencialmente mantendo seus laços familiares.

No Engenho Paranaguá, em 1882, das 14 mulheres que fugiram, cinco fizeram-no acompanhadas de seus filhos e nove sozinhas ou, pelo menos, sem qualquer indício diferente. Tais mulheres, juntas, possuíam dez filhos, dos quais infelizmente não sabemos as idades ou mesmo os sexos (cf. Tabela 1).⁸

Com relação à origem, o padrão de fugitivos era de homens naturais da África, o que prevaleceu até o ano de 1850. A propósito, o *Jornal do Commercio* nos enseja a Tabela 2. Para Parati (1852), Rio de Janeiro (1850) e Santo Amaro (1882), em épocas posteriores ao fim do tráfico, temos a Tabela 3.

Tabela 1
Mulheres com filhos fugidas do Engenho Paranaguá, em Santo Amaro (1882)

Nome	Idade	Cor	Número de filhos
Domingas	33	cabra	2
Florentina	34	cabra	2
Jesuina	28	crioula	2
M. de São Pedro	17	cabra	1
Serafina	30	crioula	3

Fonte: Cartaz da baronesa de Santo Amaro, 1882.

Tabela 2
Distribuição étnica e sexual dos escravos fugidos anunciados no
***Jornal do Commercio* em 1850**

	<i>Africanos</i>	%	<i>Crioulos</i>	%
Homens	513	81,82	283	81,32
Mulheres	114	18,18	65	18,68
Total	627	100,00	348	100,00

Fonte: *Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 1850.*

Tabela 3
Etnias dos escravos fugidos de Parati, Rio de Janeiro e Santo Amaro

<i>Etnia</i>	<i>Parati</i> <i>1852*</i>	%	<i>Rio de Janeiro</i> <i>1865***</i>	%	<i>Santo Amaro</i> <i>1882**</i>	%
Africanos	8	33,33	142	32,20	—	—
Crioulos	16	66,67	299	67,80	38	100,00
Total	24	100,00	441	100,00	38	100,00

* *Carta precatória remetida ao delegado de Parati pelo comendador José L. Campos do Amaral, em 4 de junho de 1852.*

** *Cartaz anunciando a lista de escravos fugidos do Engenho Paranaguá, em Santo Amaro, 1882.*

*** *Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 1865, em Pinheiro, 1994.*

Além de serem maioria na população escrava, uma outra explicação possível para o predomínio dos africanos entre os fujões no período anterior ao fim do tráfico pode ser buscada em sua socialização junto aos demais escravos. Normalmente, o africano era inserido no plantel através do tráfico já em fase adulta, pois o sistema privilegiava claramente homens adultos aptos para o trabalho. Chegando à fazenda, era considerado pelos demais escravos como mais um inimigo, já que seria mais um candidato às poucas mulheres existentes (Florentino e Góes, 1995, p. 201-19). Além disso, era um “boçal”, pois não conhecia a língua e os costumes. Agravando ainda mais a situação, o africano chegava sem seus laços parentais. Já com o crioulo ocorria exatamente o contrário. Ele era inserido no plantel basicamente

através do nascimento, portanto, com ligações parentais fortes o bastante para lhe conferir algum tipo de suporte emocional. Não era um inimigo, posto que não era um estranho. E, principalmente, sabia manejar com certa habilidade os valores do mundo branco. Por tudo isso, fica claro imaginar por que os africanos eram os candidatos ideais às fugas. Eles tinham pouco a perder em caso de fracasso e não possuíam relações parentais que os prendessem à fazenda.

Contudo, esse quadro muda radicalmente se os anos analisados forem posteriores a 1850, quer em áreas de agroexportação, como no caso do Rio de Janeiro, quer em áreas destinadas ao abastecimento interno, como Parati e São Paulo. Infelizmente, a listagem de 1878 fornecida pelo diretor da Colônia do Gurupi, no Maranhão, não nos indica as et-

nias dos capturados, impossibilitando esse tipo de análise.

Essa mudança pode ser explicada levando-se em consideração o fim do tráfico atlântico e o início do interprovincial. Se no primeiro o que vemos é uma reposição constante de africanos para suprir a demanda interna, a partir de 1850, com a proibição do tráfico, a solução encontrada foi a de remanejar os escravos das áreas menos lucrativas (principalmente o Nordeste) para as regiões mais necessitadas.

Com relação ao padrão etário do fugitivo, dos 1.047 anúncios do *Jornal do Commercio* em 1850, apenas em 732 havia indicações de idade. A partir daí, elaborou-se a Tabela 4, com o objetivo de perceber seu padrão etário. Os números fornecidos pelo cartaz do Engenho de Paranaguá, em 1882, permitiram perceber que havia 12 crianças (20,69%), 44 adultos (75,86%) e dois idosos (3,45%), perfazendo um total de 58 pessoas que puderam ter suas idades identificadas.

Quanto a Parati, a carta precatória de 1852 permitiu identificar 11 crianças (34,37%), 20 adultos (62,50%), nenhum idoso e um caso indeterminado (3,13%), totalizando 32 indivíduos que tiveram suas idades conhecidas. Já para a listagem de Macaé e para a dos quilombolas do Limoeiro não foi possível o mesmo procedimento, porque elas não oferecem tal tipo de informação sobre as idades dos quilombolas.

Como se pode ver, o padrão de fugitivos nas três fontes que permitiam esse tipo de análise é de homens adultos, ou seja, homens na faixa de idade compreendida entre 15 e 40 anos. A fuga, para um adulto, era muito mais fácil, pois ele poderia se esconder nos matos ou arranjar serviços nas cidades, passando por forros. Uma criança facilmente seria reconduzida a seus senhores tão logo fosse vista andando pelas ruas. As crianças fugitivas devem ser encaradas quase sempre a partir da atitude de um adulto, já que apenas acompanhavam seus pais. Mas, não há como descartar os casos (raros) de crianças que fugiam sozinhas ou eram seduzidas a fugir por estranhos.

Ademais, se a fuga era um rompimento dos laços, para as crianças tal rompimento deveria ser muito mais difícil de ser feito, pois ficariam à mercê da sorte, sem abrigo e alimentação, já que não possuíam conhecimentos profissionais específicos que pudessem interessar a quem quer que fosse. Com o idoso acontecia provavelmente a mesma coisa. A exceção, talvez, fosse a utilização desses dois grupos em atividades de mendicância, tão comum nas cidades.

Possuir uma especialização profissional poderia facilitar a vida do fujão, mas não era uma característica de todos os escravos fugidos, anunciados, por exemplo, pela baronesa de Santo Amaro, em 1882, e mesmo no *Jornal do Commercio*, em 1850.

Tabela 4
Divisão etária dos escravos anunciados no *Jornal do Commercio* em 1850

Condição	#	%
Infante	63	8,60
Adulto	641	87,57
Idoso	28	3,83
Total	732	100,00

Fonte: *Jornal do Commercio*, 1850.

Tabela 5
Profissões especializadas dos fugitivos anunciados no *Jornal do Commercio* em 1850

Construção Civil	Rurais	Serviços	Marítimas	Artesanato	
Carpinteiro	45	Boleceiro 4	Quitanda 9	Remador 12	Sapateiro 13
Pedreiro	47	Domador 1	Foguista 2	Marinheiro 7	Alfaiate 13
Pintor	7	Tropeiro 1	Padeiro 2	Faluciro 1	Ferreiro 8
Marceneiro	6	Denubador 1	Carteiro 2	Armador 1	Tanoeiro 3
Cavouqueiro	4	Jardineiro 1	Cocheiro 1	Canoeiro 1	Lustrador 2
Canteiro	3			Pescador 1	Empalhador 1
Calceteiro	2				Seleiro 1
Serrador	1				
Total das especializações			197		

Fonte: *Jornal do Commercio*, 1850.

O anúncio da baronesa de Santo Amaro apresentou, de um total de 36 adultos fugidos, apenas dez com algum tipo de especialização profissional, todos do sexo masculino, dos quais sete carreiros, dois carpinteiros e um mestre de açúcar e caldeireiro. Já com relação aos dados fornecidos pelo *Jornal do Commercio* (ver Tabela 5), observa-se que 197 escravos eram especializados, particularmente em atividades relativas à construção civil e ao artesanato. Diante do total de 249 registros que trazem a profissão do cativo, a especialização abarca 79,12% dos escravos fugidos.

Contudo, a maior parte dos anúncios do *Jornal do Commercio* sobre os escravos fugidos se refere aos cativos que não possuíam especialização profissional (798 casos). O que representa esse dado? Pode-se dizer que o escravo sem especialização fugia mais porque constituía a grande maioria no contingente escravista. Mas essa seria uma explicação simplista que, na realidade, a nada responderia.

Um outro caminho para a análise da questão poderia ser o formulado por Cardoso (1962), para quem um modo de o escravo

resgatar um pouco sua humanidade era por meio da aprendizagem e do exercício de uma profissão, já que assim ele conseguiria de volta sua condição de homem, melhorando dessa maneira sua vida.

No entanto, essa posição *privilegiada* dentro do plantel necessitava sempre do aval de seu senhor. E, se o escravo passava a ter um certo *status* junto aos demais, na realidade quem lucrava com essa profissionalização era novamente seu proprietário. A partir daí, o que contava na relação senhor-escravo era a fidelidade e a pontualidade do escravo no momento de prestar contas de seu trabalho.

Aceitando o fato de que a especialização desencadearia melhorias nas condições de vida dos escravos, seria de se supor que o escravo especializado não tentaria fugir tanto quanto um escravo sem qualquer conhecimento profissional específico. Contudo, de um total de 1.047 anúncios, percebe-se que, embora a maioria dos escravos fugidos não possuísse uma especialização profissional (798, ou seja, 76,4%), o número de cativos especializados fugidos era significativo (249, ou seja, 23,56%), indicando que o escravo fugia quer fosse bem tratado ou não

ou que a profissão não lhe dava melhorias ou ainda que a fuga era inerente a qualquer tipo de trabalhador cativo.

Um outro elemento que pode ser percebido valendo-se desses tipos de fontes é o perfil da família escrava.

A existência de uma família era um mecanismo que provavelmente dificultava as fugas. Todavia, não é possível afirmar que as impedia. A família poderia fazer com que esse número decaísse, mas nunca foi um impedimento total. Infelizmente, através da maioria dos anúncios de jornal não se pode imaginar que tipo de relações familiares possuíam os escravos que fugiam na província do Rio de Janeiro, mas pode-se ver a força da família escrava nas informações fornecidas pela carta precatória de Parati (1852), na lista dos escravos quilombolas que se entregaram ao delegado de Macaé em 1876, no cartaz da baronesa de Santo Amaro sobre os escravos fugidos do Engenho Paranaguá em 1882 e na relação dos escravos capturados no Quilombo do Limoeiro em 1878.

A historiografia brasileira tradicional deu pouca importância à família escrava, chegando mesmo a afirmar que ela não existia:

A questão da existência de uma vida privada ou de uma vida familiar se apresenta como uma contradição inerente à condição escrava. (...) Constituir família, ter uma prole é algo inacessível àqueles que não possuem nem a si próprios. (Giacomini, 1988, p. 29.)

Tais suposições eram baseadas na crença de que ao senhor não era conveniente a formação de famílias no interior de seu plantel:

(...) Livre para decidir sobre o conjunto da vida, os interesses do senhor parecem ter sido incompatíveis com a existência da "família escrava" no Brasil. (Giacomini, 1988, p. 29.)

E que havia um grande desinteresse por parte do escravo em constituir famílias, já que a qualquer momento poderiam ser desfeitas pelo sistema:

Na verdade, o direito civil não dá qualquer privilégio aos casais confirmados pelo sacramento religioso, pois o senhor pode continuar a separar os que a Igreja uniu, vendendo ou doando separadamente pai, mãe, filhos. Compreende-se que os escravos não vissem vantagem em casar-se. (Mattoso, 1990, p. 126-7.)

Alegava ainda a historiografia tradicional que a elevada taxa de masculinidade não favorecia as uniões estáveis:

O número reduzido de mulheres, em geral, na proporção de quatro para um, às vezes cinco para um, estimulava o caráter temporário das ligações. (Costa, 1989, p. 257.)

Ou mesmo que as relações sexuais entre os escravos eram apenas instintivas e promíscuas: não cabendo, portanto, a instituição do matrimônio. Debret, carregado de um etnocentrismo europeu, afirmou:

Como um proprietário de escravos não pode, sem ir de encontro à natureza, impedir os negros de frequentarem as negras, tem-se por hábito, nas grandes propriedades, reservar uma negra para cada quatro homens; cabe-lhes arranjar-se para compartilharem sossegadamente o fruto dessa concessão, feita tanto para evitar os pretextos de fuga como em vista de uma procriação destinada a equilibrar os efeitos da mortalidade. (Debret, 1976, p. 196.)

A historiografia recente tem procurado analisar a família escrava em suas particularidades. Ela tem aparecido com características bem definidas, quer seja pelo caráter de

estabilidade nas relações, quer pela presença da vontade da população escrava intervindo diretamente na escolha do parceiro (Mota, 1988, p. 104-59).

Analisando por outro ângulo, percebe-se que a instituição familiar era um mecanismo de que os grandes proprietários lançavam mão para melhor controlar seus escravos. O senhor tinha consciência de que seriam mais difíceis a rebelião e a fuga se o cativo possuísse uma família e, portanto, laços sociais mais fortes e abrangentes, através do compadrio, com outros escravos:

Em geral, os colonos facilitavam os casamentos entre os escravos, pois sabem, por experiência, que é a melhor maneira de prendê-los à fazenda e a mais forte garantia de boa conduta. (Rugendas, 1954, p. 180.)

A família possuía, assim, diversas características. De um lado, servia em alguns casos como um controlador da escravaria, elemento necessário para a manutenção da tranquilidade nos plantéis. De outro, para o escravo era um meio de aumentar sua socialização, seus mecanismos básicos de adaptação e, conseqüentemente, melhorar sua condição de vida dentro do plantel.

A antropologia demonstra claramente que o casamento é uma relação social de importância crucial porque, entre outros motivos, relaciona-se com vários fatos sociais que interagem na sociedade. E conclui que os casamentos nos grupos de pequena escala são muito mais importantes do que nas sociedades tidas como modernas, já que esses pequenos grupos precisam manter os laços de união e, portanto, de proteção acarretados pelos casamentos de seus membros e precisam também manter o nível de nascimentos compatíveis com a sua capacidade econômica.

Sahlins (1974), analisando a função do parentesco em sociedades tribais, chegou à conclusão de que uma das maneiras de se obter a paz é através do parentesco, porquanto ele estabelece ligações recíprocas e constantes entre todo o grupo. Acreditamos poder expandir essa análise à comunidade escrava, pois as relações nela eram permeadas tanto por estratégias de negociação, que nada mais eram do que a manutenção da paz, como também por rupturas, ou seja, as guerras, principalmente entre africanos e crioulos. E esse constante estado de guerra iminente foi percebido por vários viajantes que por aqui estiveram, dentre eles destacam-se Debret (1976) e Walsh (1985).

Florentino e Góes (1995) demonstram que as relações entre africanos e crioulos eram de constantes possibilidades de conflitos, tendo em vista não somente o fato de serem grupos com culturas diferentes obrigados à convivência, mas também porque as mulheres eram sempre em número reduzido, dificultando as relações sexuais e impondo que determinados sujeitos ficassem sem acesso a sua companheira.

Percebe-se, através dos números fornecidos pelas fontes, que a família nem sempre era impedimento às fugas. Em alguns casos, e os de Parati e de Limoeiro parecem ser bons exemplos, os escravos fugiam acompanhados de seus familiares. Quem sabe a fuga, nesses casos, não seria um modo de manter seus valores pessoais, seus laços afetivos?

Sabe-se que dos 32 escravos que fugiram da Fazenda de Pedras Azuis, em Parati, 22 (68,8%) possuíam algum tipo de relação familiar, enquanto apenas dez (31,2%) estavam sem qualquer informação a esse respeito, o que não significa que não possuíssem famílias, pois os relacionamentos consensuais não eram levados em conta.⁹

Quanto ao tipo de família, pode-se inferir da carta precatória de Parati que havia cinco

nucleares, uma patrifocal e nenhuma matri-focal. O predomínio de famílias nucleares pode ser explicado através das análises que demonstraram ser as regiões voltadas para o abastecimento interno caracterizadas pelo menor recebimento de escravos por meio do tráfico negreiro. Com isso, criavam-se nessas regiões uma possibilidade maior de manutenção de famílias e chances para a sua formação.

Esses resultados são bons indicativos para pensarmos no que significava a família para um fugitivo. O que podem mostrar tais dados? Numa primeira análise, percebe-se que a família, quando fugia, o fazia unida, ou seja, havia a manutenção dos laços sociais e afetivos mesmo durante uma fuga. Talvez isso fosse essencial para suportar os rigores de uma empreitada de tal porte ou, quem sabe, a família e a sua manutenção física representassem a causa principal para a fuga. Uma família escrava estava, em vários momentos, correndo riscos de existência por causa da faculdade que tinha o senhor de vender qualquer um dos seus membros. A fuga era, nesses casos, uma solução menos ruim do que ficar e correr o risco de ter sua família destruída pela venda ou mesmo por maus-tratos.

Dessa maneira, ao mesmo tempo que a família podia ser uma barreira às fugas, podia também em alguns casos ser o mecanismo que a acionaria. Através do número de filhos por casal, e suas respectivas idades, pode-se imaginar que, ao contrário do que afirma grande parte da historiografia, os casamentos nucleares entre cativos não só eram possíveis, mas também poderiam em muitos casos ser estáveis. O Quadro 1 mostra a distribuição das famílias de escravos fugidos da Fazenda de Pedras Azuis.

Analisando o quadro, vemos que Manoel, 50 anos, e Rosa, 40, possuíam sete filhos, com idades variando entre quatro e 20 anos,

e constituíam uma família havia pelo menos 20 anos; Alexandre e Lucrécia, ambos com 50 anos, possuíam um filho com idade de cinco anos, período mínimo de sua união; Caetano, 35 anos, e Antônia possuíam também um filho com idade de 11 anos, mais uma vez, período mínimo de sua união. Ao que tudo indica, esses casais poderiam estar juntos em relações estáveis, o que só serve para confirmar a expressão das famílias escravas, as quais, segundo as pesquisas que já estão sendo feitas, perduravam por várias gerações.

Em 1878, o capitão que aprisionou os quilombolas de Limoeiro elaborou, em seu relatório sobre a destruição do quilombo, uma lista com 78 quilombolas capturados e com a notícia de ter conseguido destruir um outro quilombo situado na região, o de São Benedito. Através dessa lista, que não oferece os nomes dos pais, foi possível a identificação das relações parentais entre as mães e os filhos que habitavam o quilombo e a elaboração do Quadro 2.

Apartir desses dados, percebe-se que, das 44 mulheres capturadas, 17 possuíam filhos. E todas as famílias apresentadas pelo quilombo eram encabeçadas por mulheres. Pode-se inferir, ainda, algumas indicações a respeito da vida familiar desses escravos:

a) é possível que os casamentos legitimados pela Igreja, e, portanto, únicos aceitos pelas autoridades, fossem em número reduzido, o que explicaria tantas famílias só apresentando as mães e seus filhos;

b) a existência de um tipo específico de parentesco entre os quilombolas do Limoeiro, o matrilinear.

As famílias de Limoeiro também permitem-nos perceber o seu tempo de existência, pois foram encontradas três famílias que possuíam três gerações: a mãe, a filha e o neto. Maria Cesária teve cinco filhos e um deles, Maria Francisca, deu-lhe uma neta, de

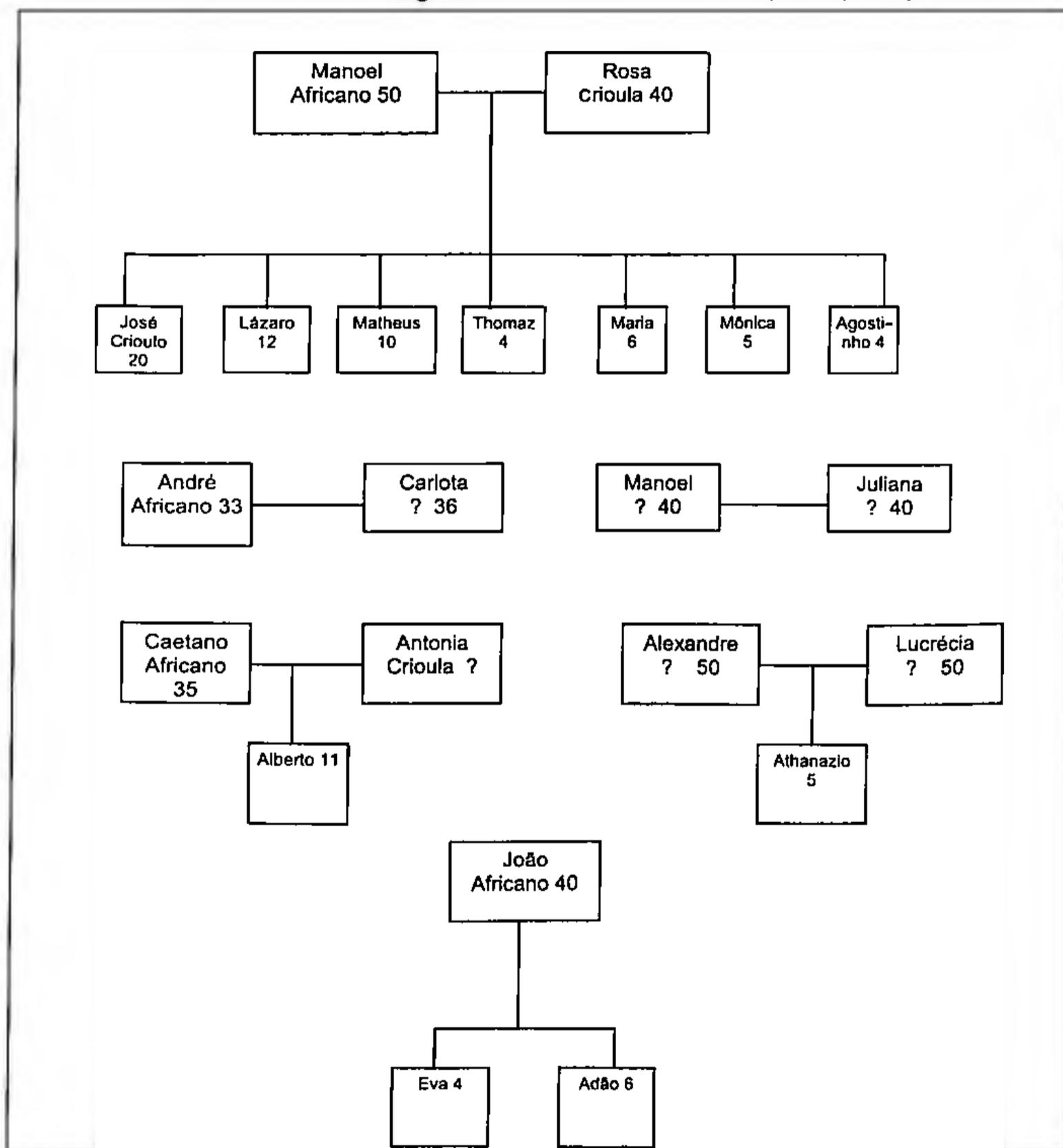
nome Maria Francelina; Marcelina, com três filhos, teve também um neto, Deodato, filho de sua filha, Maria Prisca; e Feliciano, com sua única filha, Isabel, ganhou também um neto, Pio.

As redes de parentesco dos quilombolas de Macaé nos mostram que, num pequeno universo (34 escravos), havia no mínimo

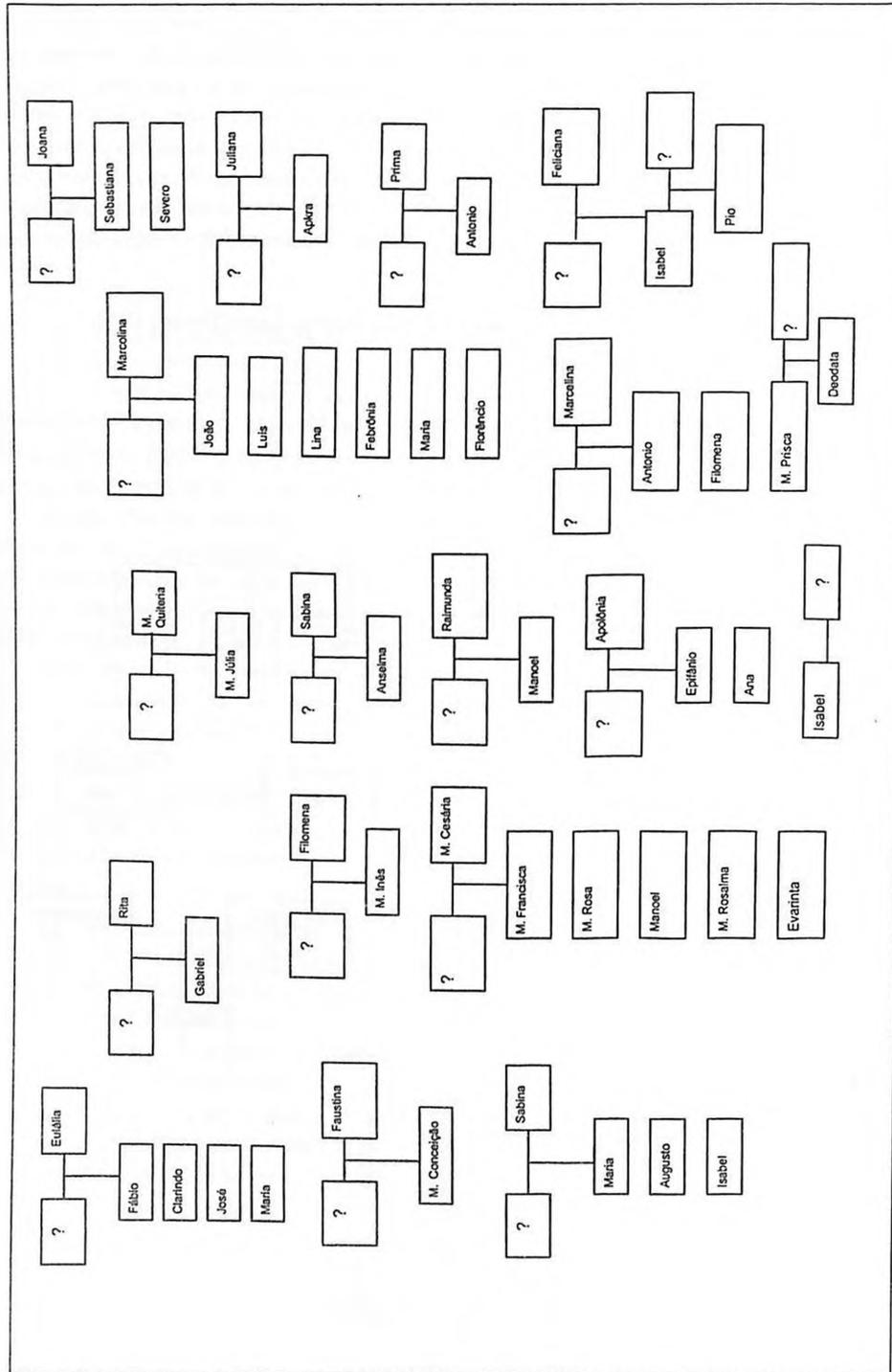
38,23%, ou seja, 13 pessoas que mantinham laços de primeiro grau de parentesco.

Valendo-se dos dados fornecidos pelo delegado, identificou-se que 13 pessoas estavam ligadas por relações parentais. Havia três famílias matrifocais, envolvendo sete pessoas (60%), uma família patrifocal com duas pessoas (20%) e uma família nuclear

Quadro 1
Famílias escravas fugidas da Fazenda Pedras Azuis (Parati, 1852)



Quadro 2
Famílias escravas encontradas no Quitombo do Limoeiro, no Maranhão (1878)



com quatro pessoas (20%). A partir desses dados, foi elaborado o Quadro 3, mostrando essas redes parentais.

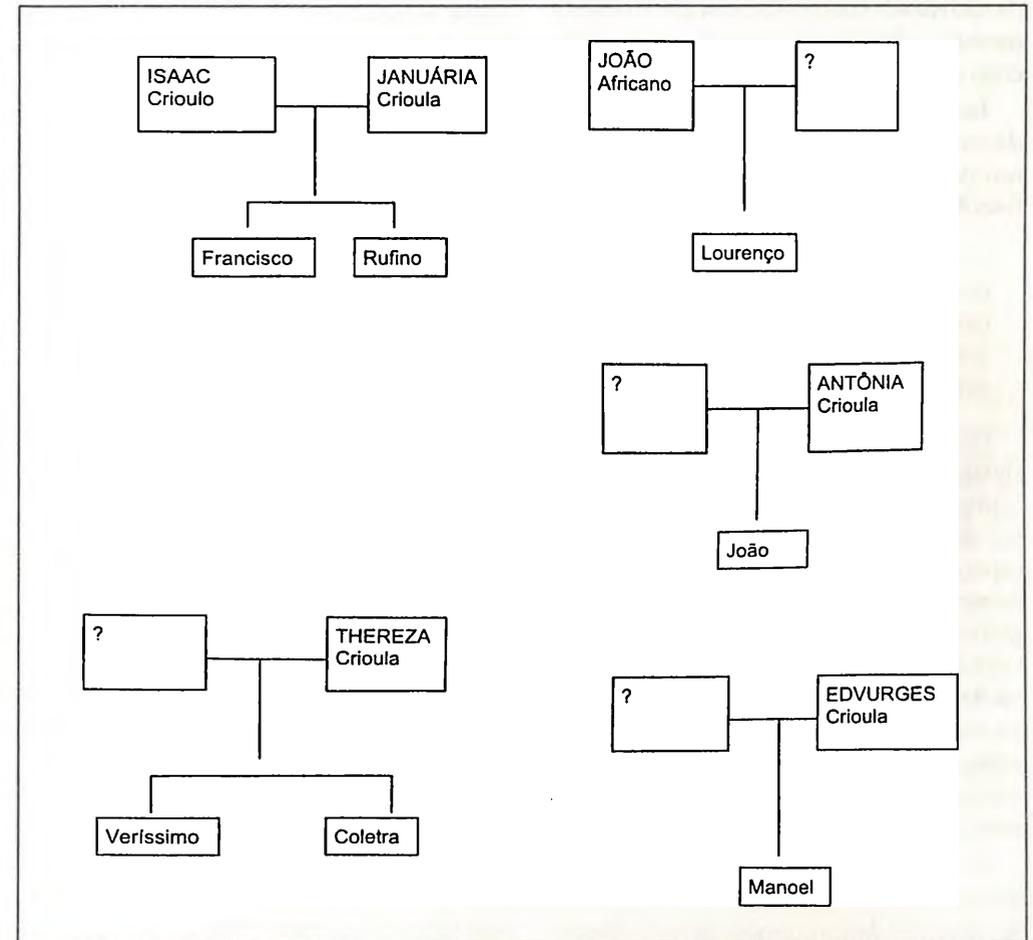
No Quadro 3, observa-se que:

a) a família patrifocal registra o menor índice parental e era provavelmente formada por viúvos e seus filhos, e não por pais solteiros;

b) existiam as famílias nucleares, o que demonstra a possibilidade de uniões oficiais dentro de um plantel, ainda que ele fosse ligado à agroexportação;

c) de maneira bastante clara, percebemos o predomínio da família matrifocal. Das 13 pessoas envolvidas em algum tipo de relação familiar, sete estão ligadas a esse tipo de família. Isso pode confirmar as inúmeras pesquisas que têm demonstrado o predomínio das mães como cabeças nas famílias escravas, seguidas pelas famílias nucleares e, por último, das patrifocais em algumas regiões brasileiras destinadas à agroexportação ou não. E confirma também o padrão encontrado em Limoeiro.

Quadro 3
Famílias escravas encontradas na lista fornecida pelo delegado de Macaé



Uma das possibilidades para tal fato residiria na questão da exploração constante da mão-de-obra masculina. Como Macaé era uma região voltada para a exportação de cana-de-açúcar, havia constante flutuação nos números de escravos homens, devido não mais a grandes remessas de novos cativos pelo tráfico, mas sim à mortalidade causada pelo excesso de trabalho; por causa das vendas dos escravos que atingissem uma determinada idade — e não-aptos, portanto, ao trabalho nas lavouras — e também, por que não, das constantes fugas. Uma outra explicação poderia ser buscada nos relacionamentos entre os escravos. A grande maioria não era tida como oficial porque não havia recebido a bênção da igreja. Logo, as mães eram consideradas mães solteiras.

Jacob Gorender, em seu livro *A escravidão reabilitada*, afirma que as mães solteiras não deveriam formar famílias para as análises das relações parentais:

Do ponto de vista metodológico, é incorreto juntar famílias encabeçadas por casais e famílias monoparentais, "quebradas" ou "parciais", encabeçadas por mães solteiras. (Gorender, 1990, p. 50.)

Contudo, parece bastante óbvio que, em situações em que a religião era algo imposto à população escrava e em que mesmo a população livre não tinha esse tipo de preocupação com a legitimidade ou não do casamento, encarar as relações sexuais entre estes grupos requeria a aceitação de normas e valores diferentes. A existência de mães solteiras deve ser encarada como um fato do cotidiano, pois poderiam não ser casadas oficialmente, ter seus filhos concebidos com algum senhor ou, inclusive, ter tido seus relacionamentos interrompidos por venda.

As famílias nucleares também formam uma amostragem significativa, demonstrando a possibilidade de uniões estáveis dentro

de um plantel, ainda que destinado à agroexportação.

Por último, as famílias patrifocais, que eram muito provavelmente formadas por pais viúvos e seus filhos.

O restante dessa população, ou seja, 24 pessoas, não possuía relações de parentesco entre si ou então o delegado não as registrou por se tratarem de relações não-oficiais, o que é muito provável. Logo, tais números são variantes mínimas dentre desse universo.

A existência da família escrava não só era possível como, em alguns casos, era encorajada pelos senhores como meio de prevenir problemas entre seus escravos. Isso não significa afirmar que não havia discórdias na hora de formá-las. Por problemas de ordem numérica (maior proporção de homens do que de mulheres), os atritos eram constantes, criando rugas entre os habitantes da senzala e seus segmentos. De um lado, crioulos e, de outro, africanos, inimigos em potencial quando em jogo estava a posse de uma mulher, elemento essencial para a formação e manutenção da família, tida como um mecanismo de socialização e de auxílio para agüentar as agruras do cativo.

Se, por um lado, a família diminuía as tensões do cativo, ela em muitos casos serviu como o estopim para a partida e para os rompimentos entre senhores e escravos. A fuga das famílias em conjunto pode ser visualizada como uma tentativa de mantê-las a todo o custo. Assim como pode ser também vista como um modo encontrado pelos que pretendiam fugir para manter suas vidas e seus relacionamentos fora do cativo. A família seria, dessa maneira, um precioso auxílio para essa manutenção.

Conclusão

Pode-se afirmar, através dos dados levantados pela documentação apresentada, que nem todos os escravos tinham condições de

burlar a vigilância e fugir. A fuga pressupõe um conjunto de características que deve estar presente no escravo que a promove para existir alguma chance. Por causa dessas características necessárias, as fontes analisadas acabaram por oferecer um perfil do fugitivo. Os dados levantados e trabalhados qualitativa e quantitativamente nas fontes e comparados posteriormente com outros dados já registrados demonstraram que o mais propenso à fuga era o escravo homem e adulto — e sua naturalidade variava de acordo com o período levantado. Antes de 1850, havia o predomínio de africanos. Depois desse período, os crioulos lideraram os números dos escravos fugidos. As mulheres também fugiam. Con-

tudo, em proporção bem menor. Tal acontecimento não pode ser explicado apenas por constituírem minorias nos plantéis. A família escrava provou estar intimamente ligada a essa questão, na medida em que as fugas das mulheres eram, em geral, acompanhadas por filhos menores de idade. Isso, por si só, já era um grande empecilho a tarefa tão arriscada. Fugir com crianças significava ser alvo mais fácil à recaptura. As famílias dificultavam as fugas, mas não as impediam. Os escravos analisados mostraram a viabilidade da manutenção dessa família durante a fuga e que ela era bastante rica em informações sobre os escravos que conseguiam fugir de seus senhores.

NOTAS

1. Biblioteca Nacional, microfilme, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1850.
2. Aperj-SPP 165/32, Maço 10, Pasta 3.
3. IHGB, Lata 551, Pasta 39.
4. APJ nº 159, Cx. 16.
5. Apem, Maço: Coleção Militar do Gurupi, Doc. Avulsos.
6. A maneira de a sociedade perceber a escravidão e os valores reinantes nela foram denominados por Eduardo Silva e J. J. Reis "paradigma ideológico colonial". Para esses autores, tal conceito seria a maneira de a sociedade pensar e agir que, de uma forma ou de outra, se relacionava sempre a condutas que eram esperadas por todos. A ideologia relacionada à escravidão era a de que qualquer escravo poderia ser, em geral, um fugitivo. Eram exatamente essas condutas e essas formas de agir da população que propiciavam o grande obstáculo às fugas, pois cada membro da comunidade ou era um senhor de escravos em potencial — e logo que identificava um fujão tratava de aprisioná-lo, já que em algum momento poderia ser de uma propriedade sua que estaria fugindo —, ou poderia ser ainda alguém interessado em receber boas recompensas por escravos recapturados. Por isso, cada fuga desencadeava uma repressão imediata que poderia ser mais ou menos violenta, dependendo das condições apresentadas pelos fugitivos ou mesmo das concepções político-sociais dos agentes repressivos.
7. Carta precatória enviada ao delegado de Parati pelo comendador José L. Campos do Amaral em 4 de junho de 1852.
8. Cartaz dos escravos fugidos do Engenho Paranaguá, São Paulo, 1882.
9. Carta precatória enviada ao delegado de Parati pelo comendador José Luis Campos do Amaral, em 4 de junho de 1852.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, Machado de (1985). "O caso da vara". In: *Os melhores contos de Machado de Assis*. São Paulo, Global.
- (1985). "Pai contra mãe". In: *Os melhores contos de Machado de Assis*. São Paulo, Global.
- AZEVEDO, Alúzio (1980). *O cortiço*. Rio de Janeiro, Ediouro.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1962). *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional. O negro na sociedade escravista do Rio Grande do Sul*. São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- COSTA, Emília Viotti da (1989). *Da senzala à colônia*. São Paulo, Brasiliense.
- DEBIEN, Gabriel (1979). "Marronage in the French Caribben". In: PRICE, Richard. *Marron societies: rebel slave communities in the Americas*. Baltimore and London, The Johns Hopkins University Press.
- DEBRET, Jean B. (1976). *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo, Martins Editora, v. 1.
- FLORENTINO, Manolo G. (1991). "Em costas negras: um estudo sobre o tráfico atlântico de escravos para o porto do Rio de Janeiro, 1790-1830". Tese de doutoramento. Niterói, Universidade Federal Fluminense.
- FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João (1987). "Marcelino, filho de crioula, neto de Joana cabinda: um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872)". *Estudos Econômicos*. São Paulo, IPE/USP.
- FLORENTINO, Manolo e GÓES, José R. (1995). "Tráfico negreiro e estratégias de socialização parental entre os escravos do meio rural do Rio de Janeiro, 1790-1830". In: LEMOS, Maria Teresa B. (org.). *América Latina e Caribe: os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro, Ed. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- GIACOMINI, Sônia (1988). *Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil*. Rio de Janeiro, Vozes.
- GOMES, Flávio dos Santos (1992). "Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX". Dissertação de mestrado. Campinas, Universidade Estadual.
- GORENDER, J. (1990). *A escravidão reabilitada*. São Paulo, Ática.
- KARASCH, Mary C. (1987). *Slave live in Rio de Janeiro, 1808-1850*. Princeton, New Jersey, Princeton University Press.
- LARA, S. Hunold (1988). *Campos da violência — escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LOBO, Eulália M. (s/d). *História do Rio de Janeiro. Do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro, Ibmecc, vol. 1.
- LUNA, Luiz (1976). *O negro na luta contra a escravidão*. Rio de Janeiro, Ed. Cátedra; Brasília, INL.
- MATTOSO, Kátia Q. (1990). *Ser escravo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.

- MOTTA, J. Flávio (1988). "Família escrava: uma incursão pela historiografia". *História, Questões e Debates*. Curitiba.
- PINHEIRO, Cláudio C. (1994). "Os desaparecidos. O cotidiano das fugas de escravos na corte, 1835 & 1865". Monografia de bacharelado da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.
- RUGENDAS, J. M. (1954). *Viagem pitoresca através do Brasil*. Rio de Janeiro, Liv. Martins.
- SAHLINS, Marshall (1974). *Sociedades tribais*. Rio de Janeiro, Zahar.
- SILVA, Eduardo e REIS, João J. (1989). *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Cia. das Letras.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (1980). "Casamento de escravos na capitania de São Paulo". *Ciência e Cultura* (32):816-21.
- SLENES, Robert (1988). "Lares negros, olhares brancos: história da família escrava no século XIX". *Revista Brasileira de História — Escravidão*. São Paulo, Anpuh, 8(16):189-203.
- (1987). "Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava, Campinas, século XIX". *Estudos Econômicos* (17):217-27.
- WALSH, Robert (1985). *Notícias do Brasil*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo.

SUMMARY

Demographic profile of the runaway slave

Even though running away was inherent to slavery, not every slave would flee. Hence, there must have been a specific type of slave who would consider fleeing as a way out. The main aim of this article is to identify the profile of the slave that saw escaping as a life alternative. Five kinds of sources have been used. They all have in common the fact that they were either mechanisms employed by slaveholders to get their slaves back or else lists compiled by authorities when quilombos were to be destroyed.

Generally, in these documents can be found personal data on slaves, such as name, age, sex, ethnicity, profession, health condition, kinship ties and other information. After analyzing such material, it has been found that some details in the daily life of slaves could be analyzed in greater detail, for instance, kinship ties during flight, professional specialization, predominance of "African" or "creoles" during flight depending on the period under consideration, and so on.

RÉSUMÉ

Le profil démographique de l'esclave fugitif

Même si les évasions soient inhérentes au système d'esclavage, pas tous les esclaves essayaient de s'enfuir. Il s'ensuit donc qu'il y avait un type spécifique qui choisissait la solu-

tion de l'évasion. L'objectif principal de cet article est d'identifier le profil de l'esclave qui cherchait l'évasion comme une alternative de vie.

Dans ce but on a utilisé cinq types de sources qui ont en commun le fait d'être des mécanismes lancés par les propriétaires afin de récupérer leurs esclaves, ou les listages dressés par les autorités au moment de la destruction de *quilombos*.^{*} Dans ces documents on rencontre d'habitude des données personnelles sur les esclaves, comme par exemple: nom, âge, sexe, ethnie, profession, état de santé, liens de parenté et autres informations.

Après l'analyse de ce matériel on a constaté que quelques caractéristiques de la vie quotidienne de l'esclave pourraient être analysés avec plus de détails, comme par exemple, les liens de famille maintenus durant la fuite, la question de spécialisation professionnelle, la prédominance de la population africaine ou créole pendant l'évasion — dépendant de la période analysée, et autres.

* Quilombo: refuge dans la forêt des esclaves évadés.

O papel da tecnologia na industrialização retardatária sul-coreana*

Marcio Zukin**

**Recebido para publicação em outubro de 1996.*

***Professor agregado do Departamento de Artes e doutorando em engenharia industrial na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.*

Este artigo analisa o papel que o desenvolvimento tecnológico teve na industrialização retardatária sul-coreana, com ênfase especial na indústria eletro-eletrônica, explicando o seu desenvolvimento tecnológico, como suas empresas se capacitaram tecnologicamente e suas formas de transferência tecnológica.

O sucesso da industrialização sul-coreana e suas altas taxas de crescimento econômico nas décadas de setenta e oitenta, que se têm sustentado nesta década, são resultantes em grande parte de enormes conglomerados em indústrias estratégicas, potencializados pelo Estado e expostos à competição internacional principalmente pela exportação, transferindo e internalizando as melhores práticas de tecnologia, além de gerar spillovers para o resto da economia.

Palavras-chave: Coréia do Sul; industrialização retardatária; capacitação tecnológica; transferência tecnológica; competição internacional; *spillovers*.

A industrialização sul-coreana foi marcada por um dirigismo estatal com capacidade de administração de longo prazo que, a partir de intervenções no mercado, teve o objetivo maior de promover as exportações e a concentração industrial por meio de conglomerados e a diversificação da atividade industrial em setores considerados estratégicos. A combinação de empresas selecionadas com indústrias estratégicas voltadas para a exportação resultou em exposição do setor industrial à competição internacional e em maior acesso às melhores práticas de tecnologias, com benefícios para as empresas e *spillovers* para o resto da economia. A transferência de tecnologia possibilitou um *upgrading* de certas indústrias, passando de tecnologias intensivas em mão-de-obra para intensivas em capital, e desafiou a divisão internacional do trabalho, baseada em vantagens comparativas que a Coreia do Sul não possuía na época. O país saltou de uma economia caracterizada pela mão-de-obra barata e abundante para uma das nações protagonistas do cenário mundial atual, com produção de tecnologia de ponta, de alto valor agregado, e setores industriais e empresas competitivas internacionalmente em uma economia crescentemente globalizada e liberalizada.

Perspectiva histórica sul-coreana

É importante entender as origens das políticas de Estado que levaram ao sucesso da industrialização retardatária sul-coreana.

Em 1910, o Japão anexou formalmente a então ainda unificada Coreia. A administração colonial japonesa estabeleceu um modelo de administração estatal centralizada e forneceu algumas das fundações principais para a entrada tardia coreana no crescimento econômico moderno. No fim da Segunda Guerra Mundial, em agosto de 1945, o Japão

se retirou da Coreia e houve a partição da península (Figura 1). Em seguida, sucedeu-se um período de política da Guerra Fria que desencadeou a Guerra da Coreia, em junho de 1950, e durou até 1953, com a divisão da Coreia em duas partes, separadas geográfica e ideologicamente.

No período seguinte, a Coreia do Sul foi governada pela facção política mais conservadora, com Syngman Rhee como presidente. Os Estados Unidos, com recursos públicos, forneceram praticamente todo o fluxo de capital desse período para a reconstrução de guerra, enquanto o Estado sul-coreano distribuiu subsídios para empreendedores generalistas, devotados a fazer dinheiro onde surgissem oportunidades. Em 1961, Park Chung Hee tomou o poder por meio de um golpe de Estado militar. A partir de então, foi encorajada a entrada de recursos de capitais privados que culminaria na política de promoção das exportações. Em outubro de 1979, o presidente foi assassinado e o país foi lançado em um período de grande instabilidade política. A República da Coreia passou por uma sucessão de regimes militares, intercalados por breves tentativas de democracia, e adotou o sistema presidencial em 1987. Em 1992, Kim Young-sam foi o primeiro presidente civil eleito (por sufrágio direto e universal e por um período não-renovável de cinco anos).

A industrialização retardatária

A industrialização sul-coreana foi retardatária, no pós-guerra, com altas taxas médias de crescimento econômico e redução da desigualdade na distribuição de renda. Foi um sucesso estrondoso relacionado à transformação de uma economia predominantemente agrícola e rudimentar em uma economia industrial diversificada e com vantagens competitivas nos mercados internacionais de

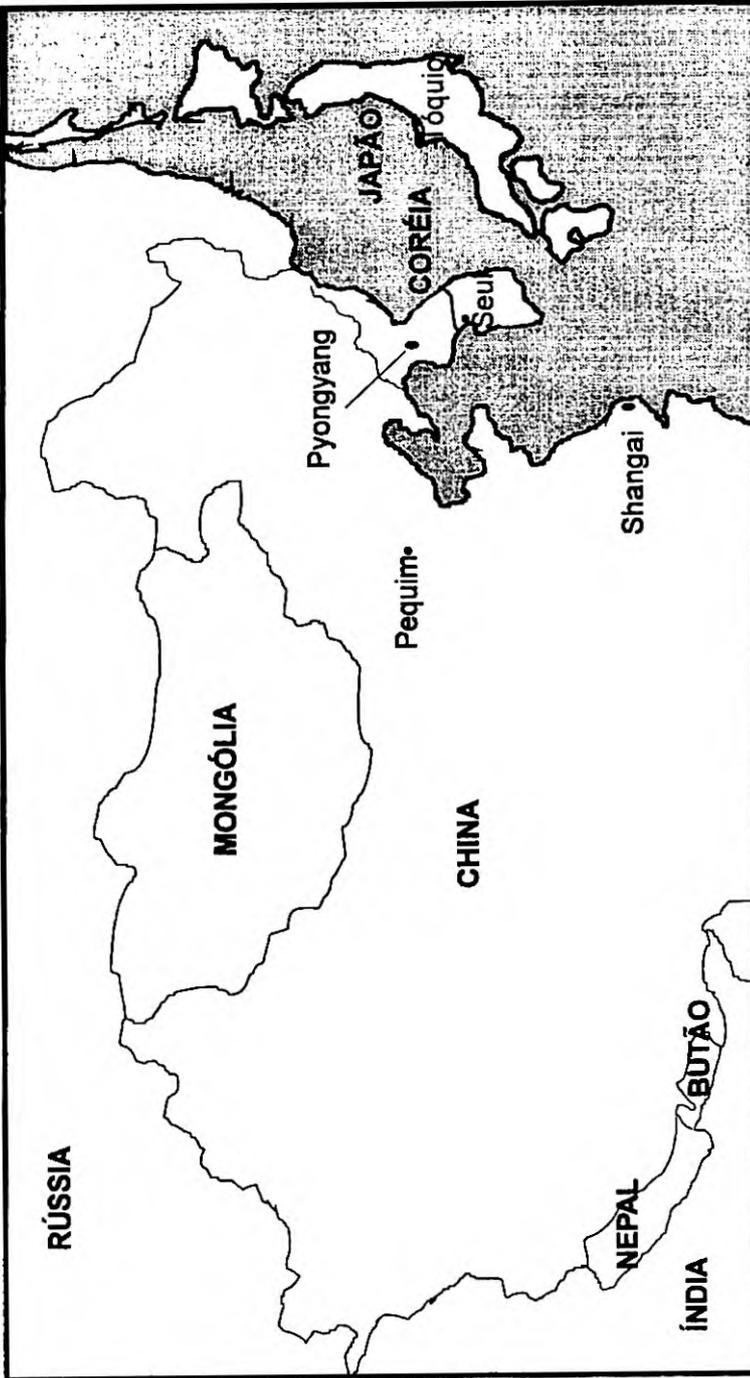


Figura 1: Mapa do Nordeste Asiático.

produtos com alta intensidade de capital, tecnologia e conhecimento, em pouco mais de duas décadas. Entre 1965 e 1986, o PNB *per capita* cresceu a uma média anual de 6,7%, enquanto o conjunto dos países em desenvolvimento crescia a uma taxa média de 2,9% (Aldrich, 1994). Entre 1950 e 1973, o PIB por habitante cresceu a uma média anual de 5,2%, enquanto o Japão crescia a uma taxa média de 8% ao ano, os Estados Unidos a 2,4% e o Brasil a 3,8%. Entre 1973 e 1992, a Coreia do Sul não só sustentou, como elevou a sua taxa média de crescimento do PIB para 6,9% ao ano, enquanto a taxa do Japão ficou em 3% e a do Brasil em apenas 0,9% (Tabela 1). A base desse crescimento foi a ampliação do valor agregado da indústria manufatureira e o peso que ainda tem no PNB (Tabelas 2 e 3). É uma história fascinante por causa da sua mudança estrutural e pode servir como exemplo para outras nações, devido ao caráter original como essa industrialização ocorreu. Ao mesmo tempo, essas particularidades dos fatores de mercado e as contingências históricas são únicas.

A política industrial sul-coreana começou com o Plano de Desenvolvimento Econômico, de cinco anos, no começo dos anos sessenta. Os recursos requeridos, especialmente

de capital e tecnologia, foram fornecidos principalmente por empréstimos estrangeiros, resultando em uma política de promoção de exportações. Indústrias de exportação eram subsidiadas para obter moeda estrangeira para amortização e mais importações (Kang, 1989).

A industrialização sul-coreana pode ser dividida em quatro fases distintas:

De 1960 a 1972 — Alargamento da base existente, com esforço de exportação de produtos de baixa densidade tecnológica e aquisição de vantagens comparativas dinâmicas, promovendo crescimento rápido e fortalecendo a competitividade internacional. Nesse processo, os grupos nacionais foram levados pelo Estado a se lançar nas vendas de bens de consumo não-duráveis.

De 1973 a 1979 — Mudança qualitativa em sua estrutura, com internalização de segmentos de maior densidade tecnológica, como a indústria química e pesada, e modernização da estrutura industrial, sem mudança no *drive* exportador. O segmento de máquinas e equipamentos ampliou a sua participação na economia de 7,8% para 23,6%.

De 1980 a 1985, a partir do segundo choque do petróleo — Processo de reestruturação para ajuste a uma demanda internacional estruturalmente adversa e solução

Tabela 1
Fases de crescimento do PIB real por habitante, 1820-1992
(Média anual das taxas de crescimento acumuladas — em %)

	1820-70	1870-1913	1913-50	1950-73	1973-92
Reino Unido	1,2	1,0	0,8	2,5	1,4
Alemanha	1,1	1,6	0,3	5,0	2,1
Estados Unidos	1,3	1,8	1,6	2,4	1,4
Brasil	0,2	0,3	1,9	3,8	0,9
Japão	0,1	1,4	0,9	8,0	3,0
Coreia do Sul	n.d.	n.d.	-0,2	5,2	6,9

Fonte: Maddison, 1995. p. 64-5.
n.d. = não-disponível.

dos problemas sociais derivados do segundo período. Nessa fase, a Coreia do Sul se lançou na exportação de novos produtos em segmentos mais dinâmicos, como os equipamentos de transporte e os produtos eletrônicos, que ajudaram a reverter o saldo da balança comercial para sucessivos superávits a partir de 1986.

De 1986 até hoje — Uma nova era, de superávit da balança comercial, aumento de empregos e salários, capacitação tecnológica inovativa, apreciação da taxa de câmbio e da moeda e a correção de falhas de mercado. O sucesso da Samsung no mercado de fornos de microondas é um exemplo ilustrativo dessa nova estratégia. A Samsung é hoje a maior produtora de fornos de microondas do mundo, com uma produção acima de 80 mil por semana, enquanto em 1979 ela só fazia algumas dúzias nesse mesmo espaço de tempo (Magaziner e Patinkin, 1989).

Desenvolvimento tecnológico

O desenvolvimento tecnológico está associado à industrialização retardatária. O papel menor que a invenção possui quer dizer

simplesmente que a maior parte do desenvolvimento tecnológico consiste na assimilação de tecnologia estrangeira. A assimilação de tecnologia não pode ser passiva, automática e sem custo, ela requer investimento na compreensão dos princípios e uso da tecnologia, investimentos refletidos no aumento crescente de capital institucional e humano. As escolhas associadas aos investimentos em assimilação têm um aspecto de complexidade que decorre do caráter da tecnologia como um sistema composto de elementos inter-relacionados que devem ser separados (Westphal, Kim e Dahlman, 1984).

A inovação é definida como o uso de novos métodos ou a modificação dos métodos existentes, seja imitativo ou não: adaptar as unidades de produção existentes para aumentar a capacidade, reduzir gargalos em processos particulares da fábrica, melhorar o uso de produtos secundários, aumentar a vida de um equipamento, fazer adaptações para as mudanças em fontes de matéria-prima, modificar o *mix* de produtos etc.

Tecnologia é a aplicação prática de conhecimento tecnológico. Esse conhecimento é constituído de elementos técnicos relacio-

Tabela 2

Valor agregado pela indústria manufatureira a preços e taxas de câmbio constantes de 1975 (Participação no PIB)

Discriminação	1964	1973	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Reino Unido	32,5	29,7	27,4	26,7	21,8	20,8	20,5	20,7
Alemanha	36,7	39,4	38,3	38,3	37,7	36,3	35,6	35,6
Estados Unidos	25,2	26,2	25,3	25,3	24,5	24,4	23,2	23,6
Brasil	26,1	29,8	29,7	29,7	29,6	28,2	28,1	27,1
Japão	n.d.	32,1	33,8	34,8	36,1	36,9	38,1	39,4
Coreia do Sul	9,8	23,4	31,6	32,4	33,2	33,2	32,8	33,2
Economias de Mercado — Mundo	25,6	27,2	26,6	26,8	26,4	26,1	25,7	26,1

Fontes: OCDE, 1988, p. 14; Canuto, 1991, p. 12.

n.d. = não-disponível.

Tabela 3
Estrutura do PNB e principais exportações

<i>Estrutura do PNB — 1995</i>	%	<i>Principais exportações — 1995</i>	%
Agricultura e pesca	7,60	Produtos eletrônicos	28,00
Indústria de extração	0,40	Produtos têxteis	21,50
Manufatura	27,30	Produtos de aço	6,30
Construção	15,20	Navios	5,70
Transporte e comunicações	7,20	Calçados	5,30
Serviços financeiros e seguros	16,60	Produtos químicos	4,20
Distribuição restaurantes e utilidades públicas	15,50	Engenharia mecânica	3,20

Fonte: Banco Paribas, 1996.

nados às características dos produtos e processos físicos e de elementos transacionais das relações sociais, baseadas em contratos, mercado e cultura organizacional. O termo *tecnologia* se refere a:

- grupo de processos físicos que transformam *inputs* em *outputs*;
- especificações dos *inputs* e *outputs*;
- transações sociais que estruturam as atividades envolvidas no processo dessas transformações.

O paradigma neoclássico

O enfoque neoclássico *puro* postula que:

a) tecnologia é um *bem livre* ou adquirível em mercados competitivos, ou seja, as formas mais eficientes de utilização dos *fatores de produção* são conhecidas e as superfícies das funções de produção são idênticas inclusive internacionalmente;

b) a perfeita reversibilidade/flexibilidade nos processos produtivos impede a apropriação duradoura de diferenças de custos;

c) quaisquer volumes de capital são financeiros em mercados de capitais perfeitamente competitivos.

Enfim, qualquer *barreira à entrada* pode ser suplantada, por qualquer agente, a longo prazo (Canuto, 1991).

No paradigma neoclássico, a mudança tecnológica é colocada do lado de fora da análise das industrializações recentes, enquanto variável exógena. A tecnologia é tratada como “informação” de aplicabilidade geral, isto é, como conhecimento sobre a transformação de *inputs* em *outputs* nas esferas produtiva, administrativa e comercial, cuja reprodução e reutilização se dão em condições essencialmente idênticas.

A “economia do desenvolvimento”

A “economia do desenvolvimento” do pós-guerra, em contraposição à ortodoxia econômica, mostra que mudanças, desenvolvimento, crescimento e industrialização dependeriam de variáveis “exógenas” ao processo econômico de alocação de recursos (tecnologia e preferência intertemporal quanto ao consumo).

A industrialização sul-coreana evoluiu e se desenvolveu dentro de uma visão schumpeteriana. A taxa de crescimento de produção

não caiu devido à prevalência dos conglomerados de grande porte, ao menos na indústria manufatureira, e a concorrência não é vista apenas como concorrência de preços, mas de novas mercadorias, novas tecnologias, novas fontes de oferta e novas fontes de organização (Schumpeter, 1984; Scherer, 1992).

A maior parte do conhecimento tecnológico tem um conteúdo tácito (reside tanto na mente como em manuais) e idiossincrático, em comparação com a ciência, que é mais facilmente divulgável e copiável. Há evidências empíricas de que, nas aplicações particulares de qualquer tecnologia, existe em maior ou menor grau esse conteúdo de conhecimentos tácitos e específicos, que são elementos necessários à utilização minimamente eficiente da tecnologia e que estão incorporados às pessoas ou às rotinas de operação da empresa e não podem ser adquiridos ou transferidos através de manuais ou outras formas codificadas de transmissão de conhecimento. Portanto, esses conhecimentos não podem ser inteiramente difundidos, tanto sob a forma de informação pública quanto de propriedade privada (Nelson e Winter, 1982).

O aprendizado tecnológico

A tecnologia não é um bem de consumo ou de capital, ela envolve especificidades do aprendizado — *learning-by-doing* e *learning-by-using* — e sua transferência integral se torna, portanto, impossível, tanto intra-setorialmente quanto, direta ou indiretamente, de modo intersetorial. O receptor de tecnologia recebe inevitavelmente um conjunto de informações menos completo do que dispõem as fontes de transmissão; ele pode permanecer no nível do *know-how*, sem atingir o nível do *know-why* (Canuto, 1991). É por isso que a experiência é crítica para se tornar proficiente em cada uma das capaci-

tações. Por outro lado, a experiência adquirida em certa capacitação tecnológica não é facilmente transferível para outras atividades, como, por exemplo, a experiência em operar uma fábrica de eletrodomésticos não é suficiente para estabelecer uma nova fábrica de eletrodomésticos.

De acordo com Amsden (1989), as economias que começaram a industrialização no século XX transformaram suas estruturas produtivas e aumentaram suas rendas per capita com base em tecnologias *emprestadas*, diferentemente da Primeira Revolução Industrial, na Grã-Bretanha, no final do século XVIII e da Segunda Revolução Industrial, nos Estados Unidos e Alemanha, 100 anos mais tarde, que geraram novos produtos e processos. As industrializações da Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha aconteceram com base na invenção e na inovação, enquanto as industrializações das sociedades agrárias do século vinte, com base no aprendizado, em um processo de *catching-up*. Portanto, há uma separação relacionada à natureza e à função do conhecimento técnico, sendo a recuperação do atraso em tecnologia o aspecto marcante do paradigma da industrialização retardatária.

Para empresas individuais, a ausência ou presença de geração de novas tecnologias é decisiva na determinação da base na qual irão competir internacionalmente. Empresas que aprendem não inovam (por definição) e devem competir inicialmente em uma base combinada de baixos salários, subsídios estatais, produtividade incremental e melhorias de qualidade relativas a produtos existentes. O chão de fábrica tende a ser o foco estratégico das empresas para competir na base de tecnologia *emprestada*. É onde a tecnologia é tornada operacional e depois otimizada. Produtos similares aos que ela produz estão disponíveis internacionalmente e, portanto, as melhorias incrementais e cumulativas na

produtividade e na especificação do produto são essenciais para alcançar competitividade de preço e qualidade. Dessa forma, nos anos sessenta, os conglomerados sul-coreanos passaram a contestar mercados desenvolvidos pelos inovadores e antes considerados maduros (Amsden, 1989).

Freeman (1974) demonstra que empresas com estratégia *defensiva* (de tecnologia *emprestada*) não implica ausência de P&D, pelo contrário. Uma política *defensiva* pode ser tão intensiva em pesquisa quanto uma política *ofensiva*. A diferença está na natureza e no *timing* das inovações. As empresas *late-comers* exercem tipicamente um aprendizado imitativo. É frequentemente esquecido que a transferência efetiva de tecnologia requer um esforço local para assimilar e dominar o que foi transferido e adaptar às circunstâncias locais. Geralmente, parte da tecnologia é importada e parte é fornecida localmente.

A Coreia do Sul teve um aprendizado tecnológico excepcionalmente rápido, fundamental para entender a agressividade de suas empresas na expansão, na ocupação de mercados externos e na globalização.

Capacidades tecnológicas

A capacitação tecnológica é a habilidade em tornar efetivo o uso do conhecimento tecnológico e a proficiência de seu uso na produção, no investimento e na inovação, isto é, operar instalações produtivas, expandir a capacidade e estabelecer novas instalações produtivas e desenvolver tecnologias (Westphal, Kim e Dahlman, 1984).

A dinâmica tecnológica e local é necessariamente específica à firma, dados os inevitáveis componentes tácitos e específicos. As capacidades tecnológicas compreendem as capacidades de adquirir, assimilar, usar,

adaptar, mudar ou criar tecnologia, em três âmbitos:

- *capacidade de produção* — atividades de produção, administração e comercialização;
- *capacidade de investimento* — execução de novos projetos;
- *capacidade inovativa* — está diretamente relacionada à pesquisa aplicada e ao desenvolvimento, cujos objetivos são obter conhecimento com aplicações comerciais específicas e traduzi-las de forma operacional concreta. Entretanto, algumas atividades de desenvolvimento, como a criação de fábricas-piloto, também envolvem capacidades de investimento e produção (Westphal, Kim e Dahlman, 1984).

Até meados dos anos setenta, a estratégia do governo se restringiu à acumulação de capacidade de produção. Antes da mudança na estratégia, a política governamental desincentivou a capacidade doméstica de investimentos, principalmente favorecendo a importação de bens de capital. Foi durante os anos setenta que o governo começou a dar sérias prioridades ao desenvolvimento tecnológico.

O processo de aquisição de capacitação tecnológica envolveu uma sucessão de passos incrementais de tecnologias mais sofisticadas, com a capacidade produtiva tendo sido desenvolvida de alguma forma antecipada à capacidade de investimento.

Os exportadores sul-coreanos contaram muito com os compradores estrangeiros para o desenvolvimento da tecnologia de *design* do produto mais do que para a tecnologia de processo. Os compradores estrangeiros contribuíram para a inovação do produto por meio da influência que exerciam nas características dos produtos exportados quando especificavam seus pedidos e faziam inspeções de fábrica. Uma das maiores cadeias de lojas norte-americanas — a J. C. Penney — fez o primeiro pedido importante de for-

Quadro 1
Capacidades tecnológicas

I — Capacidades de Produção

- a) *Gerência de produção.*
- b) *Engenharia de fabricação — fornecer informações para otimizar a operação das instalações, incluindo:*
 - 1) *controle de matérias-primas e componentes;*
 - 2) *programação da produção — coordenação de processos produtivos entre produtos e instalações;*
 - 3) *controle da qualidade;*
 - 4) *trouble-shooting;*
 - 5) *adaptação de produtos e processos — para responder a mudanças de circunstâncias e para aumentar a produtividade.*
- c) *Conserto e manutenção do capital físico.*
- d) *Marketing.*

II — Capacidades de Investimento

- a) *Treinamento da mão-de-obra.*
- b) *Estudos de viabilidade de pré-investimentos.*
- c) *Execução de projetos — para estabelecer e expandir instalações, incluindo:*
 - 1) *gerência de projetos;*
 - 2) *engenharia de projetos — prover informações necessárias para tornar operacional a tecnologia em contextos particulares, incluindo:*
 - i) *estudos em detalhe (para a escolha entre projetos alternativos).*
 - ii) *engenharia básica (para o fornecimento da tecnologia central em termos de fluxos de processos, material e energia, especificações de equipamentos principais e arranjo de fábrica),*
 - iii) *engenharia em detalhe (para o suprimento de tecnologia periférica em termos de especificações completas para todo o capital físico, planos arquitetônicos e de engenharia, e especificações de construção e instalação de equipamento);*
 - 3) *aquisição de hardware — escolher, coordenar e supervisionar fornecedores de hardware e construtores;*
 - 4) *incorporação de capital físico;*
 - 5) *alcance de normas predeterminadas para o início das operações.*

III — Capacidades de Inovação

- a) *Pesquisa básica.*
- b) *Pesquisa aplicada — com implicações comerciais específicas.*
- c) *Desenvolvimento — tradução do conhecimento técnico e científico, em novos produtos, processos e serviços, incluindo testes experimentais.*

Fonte: Westphal, Kim e Dahlman, 1984, p. 7, com algumas modificações.

nos de microondas para a Samsung e contribuiu muito para o desenvolvimento desse produto, do qual essa empresa se tornou líder mundial (Magaziner e Patinkin, 1989).

A incorporação de tecnologia nacional é maior quando uma empresa local deve atender a um pedido de exportação do exterior do que quando uma subsidiária de uma multinacional provê quase todo o *know-how* para fazer o produto, incluindo o treinamento dos trabalhadores.

No caso da produção nacional para exportação, a empresa doméstica deve ser responsável principalmente pela organização e administração da produção, mas não necessariamente pelo *marketing* externo e nem pelo *design* do produto. A incorporação de tecnologia é maior quando a empresa adapta tecnologia de produção convencional e vende produtos em mercados externos de forma independente, segundo seu próprio *design*.

A penetração com sucesso em mercados de exportação freqüentemente requer que as especificações dos produtos sejam feitas sob medida para as diferentes demandas de mercados individuais. A Samsung projeta cada um dos mais de 200 tipos de fornos de microondas para mais de 20 países diferentes, seguindo as especificações do consumidor e da demanda local. Antes de começar a exportar para a Suécia em 1990, o seu departamento de *design* enviou uma missão a esse país para conhecer os consumidores de seus produtos (Magaziner e Patinkin, 1989). A produção para exportação fornece um meio poderoso de aquisição de tecnologia de *design* do produto, por meio do *learning-by-doing*, que transborda para o desenvolvimento de produtos em mercados locais também.

O processo de acúmulo das capacidades tecnológicas pode ser:

- por fontes internas, através do investimento em P&D, em busca de inovações maiores ou do aperfeiçoamento de produtos

e processos, ou, de modo informal, sem alocação específica de recursos e organização formal, incluindo o aprendizado na operação que acompanha o exercício das atividades correntes, como nas tradicionais "curvas de aprendizado" (Canuto, 1991); e

- por fontes externas, que se referem à transferência tecnológica.

Transferência tecnológica

As tentativas contemporâneas de revelar os custos e benefícios associados a diferentes caminhos de desenvolvimento tecnológico são bloqueadas pela escassez de histórias de casos adequados; por isso, o caso sul-coreano é interessante, mesmo que seja somente para fornecer um mapa das escolhas tecnológicas realizadas. O processo de transferência tecnológica envolve cumulatividade, com aumento progressivo da capacitação tecnológica e requerimento crescente do nível de habilidade do trabalhador.

Na Coreia do Sul, assim como quase sempre nos países de industrialização recente, as tecnologias de produção foram transferidas de países tecnicamente mais avançados. Trataremos, portanto, de como elas foram *escolhidas* ou *adaptadas*, utilizando um modelo de análise de Austin (Austin, 1990):

- As tecnologias podem ser transferidas por investimento externo direto, licenciamento, equipamento importado, assistência técnica e treinamento, fontes de informação públicas, educação e externalidades tecnológicas.

- As tecnologias possuem quatro níveis de capacitação: a *adoção* (identificar, acessar e adquirir a tecnologia através de um dos mecanismos de transferência); a *adaptação* (fazer quaisquer ajustes necessários, de engenharia ou operacionais); o *reforço* (produzir melhorias na tecnologia, que requer capacitação inovativa); e, por último, a *criação*

(tornar-se gerador de novos conhecimentos e ultrapassar a fronteira como um fornecedor, ao invés de ser mero comprador de tecnologia).

• Na capacitação tecnológica devem ser analisados cinco aspectos: custo dos fatores de produção (trabalho e capital), requerimentos do mercado (quantidade e qualidade), restrições técnicas, escassez de insumos (mão-de-obra qualificada, matéria-prima, energia e equipamento) e dinâmica competitiva.

Modos de transferência

Investimento externo direto

No investimento externo direto, quem transfere a tecnologia também participa como investidor ou proprietário da empresa que recebe a tecnologia; é um processo intra-empresa, entre matriz e subsidiária. O capital estrangeiro ingressou principalmente na forma de empréstimos, sendo os investimentos diretos pouco expressivos. A Coreia do Sul contratou tecnologia, mas não contratou produção; favoreceu o ingresso de técnicas estrangeiras, mas não encorajou a propriedade estrangeira; recebeu grandes fluxos de capital externo, assim como o Brasil, mas o mais importante é entender como foram adquiridos tecnologia e conhecimentos de *marketing* e, principalmente, como foram dominados para utilizar os investimentos disponíveis de forma eficiente.

De 1945 a 1960, não houve nenhum investimento externo direto. Depois de 1960, o setor eletrônico, dentro da manufatura, foi sempre muito importante para o investimento externo direto, já que os norte-americanos, principalmente, concentravam consideravelmente seus investimentos nesse setor, mas a maior parte foi relacionada à produção para exportação e teve pouca importância no de-

envolvimento tecnológico. Em 1970 estabeleceu-se a primeira zona de processamento de exportações, projetada explicitamente para atrair participação direta externa nas exportações.

As importações de insumos de produção são permitidas nas zonas de processamento de exportações para serem montadas ou manufaturadas para reexportação. Representaram apenas 4% das exportações de manufaturados da Coreia do Sul em 1980 e a principal produção é de aparelhos eletroeletrônicos. Um dos principais objetivos dessas zonas, além de criar emprego, é o de transferir tecnologia através do desenvolvimento do fornecimento local. A montagem não qualificada viabiliza a montagem de *kits* CKD de eletrônica (para consumo interno e/ou para exportação), sendo responsável por quase 60% do emprego total nas zonas de processamento de exportações sul-coreanas.

O investimento externo direto foi importante nas exportações da indústria eletroeletrônica depois de 1978. Esse setor era praticamente dominado por empresas estrangeiras, muitas das quais subsidiárias inteiramente próprias. As mudanças rápidas na tecnologia nessa indústria, no mundo inteiro, explicam em grande parte a dependência sul-coreana de empresas multinacionais, para exportação.

Licenciamento

Licenciamento é o pagamento de *royalties* geralmente em uma base contínua por um período de tempo estipulado. Foi a forma de transferência tecnológica mais importante. A empresa Hyundai, de automóveis, começou como uma montadora sob licença e acordos técnicos com a Ford. Mais tarde licenciou mais de 30 tecnologias do Japão, dos Estados Unidos e da Inglaterra, além de formar o seu

próprio departamento de P&D, como parte da estratégia de se tornar um exportador de sucesso. Os licenciamentos geralmente contêm cláusulas que estipulam qualidade, preços, volumes, fontes de material e equipamentos, limitações de exportação, transferência de patentes e P&D locais (Austin, 1990).

De fato, a Coreia do Sul teve poucas dificuldades, ganhando acesso a tecnologia e mercados de exportação, isto é, os mercados mundiais eram competitivos e não-reservados; hoje as empresas-líderes de mercado tendem a evitar a transferência tecnológica.

Equipamento importado

Os equipamentos importados significam fluxos de informação com tecnologias avançadas incorporadas nas mercadorias e adquiridas de outras empresas, de origem intra ou intersetorial. No caso sul-coreano, geralmente é importado apenas o primeiro equipamento, que possibilita a engenharia reversa. A engenharia reversa é definida pela seguinte seqüência de atividades (Westphal, Kim e Dahlman, 1984):

- a) identificar a necessidade de uma tecnologia;
- b) buscar e selecionar a tecnologia para essa necessidade particular;
- c) negociar e adquirir nos melhores termos;
- d) assimilar até o ponto onde o sistema produtivo instalado (planta, processo e equipamento) possa ser operado, mantido e consertado sem ajuda externa;
- e) modificar, adaptar e melhorar a tecnologia importada, utilizando capacidades domésticas de projeto e engenharia;
- f) reproduzir a tecnologia importada, utilizando capacidades domésticas de projeto e engenharia;
- g) desenvolver novas tecnologias e sistemas produtivos baseados nelas, utilizando

capacidades domésticas de projeto e engenharia.

É um pré-requisito para o aprendizado reverso que ele se faça acompanhar por gastos em P&D na construção de um núcleo local de capacidades inovativas inédito e tácito.

Assistência técnica e treinamento

Treinamento externo ou contratação de técnicos. De 1967 a 1971, o valor da assistência técnica excedeu o de *royalties* por longa margem.

Fontes de informação públicas

Fluxos de informação de caráter público, como os provenientes de avanços científicos em publicações e conferências internacionais, revistas especializadas e periódicos técnicos, jornais, Internet, livros etc.

Educação

Cursos no exterior, entre os quais seminários, congressos, pós-graduação, como mestrados e doutorados. É muito comum na Coreia do Sul, onde fazer um curso no exterior é um símbolo de *status*, principalmente se for nos Estados Unidos; pode ser também através de trabalho na matriz da empresa que produz a tecnologia.

Externalidades tecnológicas

Essas externalidades não são comercializáveis. São trocas de informações entre produtores e usuários e outros *spillovers* entre setores, firmas e tecnologias.

Aspectos de capacitação para transferência

Custos dos fatores

O salário mensal não é um custo relevante quando se pensa em custo da mão-de-obra por unidade de *output*, porque esse custo incorpora a produtividade da mão-de-obra e os benefícios potenciais de mão-de-obra barata podem ser suprimidos pela baixa produtividade. Além disso, a produtividade da mão-de-obra é afetada pela relação com as configurações do equipamento de capital, mudando conforme os diferentes *mixes* e as novas tecnologias. Para analisar a competitividade do fator de produção "mão-de-obra" de uma indústria, deve-se relacionar, portanto, o custo e a produtividade da mão-de-obra conforme o *mix* de tecnologias — e sempre de forma setorial, por indústria.

Na indústria têxtil sul-coreana o salário médio é 22% do salário médio norte-americano, enquanto a produtividade é 65% da dos níveis norte-americanos. Portanto, o custo unitário da mão-de-obra se torna menos de 50% do norte-americano, tendendo a se anular como vantagem com a introdução de sistemas CAD/CAM e o conseqüente aumento da defasagem de produtividade entre os dois países.

Subsídios do governo sul-coreano, através de baixas taxas de juros nominais (em certos casos taxas de juros reais negativas, devido à inflação), reduziram o preço do capital e criaram incentivos para a escolha de tecnologias mais intensivas em capital.

Nos países de industrialização recente, o capital é geralmente escasso e os mercados financeiros são subdesenvolvidos, o que leva as empresas a adotarem métodos intensivos em mão-de-obra. Na Coréia do Sul, a política

industrial procurou baixar o custo do capital e torná-lo mais disponível, embora de forma altamente seletiva.

A sensibilidade ao custo do capital vai depender da estratégia da empresa. Uma estratégia de baixo preço será sensível aos possíveis diferenciais de custo resultantes de diferentes configurações de mão-de-obra/capital. Uma estratégia de diferenciação de produto ou de qualidade estará mais preocupada com os efeitos das tecnologias nas características do produto.

A composição dos fatores de produção, em termos de percentual de mão-de-obra e de capital no valor agregado do produto, também vai determinar a escolha das tecnologias. Na indústria eletrônica de consumo, os custos de mão-de-obra e de depreciação são elevados e, portanto, os ajustes na tecnologia de produção são muito importantes para ter competitividade. O critério geralmente adotado é a relação do custo de capital com o salário local modificado pela eficiência produtiva da mão-de-obra local (Austin, 1990).

Requerimentos de mercado

As tecnologias de produção devem responder a demandas do mercado, seja em quantidade, seja em qualidade. O planejamento da capacidade é uma decisão estratégica, diretamente relacionada à escolha tecnológica.

O tamanho do mercado sul-coreano é relativamente pequeno, reduzindo as possibilidades de economias de escala geralmente requeridas para tecnologias intensivas em capital, enquanto no Brasil esse foi um fator que sempre determinou as escolhas das técnicas de produção das empresas multinacionais. Na *joint-venture* sul-coreana da General Motors com a Daewoo, o sistema de produção original seguiu o modelo de produ-

ção em massa norte-americano, mas o mercado interno pequeno permitia somente ciclos de produção curtos. O sistema teve que ser ajustado para permitir a produção de menores quantidades de carros mais diversificados.

Para diversificar com pequenas quantidades, as empresas de manufatura geralmente utilizam máquinas de uso múltiplo, ao invés de numerosas máquinas dedicadas, que ficariam ociosas muito tempo. A opção sul-coreana pelo mercado mundial de exportação possibilitou a escolha tecnológica de máquinas dedicadas e intensivas em capital, fugindo da restrição do mercado. No Brasil, embora o tamanho do mercado seja grande, a demanda é incerta por causa da possibilidade de mudanças na política do governo, o que dificulta uma produção de volume estável e grande sobre o qual dividir os custos fixos de uma tecnologia intensiva em capital, menos "flexível" que a mão-de-obra.

Além do volume, a qualidade — que determina a escolha da tecnologia — também é praticamente ditada pelo mercado. Os mercados de exportação geralmente requerem uma qualidade mais alta e, portanto, tendem a usar técnicas mais intensivas em capital.

Restrições técnicas

É necessário saber se existem técnicas adequadas para suprir as exigências de mercado. A elasticidade de substituição das tecnologias para determinada situação de produção é geralmente positiva e financeiramente significativa.

O processo de transformação é que geralmente produz as características de qualidade exigidas no produto, com menor necessidade na manipulação dos insumos e das saídas. Diretores com formação em engenharia, como na maior parte das empresas sul-corea-

nas, tendem a ver com maior facilidade as possibilidades de substituição de equipamentos obsoletos, em comparação com os diretores que têm formação em *marketing* ou em finanças.

Escassez de insumos

A operação da produção precisa de insumos como mão-de-obra qualificada, matéria-prima, energia e equipamento. A Coréia do Sul tinha escassez de todos esses insumos. A tecnologia pôde em grande parte suprir essas deficiências do ambiente. Tecnologias intensivas em capital podem necessitar de mão-de-obra qualificada tanto ou mais que as tecnologias intensivas em mão-de-obra. No entanto, a qualificação muda de maquinistas de máquinas-ferramenta para programadores de máquinas de controle numérico. A escassez estimula a inovação, exigindo a flexibilidade necessária para se adaptar às condições do ambiente.

A escolha da tecnologia vai depender da qualificação da mão-de-obra de que tem escassez: supervisores, técnicos de manutenção, maquinistas, programadores etc. No Brasil, operadores de máquinas são mais facilmente encontrados e custam menos, relativamente a fabricantes de máquinas CNC e eletricitas altamente qualificados. Por outro lado, a demanda por técnicos de manutenção pode criar as oportunidades para a oferta e a criação de uma rede de serviços, como acontece na Coréia do Sul.

O investimento nos recursos humanos foi fundamental para subir o degrau das capacidades tecnológicas. Os gastos com P&D aumentaram de 0,26% do PNB em 1965 para 0,6% em 1977, 1% em 1982 e 1,6% em 1986 (uma média de crescimento de 40% ao ano), comparado com 0,8% no Brasil. O número de pessoas envolvidas com P&D subiu de 13 mil para 28 mil. Muitos estudantes vão se

especializar fora da Coréia do Sul, em países ocidentais e principalmente nos Estados Unidos, mas quase todos voltam. A maior parte da pesquisa é realizada por empresas privadas, encorajadas por incentivos fiscais. As universidades também fazem pesquisas significativas e institutos públicos de pesquisa dão assistência para pequenas e grandes empresas. O sistema educacional sul-coreano tem desempenhado uma função importante no desempenho da indústria eletroeletrônica. O treinamento nas escolas secundárias técnicas forma a maior parte dos trabalhadores qualificados da indústria. A percentagem dos estudantes em faculdades de engenharia na Coréia do Sul é pelo menos o dobro da do Brasil, México, Argentina e Índia (Austin, 1990).

Para a indústria eletroeletrônica, o custo da matéria-prima é geralmente muito maior que o custo da mão-de-obra. A inovação tecnológica se torna mais importante do que a mão-de-obra, para economizar e compensar a escassez de materiais.

O fornecimento de energia também pode ser irregular e o uso de tecnologias intensivas em capital pode solucionar esse problema através do uso mais eficiente de energia, como no caso da indústria têxtil sul-coreana.

Dinâmica competitiva

As empresas sul-coreanas raramente produziram para mercados fechados e protegidos, isolados por tarifas governamentais ou cotas de importação, e, portanto, as pressões competitivas em custos e preços sempre foram altas, de modo que essas empresas procuraram tecnologias de produção de menor custo, que podiam proporcionar menos barreiras à entrada de novos competidores. A empresa é mais enxuta quando tem menos ativos fixos por trabalhador.

Os *chaebols* sul-coreanos seguiram a estratégia de empresas multinacionais de utilizar seus recursos para desenvolver competência tecnológica como fonte de vantagem competitiva. O tamanho e o fôlego da Samsung e da Hyundai permitiram a manutenção das suas divisões de máquinas durante anos de excesso de capacidade e perdas, até mesmo para "ter uma visão mais longa, realocando dinheiro de outras divisões em aprendizado, desenvolvimento de capital humano e P&D". O *chairman* da Samsung, K. H. Lee, pensa a situação de competição e tecnologia desta forma: "Hoje, as empresas japonesas e norte-americanas — particularmente aquelas em setores *high-tech* — evitam transferências tecnológicas objetivando preservar seus poderes de monopólio." De acordo com essa visão, a Samsung aumentou seus gastos em P&D em 30% em 1988 e se juntou à Hyundai, à Lucky-Goldstar e ao governo sul-coreano num desenvolvimento conjunto de um *chip* de quatro megabytes (Austin, 1990).

A estrutura industrial

Entre 1962 e 1986, observam-se profundas mudanças na composição do PNB, por meio do aumento expressivo do valor adicionado da manufatura na renda nacional, em detrimento das atividades primárias (Tabela 2).

Na indústria eletrônica, o grosso das vendas externas em 1970 era composto por bens de menor sofisticação tecnológica, como rádios e televisores, então simplesmente montados na Coréia do Sul. Nos anos oitenta, o *upgrading* aumenta as importações de partes e peças e as exportações de produtos acabados. Os produtos eletrônicos, já de fabricação qualificada em grande parte, compuseram 12,1% da pauta de exportações em 1986,

Tabela 4
Exportações por grupo de mercadoria

Discriminação	1984	1985	1986	1987	1988	1992	1993
Alimentos e bens de consumo direto	4,4	4,2	4,9	4,6	4,3	3,1	2,8
Matérias-primas e combustíveis	4,4	4,5	3,5	3,2	2,3	4,1	4,2
Produtos da indústria leve	37,9	36,9	41,6	41,5	39,4	32,4	29,3
Têxteis	22,9	21,9	23,7	23,3	22,2	19,6	18,4
Indústria pesada e química	53,2	54,4	50,1	50,6	53,9	60,4	63,7
Produtos químicos	1,6	1,9	1,9	1,8	2,1	4,5	4,6
Produtos de ferro e aço	11,9	11,1	9,7	8,4	8,9	9,2	9,8
Máquinas	3,7	4,6	5,6	6,8	8,2	9,9	10,5
Produtos eletrônicos	10,9	9,6	12,1	13,6	14,1	16,7	16,4
Automóveis	0,8	1,8	3,9	6,2	6,1	4,1	5,9
Navios	16,2	16,4	5,2	2,9	2,7	5,4	4,9
Total das exportações	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fontes: KEB, 1989 e 1994; Aldrighi, 1994, p. 100.

superados apenas por têxteis, com 23,7% (Tabela 4).

As vendas de produtos eletrônicos evoluíram de bens de consumo simples para gravadores de videocassete, fornos de microondas, computadores pessoais e semicondutores, com integração em larga escala. No mercado mundial de "memórias vivas dinâmicas" de 256k, a participação sul-coreana saltou de praticamente zero em 1985 para 6% em 1986 e 9% em 1987, tornando-se o terceiro país do mundo a dominar a sua produção, depois dos Estados Unidos e do Japão. Em 1995, os produtos eletrônicos já constituíam o primeiro item da pauta, com 28%, superando os têxteis, com 21,5% (Tabela 3).

O *upgrading* da estrutura industrial foi realizado para tornar a economia menos dependente e de capacitá-la a penetrar nos mercados internacionais de produtos de valor adicionado mais alto e tecnologicamente mais sofisticados, a exemplo do caminho percorrido pelo Japão (Aldrighi, 1994).

O *upgrading* das indústrias automobilística e eletroeletrônica para projetos mais intensivos em capital e tecnologia exigiu pacotes de incentivos do governo para torná-lo mais atraente financeiramente para firmas privadas.

O papel do Estado

O aparato intervencionista possuiu os atributos de *antecipação, seletividade, coerência e flexibilidade*, expressos em planejamento, que traduzia a integração e a aglutinação das medidas em conformidade com trajetórias preestabelecidas (em termos de setores e até de produtos); incentivos, que convergiam para os objetivos selecionados; coerência na política industrial; e superação das fases com trânsito para novas metas, ou retificação de eventuais desacertos na antecipação. O governo procurou adotar as políticas certas nos momentos certos (Canuto, 1991). Os instrumentos políticos mudaram

Tabela 5
Macroindicadores básicos

	1991	1992	1993	1994
Taxa de crescimento do PNB	15,90%	5,00%	4,70%	7,60%
Desemprego	2,30%	2,40%	2,40%	2,40%
Dívida externa (\$B)	39,1	42,8	45,8	46,0
Taxa de câmbio média (US\$1=)	733,6	780,8	803,0	808,0
Balança comercial (\$B)	-8,728	-4,605	-1,6	-2,0
Balança comercial com Estados Unidos (\$M)	1,506	2,061	2,347	1,211
Japão	-8,764	-7,858	-8,400	n.d.
Alemanha	0,506	0,866	-0,400	n.d.

Fonte: Ministério da Indústria e do Comércio da Coreia do Sul.
n.d. = não-disponível.

continuamente, conforme as flutuações dos ambientes externo e interno da economia.

O governo sul-coreano controlou a alocação de crédito por meio de bancos comerciais públicos, direcionando para atividades prioritárias, como as exportações e o desenvolvimento tecnológico, em indústrias como a automobilística, eletroeletrônica e de construção naval, nas quais existe grande potencial de *spillovers* tecnológicos. Esses programas de crédito direto foram monitorados com base no desempenho industrial e em critérios de mercado, como exportações e lucratividade.

O desenvolvimento da indústria eletroeletrônica foi totalmente condicionado pela aquisição de habilidade técnica. Mesmo assim, o quarto plano quinquenal de 1977-1981 determinou o ritmo de seu progresso. O governo vinha promovendo essa indústria como um dos setores-chave por quase duas décadas. A intenção do quarto plano quinquenal foi fazer avançar o setor além do estágio de montagem, para a produção dos componentes básicos, incluindo semicon-

dutores, computadores e outros 55 itens selecionados como estratégicos. A indústria eletroeletrônica passaria a produzir produtos de alto valor agregado, incorporando um nível de habilidade e tecnologia maior — “da montagem de TVs em preto-e-branco para a produção de TVs em cores”.

O governo estabeleceu um distrito industrial para produzir semicondutores e computadores, com um instituto de pesquisa para o desenvolvimento de produto; protegeu o mercado doméstico contra a competição estrangeira; e restringiu o investimento direto externo na indústria eletrônica.

A incerteza tecnológica estimulou a permanência dentro de horizonte tecnológico conhecido. O governo teve que intervir para possibilitar o *upgrading* da estrutura industrial em um ambiente internacional de grande incerteza, na tentativa de aproximação da fronteira tecnológica. Mudança e flexibilidade — que são, respectivamente, um fenômeno inerente da nova realidade industrial dinâmica e a estratégia necessária para sobreviver — são substituídas por estabilidade

e rotinas, que são, respectivamente, a condição ideal e estática para adotar comportamentos maximizadores e a solução possível e de segurança, que traz menor risco.

Os "chaebols"

Os *chaebols* sul-coreanos são "grupos conglomerados, extremamente grandes, cujas atividades se estendem a todos os setores, embora concentrados na atividade manufatureira e na construção" (Pack e Westphal, 1986, p. 87-128). Os cinco maiores *chaebols* são, respectivamente, a Samsung, a Hyundai, a Daewoo, a Lucky-Goldstar e a Sunkyong. A Samsung é atualmente o décimo quarto maior grupo do mundo, sendo que os dez maiores *chaebols* aparecem regularmente na listagem da *Fortune* das 500 maiores corporações industriais mundiais. Todos eles atuam em um espectro altamente diversificado de atividades que abrange a grande maioria dos ramos industriais.

Abaixo do nível do Estado, os *chaebols* funcionam como o agente da expansão, que é a empresa industrial moderna, e que Chandler (1977) descreve como grande em escala, multidivisional em objetivos e administrada por hierarquias de diretores e gerentes assalariados. O governo buscou encorajar a especialização, ganhos de escala e novos investimentos e, conseqüentemente, essas grandes empresas consolidaram o seu poder em resposta aos incentivos do governo baseados em desempenho. Em troca de excelentes desempenhos na área de exportações, P&D ou na introdução de novos produtos, os conglomerados-líderes eram recompensados com novas licenças para se expandir; entretanto, se o desempenho fosse fraco, eram punidos, numa política de "picking up the winners" de concorrência desigual, e com disciplina confuciana. Na indústria de cimento, o maior produtor nos anos setenta foi à bancarrota

porque tentou otimizar uma velha tecnologia em vez de mudar para uma nova melhor, com o governo, então, transferindo as suas instalações de produção para um outro *chaebol*. Os indicadores de desempenho e eficiência mais utilizados eram referentes a metas de exportação.

Entre os instrumentos em mãos do governo para disciplinar, controlar e eventualmente retaliar o comportamento dos *chaebols* se destacavam a política de licenciamento industrial, com restrições à expansão da capacidade produtiva e à entrada em certos mercados (só recentemente a Samsung obteve a concessão do governo para iniciar a produção de automóveis), o domínio sobre os fluxos financeiros, a punição drástica a quem promovesse a evasão ilícita de capital para o exterior e o controle dos preços dos produtos.

Desde o início dos anos sessenta até a sua privatização em 1981-1983, permaneceram estatais os cinco maiores bancos comerciais, os principais veículos de intermediação financeira no período, resultando num controle do governo sobre mais de dois terços dos recursos investíveis no país, nível alto até para um governo do bloco socialista. Portanto, em uma economia em que o padrão de endividamento das empresas com os bancos, por financiamento indireto, é muito grande, os bancos públicos exerciam enorme poder sobre as empresas. O grau de alavancagem financeira das empresas sul-coreanas é muito alto, com a razão dívida/capital próprio média em suas empresas industriais de 488%, em 1980, contra 385% no Japão, 214% na Alemanha e 82,5% nos Estados Unidos.

Através de empréstimos externos avaliados e subsidiados pelo governo que reforçavam o seu poder de barganha, as grandes empresas adquiriram a tecnologia estrangeira necessária para competir nos mercados internacionais, resultando no crescimento acelerado da produção, que, completando

um ciclo virtuoso, proporcionava ganhos de produtividade através das economias de escala e dos benefícios de aprendizado (Aldri-ghi, 1994).

Aerosão das vantagens comparativas dos *chaebols* os levou a realocar as suas atividades intensivas em mão-de-obra para outros países.

Conclusão

Em 1985, empresas sul-coreanas se apresentavam capazes de projetar *chips* de 256k, vender um carro próprio nos Estados Unidos, produzir os fornos de microondas no qual a GE só colocava o nome e inovar no mercado de videocassetes, com o lançamento do aparelho de circuito único com sucesso no mercado japonês, estritamente reprodutor e mais barato. Percebe-se que as empresas sul-coreanas conseguiram subir o degrau das capacidades tecnológicas, alcançando o estádio de criação e geração de novos conhecimentos e ultrapassando a fronteira tecnológica. O aprendizado reverso alcançou algum nível de capacidade inovativa.

O recente *boom* da Coreia do Sul teve como lastro a penetração em mercados de produtos manufaturados com alto nível de sofisticação, na eletrônica profissional e de consumo, bem como na automobilística, ao mesmo tempo que se consolidaram suas posições em setores relevantes da indústria pesada tradicional, onde indústrias como a siderúrgica e da construção naval ascenderam ao topo do *ranking* internacional e onde o *upgrading* na eletrônica e na automobilística tem sido ainda maior. No entanto, hoje a Coreia do Sul encontra problemas em atrair o tipo de investimento externo direto, que é motivado pelos baixos custos de mão-de-obra, e está tentando atrair investimento de "segunda geração".

No setor eletrônico, a tecnologia está mudando rapidamente no mundo inteiro, com a diferenciação do produto sendo baseada em conhecimento tecnológico sofisticado e em que as preferências de marcas pelos compradores são evidentes. É exatamente a indústria na qual a Coreia do Sul confiou no investimento externo direto para entrar na produção, particularmente para exportação, e tem adquirido domínio local dos aspectos fundamentais do conhecimento de produção.

A manufatura sul-coreana conseguiu não só produzir bens de capital que alcançam padrões mundiais, como adaptar o *design* do produto para fazê-lo mais apropriado às circunstâncias do próprio país. A Coreia do Sul pode e vai continuar a seguir uma estratégia que enfatiza o esforço e o controle tecnológico local.

Em 1994, a Samsung começou a produção da primeira versão mundial comercializável do 256M DRAM, constituindo um *breakthrough* tecnológico. A divisão de semicondutores se tornou a líder indiscutível no mercado global, com um crescimento de vendas de 61%. A empresa maximizará a utilização do estado da arte da tecnologia de semicondutores para reforçar o *know-how* tecnológico nas áreas de sistemas de telecomunicações, de informações e eletrônica e consumo, integrando as empresas e tecnologias.

Em uma mensagem na Internet, onde revela a "missão" da organização, o *CEO* da Samsung, Jin-Ku Kang, explicita três estratégias: qualidade, globalização e integração multifacetada. Essas estratégias demonstram, com perfeição, o momento atual genérico e os próximos desafios da Coreia do Sul, espelhados na Samsung, que é um agente de expansão e acumulação de capital. O passado sul-coreano fornece os *inputs* fundamentais para as empresas e o país vencerem esse desafio.

Algumas notícias recentes em periódicos sul-coreanos, e apresentadas em seguida, demonstram que várias empresas da Coreia do Sul tiveram sucesso no *upgrading* das suas capacitações; existem empresas sul-coreanas que competem no mercado internacional com tecnologias de ponta e produtos sofisticados de fronteira tecnológica; existem cooperação e simbiose entre o governo e os *chaebols*; as empresas sul-coreanas conseguiram inserção efetiva na nova ordem econômica mundial; as empresas sul-coreanas são agressivas na ocupação de mercados externos; a capacitação tecnológica foi um fator fundamental na competitividade dessas empresas; elas estão buscando a globalização; tecnologias de um setor são aproveitadas em outros por *spillover*, e alguns países levantam barreiras aos produtos coreanos que se tornaram superiores:

□ A empresa Lucky-Goldstar

- desenvolveu o primeiro VCR digital compatível com analógico, no mundo, que pode gravar programas digitais em fitas de vídeo VHS existentes;
- produzirá CRTs (tubos de raios catódicos) na Índia;
- desenvolveu o primeiro *chip* DSP (processador digital de sinal), no mundo, para câmeras CCD, CCTVs, telefones celulares e sistemas de teleconferência;
- assinou um acordo com a Digital Equipment dos Estados Unidos para exportar TFT-LCDs, monitores de cristal líquido que possuem alta resolução e peso leve, utilizando lâminas de vidro de 0,5 mm pela primeira vez no mundo.

□ A empresa Daewoo

- desenvolveu e está vendendo cinco tipos de montadores de *chips* de próxima geração que permitirão aos fabricantes de se-

micondutores aumentar a sua produtividade em 30%;

- exportará TVs em cores produzidas na fábrica polonesa para a Matsushita e a Hitachi no Japão em base OEM, que, por sua vez, irão reexportá-las para a Europa Ocidental;

- montará um complexo para a produção de aparelhos eletrodomésticos na Indonésia, como TVs, máquinas de lavar roupa e ar-condicionados.

□ A empresa Samsung

- começou a operação de sua linha de TVCRs na Espanha e irá construir uma linha de ar-condicionados e aspiradores de pó, transformando esse país no segundo maior complexo eletrônico depois da Grã-Bretanha.

- está contatando fabricantes europeus para parceria na produção de veículos recreacionais, com transferência de tecnologia, e já está cooperando com a Nissan do Japão na produção de grandes caminhões.

- O governo sul-coreano pediu a abolição da regulação de importação de automóveis no Brasil, na reunião da OMC (*Hankook Kyongje Shinmun*).

□ A empresa Samsung

- planeja instalar fábricas na Rússia, Vietnã e Índia, para um total de 11 fábricas em 11 países diferentes, além das fábricas que já possui em seis países, incluindo China e Eslováquia;

- submeteu recentemente ao governo esloveno uma carta de intenções de aquisição de 100% de um fabricante de *freezers* local;

- construirá uma fábrica no Brasil para produzir 7 milhões de tubos de imagem colorida por ano, investindo US\$ 400 milhões,

com início de produção em massa previsto para janeiro;

- entrou no mercado latino-americano de telecomunicações, com a exportação de equipamentos para o Equador, além do que fornecerá microondas, fibras óticas e equipamento de transmissão.
- A empresa Daewoo
 - desenvolveu uma nova geladeira na qual o sistema de refrigeração e o compressor são instalados separadamente dos compartimentos de refrigeração e freezer.
- A empresa Lucky-Goldstar
 - desenvolveu com sucesso uma tecnologia que pode gerar energia através da reciclagem de até 85% de plástico usado.
- O grupo Halla irá fornecer ar-condicionados para carros da GM dos Estados Unidos, já está fornecendo para a Ford e está planejando expandir o negócio para a Chrysler.
- O Ministério do Ambiente e três fabricantes de automóveis — Hyundai, Daewoo e Kia — encontraram-se recentemente para debater a comercialização de um carro elétrico (*Maeil Kyongje Shinmun*).
- A empresa Samsung
 - desenvolveu uma solução de rede sem fio para LANs em PCs, cujo mercado é dominado atualmente por IBM, AT&T e NCR, dos Estados Unidos;
 - desenvolveu recentemente um LOC (*Lead on Chip*) para DRAMs de 1G pela primeira vez no mundo, em seguida ao desenvolvimento da DRAM de 256M.
- A empresa Lucky-Goldstar
 - desenvolveu um novo tubo de imagem (HMT) que pode ser usado para TV e computador.
- O governo argentino pretende aprovar taxas altas *antidumping* de 20% a 80% contra fornos de microondas feitos na Coreia do Sul, incluindo modelos não produzidos na Argentina. A indústria sul-coreana afirma que é uma violação clara do acordo da OMC (*Chonja Shinmun*).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALDRIGHI, D. (1994). "Financiamento e desenvolvimento econômico: uma análise da experiência coreana". São Paulo, tese de doutorado, FEA-USP.
- AMSDEN, Alice (1989). *Asias next giant: South Korea and late industrialization*. Oxford University Press.
- AUSTIN, James (1990). *Managing in developing countries, strategic analysis and operating techniques*. New York, Free Press.
- CANUTO, S. F^o, O. (1991). "Processos de industrialização tardia, o 'paradigma' da Coreia do Sul". Campinas, tese de doutorado, IE-Unicamp.
- CHANDLER, Alfred (1977). *The visible hand: the managerial revolution in American business*. Cambridge, MA, The Bellknop Press.
- CHONJA SHINMUN (1996), maio/junho.
- FREEMAN, C. (1974). *The economics of industrial innovation*. Harmondsworth, Penguin Books.

- GERSHENKRON, A. (1970). "El atraso económico en su perspectiva histórica". *Atraso económico e industrialización*. Barcelona, Ariel.
- HANKOOK KYONGJE SHINMUN (1996), abril/maio/junho.
- KANG, Chul Kyu (1989). "Industrial policy in Korea: review and perspective". *Kiet Occasional Paper* (88-04), 2a. ed..
- MADDISON, A. (1995). *L'Economie mondiale 1820-1992, analyse et statistiques*. Paris, OCDE.
- MAEIL KYONGJE SHINMUN (1996), maio/junho.
- MAGAZINER, I. and PATINKIN, M. (1989). *The silent war*. Random House.
- NELSON, R. & WINTER, S. (1982). *An evolutionary theory of economic change*. Cambridge, Mass., The Belknap Press of Harvard Univ. Press.
- OCDE (1988). *Les nouveaux pays industriels: défi et opportunités pour les industries des pays de l'OCDE*. Paris.
- PACK, H. & WESTPHAL, L. E. (1986). "Industrial strategy and technological change: theory versus reality". *Journal of Development Economics* (22).
- SCHERER, F. M. (1992). "Schumpeter and plausible capitalism", *Journal of Economic Literature*, vol. XXX (Sept.).
- SCHUMPETER, J. A. (1984). *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro, Zahar.
- TORRES FILHO, Ernani Teixeira (1991). *Coréia do Sul: um paradigma de industrialização retardatária*. Rio de Janeiro, IEI/UFRJ (Série Documentos, 04).
- WESTPHAL, L. E.; KIM, L.; DAHLMAN, C. J. (1984). *Reflections on the Republic of Korea's acquisition of technological capability*. World Bank, Development Research Department, Economics and Research Staff Paper.
- WESTPHAL, L. E.; RHEE, Y. W.; PURSELL, G. (1981). *Korean competence: where it came from*. Washington, D.C., World Bank Staff Working Papers, n. 469, The World Bank.
- WORLD BANK REPORT RESEARCH (1993). "The East Asian miracle". Oxford University Press.

SUMMARY

The role of technology in South Korean late industrialization

The aim of this article is to analyze the role played by technological development in South Korean late industrialization. It puts particular emphasis on the electro-electronic industry by explaining its technological development, how companies have achieved technological ability and their forms of technology transfer. South Korean industrialization has been successful, with high growth rates in the seventies and eigh-

ties (rates kept in the nineties). This success results largely from great conglomerates in strategic industries, enhanced by the State. These conglomerates have been exposed to international competition mainly through exports. They have acquired and mastered the best technological practices, generating in this way spillovers in the rest of the economy.

RÉSUMÉ

Le rôle de la technologie dans l'industrialisation retardataire sud-coréenne

Cet article se propose d'analyser le rôle que le développement technologique a eu dans l'industrialisation retardataire sud-coréenne, mettant un accent particulier sur l'industrie électro-électronique. On explique son développement technologique ainsi que la mise en valeur des compagnies au point de vue technologique ou de transfert de ces technologies.

Le succès de l'industrialisation sud-coréenne et ses taux élevés de croissance économique dans

les années 70-80 maintenus dans la décennie actuelle, sont en grande partie le résultat de *grands conglomérats* d'industries stratégiques soutenues par l'*État* et exposés à la *compétition internationale* principalement par l'exportation. Ils ont su s'approprier les meilleures pratiques de la *technologie* gérant ainsi des *spillovers* pour le restant de leur économie.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
EDITORA LIDADOR LTDA.
R. Hilário Ribeiro, 154 - Pça. da Bandeira
Rio de Janeiro • RJ
Tel.: (021) 569-0594 • Fax: (021) 204-0684

Número anterior

■ Imagens do negro no Uruguai: carnaval e reprodução de mitologias de exclusão ■ Cinderela negra?: raça e esfera pública no Brasil ■ Raça e voto na eleição presidencial de 1994 ■ Morenidade: modo de usar ■ O negro no romance urbano oitocentista ■ "Uma lei... até de segurança pública": resistência escrava, tensões sociais e o fim do tráfico internacional de escravos para o Brasil (1835-1856) ■ O abolicionismo transatlântico e a memória do paraíso racial brasileiro ■ Rumos institucionais e dinâmica capitalista na integração da África Austral. Representações e projetos na África do Sul e no Zimbábue